



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH

ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

1.^a SÉRIE

N.º 05/31 DE MAIO DE 2015

Publica-se ao Exército o seguinte:

SUMÁRIO

LEIS ORGÂNICAS

Assembleia da República

Lei Orgânica n.º 6/2015:

Aprova a lei das infraestruturas militares e revoga a Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro 127

Lei Orgânica n.º 7/2015:

Aprova a lei de programação militar e revoga a Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de agosto 134

DECRETOS-LEIS

Ministério da Defesa Nacional

Decreto-Lei n.º 81/2015:

Procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, que aprova o regime jurídico da assistência na doença aos militares das Forças Armadas e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, que aprova o regime jurídico de assistência na doença da GNR e PSP..... 141

Decreto-Lei n.º 90/2015:

Aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas 146

PORTARIAS

Ministério da Defesa Nacional

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 261/2015:

Atribuição do Estandarte Nacional ao Estabelecimento Prisional Militar 236

DESPACHOS

Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional

Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional

Despacho n.º 4 905-A/2015:

Desafetação do domínio público militar do PM 45/Porto – Instalações do Carvalhido 237

Despacho n.º 4 913/2015:	
Programa de Ensino Militar em Portugal - CTM - Atualização das participações	237
Gabinetes do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública	
Despacho n.º 5 505-B/2015:	
Promoções dos Militares das Forças Armadas em 2015	238
Ministério da Defesa Nacional	
Gabinete do Ministro	
Despacho n.º 4 561/2015:	
Delegação de competências no General CEME	239
Despacho n.º 4 564/2015:	
Autorização do lançamento da empreitada, com a designação PM 002/Amadora - Quartel n.º 2 da Amadora - «Reabilitação da Casa da Guarda, do Centro de Comunicações e das Casernas 5.1, 5.2, 5.3 e 5.8»	240
Despacho n.º 4 645/2015:	
Aquisição de combustível rodoviário a granel em território continental	241
Despacho n.º 5 369/2015:	
Atribuição de subsídios 2015.....	241
Despacho n.º 5 370/2015:	
Autorização do lançamento da empreitada de obras públicas - PM 46/Lisboa - OGFE – Reabilitação de coberturas e fachadas.	242
Despacho n.º 5 373/2015:	
Renovação da Licença de autorização da empresa INTROSYS ..	242
Estado-Maior-General das Forças Armadas	
Instituto de Estudos Superiores Militares	
Despacho n.º 5 516/2015:	
Subdelegação de competências no Coronel Chefe dos Serviços de Apoio do IESM.....	243
Comando do Exército	
Gabinete do CEME	
Despacho n.º 4 917/2015:	
Delegação de competências no Tenente-General VCEME	243
Gabinete do VCEME	
Despacho n.º 5 138/2015:	
Subdelegação de competências no Major-General Diretor-Coordenador do EME	244
Despacho n.º 5 266/2015:	
Subdelegação de competências no Major-General DHCM	244
Comando das Forças Terrestres	
Zona Militar dos Açores	
Comando e Gabinete	
Despacho n.º 4 978/2015:	
Subdelegação de competências no Coronel Comandante do RG2.....	244
Comando da Brigada de Reação Rápida	
Comando e Gabinete	
Despacho n.º 5 725/2015:	
Subdelegação de competências no Major Comandante da RECCE COY/AM 2015	245
Despacho n.º 5 726/2015:	
Subdelegação de competências no Tenente-Coronel Comandante do GAM / KFOR	245
DECLARAÇÕES	
Assembleia da República	
Declaração de Retificação n.º 22/2015:	
Declaração de retificação à Lei n.º 30/2015, de 22 de abril «Trigésima quinta alteração ao Código Penal, sexta alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, primeira alteração à Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, primeira alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, e primeira alteração à Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, no sentido de dar cumprimento às recomendações dirigidas a Portugal em matéria de corrupção pelo Grupo de Estados do Conselho da Europa contra a Corrupção, pelas Nações Unidas e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico»	246
Ministério da Defesa Nacional	
Gabinete do Ministro	
Declaração de Retificação n.º 337/2015:	
Retifica o Despacho n.º 4 561/2015, de 8 de abril de 2015	246
Declaração de Retificação n.º 397-A/2015:	
Retifica o Despacho n.º 5505-B/2015, de 22 de maio	247
PROTOCOLOS	
Protocolo de colaboração entre:	
- O Exército e:	
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. – Plano Faunos	247

I — LEIS ORGÂNICAS

Assembleia da República

Lei Orgânica n.º 6/2015 de 18 de maio

Aprova a lei das infraestruturas militares e revoga a Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, a lei orgânica seguinte:

CAPÍTULO I Programação e execução

SECÇÃO I Disposições gerais

Artigo 1.º Objeto e âmbito

1 — A presente lei estabelece a programação do investimento com vista à conservação, manutenção, modernização e edificação de infraestruturas da componente fixa do sistema de forças e estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à defesa nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos por essa rentabilização nas medidas e projetos nela previstos.

2 — Os imóveis a rentabilizar no âmbito da presente lei constam de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

SECÇÃO II Execução e acompanhamento

Artigo 2.º Competências para a execução

1 — Compete ao Governo, sob direção e supervisão do membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional, promover a execução da presente lei, sem prejuízo da competência da Assembleia da República.

2 — A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional é a entidade que, no âmbito da presente lei, centraliza a documentação e assume no Ministério da Defesa Nacional a condução dos procedimentos com vista à regularização de património afeto aos ramos das Forças Armadas, para o que é o interlocutor único da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, recebendo desta as credenciais para regularização patrimonial, e praticando os demais atos previstos e autorizados em portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, ao abrigo do regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto.

3 — A Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional articula com o Estado-Maior-General das Forças Armadas e com os ramos das Forças Armadas o planeamento dos investimentos prioritários na defesa nacional para edificação das suas capacidades militares.

Artigo 3.º Acompanhamento pela Assembleia da República

O Governo submete à Assembleia da República, até ao fim do mês de março do ano seguinte àquele a que diga respeito, um relatório do qual conste a pormenorização das dotações respeitantes a cada medida, dos contratos efetuados no ano anterior e das responsabilidades futuras deles resultantes, do grau de execução das medidas, bem como toda a informação necessária ao controlo da execução da presente lei.

Artigo 4.º

Mapas das medidas

1 — As medidas e respetivas dotações globais relativas a projetos de infraestruturas são as que constam do anexo à presente lei, da qual faz parte integrante.

2 — É da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional a criação de novas medidas que não alterem o valor global do anexo à presente lei ou que sejam financiadas através de receita adicional à nele prevista, bem como o cancelamento das existentes.

SECÇÃO III

Gestão dos imóveis afetos à defesa nacional

Artigo 5.º

Modalidades de rentabilização

A rentabilização dos imóveis afetos à defesa nacional, abrangidos pela presente lei, faz-se, sem prejuízo de quaisquer outros instrumentos jurídicos adequados aos fins a prosseguir, mediante as seguintes formas:

- a) Alienação;
- b) Arrendamento;
- c) Constituição de direitos reais menores;
- d) Concessão de uso privativo do domínio público;
- e) Permuta;
- f) Parcerias com promotores imobiliários;
- g) Titularização dos ativos imobiliários através da constituição de fundos de investimento imobiliário;
- h) Operações de venda com possibilidade de manutenção da utilização onerosa dos bens.

Artigo 6.º

Regime de gestão

Os imóveis integrados no despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º são submetidos ao regime de gestão previsto no regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, com respeito em especial pelo disposto na presente lei.

Artigo 7.º

Desafetação do domínio público

1 — Quando os bens imóveis constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º estejam integrados no domínio público militar, compete aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, mediante despacho, proceder à sua desafetação.

2 — As infraestruturas desafetadas do domínio público militar passam a integrar o domínio privado do Estado, sendo a sua gestão efetuada nos termos previstos na presente lei e no regime jurídico do património imobiliário público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, permanecendo afetas ao Ministério da Defesa Nacional até à sua rentabilização.

3 — Quando os bens imóveis do domínio público militar estejam sujeitos a outros regimes de dominialidade, a competência prevista no n.º 1 é extensível aos membros do Governo responsáveis pelas áreas respetivas.

Artigo 8.º

Operações de rentabilização

1 — As operações de rentabilização dos imóveis contribuem para o financiamento da satisfação das necessidades decorrentes das medidas que constam do anexo à presente lei.

2 — A instrução dos processos relativos às operações de rentabilização dos imóveis é efetuada nos termos da lei e segundo as atribuições e competências legalmente definidas.

3 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, a decisão sobre operações concretas e modelos de rentabilização é sempre objeto de despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

4 — Os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional podem celebrar os acordos que entendam necessários à boa execução da presente lei.

5 — Sem prejuízo do disposto no n.º 2, as operações de rentabilização dos imóveis devem observar os princípios e disposições previstos em cada Orçamento de Estado em matéria de redefinição do uso dos solos, bem como as demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente quanto à avaliação dos imóveis.

Artigo 9.º

Critérios de gestão das infraestruturas

1 — Os atos de administração ou de disposição dos bens devem ser praticados de modo a maximizar o aproveitamento das vantagens a realizar.

2 — Para efeitos da prática dos atos referidos no número anterior, as infraestruturas previstas no despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º são preferencialmente organizadas em lotes.

3 — Os lotes referidos no número anterior podem ser compostos de acordo com critérios geográficos, de tipo ou utilidade dos bens, ou outros que se revelem adequados, mas sempre sem prejuízo do equilíbrio e da maximização das receitas a obter por lote.

Artigo 10.º

Concessão do domínio público afeto à Defesa Nacional

1 — A concessão de bens do domínio público afetos à Defesa Nacional, constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º, é precedida de procedimento que respeite os princípios fundamentais da contratação administrativa, garanta o respeito da concorrência e maximize as vantagens para o Estado.

2 — Do ato ou contrato de concessão consta obrigatoriamente o prazo da concessão, o preço contratual, as condições técnicas e jurídicas da execução da concessão, o regime sancionatório, incluindo os pressupostos do resgate e do sequestro da concessão, a salvaguarda da utilização do prédio e os termos da autorização prévia para a transmissão do direito de utilização.

Artigo 11.º

Concessão do espaço aéreo e subsolo

1 — Podem ser objeto de concessão, nos termos previstos no artigo anterior, o espaço aéreo e o subsolo correspondentes aos bens de domínio público militar, tendo em atenção a altura e ou profundidade que não ponham em causa a afetação militar daqueles e a segurança de pessoas e bens.

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a concessão prevista no presente artigo depende de aprovação prévia do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior.

Artigo 12.º

Atos de disposição e de administração extraordinária

Todos os atos de disposição e de administração extraordinária de infraestruturas, ao abrigo do disposto nos artigos 10.º e 11.º, carecem de autorização dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Defesa Nacional.

Artigo 13.º

Isenção de emolumentos

Os contratos de execução celebrados ao abrigo da presente lei estão isentos de emolumentos devidos pelo visto do Tribunal de Contas.

Artigo 14.º

Custos das medidas

O custo das medidas evidenciadas no anexo à presente lei é expresso a preços constantes, por referência ao ano da publicação da mesma.

SECÇÃO IV

Disposições orçamentais

Artigo 15.º

Princípios orçamentais

1 — As receitas geradas, direta ou indiretamente, pela rentabilização de infraestruturas abrangidas pela presente lei reverterem:

- a) 90 % para execução da presente lei;
- b) 5 % para a Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional;
- c) 5 % para a Direção-Geral do Tesouro e Finanças.

2 — Os saldos verificados em cada medida, no fim de cada ano económico, transitam para o orçamento do ano seguinte para reforço das dotações das capacidades que lhes deram origem, até à sua completa execução, através da abertura de créditos especiais autorizadas pelo membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional.

3 — Compete ao membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, por despacho, determinar a repartição das receitas afetas à execução da presente lei pelas medidas a que se refere o artigo 4.º

Artigo 16.º

Relação com o Orçamento do Estado

A lei que aprova o Orçamento do Estado prevê a estimativa da receita a realizar e as correspondentes despesas previstas na presente lei.

Artigo 17.º

Financiamento

1 — As despesas decorrentes da execução da presente lei são financiadas pelo conjunto das receitas geradas, direta ou indiretamente, com a rentabilização de património, nos termos nela previstos, sem prejuízo do recurso a outras fontes de financiamento nacionais, europeias ou decorrentes da participação de Portugal em organizações internacionais.

2 — O encargo anual relativo a cada uma das medidas pode ser excedido, mediante aprovação do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, desde que não inviabilize a execução de outras medidas.

3 — Mediante a realização de receitas extraordinárias, pode ser excedido o total dos encargos orçamentais anuais inicialmente previstos.

Artigo 18.º

Alterações orçamentais

São da competência do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional:

- a) As alterações orçamentais entre capítulos;
- b) As transferências de dotações entre as diversas medidas e projetos;
- c) As transferências de dotações provenientes de medidas existentes para novas medidas.

Artigo 19.º

Compromissos plurianuais

O Ministério da Defesa Nacional pode assumir, nos termos legalmente previstos, compromissos dos quais resultem encargos plurianuais, no âmbito de cada uma das medidas previstas no anexo à presente lei.

CAPÍTULO II

Vigência e revisão da presente lei

Artigo 20.º

Período de vigência

A presente lei vigora por um período de dois quadriénios, sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Estado que excedam aquele período.

Artigo 21.º

Revisão

A revisão da presente lei deve ocorrer no ano de 2018, produzindo os seus efeitos em 2019, em articulação com o Ciclo de Planeamento de Defesa Militar.

Artigo 22.º

Preparação e apresentação da proposta de lei de revisão

1 — As medidas a considerar na revisão da presente lei contêm a calendarização da respetiva execução, bem como a descrição e justificação adequadas.

2 — Em cada medida podem ser inscritas verbas para despesas inerentes à manutenção e beneficiação das infraestruturas.

3 — Na apresentação dos projetos ou das atividades são indicadas as previsões de acréscimo ou diminuição das dotações anuais de funcionamento normal, decorrentes da execução das medidas e com efeitos nos respetivos orçamentos.

4 — O Governo apresenta à Assembleia da República, juntamente com a proposta de lei de revisão, o plano de financiamento das medidas.

Artigo 23.º

Competências no procedimento de revisão

1 — Compete ao Governo, através do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, em articulação com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e com os Chefes de Estado-Maior dos ramos, orientar a elaboração da proposta de lei de revisão.

2 — Compete ao Conselho Superior Militar, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, elaborar o projeto de proposta de lei de revisão.

3 — Compete ao Governo, em Conselho de Ministros, ouvido o Conselho Superior de Defesa Nacional, aprovar a proposta de lei de revisão.

4 — Compete à Assembleia da República aprovar a proposta de lei de revisão.

CAPÍTULO III

Disposições transitórias e finais

Artigo 24.º

Registo predial

1 — Ficam isentos do pagamento de emolumentos devidos pelo registo predial os imóveis constantes do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º

2 — Constitui documento bastante de prova da titularidade do Estado, para efeitos de registo de inscrição predial, o despacho de desafetação a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º

Artigo 25.º
Regime subsidiário

Ao disposto na presente lei, aplicam-se subsidiariamente, salvo disposição em contrário:

- a) Em matéria orçamental, as regras orçamentais dos programas plurianuais;
- b) Em matéria de gestão de infraestruturas:
 - i) O Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto;
 - ii) O Decreto-Lei n.º 196/2001, de 29 de junho;
 - iii) O Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, na sua redação atual.

Artigo 26.º
Norma transitória

1 — Os saldos apurados na execução da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro, alterada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, transitam para o orçamento de 2015 para reforço das dotações das mesmas capacidades no âmbito da presente lei, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional.

2 — O anexo ao Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de novembro, mantém-se em vigor até à publicação do despacho a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º

Artigo 27.º
Norma final

O disposto na presente lei não prejudica a execução de projetos de infraestruturas constantes da Lei de Programação Militar ou de outro qualquer programa de financiamento, designadamente daqueles cujo financiamento em matéria de infraestruturas militares esteja relacionado com a participação de Portugal em organizações internacionais.

Artigo 28.º
Norma revogatória

São revogados:

- a) A Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de setembro;
- b) O Decreto-Lei n.º 219/2008, de 12 de novembro, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 26.º

Artigo 29.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 10 de abril de 2015.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 13 de maio de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 14 de maio de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

(a que se refere o n.º 1 do artigo 4.º)

Medidas relativas a projetos de infraestruturas militares

Unidade: Euro

	Primeiro Quadriénio 2015 a 2018				Total 1.º Q
	2015	2016	2017	2018	
TOTAL de Projetos de Infraestruturas	32 348 757	20 000 000	20 000 000	20 000 000	92 348 757
Capítulo/Medida					
Medida 01 — Componente fixa do MDN/EMGFA	5 819 535	1 813 000	2 473 000	1 596 884	11 702 419
Medida 02 — Componente fixa da Marinha	3 830 580	7 092 000	6 807 500	5 854 750	23 584 830
Medida 03 — Componente fixa do Exército	12 802 977	7 625 000	6 780 000	8 880 000	36 087 977
Medida 04 — Componente fixa da Força Aérea	9 895 665	3 470 000	3 939 500	3 668 366	20 973 531

Unidade: Euro

	Segundo Quadriénio 2019 a 2022				Total 2.º Q	Total dos dois Quadriénios
	2019	2020	2021	2022		
TOTAL de Projetos de Infraestruturas	20 000 000	20 000 000	20 000 000	20 000 000	80 000 000	172 348 757
Capítulo/Medida						
Medida 01 — Componente fixa do MDN/EMGFA	1 163 623	898 147	2 157 500	2 826 768	7 046 038	18 748 457
Medida 02 — Componente fixa da Marinha	7 294 500	4 924 000	6 156 000	5 541 486	23 915 986	47 500 816
Medida 03 — Componente fixa do Exército	8 110 000	10 755 000	7 100 000	6 030 000	31 995 000	68 082 977
Medida 04 — Componente fixa da Força Aérea	3 431 877	3 422 853	4 586 500	5 601 747	17 042 977	38 016 508

Para efeitos da presente lei, entende-se por:

a) «Capítulo», a entidade executante das medidas (serviços centrais de suporte do Ministério da Defesa Nacional, Estado-Maior General das Forças Armadas, Marinha, Exército e Força Aérea);

b) «Medida», o projeto ou conjunto de projetos de infraestruturas necessários ao suprimento de lacunas da componente fixa do sistema de forças nacional, ou outras responsabilidades do Estado.

(DR, 1.ª Série, n.º 95, 18mai15)

Lei Orgânica n.º 7/2015
de 18 de maio

Aprova a lei de programação militar e revoga a Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de agosto

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161.º da Constituição, a lei orgânica seguinte:

CAPÍTULO I
Programação e execução

SECÇÃO I
Disposições gerais

Artigo 1.º
Objeto

1 — A presente lei estabelece a programação do investimento público das Forças Armadas em matéria de armamento e equipamento, com vista à modernização e operacionalização do sistema de forças, concretizado através da edificação das suas capacidades, designadamente as que constam do anexo I à presente lei, da qual faz parte integrante, incluindo ainda investimentos nas seguintes áreas:

- a) Investigação e desenvolvimento;
- b) Sistemas e infraestruturas de apoio;
- c) Desativação e desmilitarização de munições e explosivos.

2 — A presente lei estabelece ainda a programação do investimento a efetuar por conta da receita da alienação de armamento, equipamento e munições, prevista no anexo II à presente lei, da qual faz parte integrante.

3 — As capacidades inscritas na presente lei são as necessárias à consecução dos objetivos de força decorrentes do planeamento de forças, tendo em conta a inerente programação financeira.

SECÇÃO II
Execução e acompanhamento

Artigo 2.º
Competências para a execução

1 — Compete ao Governo, sob direção e supervisão do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, promover a execução da presente lei, a qual é, tendencialmente, centralizada nos serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional, sem prejuízo da competência da Assembleia da República.

2 — A execução da presente lei concretiza-se mediante a assunção dos compromissos necessários para a implementação das capacidades nela previstas.

Artigo 3.º
Acompanhamento pela Assembleia da República

1 — O Governo submete à Assembleia da República, até ao fim do mês de março do ano seguinte àquele a que diga respeito, um relatório do qual conste a pormenorização das dotações respeitantes a cada capacidade, dos contratos efetuados no ano anterior e das responsabilidades futuras deles resultantes, bem como toda a informação necessária ao controlo da execução da presente lei.

2 — O membro do Governo responsável pela área da defesa nacional informa anualmente a Assembleia da República sobre a execução de todas as capacidades inscritas na presente lei e, ainda, de alterações às taxas de juro, no âmbito dos contratos de locação celebrados ao abrigo da Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de agosto.

SECÇÃO III

Disposições orçamentais

Artigo 4.º

Dotações orçamentais

- 1 — As capacidades e as respetivas dotações são as que constam dos anexos I e II à presente lei.
- 2 — As dotações das capacidades evidenciadas nos anexos I e II à presente lei são expressas a preços constantes, por referência ao ano da respetiva revisão.

Artigo 5.º

Procedimento de contratação conjunta

- 1 — Pode ser adotado um procedimento de contratação conjunta para a execução relativa a mais do que uma capacidade, ainda que previstas em capítulos diferentes.
- 2 — A adoção de um procedimento adjudicatório comum, nos termos do número anterior, depende de autorização do membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional.

Artigo 6.º

Isenção de emolumentos

Sempre que a execução da presente lei se faça mediante a celebração de contratos, estes estão isentos de emolumentos devidos pelo serviço de visto do Tribunal de Contas.

Artigo 7.º

Financiamento

- 1 — A lei que aprova o Orçamento do Estado contempla anualmente as dotações necessárias à execução relativa às capacidades previstas na presente lei.
- 2 — O financiamento dos encargos resultantes da presente lei pode ser reforçado mediante a afetação de receitas que lhe sejam especificamente consignadas.
- 3 — O encargo anual relativo a cada capacidade pode ser excedido, mediante aprovação do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, desde que:
 - a) Não seja excedido o montante globalmente previsto para a mesma capacidade na presente lei;
 - b) O acréscimo seja compensado por redução das dotações de outras capacidades, nesse ano, no mesmo montante.
- 4 — Os saldos verificados no fim de cada ano económico transitam para o orçamento do ano seguinte, para reforço das dotações das mesmas capacidades até à sua completa execução, através de abertura de créditos especiais, autorizada pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

Artigo 8.º

Limites orçamentais

- 1 — A lei que aprova o Orçamento do Estado fixa anualmente o montante global máximo dos encargos que o Governo está autorizado a satisfazer com as prestações a liquidar, referentes aos contratos de locação celebrados ao abrigo da Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de agosto.
- 2 — No âmbito de cada uma das capacidades constantes dos anexos I e II à presente lei, podem ser assumidos compromissos, nos termos legalmente previstos, dos quais resultem encargos plurianuais com vista à sua plena realização, desde que os respetivos montantes não excedam, em cada um dos anos económicos seguintes, os valores e prazos estabelecidos na presente lei e de acordo com os critérios fixados na lei que aprova o Orçamento do Estado.

Artigo 9.º

Alterações orçamentais

São da competência do membro do Governo responsável pela área da Defesa Nacional:

- a) As alterações orçamentais entre capítulos;
- b) As transferências de dotações entre as diversas capacidades e projetos;
- c) As transferências de dotações provenientes de capacidades e projetos existentes para novas capacidades e projetos a criar no decurso da execução do Orçamento do Estado.

Artigo 10.º

Sujeição a cativos

Sem prejuízo do disposto na lei que aprova o Orçamento do Estado, as dotações a que se referem os anexos I e II à presente lei estão excluídas de cativações orçamentais.

Artigo 11.º

Responsabilidades contingentes decorrentes de cláusulas penais

A lei que aprova o Orçamento do Estado prevê anualmente uma dotação provisional, no Ministério das Finanças, que suporta os pagamentos eventualmente resultantes do acionamento de cláusulas penais contra o Estado, previstas no âmbito dos contratos de locação celebrados ao abrigo da Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de agosto.

CAPÍTULO II

Vigência e revisão da presente lei

Artigo 12.º

Período de vigência

A presente lei baseia-se num planeamento de modernização e reequipamento para um período de três quadriénios, sem prejuízo dos compromissos assumidos pelo Estado que excedam aquele período.

Artigo 13.º

Revisão

A revisão da presente lei deve ocorrer no ano de 2018, produzindo os seus efeitos a partir de 2019.

Artigo 14.º

Preparação e apresentação da proposta de lei de revisão

1 — As capacidades a considerar nas revisões da presente lei são divididas em projetos, tendo em conta o preenchimento das lacunas do sistema de forças e os correspondentes objetivos de desenvolvimento das capacidades.

2 — Em cada capacidade, são incluídas as dotações referentes ao ciclo de vida dos bens objeto de aquisição, caso existam.

3 — Na apresentação dos projetos são indicadas as previsões de acréscimo ou diminuição de dotações anuais de funcionamento normal, decorrentes da sua execução e com efeitos nos respetivos orçamentos.

4 — A apresentação da proposta de lei de revisão deve conter fichas de capacidades e projetos com a descrição e justificação adequadas, bem como o respetivo planeamento detalhado.

Artigo 15.º
Competências no procedimento de revisão

1 — Compete ao Governo, através do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, em articulação com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e com os chefes de Estado-Maior dos ramos, orientar a elaboração da proposta de lei de revisão.

2 — Compete ao Conselho Superior Militar, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior, elaborar o projeto de proposta de lei de revisão.

3 — Compete ao Governo, em Conselho de Ministros, ouvido o Conselho Superior de Defesa Nacional, aprovar a proposta de lei de revisão.

4 — Compete à Assembleia da República aprovar a proposta de lei de revisão.

CAPÍTULO III
Disposições transitórias e finais

Artigo 16.º
Regime supletivo

Às capacidades inscritas na presente lei e em tudo aquilo que não as contrariem, aplicam-se, supletivamente, as regras orçamentais dos programas plurianuais.

Artigo 17.º
Norma transitória

1 — Os saldos apurados na execução da Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de agosto, transitam para o orçamento de 2015, para reforço das dotações das mesmas capacidades no âmbito da presente lei, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

2 — A Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de agosto, aplica-se aos programas plurianuais em execução à data da entrada em vigor da presente lei, ainda que não estejam naquela contemplados, até à sua completa execução.

Artigo 18.º
Norma revogatória

É revogada a Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de agosto, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 19.º
Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 10 de abril de 2015.

A Presidente da Assembleia da República, *Maria da Assunção A. Esteves*.

Promulgada em 13 de maio de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendada em 14 de maio de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO I

(a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º)

Programação do investimento público das Forças Armadas em matéria de armamento e equipamento

Unidade: Milhares de Euro

	1.º Quadriénio – Período de 2015 a 2018				
	2015	2016	2017	2018	Total
SERVIÇOS CENTRAIS					
Capacidades conjuntas	100 000	95 138	94 812	94 664	384 615
Transporte Aéreo (TPT) Estratégico, Tático e Especial	10 000		4 500	7 000	21 500
EMGFA					
Comando e Controlo	4 050	8 531	6 421	5 801	24 803
Ciberdefesa	900	1 100	1 100	1 500	4 600
Informações Militares (INTEL)	0	16	2	2	20
Segurança Militar e Contra-Informação	0	19	46	27	92
Apoio Sanitário	0	0	156	604	760
MARINHA					
Comando e Controlo Naval	1 011	1 023	1 071	1 050	4 154
Oceânica de Superfície	44 605	46 089	52 732	46 426	189 852
Submarina	7 024	3 837	5 469	20 197	36 526
Projeção de Força	50	100	100	100	350
Guerra de Minas	50	100	100	100	350
Patrulha e Fiscalização	0	30 000	29 000	6 500	65 500
Oceanográfica e Hidrográfica	100	300	300	300	1 000
Apoio à Autoridade Marítima Nacional	290	405	405	400	1 500
Reservas de Guerra	200	1 200	500	1 200	3 100
EXÉRCITO					
Comando e Controlo Terrestre	1 935	6 000	6 800	9 500	24 235
Forças Ligeiras	406	12 000	11 500	11 700	35 606
Forças Médias	23	600	0	0	623
Forças Pesadas	463	0	500	1 500	2 463
Defesa Imediata dos Arquipélagos	0	0	0	0	0
Operações Especiais	0	1 400	1 000	1 300	3 700
Informações, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento Terrestre	0	1 600	1 500	2 600	5 700
Transporte Terrestre	400	0	0	0	400
Proteção e Sobrevivência da Força Terrestre	828	410	1 790	5 740	8 768
Sustentação Logística da Força Terrestre	13 205	6 272	5 176	7 758	32 411
Apoio Militar de Emergência	0	0	0	3 000	3 000
Cooperação e Assistência Militar	0	100	0	0	100
Reservas de Guerra	1 500	0	0	2 000	3 500
FORÇA AÉREA					
Comando e Controlo Aéreo	1 550	2 940	3 580	3 830	11 900
Vigilância, Detecção, Identificação (VDI) e Intervenção (QRA-I) no Espaço Aéreo	0	0	1 100	1 650	2 750
Luta Aérea Ofensiva e Defensiva	10 267	6 400	7 480	19 370	43 517
Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento (VRP) Terrestre e Marítimo	510	1 000	2 000	2 700	6 210
Transporte Aéreo (TPT) Estratégico, Tático e Especial	7 600	2 920	7 610	7 831	25 961
Busca e Salvamento (SAR)	0	0	0	0	0
Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação (PPOS) da Força	0	0	0	0	0
Instrução de Pilotagem e Navegação Aérea	0	0	250	250	500
Reservas de Guerra	3 033	500	3 000	3 400	9 933
<i>Total</i>	210 000	230 000	250 000	270 000	960 000

Unidade: Milhares de Euro

	2.º Quadriénio – Período de 2019 a 2022				
	2019	2020	2021	2022	Total
SERVIÇOS CENTRAIS					
Capacidades conjuntas	63 847	104 432	35 609	35 578	239 465
Transporte Aéreo (TPT) Estratégico, Tático e Especial	8 500	3 500	2 500	2 000	16 500
EMGFA					
Comando e Controlo	5 722	7 172	5 322	5 372	23 588
Ciberdefesa	1 350	1 350	1 750	1 350	5 800
Informações Militares (<i>INTEL</i>)	2	2	152	102	258
Segurança Militar e Contra-Inteligência	11	5	12	35	63
Apoio Sanitário	465	165	115	165	910
MARINHA					
Comando e Controlo Naval	1 025	1 025	1 050	1 150	4 250
Oceânica de Superfície	61 964	50 316	68 891	59 431	240 601
Submarina	7 302	4 379	19 934	17 539	49 154
Projeção de Força	100	100	8 903	1 100	10 203
Guerra de Minas	100	100	100	100	400
Patrulha e Fiscalização	500	500	500	500	2 000
Oceanográfica e Hidrográfica	400	300	300	300	1 300
Apoio à Autoridade Marítima Nacional	300	405	500	500	1 705
Reservas de Guerra	1 500	1 800	500	500	4 300
EXÉRCITO					
Comando e Controlo Terrestre	12 290	12 290	12 290	11 448	48 318
Forças Ligeiras	18 800	11 200	2 000	4 500	36 500
Forças Médias	0	0	0	0	0
Forças Pesadas	5 500	4 000	4 000	7 000	20 500
Defesa Imediata dos Arquipélagos	1 000	0	0	0	3 000
Operações Especiais	1 000	1 000	1 790	3 000	6 790
Informações, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento Terrestre	4 100	1 900	7 120	7 000	20 120
Transporte Terrestre	400	400	100	2 000	2 900
Proteção e Sobrevivência da Força Terrestre	5 100	4 290	5 290	15 358	30 038
Sustentação Logística da Força Terrestre	14 100	11 580	22 420	30 260	78 360
Apoio Militar de Emergência	0	1 000	0	1 710	2 710
Cooperação e Assistência Militar	0	0	0	0	0
Reservas de Guerra	0	2 000	2 000	0	4 000
FORÇA AÉREA					
Comando e Controlo Aéreo	2 713	1 193	4 963	3 963	12 832
Vigilância, Detecção, Identificação (VDI) e Intervenção (QRA-I) no Espaço Aéreo	750	600	1 100	0	2 450
Luta Aérea Ofensiva e Defensiva	15 300	8 900	21 350	20 950	66 500
Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento (VRP) Terrestre e Marítimo	3 000	1 000	4 000	4 000	12 000
Transporte Aéreo (TPT) Estratégico, Tático e Especial	8 110	8 346	8 589	8 839	33 884
Busca e Salvamento (SAR)	20 000	20 000	20 000	20 000	80 000
Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação (PPOS) da Força	500	500	500	0	1 500
Instrução de Pilotagem e Navegação Aérea	5 250	5 250	7 250	7 250	25 000
Reservas de Guerra	4 000	4 000	4 100	2 000	14 100
<i>Total</i>	275 000	275 000	275 000	275 000	1 100 000

Unidade: Milhares de Euro

	3.º Quadriénio – Período de 2023 a 2026					Total
	2023	2024	2025	2026	Total	
SERVIÇOS CENTRAIS						
Capacidades conjuntas	32 624	16 288	0	0	48 912	672 993
Transporte Aéreo (TPT) Estratégico, Tático e Especial	1 000				1 000	39 000
EMGFA						
Comando e Controlo	6 522	6 322	4 872	6 422	24 138	72 529
Ciberdefesa	800	1 200	800	800	3 600	14 000
Informações Militares (INTEL)	102	102	102	102	408	686
Segurança Militar e Contra-Inteligência	5	0	2	2	8	163
Apoio Sanitário	65	65	65	65	260	1 930
MARINHA						
Comando e Controlo Naval	1 000	4 500	4 500	4 600	14 600	23 004
Oceânica de Superfície	53 835	57 884	98 378	52 025	262 123	692 576
Submarina	33 335	31 066	19 322	22 945	106 667	192 347
Projeção de Força	300	300	373	302	1 276	11 829
Guerra de Minas	100	100	100	100	400	1 150
Patrulha e Fiscalização	500	500	500	500	2 000	69 500
Oceanográfica e Hidrográfica	300	300	5 000	5 000	10 600	12 900
Apoio à Autoridade Marítima Nacional	505	500	500	505	2 010	5 215
Reservas de Guerra	500	500	500	500	2 000	9 400
EXÉRCITO						
Comando e Controlo Terrestre	11 748	2 488	2 488	2 488	19 092	91 645
Forças Ligeiras	1 000	0	2 000	0	3 000	75 106
Forças Médias	1 500	1 500	0	5 000	8 000	8 623
Forças Pesadas	9 200	6 000	17 500	17 500	50 200	73 163
Defesa Imediata dos Arquipélagos	0	0	0	0	0	1 000
Operações Especiais	0	0	0	0	0	10 490
Informações, Vigilância, Aquisição de Objetivos e Reconhecimento Terrestre	3 600	2 800	100	100	6 600	32 420
Transporte Terrestre	1 000	1 000	1 000	1 000	4 000	7 300
Proteção e Sobrevivência da Força Terrestre	19 500	32 500	25 500	28 900	106 400	145 206
Sustentação Logística da Força Terrestre	29 900	27 500	14 720	19 120	91 240	202 011
Apoio Militar de Emergência	0	0	0	0	0	5 710
Cooperação e Assistência Militar	0	0	0	0	0	510
Reservas de Guerra	2 000	0	0	0	2 000	9 500
FORÇA AÉREA						
Comando e Controlo Aéreo	2 300	3 413	2 650	3 050	11 413	36 145
Vigilância, Detecção, Identificação (VDI) e Intervenção (QRA-I) no Espaço Aéreo	0	0	5 000	18 000	23 000	28 200
Luta Aérea Ofensiva e Defensiva	18 000	29 100	18 683	30 000	95 783	205 800
Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento (VRP) Terrestre e Marítimo	5 000	6 000	8 000	10 813	29 813	48 023
Transporte Aéreo (TPT) Estratégico, Tático e Especial	9 097	9 362	9 635	9 951	38 045	97 890
Busca e Salvamento (SAR)	20 000	20 000	20 000	20 000	80 000	160 000
Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação (PPOS) da Força	0	0	1 500	2 000	3 500	5 000
Instrução de Pilotagem e Navegação Aérea	7 250	7 250	6 250	6 250	27 000	52 500
Reservas de Guerra	2 413	6 500	5 000	7 000	20 913	44 946
Total	275 000	275 000	275 000	275 000	1 100 001	3 160 000

ANEXO II**(a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º)****Programação do investimento a efetuar por conta da receita da alienação de armamento, equipamento e munições****Unidade: Milhares de Euro**

	1.º Quadriénio – Período de 2015 a 2018				
	2015 (a)	2016	2017	2018	Total
SERVIÇOS CENTRAIS					
Transporte Aéreo (TPT) Estratégico, Tático e Especial	2 000	6 480	0	0	8 480
MARINHA					
Oceânica de Superfície	8 000	7 000	3 000	0	18 000
EXÉRCITO					
Comando e Controlo Terrestre		3 000	3 000	0	6 000
FORÇA AÉREA					
Luta Aérea Ofensiva e Defensiva (b)	29 000	18 600	2 700	0	50 300
Luta Aérea Ofensiva e Defensiva	13 000	3 500	4 550	0	21 050
Operações Aéreas de Vigilância, Reconhecimento e Patrulhamento (VRP) Terrestre e Marítimo	1 000	0	0	0	1 000
Projeção, Proteção, Operacionalidade e Sustentação (PPOS) da Força	3 000	4 000	2 000	0	9 000
Instrução de Pilotagem e Navegação Aérea	70	100	0	0	170
<i>Total</i>	56 070	42 680	15 250	0	114 000

(a) Inclui 24 000 000 € a transitar de 2014, resultante de saldos de alienação de equipamento militar.

(b) Conforme previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2013, de 21 de agosto.

(DR, 1.ª Série, n.º 95, 18mai15)

II — DECRETOS-LEIS**Ministério da Defesa Nacional****Decreto-Lei n.º 81/2015
de 15 de maio**

Os regimes jurídicos dos subsistemas de assistência na doença aos militares das Forças Armadas (ADM), da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública (SAD) preveem a possibilidade de inscrição de cônjuges, ou de unidos de facto, que não estejam abrangidos, em resultado do exercício de atividade remunerada ou tributável, por regime de segurança social de inscrição obrigatória.

A Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, alterada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e pelos Decretos-Leis n.ºs 29-A/2011, de 1 de março, e 105/2013, de 30 de julho, permitiu igualmente a inscrição nestes subsistemas por parte dos cônjuges, ou unidos de facto, que sejam beneficiários da Direção-Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), sendo para isso criada a categoria de beneficiário extraordinário.

Neste enquadramento, o presente diploma procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho, e pela Lei n.º 30/2014, de 19 de maio, que aprovou o regime jurídico da assistência na

doença aos militares das Forças Armadas, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho e pela Lei n.º 30/2014, de 19 de maio, que aprovou o regime jurídico de assistência na doença da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), tornando possível a inscrição no subsistema ADM e nos SAD de todos os cônjuges não separados de pessoas e bens, dos cônjuges sobreviventes, dos unidos de facto e dos unidos de facto sobreviventes, dos beneficiários titulares que não sejam beneficiários titulares de outro subsistema público de assistência na doença, nem tenham renunciado à qualidade de beneficiário titular de outro subsistema público de assistência na doença.

Foi promovida a audição das associações profissionais dos Militares das Forças Armadas, nos termos do disposto na alínea *b)* do artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto, das associações profissionais da GNR e as associações sindicais da PSP, para efeitos do disposto, respetivamente, na Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto, e na Lei n.º 14/2002, de 19 de fevereiro.

Assim:

Nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º **Objeto**

O presente diploma procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, que estabelece o regime jurídico da assistência na doença aos militares das Forças Armadas e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, que aprovou o regime jurídico de assistência na doença da Guarda Nacional Republicana (GNR) e da Polícia de Segurança Pública (PSP), consagrando a possibilidade, mediante o pagamento de uma contribuição, de inscrição voluntária, nos subsistemas de assistência na doença dos militares das Forças Armadas (ADM) e da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública (SAD) da GNR e da PSP, dos cônjuges não separados de pessoas e bens, dos cônjuges sobreviventes, dos unidos de facto e dos unidos de facto sobreviventes, dos beneficiários titulares, que não possuam vínculo de emprego público e que não sejam beneficiários, titulares ou familiares, destes subsistemas ou de outro subsistema público de assistência na doença, nem tenham anteriormente renunciado à qualidade de beneficiário titular de outro subsistema público de assistência na doença.

Artigo 2.º **Alteração ao Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro**

Os artigos 2.º, 3.º, 5.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho, e pela Lei n.º 30/2014, de 19 de maio, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º **[...]**

1 — [...].

2 — A inscrição na ADM é obrigatória para as pessoas referidas no n.º 1 do artigo 4.º e facultativa para as pessoas referidas nas alíneas *c)* e *d)* do artigo 3.º e no n.º 2 do artigo 4.º, podendo estas últimas optar pelo regime de proteção social que lhes seja mais favorável.

3 — [...].

4 — [...].

5 — [...].

6 — [...].

7 — [...].

Artigo 3.º **[...]**

[...]:

- a) [...];
- b) [...];
- c) Beneficiários extraordinários;
- d) Beneficiários associados.

Artigo 5.º

[...]

1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a elegibilidade para a inscrição como beneficiário familiar ou equiparado depende da verificação das condições previstas no regime da ADSE para a inscrição como beneficiários familiares ou equiparados, com as necessárias adaptações.

2 — *[Revogado]*.

3 — [...].

4 — [...].

Artigo 13.º

[...]

1 — [...].

2 — [...].

3 — [...].

4 — Os beneficiários associados previstos no artigo 5.º-B, ficam obrigados ao pagamento de uma contribuição de 3,5%, a descontar mensalmente no vencimento, na pensão de aposentação ou na pensão de reforma do beneficiário titular, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

5 — O beneficiário associado em situação de viuvez, ou considerado membro sobrevivente da união de facto, fica obrigado ao pagamento de uma contribuição de 3,5 %, a descontar mensalmente na sua pensão de viuvez ou de sobrevivência, consoante o caso.

6 — A contribuição a que se referem os n.ºs 4 e 5 incide sobre:

a) 79% da remuneração base do beneficiário titular, excluído o suplemento da condição militar;

b) 79% de 80% da pensão de aposentação ou de reforma do respetivo beneficiário titular, ou da pensão de viuvez ou de sobrevivência auferida pelo beneficiário associado.

7 — Quando o montante ao qual são aplicadas as percentagens previstas no número anterior for inferior a uma vez e meia a retribuição mínima mensal garantida, a contribuição a que se referem os n.ºs 4 e 5 incide sobre uma vez a retribuição mínima mensal garantida.

8 — Os descontos e as contribuições referidos nos n.ºs 1, 2, 4 e 5, constituem receita da entidade gestora da ADM.

9 — *[Anterior n.º 5].»*

Artigo 3.º

Aditamento ao Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro

É aditado ao Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho, e pela Lei n.º 30/2014, de 19 de maio, o artigo 5.º-B, com a seguinte redação:

«Artigo 5.º-B Beneficiários associados

1 — Podem inscrever-se como beneficiários associados os cônjuges não separados de pessoas e bens, os cônjuges sobreviventes, os unidos de facto e os unidos de facto sobreviventes, dos beneficiários titulares da ADM, que não possuam vínculo de emprego público e que não se encontrem numa das seguintes situações:

a) Sejam beneficiários titulares ou familiares deste ou de outro subsistema público de assistência na doença;

b) Tenham anteriormente renunciado à qualidade de beneficiário titular de outro subsistema público de assistência na doença.

2 — A faculdade prevista no número anterior deve ser exercida no prazo de três meses a contar da data da verificação dos factos que a constituem.

3 — O regime aplicável aos beneficiários associados da ADM é definido por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública e da defesa nacional.»

Artigo 4.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro

Os artigos 2.º, 5.º e 24.º do Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho, e pela Lei n.º 30/2014, de 19 de maio, passam a ter a seguinte redação:

«Artigo 2.º

[...]

[...]:

- a) [...];
- b) [...];
- c) Beneficiários extraordinários;
- d) Beneficiários associados.

Artigo 5.º

[...]

1 — Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a elegibilidade para a inscrição como beneficiário familiar ou equiparado depende da verificação das condições previstas no regime da ADSE para a inscrição como beneficiário familiar ou equiparado, com as necessárias adaptações.

2 — *[Revogado]*.

3 — [...].

4 — [...].

5 — [...].

Artigo 24.º

[...]

1 — [...].

2 — [...].

3 — [...].

4 — Os beneficiários associados, previstos no artigo 5.º-B, ficam obrigados ao pagamento de uma contribuição de 3,5%, a descontar mensalmente no vencimento, na pensão de aposentação ou na pensão de reforma do beneficiário titular, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

5 — O beneficiário associado em situação de viuvez, ou considerado membro sobrevivente da união de facto, fica obrigado ao pagamento de uma contribuição de 3,5 %, a descontar mensalmente na sua pensão de viuvez ou de sobrevivência, consoante o caso.

6 — A contribuição a que se referem os n.ºs 4 e 5 incide sobre:

a) 79 % da remuneração base do beneficiário titular, excluído o suplemento por serviço nas forças de segurança;

b) 79 % de 80 % da pensão de aposentação ou de reforma do respetivo beneficiário titular, ou da pensão de viuvez ou de sobrevivência auferida pelo beneficiário associado.

7 — Quando o montante ao qual são aplicadas as percentagens previstas no número anterior for inferior a uma vez e meia a retribuição mínima mensal garantida, a contribuição a que se referem os n.ºs 4 e 5 incide sobre uma vez a retribuição mínima mensal garantida.

8 — Os descontos e as contribuições referidos nos n.ºs 1, 2, 4 e 5, constituem receita da entidade gestora dos SAD.

9 — *[Anterior n.º 5].»*

Artigo 5.º

Aditamento ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro

É aditado ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho, e pela Lei n.º 30/2014, de 19 de maio, o artigo 5.º-B, com a seguinte redação:

«Artigo 5.º-B Beneficiários associados

1 — Podem inscrever-se como beneficiários associados os cônjuges não separados de pessoas e bens, os cônjuges sobreviventes, os unidos de facto e os unidos de facto sobreviventes, dos beneficiários titulares dos SAD, que não possuam vínculo de emprego público e que não se encontrem numa das seguintes situações:

a) Sejam beneficiários titulares ou familiares deste ou de outro subsistema público de assistência na doença;

b) Tenham anteriormente renunciado à qualidade de beneficiário titular de outro subsistema público de assistência na doença.

2 — A faculdade prevista no número anterior deve ser exercida no prazo de três meses a contar da data da verificação dos factos que a constituem.

3 — O regime aplicável aos beneficiários associados dos SAD é definido por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública e da administração interna.»

Artigo 6.º

Norma transitória

Os cônjuges não separados de pessoas e bens, os cônjuges sobreviventes, os unidos de facto e os unidos de facto sobreviventes que, à data da entrada em vigor do presente diploma, se encontrem nas condições previstas nos artigos 5.º-B do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, e do Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, ambos na redação dada pelo presente decreto-lei, devem exercer essa faculdade no prazo de três meses a contar dessa data.

Artigo 7.º

Norma revogatória

São revogados:

a) O n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 167/2005, de 23 de setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho, e pela Lei n.º 30/2014, de 19 de maio;

b) O n.º 2 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro, alterado pela Lei n.º 53-D/2006, de 29 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 105/2013, de 30 de julho, e pela Lei n.º 30/2014, de 19 de maio.

Artigo 8.º **Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 16 de abril de 2015. — *Pedro Passos Coelho* — *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque* — *José Pedro Correia de Aguiar-Branco* — *Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues*.

Promulgado em 28 de abril de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 11 de maio de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

(DR, 1.ª Série, n.º 94, 15mai15)

Decreto-Lei n.º 90/2015 **de 29 de maio**

O Conceito Estratégico de Defesa Nacional, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril, define as prioridades e objetivos do Estado no âmbito da defesa, com base na análise da situação estratégica e do ambiente internacional, providenciando o quadro de ação aos objetivos estratégicos e às medidas anteriormente definidas no Programa do XIX Governo Constitucional.

No sentido de materializar as medidas referidas, a Reforma «Defesa 2020», aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, estabelece orientações para um novo ciclo de planeamento estratégico de defesa e para a reorganização da macroestrutura da defesa nacional e das Forças Armadas.

A Diretiva Ministerial para a reforma estrutural na Defesa Nacional e nas Forças Armadas, aprovada pelo Despacho n.º 7 527-A/2013, de 31 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 111, de 11 de junho, estabelece a revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, considerando a necessidade da adaptação do Estatuto à nova macroestrutura das Forças Armadas e à preconizada racionalização dos efetivos militares, acautelando a compatibilização desse diploma estruturante com o atual contexto legal.

Ressalva-se que, apesar da linha de ação principal da presente alteração legislativa ser a otimização da utilização dos efetivos militares tendo em conta as necessidades do serviço efetivo, o propósito fundamental do Estatuto assenta na valorização da carreira militar e na salvaguarda das suas especificidades.

Assim, e decorrente do modelo de reorganização da estrutura superior das Forças Armadas, é criado o posto de comodoro ou brigadeiro-general que, atento à necessidade de racionalização de efetivos, se traduz na extinção orgânica de cargos inerentes ao posto de Major-General, tal como decorre das leis orgânicas do Estado-Maior-General das Forças Armadas e dos três ramos das Forças Armadas, aprovadas, respetivamente, pelos Decretos-Leis n.ºs 184/2014, 185/2014, 186/2014 e 187/2014, todos de 29 de dezembro. Paralelamente, e atendendo ao reforço das capacidades operacionais das Forças Armadas e ao equilíbrio de rácios entre as categorias, o ingresso na categoria de sargentos passa a ser efetuado no posto de Subsargento ou Furriel, enquanto na categoria de praças é criado o posto de Cabo-Mor.

Por outro lado, a evolução dos níveis de ensino e a crescente complexidade funcional na execução das missões das Forças Armadas exigem também a valorização do nível habilitacional de ingresso nos quadros permanentes e de admissão aos regimes de contrato e de voluntariado, num quadro de correta articulação entre as especificidades do ensino e formação militar com o sistema nacional de ensino.

Ainda no âmbito da valorização da carreira militar, é criada a função de chefia técnica para a categoria de sargentos, o que permite atribuir autoridade e responsabilidades acrescidas a estes militares.

Na categoria de oficiais, especificamente no quadro especial de pilotos aviadores, o tempo mínimo de serviço efetivo para abate aos quadros permanentes é ajustado em equilíbrio com uma adequada

compensação no âmbito da passagem à situação de reserva, tendo em conta os crescentes custos na formação destes militares e à necessidade de rentabilização das suas qualificações e certificações.

Também no âmbito da gestão dos quadros, prevê-se a possibilidade dos militares da categoria de sargentos dos quadros especiais na área da saúde dos ramos transitarem para a categoria de oficiais nos respetivos quadros de técnicos de saúde, desde que sejam possuidores das habilitações adequadas.

Outros mecanismos que têm reflexo direto no desenvolvimento das carreiras são a criação de um sistema comum de avaliação do mérito dos militares das Forças Armadas, dirimindo a possibilidade de distorções nos fluxos de quadros equiparáveis entre ramos, e a possibilidade do militar, por opção individual, transitar para um modelo horizontal de carreira, garantindo, por exemplo, o desempenho de cargos e exercício de funções em áreas que exigem uma elevada componente de especialização.

Contudo, a carreira militar, fruto da necessária hierarquização da instituição militar, deve ser, por princípio, desenvolvida em progressão vertical através das promoções dos militares que passam a ser genericamente baseadas na modalidade de escolha, garantindo-se a seleção dos mais aptos para o exercício de funções inerentes ao posto imediato.

Para além dos aspetos subjacentes à valorização da carreira militar, é de realçar a importância de uma gestão eficaz dos efetivos militares, atendendo ao quadro de racionalização exigido pelos constrangimentos atuais. Consequentemente, são definidos e caracterizados os diferentes tipos de efetivos militares que servem de base para um novo modelo de fixação e previsão de efetivos, em conformidade com o estipulado na Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, garantindo-se a correlação integrada com as necessidades anuais das Forças Armadas e uma simplificação dos processos legais atinentes.

Atendendo à alteração da base demográfica do país e ao aumento sustentado da esperança média de vida, otimiza-se o desenvolvimento da carreira militar para um horizonte temporal de 40 anos de tempo de serviço militar, com as consequentes adaptações dos tempos mínimos nos postos e aumento dos limites de idade de passagem à reserva. Com este mesmo fim, são fixadas condições mais restritivas de passagem à reserva, nomeadamente o fim da possibilidade de requerer a passagem a esta situação a partir dos 20 anos de tempo de serviço militar.

Adicionalmente, e no sentido de tornar a reserva num instrumento mais flexível e adequado às necessidades das Forças Armadas e do país, é prevista a possibilidade dos militares na situação de reserva fora da efetividade de serviço serem convocados para o desempenho de cargos ou exercício de funções de interesse público no âmbito das missões das Forças Armadas em organismos do Estado, fora da estrutura e da tutela da defesa nacional, na sua área de residência.

Para a concretização do planeamento global e integrado dos efetivos, é dada primazia ao desempenho de cargos e exercício de funções na estrutura das Forças Armadas, incluindo restrições nas situações em que a colocação do militar noutro organismo causa perturbação na gestão das carreiras, desenvolvendo-se as disposições relativas às incompatibilidades na acumulação de funções públicas ou privadas.

No âmbito da reforma, e numa aproximação ao regime geral da aposentação, o Estatuto prevê também o aumento para os 66 anos como a idade de passagem obrigatória para a situação de reforma dos militares das Forças Armadas.

Representando estas alterações uma mudança substantiva do regime estatutário aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, importa consagrar um regime transitório que preveja uma adaptação gradual e calendarizada da aplicação do novo regime jurídico aos militares das Forças Armadas.

Foram ouvidas as associações de militares, nos termos do disposto na alínea *b*) do artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29 de agosto.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 11/89, de 1 de junho, e nos termos da alínea *c*) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º **Objeto**

O presente diploma aprova o Estatuto dos Militares das Forças Armadas.

Artigo 2.º

Aprovação

É aprovado, em anexo ao presente diploma, que dele faz parte integrante, o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, doravante designado por Estatuto.

Artigo 3.º

Direito de opção

1 — Sem prejuízo do disposto na 2.ª parte do artigo 24.º, os militares do quadro especial de pilotos aviadores que, à data da entrada em vigor do presente diploma, tenham menos de 14 anos de tempo de serviço efetivo após ingresso nos quadros permanentes (QP), dispõem de um prazo de 90 dias, a contar da data da entrada em vigor do presente diploma, para optar pelo regime previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 171.º do Estatuto, através de declaração dirigida ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

2 — O militar que exerça o direito de opção previsto no número anterior pode declarar a passagem à situação de reserva após completar 36 anos de tempo de serviço militar.

Artigo 4.º

Alteração da designação de quadro especial

O quadro especial de técnicos de enfermagem e diagnóstico e terapêutica (TEDT), previsto no Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, passa a ter, no Estatuto, a designação de quadro especial de técnico de saúde (TS).

Artigo 5.º

Transição para a categoria de oficiais

1 — Os enfermeiros e os técnicos de diagnóstico e terapêutica, de farmácia e de medicina veterinária que, à datada entrada em vigor do presente diploma, se encontrem na categoria de sargentos e estejam habilitados com o grau de ensino exigido para o ingresso na categoria de oficiais nos quadros de técnicos de saúde, podem transitar para esta categoria, nos seguintes termos:

a) Manifestem vontade neste sentido, através de requerimento dirigido ao Chefe do Estado-Maior do respetivo ramo, a apresentar até 31 de julho de 2015;

b) Tenham aproveitamento na frequência de ação de formação regulada por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

2 — Nos termos do número anterior, o ingresso nos quadros especiais de técnicos de saúde é efetuado no posto de subtenente ou de alferes, mantendo o militar a sua posição remuneratória de origem até atingir uma posição remuneratória igual ou superior na categoria de oficiais;

3 — A transição prevista no n.º 1 ocorre durante um período de até quatro anos, de acordo com o planeamento a aprovar, por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, até 31 de agosto de 2015, sob proposta do Conselho de Chefes de Estado-Maior (CCEM).

4 — O disposto no presente artigo é aplicável aos militares que se encontrem em formação na data da entrada em vigor do presente diploma, desde que apresentem requerimento nos termos previstos no n.º 1, até 30 dias após o ingresso nos respetivos quadros especiais.

Artigo 6.º

Extinção de quadros especiais na categoria de sargentos

Sem prejuízo dos ingressos dos militares que se encontrem em formação na data da entrada em vigor do presente diploma, conforme previsto no n.º 4 do artigo anterior, entram em extinção, por cancelamento das admissões, os seguintes quadros especiais:

a) Enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica, previstos na alínea a) do artigo 266.º do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho;

b) Medicina, farmácia, medicina veterinária e diagnóstico e terapêutica, previstos na alínea a) do artigo 272.º do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho;

c) Serviço de saúde, previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 276.º do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho.

Artigo 7.º

Classes em extinção na Marinha

1 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, são extintas as classes de manobra e serviços, nas categorias de sargentos e de praças da Marinha.

2 — Mantêm-se em extinção as seguintes classes:

- a) Na categoria de oficiais, a classe de farmacêuticos navais;
- b) Na categoria de sargentos, as classes de artilheiros, condutores de máquinas, radaristas, eletricitas, torpedeiros-detetores e abastecimento;
- c) Na categoria de praças, as classes de artilheiros, condutores de máquinas, radaristas, eletricitas, torpedeiros-detetores e abastecimento.

3 — Deixam de estar em extinção e reiniciam-se as admissões nas seguintes classes da Marinha:

- a) Na categoria de sargentos, as classes de manobras, maquinistas-navais e condutores mecânicos de automóveis;
- b) Na categoria de praças, as classes de manobras e condutores mecânicos de automóveis.

4 — Até à extinção das classes referidas nos n.ºs 1 e 2, bem como da classe referida na alínea a) do artigo anterior, mantêm-se em vigor as disposições que lhes são especificamente aplicáveis, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho.

Artigo 8.º

Novos postos

1 — As normas relativas ao posto de Subsargento ou Furriel aplicam-se aos militares que terminem os cursos de formação de sargentos cujos concursos de admissão e início da frequência ocorram em data posterior à da entrada em vigor do presente diploma.

2 — As normas respeitantes ao posto de Cabo-Mor aplicam-se após a entrada em vigor do diploma que alterar o Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro, que aprova o regime remuneratório aplicável aos militares dos quadros permanentes e em regime de contrato e de voluntariado dos três ramos das Forças Armadas e do diploma que regulamente o ingresso de militares com aquele posto nos respetivos quadros especiais.

Artigo 9.º

Passagem à reserva e reforma

1 — O regime previsto no n.º 4 do artigo 121.º, na alínea b) do artigo 152.º, no n.º 2 do artigo 159.º e no n.º 4 do artigo 206.º do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, mantém-se em vigor até 31 de dezembro de 2016 para os militares que completem ou tenham completado 20 anos de tempo de serviço militar entre 1 de janeiro de 2006 e a data da entrada em vigor do presente diploma.

2 — As disposições transitórias previstas nos n.ºs 2 a 4 e 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de setembro, na parte que respeita ao regime de passagem à reserva, são revogadas a partir de 1 de janeiro de 2017.

3 — Aos militares que passem à reserva até 31 de dezembro de 2016, ao abrigo das disposições transitórias previstas nos n.ºs 2 a 4 e 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de setembro, aplicam-se os regimes de reserva, de passagem à reforma e de reforma salvaguardados por essas disposições transitórias.

4 — Aos militares abrangidos pelas disposições transitórias previstas nos n.ºs 2 a 4 e 6 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de setembro, que se mantenham na situação de ativo após 1 de janeiro de 2017, independentemente do momento em que passem à reforma, aplica-se o regime de reforma salvaguardado por essas disposições transitórias, designadamente é garantida a reforma sem redução de pensão nos termos vigentes a 31 de dezembro de 2005.

5 — O disposto no n.º 1 do artigo 155.º do Estatuto aplica-se aos militares que sejam promovidos após a data da sua entrada em vigor.

6 — Aos oficiais gerais existentes à data da entrada em vigor do presente diploma aplica-se o disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 154.º do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, até à promoção ao posto seguinte.

7 — O disposto no n.º 3 do artigo 158.º do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, mantém-se em vigor para os oficiais gerais existentes à data da entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 10.º

Adequação do regime geral de segurança social

Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 55/2006, de 15 de março, é objeto de regulamentação a matéria complementar necessária à concretização do regime especial dos militares das Forças Armadas face ao regime geral de segurança social, no prazo máximo de um ano, a contar da data da entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 11.º

Convocação na reserva fora da efetividade de serviço

O disposto nos n.ºs 3 a 5 do artigo 156.º do Estatuto é aplicável aos militares que transitem para a situação de reserva após a data da entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 12.º

Limites de idade

Os limites de idade previstos no artigo 153.º do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, mantêm-se em vigor até que o militar seja promovido ao posto imediato.

Artigo 13.º

Modalidades de promoção

As modalidades de promoção aprovadas pelo Estatuto aplicam-se a partir de 1 de janeiro de 2016, à exceção da promoção de militares na situação de demorados, aos quais se aplica a modalidade em vigor ao abrigo do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho.

Artigo 14.º

Tempos mínimos de permanência nos postos

Os tempos mínimos de permanência nos postos previstos nos artigos 217.º e 263.º e na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 287.º do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, mantêm-se em vigor até que o militar seja promovido ao posto imediato.

Artigo 15.º

Acesso aos postos na categoria de oficiais

1 — Aos oficiais que ingressaram na categoria com o grau de licenciatura pré-Bolonha ou equivalente é aplicável o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 128.º do Estatuto.

2 — Aos oficiais que ingressaram na categoria com o grau de bacharelato pré-Bolonha ou equivalente é aplicável o disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 128.º do Estatuto.

Artigo 16.º

Exclusão da promoção

1 — O disposto na alínea *a*) do artigo 185.º do Estatuto aplica-se aos militares que forem promovidos aos postos de Contra-Almirante ou Major-General e Comodoro ou Brigadeiro-General após a data da entrada em vigor do presente diploma.

2 — O disposto na alínea *d*) do artigo 185.º do Estatuto aplica-se aos militares que forem promovidos aos postos de Capitão-Tenente ou Major e Primeiro-Sargento após a data da entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 17.º

Complemento de pensão

1 — Aos militares dos QP que à data da entrada em vigor do presente diploma se encontrem na situação de reforma ou de reforma extraordinária, independentemente de se encontrarem a auferir a pensão definitiva atribuída pela Caixa Geral de Aposentações, I. P., ou a pensão provisória atribuída pelo respetivo ramo, aplica-se, até ao termo do respetivo direito, respetivamente, o disposto nos n.ºs 1 a 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, e no n.º 4 do artigo 122.º do EMFAR aprovado por este último decreto-lei.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o somatório da pensão de reforma e do complemento de pensão abonado nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, e do n.º 4 do artigo 122.º do EMFAR aprovado por este último decreto-lei não pode ser superior à remuneração de reserva ilíquida a que os militares teriam direito, deduzida da percentagem da quota para efeitos de aposentação, caso a passagem à situação de reforma se verificasse na idade limite prevista para o regime geral da Administração Pública.

3 — Para efeitos do disposto no número anterior, o valor da remuneração de reserva ilíquida, deduzida da percentagem da quota para aposentação, é fixado à data da entrada em vigor do presente diploma, sem prejuízo de eventuais alterações decorrentes de medidas de redução remuneratória ou da respetiva reversão.

4 — As verbas necessárias para fazer face aos abonos previstos no presente artigo são anualmente inscritas no orçamento da defesa nacional e pagas pelos ramos a que os militares pertencem.

Artigo 18.º

Aumento do tempo de serviço

1 — Ao tempo de serviço prestado antes da data da entrada em vigor do presente diploma aplicam-se os aumentos de tempo previstos na legislação em vigor à data em que o serviço foi prestado.

2 — O disposto no n.º 3 do artigo 48.º do Estatuto aplica-se apenas ao tempo de serviço prestado a partir da data da entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 19.º

Atribuição de nível 5 de qualificação

1 — O disposto no artigo 130.º do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, mantém-se em vigor até à regulamentação da atribuição do nível 5 de qualificação prevista no n.º 1 do artigo 129.º do Estatuto e nos termos nela previstos.

2 — O regime de atribuição do nível 5, previsto no número anterior, é aprovado por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CCEM, no prazo de 180 dias, a contar da data da entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 20.º

Quadro especial de pilotos aviadores

1 — O tempo mínimo de serviço efetivo previsto na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 171.º do Estatuto é aplicável aos militares do quadro especial de pilotos aviadores cuja data de ingresso neste quadro especial seja posterior à data da entrada em vigor do presente diploma.

2 — Os tempos mínimos de 8 e 12 anos previstos na alínea *a*) do n.º 2 do artigo 170.º do EMFAR aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 310/2007, de 11 de setembro, mantêm-se em vigor para os militares que tenham ingressado no quadro especial de pilotos aviadores em data anterior à data da entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 21.º
Progressão horizontal da carreira militar

O diploma a que se refere o n.º 2 do artigo 125.º do Estatuto é aprovado, sob proposta do CCEM, no prazo de 180 dias, a contar da data da entrada em vigor do presente diploma.

Artigo 22.º
Aplicação de diplomas próprios

Até à entrada em vigor dos diplomas próprios previstos no Estatuto, aplicam-se os correspondentes diplomas atualmente em vigor.

Artigo 23.º
Norma revogatória

São revogados:

- a) O Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com exceção dos n.ºs 1 a 3 e 5 do seu artigo 9.º-A e dos seus artigos 11.º a 14.º, 16.º e 18.º a 28.º, e sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 7.º, nos n.ºs 1, 6 e 7 do artigo 9.º, nos artigos 12.º, 13.º, 14.º, 17.º e 19.º e no n.º 2 do artigo 20.º do presente diploma;
- b) A Portaria n.º 1247/90, de 31 de dezembro.

Artigo 24.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no primeiro dia do segundo mês seguinte ao da sua publicação, com exceção do n.º 2 do artigo 153.º do Estatuto, que entra em vigor a 1 de janeiro de 2017.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 2 de abril de 2015. — *Pedro Passos Coelho* — *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque* — *Berta Maria Correia de Almeida de Melo Cabral* — *Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues* — *Maria Leonor de Sá Barreiros da Silva Parreira* — *Luís Pedro Russo da Mota Soares*.

Promulgado em 22 de maio de 2015.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBAL CAVACO SILVA.

Referendado em 26 de maio de 2015.

O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

(a que se refere o artigo 2.º)

ESTATUTO DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS

LIVRO I
Parte geral

TÍTULO I
Disposições gerais

Artigo 1.º
Objeto

O Estatuto dos Militares das Forças Armadas, doravante designado por Estatuto, desenvolve a Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar e decorre da Lei de Defesa Nacional (LDN) e da Lei do Serviço Militar (LSM).

Artigo 2.º

Âmbito

O presente Estatuto aplica-se aos militares das Forças Armadas em qualquer situação e forma de prestação de serviço.

Artigo 3.º

Formas de prestação de serviço

As formas de prestação de serviço efetivo são as seguintes:

- a) Serviço efetivo nos quadros permanentes (QP);
- b) Serviço efetivo em regime de contrato (RC), nas suas várias modalidades;
- c) Serviço efetivo em regime de voluntariado (RV);
- d) Serviço efetivo decorrente de convocação ou mobilização.

Artigo 4.º

Serviço efetivo nos quadros permanentes

O serviço efetivo nos QP compreende a prestação de serviço pelos cidadãos que, tendo ingressado voluntariamente na carreira militar, adquirem vínculo definitivo às Forças Armadas, designado por nomeação.

Artigo 5.º

Serviço efetivo em regime de contrato e regime de voluntariado

1 — O serviço efetivo em RC compreende a prestação de serviço militar voluntário por um período de tempo definido na LSM, com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas ou ao eventual ingresso do militar em RC nos QP.

2 — O serviço efetivo em RV compreende a prestação de serviço militar voluntário pelo período de tempo definido na LSM, com vista à satisfação das necessidades das Forças Armadas, ao ingresso do militar em RV no RC ou ao eventual recrutamento para os QP.

Artigo 6.º

Serviço efetivo por convocação ou mobilização

1 — O serviço efetivo decorrente de convocação ou mobilização compreende o serviço militar prestado na sequência do recrutamento excecional, nos termos previstos na LSM e na lei que regula a mobilização no interesse da defesa nacional.

2 — O conteúdo e a forma de prestação do serviço efetivo por convocação ou mobilização são regulados por diploma próprio.

Artigo 7.º

Juramento de bandeira

O militar, em cerimónia pública, presta juramento de bandeira perante a Bandeira Nacional, mediante a fórmula seguinte:

«Juro, como português(a) e como militar, guardar e fazer guardar a Constituição e as leis da República, servir as Forças Armadas e cumprir os deveres militares.

Juro defender a minha Pátria e estar sempre pronto(a) a lutar pela sua liberdade e independência, mesmo com o sacrifício da própria vida.»

Artigo 8.º

Designação dos militares

1 — Os militares são designados pelo número de identificação, posto, classe, arma, serviço ou especialidade e nome.

2 — Quando a classe, arma ou serviço e especialidade estiver dividida nos termos do n.º 5 do artigo 166.º, os militares devem ser designados pela subclasse, especialidade e subespecialidade, respetivamente.

3 — Aos militares nas situações de reserva ou de reforma é incluída na sua designação, respetivamente, a indicação «RES» ou «REF», a seguir à classe, arma, serviço ou especialidade.

4 — Excetuam-se do disposto nos n.ºs 1 e 2, os militares alunos, cujas designações constam dos regulamentos escolares dos cursos que frequentam.

Artigo 9.º

Identificação militar

1 — Ao militar dos QP é atribuído um bilhete de identidade militar, que constitui título bastante para provar a identidade do seu portador em território nacional e substitui, para esse efeito, o cartão do cidadão.

2 — Ao militar em RC e RV é conferido um cartão de identificação militar, de uso obrigatório.

Artigo 10.º

Processo individual

1 — O processo individual do militar compreende os documentos que diretamente lhe digam respeito, designadamente os de natureza estatutária e disciplinar ou os que contenham decisões proferidas no âmbito da legislação penal militar.

2 — Do processo individual não podem constar quaisquer referências ou informações sobre as opiniões ou convicções filosóficas, religiosas ou políticas do militar.

3 — As peças que constituem o processo individual são registadas, numeradas e classificadas.

4 — O livrete de saúde, que se destina ao registo dos factos de índole sanitária de cada militar na efetividade de serviço, faz parte integrante do respetivo processo individual.

5 — A escrituração do livrete de saúde compete ao serviço de saúde da unidade, estabelecimento ou órgão competente.

6 — O modelo de livrete de saúde é fixado por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, ouvido o Conselho de Chefes de Estado-Maior (CEEM).

7 — O militar tem direito de acesso ao respetivo processo individual.

TÍTULO II

Deveres e direitos

CAPÍTULO I

Dos deveres

Artigo 11.º

Deveres gerais

1 — O militar deve estar sempre pronto a defender a Pátria, mesmo com sacrifício da própria vida, o que afirma solenemente perante a Bandeira Nacional, em cerimónia pública.

2 — O militar deve, em todas as circunstâncias, pautar o seu procedimento pelos princípios da ética e da honra, conformando os seus atos pela obrigação de guardar e fazer guardar a Constituição e a lei, pela sujeição à condição militar e pela obrigação de assegurar a dignidade e o prestígio das Forças Armadas.

3 — O militar deve ainda:

- a) Aceitar com coragem os riscos físicos e morais decorrentes das suas missões de serviço;
- b) Cumprir e fazer cumprir a disciplina militar;
- c) Usar a força somente com legitimidade e quando tal se revele estritamente necessário;
- d) Cumprir rigorosamente as normas de segurança militar;

- e) Usar uniforme, exceto nos casos em que a lei o prive do seu uso ou seja expressamente determinado ou autorizado o contrário;
- f) Comprovar a sua identidade e situação, sempre que solicitado pelas autoridades competentes.

Artigo 12.º

Deveres especiais

1 — São deveres especiais do militar:

- a) O dever de obediência;
- b) O dever de autoridade;
- c) O dever de disponibilidade;
- d) O dever de tutela;
- e) O dever de lealdade;
- f) O dever de zelo;
- g) O dever de camaradagem;
- h) O dever de responsabilidade;
- i) O dever de isenção política;
- j) O dever de sigilo;
- k) O dever de honestidade;
- l) O dever de correção;
- m) O dever de aprumo.

2 — A caracterização dos deveres referidos no número anterior consta do Regulamento de Disciplina Militar (RDM).

Artigo 13.º

Poder de autoridade

1 — O militar que exerça funções de comando, direção ou chefia exerce o poder de autoridade inerente a essas funções, bem como a correspondente competência disciplinar.

2 — O exercício dos poderes de autoridade implica a responsabilidade pelos atos que por si ou por sua ordem forem praticados.

3 — O exercício do poder de autoridade tem como limites a Constituição e os atos normativos nela referidos, as convenções e acordos internacionais e as leis e os costumes de guerra.

Artigo 14.º

Incompatibilidades e acumulações

1 — As funções militares são, em regra, exercidas em regime de exclusividade.

2 — O desempenho de funções em regime de acumulação depende de autorização prévia do Chefe de Estado-Maior (CEM) respetivo, de acordo com o regime de incompatibilidades e acumulações fixado para o exercício de funções públicas, com as necessárias adaptações.

3 — Sem prejuízo do disposto no n.º 1, o militar na efetividade de serviço ou nas situações de licença com perda de vencimento, em comissão especial ou inatividade temporária não pode, por si ou por interposta pessoa, exercer quaisquer atividades privadas relacionadas com as suas funções militares ou com o equipamento, o armamento, a infraestrutura e a reparação de materiais destinados às Forças Armadas.

4 — O militar não pode exercer atividades incompatíveis com o seu grau hierárquico ou o decoro militar ou que o coloquem em dependência suscetível de afetar a sua respeitabilidade e dignidade perante as Forças Armadas ou a sociedade.

Artigo 15.º

Violação dos deveres

A violação dos deveres enunciados nos artigos anteriores é, consoante os casos, punível nos termos previstos no RDM ou no Código de Justiça Militar (CJM).

CAPÍTULO II

Dos direitos

Artigo 16.º

Direitos, liberdades e garantias

1 — O militar goza de todos os direitos, liberdades e garantias reconhecidos aos demais cidadãos, estando o exercício de alguns desses direitos e liberdades sujeito às restrições constitucionalmente previstas, na estrita medida das exigências próprias das respetivas funções, e nos termos previstos na LDN.

2 — O militar não pode ser prejudicado ou beneficiado em virtude da ascendência, sexo, raça, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Artigo 17.º

Honras militares

O militar tem, nos termos da lei, direito ao uso de uniforme, títulos, honras, precedências, imunidades e isenções inerentes à sua condição militar.

Artigo 18.º

Remuneração

1 — O militar tem direito a auferir remuneração em função da forma de prestação de serviço, posto, tempo de serviço e cargo que desempenha, nos termos previstos em diploma próprio.

2 — Com fundamento no regime especial de prestação de trabalho, na permanente disponibilidade e nos ónus e restrições inerentes à condição militar, é atribuído aos militares um suplemento remuneratório de natureza certa e permanente, designado por suplemento da condição militar.

3 — O militar pode beneficiar de outros suplementos remuneratórios e abonos, nos termos previstos em diplomas próprios.

Artigo 19.º

Garantia em processo disciplinar

O militar, em processo disciplinar, goza de todas as garantias de defesa, sendo-lhe assegurado o direito a constituir defensor, nos termos previstos no RDM.

Artigo 20.º

Proteção jurídica

O militar tem direito a receber do Estado proteção jurídica nas modalidades de consulta jurídica e apoio judiciário, que se traduz na dispensa do pagamento de preparos e custas e das demais despesas do processo, para defesa dos seus direitos e do seu bom nome e reputação, sempre que sejam afetados por causa de serviço que preste às Forças Armadas ou no âmbito destas.

Artigo 21.º

Assistência religiosa

1 — Aos militares que professem religião legalmente reconhecida é garantida assistência religiosa.

2 — Os militares não são obrigados a assistir ou a participar em atos de culto próprios de religião diversa da que professem.

3 — O militar, por razões de serviço, pode ser nomeado para missões militares que decorram em conjunto com cerimónias religiosas.

Artigo 22.º

Detenção e prisão preventiva

1 — Fora de flagrante delito, a detenção de militares na situação de ativo ou na efetividade de serviço é requisitada aos seus superiores hierárquicos pelas autoridades judiciárias ou de polícia criminal competentes, nos termos previstos na legislação processual penal aplicável.

2 — Os militares detidos ou presos preventivamente mantêm-se em prisão militar à ordem do tribunal ou autoridade competente, nos termos previstos na legislação processual penal aplicável.

Artigo 23.º

Direito de transporte e alojamento

1 — O militar tem, no exercício das suas funções militares, direito a transporte e alojamento condignos, de acordo com o cargo desempenhado e o nível de segurança exigível.

2 — Quando, por motivo de serviço, o militar se encontre deslocado em área diferente daquela onde tem residência habitual, tem direito, para si e para o seu agregado familiar, a alojamento fornecido pelo Estado ou, na sua ausência, a um suplemento de residência, nos termos previstos em diploma próprio.

3 — O militar na situação prevista no número anterior tem direito a um abono por compensação das despesas resultantes da sua deslocação e do seu agregado familiar, bem como do transporte da respetiva bagagem, qualquer que seja o meio de transporte utilizado, nos termos fixados pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional.

Artigo 24.º

Fardamento

O militar na efetividade de serviço tem, nos termos previstos em diploma próprio, direito à comparticipação do Estado nas despesas com o fardamento.

Artigo 25.º

Outros direitos

O militar tem, nomeadamente, direito:

a) Ao desenvolvimento, valorização e progressão na carreira, atentos os condicionalismos estabelecidos no presente Estatuto, e à progressão no posto, nos termos previstos no respetivo regime remuneratório, conciliando a sua preparação, experiência e mérito com as necessidades das Forças Armadas;

b) A receber formação adequada ao pleno exercício das funções e missões que lhe forem atribuídas, tendo em vista a sua valorização humana e profissional;

c) A beneficiar, para si e para a sua família, de assistência médica, medicamentosa, hospitalar e de meios de diagnóstico, nos termos previstos em diploma próprio;

d) A serem-lhe aplicadas, em matéria de parentalidade, as disposições constantes da legislação aplicável aos trabalhadores em funções públicas, com as adaptações previstas no artigo 102.º;

e) A apresentar queixas ao Provedor de Justiça, de acordo com o disposto na LDN e nos termos previstos em legislação especial;

f) A beneficiar de redução nas tarifas dos transportes coletivos públicos, nos termos previstos em diploma próprio;

g) A beneficiar, nos termos previstos em lei especial, para si e para a sua família, de um sistema de assistência, proteção e apoio social, abrangendo, designadamente, pensões de reforma, de sobrevivência e de preço de sangue e subsídios de invalidez.

TÍTULO III

Hierarquia, cargos e funções

CAPÍTULO I

Da hierarquia

Artigo 26.º

Hierarquia

1 — A hierarquia militar tem por finalidade estabelecer, em todas as circunstâncias, relações de autoridade e subordinação entre os militares e é determinada pelos postos, também designados por patentes, antiguidades e precedências previstos na lei.

2 — A hierarquia funcional decorre dos cargos e funções militares e respeita a hierarquia dos postos e antiguidade dos militares, ressalvados os casos em que a lei determine de forma diferente.

3 — As escalas hierárquicas dos militares são organizadas por ordem decrescente de postos e, dentro destes, de antiguidade relativa.

Artigo 27.º

Carreira militar

A carreira militar é o conjunto hierarquizado de postos, desenvolvida por categorias, que se concretiza em quadros especiais e a que corresponde o desempenho de cargos e o exercício de funções diferenciadas entre si.

Artigo 28.º

Categorias, subcategorias e postos

1 — Os militares agrupam-se, por ordem decrescente de hierarquia, nas seguintes categorias:

- a) Oficiais;
- b) Sargentos;
- c) Praças.

2 — As subcategorias correspondem a subconjuntos de postos que se diferenciam por um aumento da autonomia, da complexidade funcional e da responsabilidade.

3 — O posto é a posição que, na respetiva categoria, o militar ocupa no âmbito da carreira militar, sendo fixada de acordo com o conteúdo e qualificação da função ou funções.

4 — As categorias, subcategorias e postos dos três ramos das Forças Armadas são os constantes do quadro anexo I ao presente Estatuto e que dele faz parte integrante.

Artigo 29.º

Contagem da antiguidade

A antiguidade do militar em cada posto reporta-se à data fixada no respetivo documento oficial de promoção, considerando-se de menor antiguidade o promovido em data mais recente, salvo disposição em contrário prevista no presente Estatuto.

Artigo 30.º

Antiguidade relativa entre militares

1 — O militar dos QP é mais antigo que o militar em qualquer das outras formas de prestação de serviço, em posto igual ou correspondente e com o mesmo tempo de serviço no posto.

2 — O militar em RC é mais antigo que o militar em RV, bem como este relativamente ao militar convocado ou mobilizado, quando detentores de posto igual ou correspondente, com o mesmo tempo de serviço no posto.

3 — No caso de os militares se encontrarem numa mesma forma de prestação de serviço e possuírem igual antiguidade no posto de ingresso na categoria, é mais antigo o habilitado com formação académica de nível mais elevado.

4 — O militar promovido é mais antigo que o militar graduado em posto igual ou correspondente.

Artigo 31.º

Prevalência de funções

1 — Os casos excepcionais em que a hierarquia funcional implique promoção, graduação ou prevalência sobre a antiguidade são definidos por lei ou regulamento.

2 — A graduação e a prevalência sobre a antiguidade terminam com a exoneração dos cargos ou a cessação de funções.

Artigo 32.º

Atos e cerimónias

Em atos e cerimónias militares ou civis, com exceção das formaturas, os militares colocam-se por ordem hierárquica de postos e antiguidade, respeitando-se, porém, as precedências resultantes da lei, de acordo com as funções que exercem ou os cargos que desempenham.

CAPÍTULO II

Dos cargos e funções

Artigo 33.º

Cargos militares

1 — Consideram-se cargos militares os lugares fixados na estrutura orgânica das Forças Armadas, a que correspondem as funções legalmente definidas.

2 — São ainda considerados cargos militares os lugares existentes em qualquer organismo do Estado ou em organismos internacionais a que correspondem funções de natureza militar.

3 — O desempenho de cargos militares inicia-se com a tomada de posse, suspende-se com o afastamento temporário do titular e cessa com a sua exoneração.

Artigo 34.º

Funções militares

1 — Consideram-se funções militares as que implicam o exercício de competências legalmente previstas para os militares.

2 — As funções militares classificam-se em:

- a) Comando;
- b) Direção ou chefia;
- c) Estado-maior;
- d) Chefia técnica;
- e) Execução.

Artigo 35.º

Função comando

1 — A função comando traduz-se no exercício da autoridade conferida a um militar para dirigir, coordenar e controlar comandos, forças, unidades e estabelecimentos.

2 — O exercício da autoridade conferido pelas leis e regulamentos é acompanhado da correspondente responsabilidade, que não é delegável, sendo o comandante o único responsável, em todas as circunstâncias, pela forma como as forças ou unidades subordinadas cumprem as missões atribuídas.

Artigo 36.º
Função direção ou chefia

1 — A função direção ou chefia traduz-se no exercício da autoridade conferida a um militar para dirigir, coordenar e controlar estabelecimentos e órgãos militares.

2 — O exercício da autoridade conferida pelas leis e regulamentos é acompanhado da correspondente responsabilidade, que não é delegável, sendo o diretor ou chefe o único responsável, em todas as circunstâncias, pela forma como os estabelecimentos e órgãos militares subordinados cumprem as missões atribuídas.

Artigo 37.º
Função estado-maior

A função estado-maior consiste na prestação de apoio à decisão e assessoria ao comandante, diretor ou chefe e traduz-se, designadamente, na elaboração de estudos, informações, diretivas, planos, ordens e propostas tendo em vista a preparação e a transmissão da tomada de decisão e a supervisão da sua execução.

Artigo 38.º
Função de chefia técnica

A função de chefia técnica consiste no exercício de autoridade conferida a um militar, assente na experiência profissional e na habilitação com especiais qualificações técnicas inerentes ao quadro especial a que pertence, que lhe permite assumir a responsabilidade pelo funcionamento, coordenação e controlo de serviços e estruturas de natureza técnica.

Artigo 39.º
Função execução

1 — A função execução traduz-se na realização das ações praticadas pelos militares integrados em forças, unidades, estabelecimentos e órgãos tendo em vista, principalmente, a preparação para o combate, o combate e o apoio ao combate no âmbito da defesa militar da República, bem como o cumprimento das demais missões atribuídas às Forças Armadas.

2 — Na função execução incluem-se as atividades que abrangem, designadamente, as áreas de formação profissional, treino, logística, administrativa e outras de natureza científica, tecnológica e cultural.

3 — Integram-se também nesta função as atividades de docência e de investigação em estabelecimentos militares, sendo o seu desempenho regulado por diploma próprio.

Artigo 40.º
Competência e responsabilidade

A cada militar é atribuída competência compatível com o nível de responsabilidade inerente às funções a exercer, de acordo com o posto e qualificação exigidos para o seu eficiente desempenho.

Artigo 41.º
Cargo de posto inferior

O militar não pode ser nomeado para cargo a que corresponda posto inferior ao seu nem, salvo disposição legal em contrário, estar subordinado a militares de menor patente ou antiguidade.

Artigo 42.º
Cargo de posto superior

1 — O militar nomeado para o cargo a que corresponda posto superior ao que possui é investido, enquanto nessa situação, da autoridade correspondente àquele posto.

2 — A nomeação a que se refere o número anterior tem carácter excecional e provisório.

3 — O militar, enquanto desempenhar cargo de posto superior, tem os direitos inerentes a esse posto, designadamente remuneratórios.

4 — O direito à remuneração referida no número anterior só se constitui quando não haja titular para o cargo militar a desempenhar, nos termos em que este é definido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 33.º

TÍTULO IV

Efetivos, situações e tempo de serviço

CAPÍTULO I

Dos efetivos e das situações

Artigo 43.º

Efetivos militares

1 — Designa-se, genericamente, por efetivos militares na estrutura orgânica das Forças Armadas e fora desta estrutura, o número de militares afetos às diferentes formas de prestação de serviço.

2 — Designam-se efetivos na estrutura orgânica das Forças Armadas, os militares dos QP, na situação de ativo e de reserva na efetividade de serviço, e em RC e RV, destinados a prover os lugares correspondentes aos quadros de pessoal.

3 — Designam-se efetivos fora da estrutura orgânica das Forças Armadas, os militares dos QP, na situação de ativo e de reserva na efetividade de serviço, destinados a prover cargos ou exercer funções na estrutura de outros organismos do Estado.

4 — Designam-se efetivos provisionais, os militares e os militares alunos que se encontrem em formação inicial e que não podem ser designados para prover cargos ou exercer funções na estrutura orgânica das Forças Armadas.

5 — Designam-se efetivos de reserva, os militares dos QP que se encontram na situação de reserva fora da efetividade de serviço.

6 — Designam-se efetivos a aguardar pensão de reforma, os militares que passaram a essa situação e estão a receber uma pensão transitória pela pelos ramos.

7 — Designam-se efetivos que constituem encargo no orçamento da defesa nacional, os efetivos referidos nos n.ºs 2 a 6 e os efetivos decorrentes de convocação e mobilização nos termos previstos na LSM.

Artigo 44.º

Fixação e previsão de efetivos

1 — Os efetivos das Forças Armadas são fixados, nos termos previstos na Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas (LOBOFA), anualmente, por decreto-lei, ouvido o CCEM, discriminando:

a) O quantitativo máximo dos efetivos militares dos QP, na situação de ativo, por ramos e postos, na estrutura orgânica das Forças Armadas e fora dela;

b) O quantitativo máximo dos efetivos militares dos QP, na situação de reserva, na efetividade de serviço, por ramos e categorias, na estrutura orgânica das Forças Armadas e fora dela;

c) A previsão dos efetivos militares dos QP, na reserva fora da efetividade de serviço, por ramos e categorias;

d) O quantitativo máximo dos efetivos militares em RC e RV, por ramos e categorias;

e) O quantitativo máximo dos efetivos militares na situação de ativo, por postos, e na situação de reserva na efetividade de serviço e em RC e RV, por categorias, na estrutura orgânica do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA).

2 — Para efeitos do disposto no presente Estatuto, contabilizam-se nos efetivos da estrutura orgânica das Forças Armadas os militares que exercem cargos ou desempenham funções em todas as estruturas que integram o EMGFA, incluindo em cargos internacionais e as missões militares no estrangeiro, e os ramos.

3 — O número de vagas para admissão aos cursos, tirocínios ou estágios para ingresso nas várias categorias dos QP é fixado anualmente por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEM do respetivo ramo, tendo em conta:

a) As necessidades estruturais e organizacionais e as decorrentes necessidades de alimentação dos quadros especiais;

b) A programação e o desenvolvimento das carreiras, nas diferentes categorias.

4 — O número de vagas para admissão de cidadãos para prestação voluntária de serviço militar efetivo em RC e RV é fixado por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, visando a manutenção do efetivo militar necessário ao cumprimento das missões legalmente cometidas às Forças Armadas.

5 — O decreto-lei referido no n.º 1 é publicado até ao final do primeiro semestre de cada ano e diz respeito aos efetivos para o ano seguinte.

6 — Os efetivos a convocar ou mobilizar são fixados de acordo com as disposições previstas na LSM e demais legislação aplicável.

Artigo 45.º

Situações quanto à prestação de serviço

1 — O militar, independentemente da forma de prestação de serviço, encontra-se numa das seguintes situações:

a) Na efetividade de serviço;

b) Fora da efetividade de serviço.

2 — A situação de efetividade de serviço caracteriza-se pelo desempenho de cargos e exercício de funções próprios do posto, classe, arma, serviço ou especialidade definidos no presente Estatuto.

3 — Considera-se fora da efetividade de serviço o militar que, para além de outras situações tipificadas na lei, se encontre:

a) No cumprimento de penas de prisão criminal e medidas de segurança privativas da liberdade, incluindo o tempo de cumprimento de medida de coação privativa da liberdade que antecedeu a decisão condenatória transitada em julgado, até ao limite da pena;

b) Nas situações de ausência ilegítima ou de deserção;

c) Na situação de licença registada;

d) Na situação de licença ilimitada;

e) Em comissão especial.

CAPÍTULO II

Do tempo de serviço

Artigo 46.º

Contagem de tempo de serviço

1 — Conta-se como tempo de serviço, no sentido de serviço prestado ao Estado, o tempo de serviço militar, acrescido do prestado no exercício de funções públicas.

2 — O tempo de serviço é contado para efeitos de cálculo da remuneração na situação de reserva e para efeitos de prazos de garantia e cálculo da pensão do militar na situação de reforma ou da pensão de invalidez.

3 — O tempo de permanência do militar na situação de reserva é contado para efeitos do cálculo da pensão do militar na situação de reforma ou da pensão de invalidez, passando o pagamento de quotizações e contribuições para o regime de proteção social aplicável a incidir sobre a remuneração relevante para o cálculo da remuneração na situação de reserva.

Artigo 47.º

Contagem de tempo de serviço militar

Conta-se como tempo de serviço militar o tempo de serviço efetivo, acrescido das percentagens de aumentos legalmente previstas.

Artigo 48.º

Contagem de tempo de serviço efetivo

1 — Conta-se como tempo de serviço efetivo o tempo de serviço prestado nas Forças Armadas ou em funções militares fora do seu âmbito, bem como noutras situações expressamente previstas no presente Estatuto, nomeadamente:

- a) Em comissão normal;
- b) Em RC e RV;
- c) Na inatividade temporária por acidente ou doença ou cumprimento de medida de coação privativa da liberdade;
- d) Na frequência de estabelecimentos de ensino superior público militar (EESPM);
- e) Na frequência de estabelecimentos de ensino superior necessária à obtenção das habilitações que constituem condições gerais de admissão aos EESPM;
- f) A duração normal dos respetivos cursos de ensino superior e formação complementar exigida, quando tenha ingressado nos QP mediante concurso e depois de completados cinco anos de serviço efetivo no respetivo quadro especial;
- g) Na frequência de cursos, tirocínios ou estágios nos estabelecimentos militares de ensino que constituem habilitação para o ingresso nos QP na respetiva categoria e quadro;
- h) O tempo em que o militar tenha estado compulsivamente afastado do serviço, desde que reintegrado por revisão do respetivo processo;
- i) No gozo de licença para estudos.

2 — Não é contado como tempo de serviço efetivo, aquele em que o militar tiver permanecido numa das seguintes situações:

- a) Em comissão especial;
- b) Na situação de licença registada;
- c) Na situação de licença ilimitada;
- d) Na situação de ausência ilegítima, deserção ou em outras circunstâncias previstas na legislação disciplinar aplicável;
- e) No cumprimento de penas de prisão criminal e medidas de segurança privativas da liberdade, incluindo o tempo de cumprimento de medida de coação privativa da liberdade que antecedeu a decisão transitada em julgado, até ao limite da pena;
- f) Em qualquer situação pela qual não tenha direito ao abono de remuneração, ou a outra prestação pecuniária, em substituição desta, nos termos da lei.

3 — Todo o tempo de serviço é aumentado da percentagem de 10 %, para efeitos do disposto nos artigos 153.º e 161.º, salvo o disposto no n.º 6 do artigo 104.º.

4 — A percentagem referida no número anterior não é acumulável com o disposto em legislação especial, aplicando-se o regime mais favorável.

Artigo 49.º

Contagem do tempo de permanência no posto

Conta-se como tempo de permanência no posto, o tempo de serviço efetivo a partir da data de antiguidade no respetivo posto.

TÍTULO V

Promoções e graduações

CAPÍTULO I

Das promoções

Artigo 50.º

Promoção

1 — O acesso em cada categoria da carreira militar faz-se por promoção.

2 — A promoção consiste, em regra, na mudança para o posto seguinte da respetiva categoria.

Artigo 51.º

Modalidades de promoção

As modalidades de promoção são as seguintes:

- a) Diuturnidade;
- b) Antiguidade;
- c) Escolha;
- d) Distinção;
- e) A título excecional.

Artigo 52.º

Promoção por diuturnidade

1 — A promoção por diuturnidade consiste no acesso ao posto imediato desde que decorrido o tempo de permanência no posto e satisfeitas as demais condições de promoção, mantendo-se a antiguidade relativa.

2 — Os órgãos de gestão de pessoal de cada ramo asseguram que as promoções previstas no número anterior se concretizem no respeito pelos quadros e efetivos legalmente aprovados.

Artigo 53.º

Promoção por antiguidade

A promoção por antiguidade consiste no acesso ao posto imediato, mediante a existência de vacatura, desde que satisfeitas as condições de promoção e mantendo-se a antiguidade relativa.

Artigo 54.º

Promoção por escolha

1 — A promoção por escolha consiste no acesso ao posto imediato, mediante a existência de vacatura e desde que satisfeitas as condições de promoção, nos termos previstos no presente Estatuto e independentemente da posição do militar na escala de antiguidades.

2 — A promoção por escolha visa selecionar os militares considerados mais competentes e que se revelem com maior aptidão para o exercício de funções inerentes ao posto imediato.

3 — A promoção por escolha é fundamentada, sendo a ordenação realizada com base em critérios gerais, definidos por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

Artigo 55.º

Promoção por distinção

1 — A promoção por distinção consiste no acesso a posto superior, em regra, ao posto imediato, independentemente da existência de vacatura, da posição do militar na escala de antiguidade e da satisfação das condições especiais de promoção.

2 — A promoção por distinção premeia excecionais virtudes e dotes de comando, direção ou chefia demonstrados em campanha ou em ações que tenham contribuído para a glória da Pátria ou para o prestígio da instituição militar.

3 — A promoção por distinção aplica-se a todos os postos previstos nas respetivas classes, armas, serviços e especialidades e sem alteração da forma de prestação de serviço efetivo.

4 — O militar promovido por distinção a um posto para o qual é exigido curso de promoção, frequenta-o sem carácter classificativo.

5 — A promoção por distinção pode processar-se por iniciativa do CEM do respetivo ramo ou mediante proposta do chefe sob cujas ordens serve o militar a promover, carecendo sempre de parecer favorável do conselho superior do respetivo ramo.

6 — O processo para a promoção por distinção deve ser instruído com os documentos necessários para o perfeito conhecimento e prova dos atos praticados que fundamentam a promoção, podendo incluir inquérito contraditório.

7 — O militar pode ser promovido por distinção mais de uma vez, podendo a promoção ocorrer a título póstumo.

Artigo 56.º

Promoção a título excecional

1 — A promoção a título excecional consiste no acesso a posto superior, independentemente da existência de vacatura, tendo, designadamente, lugar nos seguintes casos:

- a) Por qualificação como deficiente das Forças Armadas, quando legislação especial o preveja;
- b) Por reabilitação, em consequência de procedência de recurso em processo criminal ou disciplinar.

2 — A promoção a título excecional pode ter lugar a título póstumo.

3 — A promoção a título excecional é regulada em legislação especial.

Artigo 57.º

Condições de promoção

O militar, para poder ser promovido, tem de satisfazer as condições gerais e especiais de promoção, com exceção dos casos previstos no presente Estatuto.

Artigo 58.º

Condições gerais

As condições gerais de promoção comuns a todos os militares são as seguintes:

- a) Cumprimento dos respetivos deveres;
- b) Exercício com mérito das funções do seu posto;
- c) Qualidades e capacidades pessoais, intelectuais e profissionais requeridas para o posto imediato;
- d) Aptidão física e psíquica adequada.

Artigo 59.º

Verificação das condições gerais

1 — A verificação da satisfação das condições gerais de promoção é feita através:

- a) Do regime de avaliação a que se refere o título VII do presente livro;
- b) Do registo disciplinar;
- c) De outros documentos constantes do processo individual do militar ou que nele venham a ser integrados após decisão superior;
- d) Da apreciação da aptidão física e psíquica, efetuada nos termos previstos no presente Estatuto.

2 — Não é considerada matéria de apreciação aquela sobre a qual exista processo pendente de qualquer natureza, enquanto sobre o mesmo não for proferida decisão definitiva.

3 — As competências relativas à verificação da satisfação das condições gerais de promoção são as definidas no presente Estatuto.

4 — A verificação das condições gerais de promoção compete ao órgão de gestão de pessoal do respetivo ramo.

5 — Nas promoções dos militares dos QP, o órgão de gestão de pessoal é apoiado pelos conselhos de classe, de arma ou serviço e de especialidade, sendo efetuada com base nos processos individuais de promoção organizados pelo mencionado órgão.

Artigo 60.º

Não satisfação das condições gerais

1 — O militar que não satisfaça qualquer das condições gerais de promoção previstas no artigo 58.º fica temporariamente excluído da promoção.

2 — A decisão sobre a não satisfação das condições gerais de promoção previstas no artigo 58.º é da competência do CEM do respetivo ramo, ouvidos o Conselho Superior de Disciplina (CSD) para a prevista na alínea *a)*, o conselho superior do ramo para as previstas nas alíneas *b)* e *c)* e os órgãos do serviço de saúde e juntas médicas competentes para a prevista na alínea *d)*.

3 — Os conselhos superiores formulam os seus pareceres com base nos elementos mencionados no artigo anterior, ouvindo obrigatoriamente o militar em causa e outras pessoas de reconhecido interesse para a elaboração desses pareceres.

4 — A decisão mencionada no n.º 2 toma em conta os pareceres das entidades referidas no mesmo número, é fundamentada e obrigatoriamente comunicada por escrito ao interessado.

5 — O militar dos QP que, num mesmo posto e em dois anos seguidos ou interpolados, não satisfaça, por falta de mérito absoluto, qualquer das três primeiras condições gerais de promoção, é definitivamente excluído da promoção.

Artigo 61.º

Inexistência de avaliação

A inexistência da avaliação a que se refere a alínea *a)* do n.º 1 do artigo 59.º não pode constituir fundamento para se considerar que o militar não satisfaz as condições gerais de promoção.

Artigo 62.º

Verificação da condição física e psíquica

A verificação da condição geral de promoção a que se refere a alínea *d)* do n.º 1 do artigo 59.º é feita:

a) Pela competente junta médica, quando se trate das promoções aos postos de Comodoro ou Brigadeiro-General, de Capitão-Tenente ou Major e de Sargento-Chefe;

b) Pelos elementos que constam das avaliações periódicas e do livrete de saúde, quando se trate das promoções a outros postos, devendo o militar, em caso de dúvida, ser presente à competente junta médica.

Artigo 63.º

Condições especiais

1 — As condições especiais de promoção para os militares dos QP, próprias de cada posto, são as fixadas no presente Estatuto, designadamente nos anexos II, III e IV, que dele fazem parte integrante, abrangendo:

- a)* Tempo mínimo de permanência no posto;
- b)* Exercício de determinadas funções ou desempenho de determinados cargos;
- c)* Frequência de curso de promoção com aproveitamento;
- d)* Prestação de provas de concurso;
- e)* Outras condições de natureza específica.

2 — Compete ao órgão de gestão de pessoal do respetivo ramo tomar as providências adequadas para garantir a satisfação oportuna das condições especiais de promoção exigidas para o acesso ao posto imediato pelo militar dos QP, sem prejuízo da faculdade do próprio militar as poder requerer.

3 — As condições especiais de promoção para os militares em RC e RV, próprias de cada posto, são as fixadas nos artigos 270.º e 274.º.

Artigo 64.º**Verificação das condições especiais de promoção**

1 — A verificação da satisfação das condições especiais de promoção incumbe aos órgãos de gestão de pessoal de cada ramo.

2 — As condições especiais de promoção são satisfeitas em comissão normal.

3 — Sempre que um militar não reúna todas as condições especiais de promoção, mas deva ser incluído no conjunto dos militares a apreciar em virtude da sua antiguidade para efeitos de promoção, é analisado do mesmo modo que os militares com a totalidade das condições, mediante parecer do órgão de gestão de pessoal do ramo, que se pronuncia sobre se o militar deve ou não delas ser dispensado.

4 — O militar em comissão especial deve declarar, com a antecedência necessária, se deseja que lhe seja facultada a satisfação das condições especiais de promoção.

Artigo 65.º**Dispensa das condições especiais de promoção**

1 — Para efeitos de promoção até ao posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Coronel, pode o CEM do respetivo ramo, mediante despacho fundamentado, a título excecional e por conveniência de serviço, dispensar o militar da satisfação das condições especiais de promoção a que se referem as alíneas *b)*, *c)* e *e)* do n.º 1 do artigo 63.º.

2 — A dispensa prevista no número anterior só pode ser concedida a título nominal e por uma só vez na respetiva categoria.

Artigo 66.º**Exclusão temporária**

O militar pode ser excluído temporariamente da promoção, ficando numa das seguintes situações:

- a)* Demorado;
- b)* Preterido.

Artigo 67.º**Demora na promoção**

1 — A demora na promoção tem lugar:

- a)* Quando o militar aguarde decisão do CEM do respetivo ramo sobre parecer do órgão consultivo do respetivo ramo;
- b)* Quando a verificação da satisfação das condições de promoção esteja dependente do trânsito em julgado de decisão judicial;
- c)* Quando a verificação da satisfação das condições de promoção esteja dependente de processo, qualquer que seja a sua natureza, salvo se o CEM do respetivo ramo verificar que esta não põe em causa a satisfação das condições gerais de promoção;
- d)* Quando a verificação da aptidão física ou psíquica esteja dependente de observação clínica, tratamento, convalescença ou parecer da competente junta médica;
- e)* Quando o militar não tenha satisfeito as condições especiais de promoção por razões que não lhe sejam imputáveis.

2 — O militar demorado não presta serviço sob as ordens de militares mais modernos que, entretanto, tenham sido promovidos.

3 — O militar demorado é promovido logo que cessem os motivos que determinaram a demora na promoção, independentemente da existência de vacatura, ocupando na escala de antiguidade no novo posto a mesma posição que teria se a promoção ocorresse sem a demora.

Artigo 68.º

Preterição na promoção

1 — A preterição na promoção tem lugar quando se verifique qualquer das circunstâncias seguintes:

- a) O militar não satisfaça uma das três primeiras condições gerais de promoção;
- b) O militar não satisfaça qualquer das condições especiais de promoção por razões que lhe sejam imputáveis;
- c) O militar se encontre na situação de licença ilimitada;
- d) O militar se encontre a cumprir pena de prisão por crime estritamente militar;
- e) Nos casos previstos no RDM.

2 — O militar, logo que cessem os motivos que determinaram a sua preterição, passa a ser apreciado, para efeitos de promoção ao posto imediato, em igualdade de circunstâncias com os militares de igual posto, classe, arma, serviço ou especialidade, salvo o disposto no n.º 5 do artigo 60.º.

Artigo 69.º

Prisioneiro de guerra

1 — O militar prisioneiro de guerra só pode ser promovido mediante parecer favorável do CSD do ramo, ao qual é presente o seu processo individual, com todos os elementos informativos disponíveis para o efeito.

2 — Nos casos em que o CSD não possa emitir parecer ou este seja desfavorável, o militar prisioneiro de guerra só pode ser apreciado após a sua libertação.

3 — O militar prisioneiro de guerra fica na situação de demorado, enquanto estiver pendente a sua apreciação pelo CSD.

Artigo 70.º

Organização dos processos de promoção

Incumbe aos órgãos de gestão de pessoal de cada ramo proceder à organização dos processos de promoção, os quais incluem todos os elementos necessários para a verificação das condições de promoção.

Artigo 71.º

Confidencialidade dos processos de promoção

Os processos de promoção são confidenciais, sem prejuízo do direito do interessado à consulta do respetivo processo individual, desde que a requeira.

Artigo 72.º

Documento oficial de promoção

1 — O documento oficial de promoção reveste a forma de:

- a) Decreto do Presidente da República, mediante proposta do Governo, na promoção ao posto de Almirante ou General;
- b) Decreto do Presidente da República, após aprovação pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, mediante deliberação do CCEM, nas promoções a oficial general e de oficiais gerais de qualquer dos ramos, com exceção dos referidos na alínea anterior;
- c) Despacho do CEM do respetivo ramo na promoção de oficiais até ao posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Coronel;
- d) Despacho do CEM do respetivo ramo, com possibilidade de delegação e subdelegação, nas promoções de sargentos e praças.

2 — O documento oficial de promoção deve conter menção expressa da data da respetiva antiguidade e da data a partir da qual é devida a remuneração correspondente ao novo posto.

3 — A data a partir da qual é devida a remuneração correspondente ao novo posto é a data da prática do ato de promoção.

4 — A promoção é publicada no *Diário da República* e transcrita nas ordens dos ramos e nas ordens de serviço.

CAPÍTULO II

Das graduações

Artigo 73.º

Condições para a graduação

1 — O militar pode ser graduado em posto superior, com carácter excecional e temporário:

a) Quando, para o exercício de funções indispensáveis, não seja possível prover militares de posto adequado;

b) Na frequência de ciclos de estudos que constituam habilitação de ingresso na respetiva categoria ou quadro especial, de acordo com as condições reguladas por diploma próprio;

c) Noutras situações previstas no presente Estatuto ou em diploma próprio.

2 — O militar graduado goza dos direitos correspondentes ao posto atribuído, com exceção dos decorrentes do tempo de permanência nesse posto para efeitos de antiguidade.

3 — O processo de graduação segue a tramitação prevista para o processo de promoção, com as necessárias adaptações.

Artigo 74.º

Cessação de graduação

1 — A graduação do militar cessa quando:

a) Seja exonerado das funções que a motivaram;

b) Seja promovido ao posto em que foi graduado;

c) Terminem as circunstâncias que lhe deram origem;

d) Desista ou não obtenha aproveitamento no respetivo curso de promoção.

2 — Cessada a graduação, não pode a mesma ser invocada para efeitos de obtenção de quaisquer vantagens ou benefícios.

TÍTULO VI

Ensino e formação nas Forças Armadas

Artigo 75.º

Princípios

1 — O ensino e a formação nas Forças Armadas visam a preparação dos militares para o desempenho de cargos e exercício de funções de cada categoria e quadro especial, concretizando-se em percursos formativos estruturados e na aquisição e desenvolvimento de competências.

2 — As Forças Armadas proporcionam, oportuna e continuamente, formação adequada às suas necessidades e ao desenvolvimento individual e profissional dos militares.

3 — A formação nas Forças Armadas é responsabilidade conjunta da instituição militar, que a proporciona, e do militar, a quem se exige empenho e vontade de aperfeiçoamento.

4 — O ensino e a formação, orientados para a satisfação das necessidades das Forças Armadas, inserem-se no sistema educativo nacional, com as necessárias adaptações.

5 — O ensino e a formação nas Forças Armadas são objeto de procedimentos de avaliação e de gestão da qualidade tendentes a garantir a sua melhoria contínua.

Artigo 76.º

Especificidades

O ensino e a formação ministrados pelas Forças Armadas caracterizam-se por:

- a) Uma formação de base de índole científica, cultural e profissional, destinada a satisfazer as qualificações indispensáveis ao desempenho de cargos e exercício de funções militares, em cada categoria;
- b) Uma formação comportamental, consubstanciada numa sólida educação militar, moral e cívica, tendo em vista desenvolver nos militares qualidades de desempenho, as virtudes e a dedicação ao serviço, inerentes à condição militar;
- c) Preparação específica, visando conferir competências e capacidade para atuar em situações de risco e incerteza típicas do combate armado, em resposta às exigências da segurança e da defesa nacionais;
- d) Preparação física e militar, visando conferir aos militares o desembaraço físico e a prontidão imprescindíveis ao cumprimento das missões que lhes estão incumbidas.

Artigo 77.º

Caracterização

1 — O ensino superior militar, com especial relevância nas ciências militares, consubstancia-se na realização de cursos e ciclos de estudos, conducentes ou não à obtenção de graus académicos.

2 — A formação de nível não superior ministrada nas Forças Armadas consubstancia-se na obtenção de qualificações para o desempenho de cargos e exercício de funções militares necessárias ao cumprimento da missão e, quando aplicável, na obtenção de certificações.

Artigo 78.º

Organização

1 — O ensino e a formação nas Forças Armadas concretizam-se em ciclos de estudos e cursos, ministrados sob a responsabilidade de um organismo militar ou civil reconhecidos para o efeito, revestindo as seguintes tipologias:

- a) Ciclos de estudos e cursos de formação inicial, que habilitam ao ingresso nas diferentes categorias e classe, arma, serviço ou especialidade;
- b) Outros ciclos de estudos de nível superior, conferentes ou não de grau académico, que habilitam os militares com conhecimentos complementares;
- c) Cursos de promoção, destinados a habilitar o militar com os conhecimentos técnico-militares necessários ao desempenho de cargos e exercício de funções de nível e responsabilidade mais elevados, sendo condição especial de acesso ao posto imediato e de avaliação obrigatória;
- d) Cursos de especialização, que visam conferir, desenvolver ou aprofundar conhecimentos e aptidões profissionais numa técnica ou área do saber, necessários ao exercício de determinadas funções específicas para as quais são requeridos conhecimentos suplementares ou aptidões próprias;
- e) Cursos de atualização, que visam a adaptação do militar à evolução técnica, permitindo o acompanhamento do progresso do conhecimento;
- f) Cursos de aperfeiçoamento, que se destinam a melhorar competências e conhecimentos técnico-militares específicos, em complemento de formação anteriormente adquirida;
- g) Cursos de valorização, que não se enquadram em nenhuma das definições anteriores, mas que se destinam, também, ao desenvolvimento das competências transversais dos militares com benefícios para o desempenho das suas funções, conferindo habilitação académica, técnica ou profissional.

2 — O ensino e a formação nas Forças Armadas concretizam-se, ainda, através de tirocínios e estágios, que são uma componente do processo formativo e que visam ministrar a militares admitidos por concurso a preparação militar e os conhecimentos técnico-profissionais necessários ao exercício das

funções próprias da categoria e da classe, arma, serviço ou especialidade a que se destinam, podendo ter caráter probatório e duração variável, consoante a sua finalidade.

3 — Para além do ensino e da formação, a preparação dos militares faz-se através do treino operacional e técnico, que consiste num conjunto de atividades dos militares, integrados ou não em forças, focado no cumprimento da missão, que se destina a manter, complementar e aperfeiçoar as suas competências militares e a garantir a eficiência e eficácia de atuação em condições tão próximas quanto possível do contexto real.

Artigo 79.º

Interrupção ou desistência de cursos

1 — O militar aluno que reprove por motivo de ausência nos cursos referidos na alínea *a)* do n.º 1 do artigo anterior pode repetir o ano ou, em caso de curso num ano letivo único, ingressar na primeira edição do curso a realizar após cessação do impedimento, nos seguintes casos:

- a)* Acidente ou doença em serviço;
- b)* Acidente ou doença fora de serviço, uma só vez durante todo o curso, mediante parecer da competente junta médica;
- c)* Gozo de licença parental inicial, mediante apresentação de certidão de nascimento;
- d)* Gravidez e interrupção de gravidez, mediante apresentação de atestado médico militar.

2 — O CEM do respetivo ramo pode adiar ou suspender a frequência de cursos referidos nas alíneas *c)* e *d)* do n.º 1 do artigo anterior, nos seguintes casos:

- a)* Por exigências de serviço devidamente fundamentadas;
- b)* Por razões de gozo de licença parental inicial, a requerimento do interessado, mediante certidão de nascimento;
- c)* Por razões de gravidez com risco clínico, interrupção de gravidez, acidente ou doença, a requerimento do interessado, mediante parecer da competente junta médica;
- d)* Por uma só vez, a requerimento do interessado, por motivos de ordem pessoal.

3 — O militar a quem seja adiada ou suspensa a frequência do curso de promoção ao abrigo das alíneas *a)*, *b)* e *c)* do número anterior fica demorado a partir da data em que lhe competiria a promoção até se habilitar com o respetivo curso, o qual deve ser frequentado logo que cessem as causas que determinaram o adiamento ou suspensão.

4 — O militar a quem seja concedido o adiamento ou a suspensão da frequência de curso de promoção ao abrigo da alínea *d)* do n.º 2 fica preterido, se entretanto lhe competir a promoção, sendo nomeado para o curso seguinte.

5 — O militar que desista da frequência de curso de promoção, não pode ser novamente nomeado.

Artigo 80.º

Funcionamento

1 — Os cursos, os tirocínios e os estágios são ministrados nos estabelecimentos de ensino e formação das Forças Armadas ou em unidades e serviços das mesmas, sem prejuízo de complementos, unidades, partes ou ações específicas dos mesmos puderem ser ministrados noutros estabelecimentos de ensino ou formação, nacionais ou estrangeiros.

2 — Os militares podem, mediante determinação do CEM do respetivo ramo, ser nomeados para frequentar cursos em estabelecimentos de ensino e formação, civis ou militares, nacionais ou estrangeiros, sendo possível a atribuição de equivalências aos ministrados nos estabelecimentos de ensino e formação das Forças Armadas, nos termos previstos na legislação em vigor.

3 — Os militares colocados na dependência do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA) podem ser nomeados para frequentar os cursos de atualização e aperfeiçoamento, no âmbito das funções que exercem, mediante despacho do CEMGFA, após coordenação prévia com o respetivo ramo.

4 — A nomeação para cursos, tirocínios e estágios é feita por antiguidade, escolha, oferecimento ou concurso, de acordo com as condições fixadas para a respetiva frequência.

5 — A identificação, as condições de admissão e os requisitos dos cursos, tirocínios e estágios que habilitam à mudança de categoria, dos cursos que conferem grau académico do ensino superior e dos cursos de especialização, são publicados em ordem de serviço, com um mínimo de 30 dias antes do início do curso.

6 — A nomeação dos militares para a frequência dos cursos, tirocínios e estágios referidos no número anterior é feita por despacho do CEM do respetivo ramo, de acordo com as necessidades funcionais de cada ramo, tendo em conta os seguintes fatores:

- a) Oferecimento do militar;
- b) Currículo académico, formativo e profissional;
- c) Desempenho profissional ao longo da carreira.

7 — Os militares habilitados com curso, tirocínio ou estágio referido no n.º 5 estão obrigados a permanecer no serviço efetivo por um período mínimo estipulado pelo CEM do respetivo ramo, podendo, a pedido do interessado, este período ser reduzido mediante a fixação da correspondente indemnização ao Estado, a estabelecer pelo CEM em função da natureza do curso, tirocínio ou estágio, das despesas que lhes estiveram associadas e da expectativa de afetação funcional.

8 — O funcionamento dos cursos, tirocínios e estágios, designadamente no respeitante à sua organização, plano de estudos, avaliação e falta de aproveitamento são regulados em diploma próprio.

TÍTULO VII

Avaliação

CAPÍTULO I

Da avaliação do mérito

Artigo 81.º

Modo e finalidades

1 — A avaliação do militar na efetividade de serviço visa apreciar o mérito absoluto e relativo, assegurando o desenvolvimento na categoria respetiva, fundamentado na demonstração da capacidade militar e da competência técnica para o exercício de funções de responsabilidade de nível mais elevado.

2 — A avaliação do militar destina-se ainda a permitir a correção e o aperfeiçoamento do sistema, das técnicas e dos critérios de avaliação.

3 — A avaliação do mérito é obtida através da apreciação do currículo, com especial relevo para a avaliação individual, tendo em vista uma correta gestão de pessoal, designadamente quanto a:

- a) Recrutamento e seleção;
- b) Formação e aperfeiçoamento;
- c) Promoção;
- d) Desempenho de cargos e exercício de funções.

4 — Para efeitos do disposto no número anterior, a avaliação do mérito de cada militar é feita com base em critérios objetivos relativos ao exercício de todas as suas atividades e funções.

5 — As instruções para a execução do sistema de avaliação do mérito são regulamentadas por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CCEM.

Artigo 82.º

Princípios fundamentais

1 — A avaliação individual é obrigatória e contínua, abrangendo todos os militares na efetividade de serviço.

2 — A avaliação individual é uma prerrogativa da hierarquia militar, com exceção do disposto no número seguinte.

3 — A avaliação individual do militar que presta serviço fora da estrutura orgânica das Forças Armadas compete aos superiores hierárquicos de que depende, de acordo com o disposto na portaria prevista no n.º 5 do artigo anterior.

4 — Cada avaliação individual refere-se apenas ao período a que respeita, sendo independente de outras avaliações anteriores.

5 — A avaliação individual é sempre fundamentada e está subordinada a juízos de valor precisos e objetivos, de modo a evitar julgamentos preconcebidos, sejam ou não favoráveis.

6 — A avaliação individual é obrigatoriamente comunicada ao interessado.

7 — A avaliação individual é condicionada pela forma de prestação de serviço militar efetivo, categoria e especificidades dos ramos.

Artigo 83.º

Finalidade da avaliação individual

A avaliação individual destina-se a:

- a) Selecionar os mais aptos para o desempenho de determinados cargos e exercício de determinadas funções;
- b) Atualizar o conhecimento do potencial humano existente;
- c) Avaliar a adequabilidade dos recursos humanos aos cargos e funções exercidos;
- d) Compatibilizar as aptidões do avaliado e os interesses da instituição militar, tendo em conta a crescente complexidade decorrente do progresso científico, técnico, operacional e organizacional;
- e) Incentivar o cumprimento dos deveres militares e o aperfeiçoamento técnico-militar.

Artigo 84.º

Confidencialidade

1 — A avaliação individual é confidencial, de modo a garantir o necessário sigilo no seu processamento, sem prejuízo da publicação dos resultados finais dos cursos, concursos, provas, tirocínios, estágios ou outros elementos que devam ou possam ser do conhecimento geral, bem como da emissão de certidões requeridas para efeitos de instrução de recursos.

2 — No tratamento informático são respeitadas as regras prescritas na Constituição e na lei.

Artigo 85.º

Periodicidade

1 — As avaliações individuais podem ser:

- a) Periódicas;
- b) Extraordinárias.

2 — As avaliações periódicas não devem exceder o período de um ano, abrangendo todos os militares na efetividade de serviço, com exceção de:

- a) Almirantes ou Generais e Vice-Almirantes ou Tenentes-Generais;
- b) Contra-Almirantes ou Majores-Generais, nos quadros especiais em que estes postos sejam os mais elevados.

3 — As avaliações extraordinárias são realizadas de acordo com a portaria referida no n.º 5 do artigo 81.º, sempre que:

- a) Se verifique a transferência do avaliado e desde que tenha decorrido um período igual ou superior a seis meses após a última avaliação;
- b) Qualquer dos avaliadores considere justificado e oportuno proceder a uma reavaliação;
- c) Seja superiormente determinado.

Artigo 86.º

Avaliadores

1 — Na avaliação individual intervêm um primeiro e um segundo avaliador.

2 — O primeiro avaliador deve munir-se de todos os elementos que permitam formular uma apreciação objetiva e justa sobre o avaliado, sendo da sua exclusiva responsabilidade as informações que venha a prestar.

3 — O segundo avaliador deve pronunciar-se quanto ao modo como o primeiro avaliador apreciou o avaliado, sempre que tiver conhecimento direto deste.

4 — O segundo avaliador deve ainda pronunciar-se sobre a maneira como o primeiro avaliador apreciou os avaliados do mesmo posto, considerados no seu conjunto.

5 — Não há segundo avaliador, quando o primeiro avaliador:

- a) For oficial general;
- b) Estiver diretamente subordinado ao CEMGFA ou ao CEM do respetivo ramo;
- c) For entidade titular de cargo situado no topo da hierarquia funcional, quando não inserida na estrutura das Forças Armadas.

6 — No âmbito interno das Forças Armadas os avaliadores dos militares dos QP são, obrigatoriamente, militares dos QP.

Artigo 87.º

Avaliações divergentes

Quando, após um conjunto de avaliações sobre o militar, se verificar uma avaliação nitidamente divergente, seja favorável ou desfavorável, as entidades competentes de cada ramo promovem averiguações no sentido de esclarecer as razões que a motivaram.

Artigo 88.º

Juízo favorável e desfavorável

Sempre que da avaliação individual conste referência, parecer ou juízo significativamente favoráveis ou desfavoráveis, as entidades competentes de cada ramo convocam o militar para lhe dar conhecimento pessoal desse parecer ou juízo, no intuito de contribuir para o estímulo, orientação e valorização do mesmo.

Artigo 89.º

Tratamento da avaliação

1 — A avaliação individual é objeto de tratamento estatístico, cumulativo e comparativo, do conjunto de militares nas mesmas situações.

2 — Nenhuma avaliação individual poderá, por si só, determinar qualquer ato de administração de pessoal em matéria de promoções.

Artigo 90.º

Reclamação e recurso

Ao avaliado é assegurado o direito de apresentar reclamação e interpor recurso hierárquico dirigido ao mais elevado superior hierárquico do autor do ato, sempre que discordar da avaliação que lhe é atribuída.

CAPÍTULO II

Aptidão física e psíquica

Artigo 91.º

Apreciação

1 — A aptidão física e psíquica do militar é apreciada por meio de:

- a) Inspeções médicas;

- b) Provas de aptidão física;
- c) Exames psicotécnicos;
- d) Juntas médicas.

2 — Os meios, métodos e periodicidade de apreciação da aptidão física e psíquica aplicáveis a cada uma das formas de prestação de serviço são objeto de regulamentação em cada ramo.

Artigo 92.º

Falta de aptidão

1 — O militar que não possua suficiente aptidão física ou psíquica para o exercício de algumas funções relativas ao seu posto, classe, arma, serviço ou especialidade, é reclassificado em função da sua capacidade geral de ganho, passando a exercer outras que melhor se lhe adequem.

2 — O não cumprimento dos mínimos fixados nas provas de aptidão física não é suficiente para concluir da inexistência da necessária aptidão, devendo ser dada ao militar a possibilidade de repetição das provas após um período de preparação especial e, se necessário, de sujeição a inspeção médica.

Artigo 93.º

Juntas médicas

1 — O militar, independentemente das inspeções médicas periódicas a que se deva sujeitar, comparece perante a competente junta médica nos seguintes casos:

- a) Para efeitos de promoção, nos termos previstos no presente Estatuto;
- b) Quando regresse à comissão normal e assim for julgado necessário;
- c) Quando houver dúvidas acerca da sua aptidão física.

2 — O CEM do respetivo ramo pode dispensar da apresentação à junta médica a que se refere a alínea a) do número anterior o militar que, por motivos imperiosos de serviço, a ela não possa comparecer.

Artigo 94.º

Incapacidade permanente

O militar que adquirir uma incapacidade permanente resultante de lesão ou doença adquirida ou agravada no cumprimento do serviço militar ou na defesa dos interesses da Pátria beneficia dos direitos desse posto, incluindo remuneratórios, regulados no presente Estatuto e em diploma próprio.

TÍTULO VIII

Licenças, proteção na parentalidade e estatuto do trabalhador-estudante

Artigo 95.º

Tipos de licença

Aos militares podem ser concedidas as seguintes licenças:

- a) Para férias;
- b) Por mérito;
- c) De junta médica;
- d) Por falecimento de familiar;
- e) Por casamento;
- f) Registada;
- g) Por proteção na parentalidade;
- h) Por motivo de transferência;
- i) Para estudos;
- j) Especial para exercício de capacidade eleitoral passiva, nos termos previstos na LDN;
- k) Licença ilimitada;
- l) Outras de natureza específica, previstas no presente Estatuto ou em legislação especial.

Artigo 96.º
Licença para férias

1 — Aos militares são aplicáveis, em matéria de férias, as disposições previstas para a Administração Pública, sem prejuízo da atividade operacional ou da frequência de cursos, tirocínios, ou estágios.

2 — As férias não gozadas por motivos relacionados com a atividade operacional ou com a frequência de cursos, tirocínios, ou estágios podem ser gozadas nos dois anos subsequentes ao do seu vencimento.

3 — A licença para férias só pode ser interrompida por imperiosa necessidade de serviço ou por motivos excecionais.

4 — A licença para férias só pode ser concedida após seis meses de serviço efetivamente prestado.

5 — Os militares em RC e RV gozam a licença de férias durante a vigência do respetivo vínculo contratual.

Artigo 97.º
Licença por mérito

A licença por mérito é concedida e gozada nos termos previstos no RDM.

Artigo 98.º
Licença de junta médica

A licença de junta médica é concedida pelas entidades indicadas nos regulamentos aplicáveis, mediante parecer a emitir pelas juntas médicas.

Artigo 99.º
Licença por falecimento de familiar

1 — A licença por falecimento de familiar é concedida:

a) Por cinco dias seguidos, pelo falecimento do cônjuge ou unido de facto, de parente ou afim no primeiro grau da linha reta;

b) Por dois dias seguidos, pelo falecimento de parente ou afim em qualquer outro grau da linha reta e no segundo grau da linha colateral.

2 — No ato da apresentação ao serviço pode ser exigida a prova do falecimento que justificou a concessão da licença.

Artigo 100.º
Licença por casamento

A licença por casamento é concedida por 15 dias seguidos, tendo em atenção o seguinte:

a) O pedido deve ser apresentado com uma antecedência mínima de 15 dias, relativamente à data em que se pretende iniciar o período da licença;

b) A confirmação do casamento é efetuada através de certidão destinada ao processo individual.

Artigo 101.º
Licença registada

1 — A licença registada pode ser concedida, a requerimento do interessado, por motivos de natureza particular que a justifiquem ou nos termos previstos no presente Estatuto, dependendo a sua concessão de não existir inconveniente para o serviço.

2 — A licença registada concedida ao militar dos QP não pode ser imposta, nem perfazer mais de seis meses, seguidos ou interpolados, por cada período de cinco anos.

3 — A licença registada a que se refere o número anterior não pode ser concedida, de cada vez, por períodos inferiores a um mês.

4 — Ao militar em RC pode ser concedida licença registada, por tempo não superior a três meses, seguidos ou interpolados, por cada período de três anos.

5 — Ao militar em RV pode ser concedida licença registada, por tempo não superior a 30 dias, seguidos ou interpolados.

6 — No caso de ser concedida licença registada ao militar em RC ou RV, a prestação de serviço é prolongada por período igual ao da duração da licença.

7 — A licença registada não pode ser imposta ao militar em RC ou RV, salvo nas situações e para os efeitos previstos no Regulamento da Lei do Serviço Militar, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2000, de 14 de novembro.

8 — A licença registada não confere direito a qualquer tipo de remuneração e não conta como tempo de serviço efetivo.

Artigo 102.º

Proteção na parentalidade

1 — Aos militares das Forças Armadas são aplicáveis, em matéria de proteção na parentalidade, os direitos previstos na legislação aplicável aos trabalhadores em funções públicas, com as necessárias adaptações.

2 — O exercício de direitos no âmbito da parentalidade pode ser suspenso ao militar que se encontre em situação de campanha, integrado em forças fora das unidades ou bases, ou embarcado em unidades navais ou aéreas, a navegar ou em voo, bem como no desempenho de missões temporárias de serviço fora do território nacional, ou quando for imprescindível à prossecução das missões das Forças Armadas, e sem prejuízo da proteção às militares grávidas, puérperas, ou lactantes até um ano.

3 — Os direitos referidos no número anterior são exercidos terminado o condicionalismo que impôs a sua suspensão.

4 — A decisão de suspender o exercício de direitos no âmbito da parentalidade, nos termos previstos no n.º 2, é da competência do CEMGFA ou do CEM do respetivo ramo, conforme a dependência hierárquica do militar, mediante despacho fundamentado.

Artigo 103.º

Licença por motivo de transferência

Quando o militar mude de residência habitual, por força de transferência ou deslocamento, é-lhe concedido um período de licença até 10 dias seguidos.

Artigo 104.º

Licença para estudos

1 — Aos militares dos QP na situação de ativo e na efetividade de serviço pode ser concedida licença para estudos, destinada à frequência de cursos, estágios ou disciplinas, em estabelecimentos de ensino nacionais ou estrangeiros, com interesse para as Forças Armadas e para a valorização profissional e técnica do militar.

2 — A licença para estudos é concedida pelo CEM do respetivo ramo, a requerimento do interessado, podendo ser cancelada sempre que seja considerado insuficiente o aproveitamento escolar do militar.

3 — O militar a quem tenha sido concedida licença para estudos deve apresentar, nas datas que lhe forem determinadas, a documentação comprovativa do aproveitamento escolar.

4 — A concessão da licença para estudos obriga o requerente, após a conclusão do curso, a prestar serviço nas Forças Armadas por um período a fixar no despacho de autorização, atento o disposto no n.º 7 do artigo 80.º.

5 — A licença para estudos não implica a perda de remunerações.

6 — A licença para estudos conta como tempo de serviço efetivo, mas sem os aumentos de tempo previstos no n.º 3 do artigo 48.º ou em legislação especial.

Artigo 105.º

Licença ilimitada

1 — A licença ilimitada pode ser concedida pelo CEM do respetivo ramo, por um período não inferior a um ano, ao militar dos QP que:

- a) A requereira e lhe seja deferida;
- b) Por motivo de doença ou de licença de junta médica, opte pela colocação nesta situação, nos termos do n.º 1 do artigo 150.º.

2 — A licença ilimitada apenas pode ser concedida ao militar que tenha prestado, pelo menos, oito anos de serviço efetivo após o ingresso nos QP, com exceção do militar do quadro especial de pilotos aviadores, ao qual só pode ser concedida após 14 anos de serviço efetivo após o ingresso nos QP.

3 — Nos casos em que o militar tenha 22 ou mais anos de serviço efetivo, a licença ilimitada só pode ser indeferida com fundamento em imperiosa necessidade de serviço ou por motivos excecionais.

4 — A licença ilimitada pode ser cancelada pelo CEM do respetivo ramo:

- a) Em qualquer ocasião, ao militar na situação de ativo;
- b) Em estado de sítio ou de guerra, ao militar na situação de reserva.

5 — O militar na situação de ativo ou de reserva pode interromper a licença ilimitada, quando esta lhe tiver sido concedida há mais de um ano, regressando à sua anterior situação decorridos 90 dias da data da comunicação da intenção de interrupção da licença ou, antes deste prazo, a seu pedido, se tal for autorizado pelo CEM do respetivo ramo.

6 — O militar na situação de licença ilimitada pode requerer a passagem à situação de reserva, desde que reúna as condições previstas no artigo 153.º, podendo manter-se naquela primeira situação.

7 — O militar no ativo pode manter-se na situação de licença ilimitada pelo período máximo de 10 anos, seguidos ou interpolados, após o que transita para a reserva ou, se a ela não tiver direito, é abatido aos QP.

8 — O militar na situação de licença ilimitada não tem direito a qualquer remuneração e não pode ser promovido enquanto se mantiver nesta situação.

Artigo 106.º

Estatuto do trabalhador-estudante

Aos militares aplica-se o estatuto do trabalhador-estudante, salvaguardadas as especificidades decorrentes da condição militar, nomeadamente:

- a) A frequência de ações de formação de natureza técnico-militar;
- b) O cumprimento de missões em forças nacionais destacadas no estrangeiro;
- c) O cumprimento de missões individuais no estrangeiro;
- d) O cumprimento de missões que, por natureza ou modo de desenvolvimento, não permitam, em regra, um regime normal de frequência de aulas;
- e) Participação em exercícios, manobras e missões de natureza operacional ou de apoio direto a operações em curso;
- f) Serviços de escala.

TÍTULO IX

Reclamação, recurso e impugnação judicial

Artigo 107.º

Reclamação e recurso

1 — À reclamação e ao recurso são aplicáveis as disposições constantes do Código do Procedimento Administrativo, com as especificidades constantes do presente Estatuto.

2 — Os militares têm o direito de solicitar a revogação, a anulação ou a modificação de atos administrativos, assim como de reagir contra a omissão ilegal de atos administrativos, em incumprimento do dever de decisão, nos termos do presente Estatuto.

3 — O direito reconhecido no número anterior pode ser exercido mediante reclamação ou recurso, que, salvo disposição em contrário, podem ter como fundamento a ilegalidade ou a inconveniência do ato impugnado.

4 — O exercício pelo militar do direito de reclamação e de recurso em matéria disciplinar é regulado pelo RDM.

Artigo 108.º

Legitimidade para reclamar e recorrer

Os militares têm legitimidade para reclamar ou recorrer quando titulares de direitos subjetivos ou interesses legalmente protegidos que considerem lesados por ato administrativo.

Artigo 109.º

Reclamação

1 — A reclamação do ato administrativo é individual, escrita, dirigida e apresentada ao autor do ato, no prazo de 15 dias, a contar da notificação.

2 — A publicação do ato administrativo na ordem de serviço da unidade de colocação equivale à notificação do militar para efeitos do disposto no número anterior.

3 — A reclamação é decidida no prazo de 30 dias.

4 — A reclamação de atos insuscetíveis de impugnação judicial suspende o prazo de interposição de recurso hierárquico necessário.

Artigo 110.º

Recurso hierárquico

1 — O recurso hierárquico é necessário e deve ser dirigido ao mais elevado superior hierárquico do autor do ato, salvo se a competência para a decisão se encontrar delegada ou subdelegada.

2 — O requerimento de interposição do recurso é apresentado ao autor do ato ou da omissão, o qual se deve pronunciar no prazo de 15 dias.

3 — O recurso hierárquico é interposto no prazo de 30 dias, a contar:

- a) Da notificação do ato, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo anterior;
- b) Da notificação da decisão da reclamação;
- c) Do decurso do prazo para a decisão da reclamação.

4 — O recurso hierárquico deve ser decidido no prazo de 30 dias, a contar da data em que o mesmo for recebido pela entidade competente para dele conhecer.

5 — Das decisões do CEMGFA e dos CEM dos ramos não cabe recurso hierárquico.

Artigo 111.º

Impugnação judicial

1 — Ressalvados os casos de existência de delegação ou subdelegação de competência, só das decisões do CEMGFA ou dos CEM dos ramos cabe impugnação judicial.

2 — A ação de impugnação judicial é intentada nos prazos e termos fixados no Código de Processo nos Tribunais Administrativos.

Artigo 112.º

Suspensão ou interrupção dos prazos

Os prazos referidos nos artigos 109.º e 110.º interrompem-se estando o militar:

- a) Em situação de campanha;
- b) Integrado em forças fora dos quartéis ou bases, ou embarcado em unidades navais ou aéreas, a navegar ou em voo;

- c) No desempenho de missões temporárias de serviço fora do território nacional.

LIVRO II
Dos militares dos quadros permanentes

TÍTULO I
Parte comum

CAPÍTULO I
Disposições gerais

Artigo 113.º
Militares dos quadros permanentes

1 — São militares dos QP os cidadãos que, tendo ingressado voluntariamente nas Forças Armadas, prestam serviço profissional firmado em vínculo definitivo, designado por nomeação, constituindo fator da afirmação e perenidade dos valores da instituição militar.

2 — A condição de militar dos QP adquire-se com o ingresso no primeiro posto do respetivo quadro especial.

3 — Ao militar dos QP é cometido o exercício de funções características do posto e quadro especial a que pertence, tendo em atenção as qualificações, a competência e a experiência profissional reveladas e o interesse do serviço.

Artigo 114.º
Juramento de fidelidade

Com o ingresso nos QP o militar, em cerimónia própria, presta juramento de fidelidade, em obediência à seguinte fórmula:

«Juro, por minha honra, como português(a) e como oficial/sargento/praça da(o) Armada/Exército/Força Aérea, guardar e fazer guardar a Constituição da República, cumprir as ordens e deveres militares, de acordo com as leis e regulamentos, contribuir com todas as minhas capacidades para o prestígio das Forças Armadas e servir a minha Pátria em todas as circunstâncias e sem limitações, mesmo com o sacrifício da própria vida.»

Artigo 115.º
Documento de encarte

1 — No ato de ingresso nos QP é emitido e entregue ao militar um documento de encarte, onde consta o posto que sucessivamente ocupa na respetiva categoria.

2 — O documento de encarte, consoante as diferentes categorias, designa-se por:

- a) Carta-patente, para oficiais;
- b) Diploma de encarte, para sargentos;
- c) Certificado de encarte, para praças.

CAPÍTULO II
Deveres e direitos

SECÇÃO I
Dos deveres

Artigo 116.º
Deveres

1 — O militar deve dedicar-se ao serviço com toda a lealdade, zelo, competência, integridade de carácter e espírito de bem servir, desenvolvendo de forma permanente a formação técnico-militar e humanística adequada à sua carreira e assegurando a necessária aptidão física e psíquica.

2 — O militar deve empenhar-se na formação dos militares subordinados, desenvolvendo neles o culto dos valores pátrios e fortalecendo o seu espírito militar e cívico.

SECÇÃO II

Dos direitos

Artigo 117.º

Acesso na categoria

O militar tem direito a aceder aos postos imediatos dentro da respetiva categoria, segundo as aptidões, a competência profissional e o tempo de serviço que possui, de acordo com as modalidades de promoção e as vagas existentes nos respetivos quadros especiais.

Artigo 118.º

Formação

O militar tem direito a formação contínua adequada às especificidades do respetivo quadro especial, visando a obtenção ou atualização de conhecimentos técnico-militares necessários ao exercício das funções que lhe possam vir a ser cometidas.

Artigo 119.º

Remuneração na situação de reserva

1 — O militar na situação de reserva tem direito a uma remuneração calculada com base no posto, posição remuneratória e tempo de serviço, tal como definido no presente Estatuto, bem como aos suplementos que a lei preveja como extensivos a esta situação.

2 — O militar que esteja nas condições previstas nas alíneas *a)* a *c)* do n.º 1 do artigo 153.º tem direito a perceber remuneração, de montante igual à do militar com o mesmo posto e posição remuneratória na situação de ativo, acrescida dos suplementos que a lei preveja como extensivos a esta situação.

3 — O militar que transite para a situação de reserva ao abrigo da alínea *d)* do n.º 1 do artigo 153.º tem direito a perceber, incluindo na remuneração de reserva, o suplemento da condição militar, bem como outros suplementos que a lei preveja como extensivos a esta situação, calculados com base no posto, na posição remuneratória e na percentagem correspondente ao tempo de serviço.

4 — O militar que transitar para a situação de reserva ao abrigo do disposto na alínea *a)* do n.º 1 do artigo 153.º e no artigo 155.º e que, por razões que não lhe sejam imputáveis, não tenha completado 40 anos de serviço efetivo, tem direito a completar aqueles anos de serviço na situação de reserva na efetividade de serviço, independentemente do quantitativo fixado nos termos da lei.

5 — Ao militar na situação de reserva que seja autorizado o exercício de funções públicas em quaisquer serviços da administração central, regional e autárquica, empresas públicas, entidades públicas empresariais, entidades que integram o setor empresarial regional e municipal e demais pessoas coletivas públicas é aplicável o regime de cumulações previsto no regime de proteção social aplicável.

6 — Os militares convocados para desempenhar cargos e exercer funções de interesse público no âmbito das missões das Forças Armadas, nos termos do artigo 156.º, mantêm o direito a auferir a remuneração de reserva ou a optar pela remuneração correspondente ao novo cargo ou função.

Artigo 120.º

Pensão na situação de reforma

1 — O militar na situação de reforma beneficia dos regimes de pensões de acordo com o previsto na legislação especificamente aplicável e dos suplementos que a lei define como extensivos a esta situação.

2 — Sem prejuízo do disposto no presente Estatuto, o cálculo da pensão do militar na situação de reforma é efetuado nos termos do respetivo regime geral aplicável.

3 — O tempo de serviço relevante para o cálculo da pensão do militar na situação de reforma inclui todo o período durante o qual sejam efetuados descontos, incluindo o decorrido na situação de reserva, com as bonificações previstas na lei.

Artigo 121.º

Assistência à família

Aos membros do agregado familiar do militar é garantido o direito à assistência médica, medicamentosa e hospitalar e apoio social, nos termos previstos em legislação especial.

Artigo 122.º

Uso e porte de arma

1 — O militar na situação de ativo ou de reserva tem direito à detenção, uso e porte de arma, independentemente de licença, sem prejuízo do seu obrigatório manifesto quando da mesma seja proprietário, seguindo, para o efeito, o regime jurídico das armas e suas munições, aprovado pela Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro.

2 — O militar na situação de reforma tem direito à detenção, uso e porte de arma, independentemente de licença, mediante apresentação, ao diretor nacional da Polícia de Segurança Pública, a cada cinco anos, de certificado médico que ateste aptidão para a detenção, uso e porte de arma, bem como se está na posse de todas as suas faculdades psíquicas, sem historial clínico que deixe suspeitar poder vir a atentar contra a sua integridade física ou de terceiros, observando-se o regime jurídico das armas e suas munições, aprovado pela Lei n.º 5/2006, de 23 de fevereiro, sem prejuízo do seu obrigatório manifesto quando da mesma seja proprietário, seguindo, para o efeito, o referido regime.

3 — O prazo de cinco anos previsto no número anterior conta-se a partir da publicação no *Diário da República* do documento oficial que promova a mudança de situação ou do momento da aquisição da arma.

4 — O direito previsto no n.º 1 é suspenso automaticamente quando ao militar tenha sido aplicada pena de separação de serviço, reforma compulsiva ou de suspensão de serviço, bem como quando lhe tenha sido aplicada medida judicial ou disciplinar de desarmamento ou de interdição do uso de armas.

5 — O direito previsto no n.º 2 é suspenso automaticamente quando ao militar tenha sido aplicada medida judicial de desarmamento ou de interdição do uso de armas ou quando não apresente atempadamente o certificado médico ali previsto.

CAPÍTULO III

Carreira militar

Artigo 123.º

Princípios

O desenvolvimento da carreira militar orienta-se pelos seguintes princípios:

a) Do primado da valorização militar, que consiste na valorização da formação militar, conducente à completa entrega à missão;

b) Da universalidade, que consiste na sua aplicabilidade a todos os militares que voluntariamente ingressam nos QP;

c) Do profissionalismo, que consiste na capacidade de ação, que exige conhecimentos técnicos e formação científica e humanística, segundo padrões éticos institucionais, e supõe a obrigação de aperfeiçoamento contínuo, tendo em vista o exercício das funções com eficiência;

d) Da igualdade de oportunidades, que consiste em perspetivas de carreira semelhantes nos vários domínios da formação e promoção;

e) Do equilíbrio, que consiste na gestão integrada dos recursos humanos, materiais e financeiros, por forma a ser obtida a coerência do efetivo global autorizado;

f) Da flexibilidade, que consiste na adaptação atempada à inovação e às transformações de crescente complexidade decorrentes do progresso científico, técnico, operacional e organizacional, com emprego flexível do pessoal;

g) Da mobilidade, que consiste na necessidade de nomear e colocar militares tendo em conta a dispersão do dispositivo de forças;

h) Da compatibilidade, que consiste na faculdade de compatibilizar os interesses da instituição militar e os interesses individuais, sem prejuízo para o cumprimento da missão;

i) Da credibilidade, que consiste na transparência dos métodos e critérios a aplicar.

Artigo 124.º

Desenvolvimento da carreira

1 — O desenvolvimento da carreira militar traduz-se na promoção dos militares aos diferentes postos, em cada categoria, de acordo com as respetivas condições gerais e especiais, tendo em conta as qualificações, a antiguidade e o mérito revelados no desempenho profissional e as necessidades estruturais das Forças Armadas, assim como na possibilidade de ingresso em categorias superiores, desde que satisfeitas as condições legalmente previstas.

2 — O desenvolvimento da carreira militar, em cada categoria, deve possibilitar uma permanência significativa e funcionalmente eficaz nos diferentes postos que a constituem.

Artigo 125.º

Progressão horizontal

1 — O militar pode optar por uma progressão horizontal, mediante requerimento e despacho favorável do CEM do respetivo ramo, caso cumpra os requisitos previstos no diploma referido no número seguinte.

2 — O militar que tenha optado por uma progressão horizontal fica sujeito à permanência no mesmo posto e progride em posições remuneratórias específicas, nos termos previstos em diploma próprio.

Artigo 126.º

Condicionamentos

O desenvolvimento da carreira militar, em cada categoria, está condicionado à verificação dos seguintes pressupostos:

a) Alimentação adequada às necessidades de cada quadro especial;

b) Existência de mecanismos reguladores que assegurem flexibilidade de gestão, harmonizando as necessidades das Forças Armadas com as aptidões e os interesses individuais e que garantam permanente motivação dos militares;

c) O número de lugares distribuídos por postos, fixados nos quadros especiais aprovados.

Artigo 127.º

Designação das categorias

As categorias na carreira militar designam-se de:

a) Oficiais;

b) Sargentos;

c) Praças.

Artigo 128.º

Categoria de oficiais

1 — Para o ingresso na categoria de oficiais é exigida uma das seguintes habilitações, consoante o caso:

- a) Grau de mestre, conferido por estabelecimento de ensino superior público universitário militar;
- b) Grau de mestre, conferido por outros estabelecimentos de ensino superior, em áreas científicas com interesse para as Forças Armadas, complementada por curso, tirocínio ou estágio;
- c) Grau de licenciado, conferido pelos estabelecimentos de ensino superior público universitário militar;
- d) Grau de licenciado, conferido por outros estabelecimentos de ensino superior, em áreas científicas com interesse para as Forças Armadas, complementado por curso, tirocínio ou estágio.

2 — Os oficiais que ingressam na categoria com o grau de mestre destinam-se ao exercício de funções de comando, direção ou chefia, estado-maior e execução que requeiram elevado grau de conhecimentos de natureza científica e técnica.

3 — Os quadros especiais relativos à categoria mencionada no número anterior podem, consoante as necessidades orgânicas de cada ramo, incluir ou conferir acesso aos seguintes postos:

- a) Almirante (ALM) ou General (GEN);
- b) Vice-Almirante (VALM) ou Tenente-General (TGEN);
- c) Contra-Almirante (CALM) ou Major-General (MGEN);
- d) Comodoro (COM) ou Brigadeiro-General (BGEN);
- e) Capitão-de-Mar-e-Guerra (CMG) ou Coronel (COR);
- f) Capitão-de-Fragata (CFR) ou Tenente-Coronel (TCOR);
- g) Capitão-Tenente (CTEN) ou Major (MAJ);
- h) Primeiro-Tenente (1TEN) ou Capitão (CAP);
- i) Segundo-Tenente (2TEN) ou Tenente (TEN);
- j) Guarda-Marinha (GMAR) ou Alferes (ALF).

4 — Os oficiais que ingressam na categoria com o grau de licenciado destinam-se ao exercício de funções de comando, direção ou chefia, estado-maior e execução que requeiram conhecimentos de natureza técnica.

5 — Os quadros especiais relativos à categoria mencionada no número anterior podem, consoante as necessidades orgânicas de cada ramo, incluir os seguintes postos:

- a) Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Coronel;
- b) Capitão-de-Fragata ou Tenente-Coronel;
- c) Capitão-Tenente ou Major;
- d) Primeiro-Tenente ou Capitão;
- e) Segundo-Tenente ou Tenente;
- f) Subtenente (STEN) ou Alferes.

Artigo 129.º **Categoria de sargentos**

1 — Para o ingresso na categoria de sargentos é exigido o nível 5 de qualificação, conferido no âmbito do ensino superior.

2 — A categoria de sargentos destina-se, de acordo com os respetivos quadros especiais e postos, ao exercício de funções de comando, chefia e chefia técnica, de natureza executiva, de caráter técnico, administrativo, logístico e de formação.

3 — Os quadros especiais relativos a esta categoria podem, consoante as necessidades orgânicas de cada ramo, incluir os seguintes postos:

- a) Sargento-Mor (SMOR);
- b) Sargento-Chefe (SCH);
- c) Sargento-Ajudante (SAJ);
- d) Primeiro-Sargento (1SAR);
- e) Segundo-Sargento (2SAR);
- f) Subsargento (SSAR) ou Furriel (FUR).

Artigo 130.º

Categoria de praças

1 — Para ingresso na categoria de praças é exigido o curso do ensino secundário, complementado por formação militar adequada.

2 — A categoria de praças destina-se ao exercício, sob orientação, de funções de natureza executiva e ao desenvolvimento de atividades de âmbito técnico e administrativo, próprias dos respetivos quadros especiais e postos.

Artigo 131.º

Recrutamento

1 — O recrutamento para as várias categorias dos QP é feito por concurso, interno ou externo, na modalidade de recrutamento especial, nos termos previstos em legislação especial.

2 — O militar, desde que reúna as condições previstas no presente Estatuto e na legislação complementar aplicável, pode candidatar-se à frequência de cursos ou tirocínios que possibilitem o ingresso em categoria de nível superior àquela onde se encontre integrado.

CAPÍTULO IV

Nomeações e colocações

Artigo 132.º

Colocação de militares

1 — A colocação dos militares em unidades, estabelecimentos ou órgãos militares é efetuada por nomeação e deve ser realizada em obediência aos seguintes princípios:

- a) Satisfação das necessidades de serviço;
- b) Adequação dos recursos humanos ao desempenho de cargos e exercício de funções atendendo à competência revelada e experiência adquirida;
- c) Garantia do preenchimento das condições de desenvolvimento da carreira;
- d) Aproveitamento da capacidade profissional, avaliada em função da competência revelada e da experiência adquirida;
- e) Conciliação, sempre que possível, dos interesses pessoais com os do serviço, em especial no caso de militares cônjuges ou em união de facto.

2 — A colocação dos militares por imposição disciplinar processa-se de acordo com o disposto no RDM.

Artigo 133.º

Modalidades de nomeação

A nomeação dos militares para o desempenho de cargos ou exercício de funções militares, desempenhados em comissão normal, processa-se por escolha, oferecimento e imposição de serviço.

Artigo 134.º

Nomeação por escolha

1 — A nomeação processa-se por escolha sempre que a satisfação das necessidades ou o interesse do serviço devam ter em conta as qualificações técnicas e as qualidades pessoais do nomeado, bem como as exigências das funções ou do cargo a desempenhar e é da competência do CEM do respetivo ramo.

2 — A nomeação por escolha de militares na dependência do CEMGFA é feita por despacho do CEMGFA, mediante proposta do CEM do respetivo ramo.

Artigo 135.º

Nomeação por oferecimento

1 — A nomeação por oferecimento assenta em declaração do militar, na qual, de forma expressa, se oferece para desempenhar determinado cargo ou exercer determinada função.

2 — A nomeação por oferecimento pode ainda processar-se por convite aos militares que satisfaçam os requisitos técnicos e profissionais exigidos, devendo tal convite ser objeto de divulgação através das ordens de serviço.

Artigo 136.º **Nomeação por imposição**

1 — A nomeação por imposição processa-se por escala, tendo em vista o desempenho de cargo ou exercício de função próprios de determinado posto.

2 — Nas escalas referidas no número anterior são inscritos os militares que satisfaçam os requisitos técnicos e profissionais exigidos.

Artigo 137.º **Diligência**

1 — Considera-se na situação de diligência o militar que, por razões de serviço, exerça transitoriamente funções fora do organismo onde esteja colocado.

2 — A situação de diligência não origina a abertura de vaga no respetivo quadro especial.

Artigo 138.º **Regras de nomeação e colocação**

1 — As regras de nomeação e colocação dos militares são fixadas por despacho do CEM do respetivo ramo.

2 — Sem prejuízo da competência dos CEM dos ramos, o CEMGFA define orientações para a nomeação e colocação dos militares dos quadros especiais de saúde, ouvido o CCEM.

CAPÍTULO V **Situações e efetivos**

SECÇÃO I **Situações**

SUBSECÇÃO I **Disposições gerais**

Artigo 139.º **Situações**

O militar encontra-se numa das seguintes situações:

- a) Ativo;
- b) Reserva;
- c) Reforma.

Artigo 140.º **Ativo**

1 — Considera-se na situação de ativo o militar que se encontre afeto ao serviço efetivo ou em condições de ser chamado ao seu desempenho e não tenha sido abrangido pelas situações de reserva ou de reforma.

2 — O militar na situação de ativo pode encontrar-se na efetividade de serviço ou fora da efetividade de serviço.

Artigo 141.º **Reserva**

1 — Reserva é a situação para que transita o militar no ativo quando verificadas as condições previstas no presente Estatuto, mantendo-se, no entanto, disponível para o serviço.

2 — O militar na situação de reserva pode encontrar-se na efetividade de serviço ou fora da efetividade de serviço.

3 — O efetivo de militares na situação de reserva é variável.

Artigo 142.º

Reforma

1 — Reforma é a situação para que transita o militar, no ativo ou na reserva, que seja abrangido pelo disposto no artigo 161.º.

2 — O militar na situação de reforma não pode exercer funções militares, salvo nas circunstâncias excecionais previstas no presente Estatuto.

SUBSECÇÃO II

Ativo

Artigo 143.º

Situações em relação à prestação de serviço

O militar na situação de ativo pode estar, em relação à prestação de serviço, numa das seguintes situações:

- a) Comissão normal;
- b) Comissão especial;
- c) Inatividade temporária;
- d) Licença registada ou ilimitada.

Artigo 144.º

Comissão normal

1 — Considera-se em comissão normal o militar na situação de ativo que desempenhe cargos e exerça funções na estrutura da defesa nacional.

2 — Considera-se ainda em comissão normal o militar na situação de ativo que desempenhe cargos e exerça funções militares fora da estrutura da defesa nacional.

3 — O desempenho de cargos e o exercício de funções públicas fora da estrutura orgânica das Forças Armadas, que tenham interesse para as Forças Armadas, podem ainda ser considerados em comissão normal, por decisão do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEM do respetivo ramo.

Artigo 145.º

Comissão especial

1 — Considera-se em comissão especial o militar que desempenhe cargos ou exerça funções públicas que, não sendo de natureza militar, assumam interesse público.

2 — Ao militar em comissão especial não é permitido o uso de uniforme em atos de serviço relativos às funções a que não corresponde o direito ao uso de insígnias militares.

Artigo 146.º

Desempenho de cargos e exercício de funções fora da estrutura orgânica das Forças Armadas

1 — Os pedidos de militares para desempenho de cargos e exercício de funções fora da estrutura orgânica das Forças Armadas são decididos pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEM do respetivo ramo.

2 — Os pedidos referidos no número anterior são acompanhados dos correspondentes descritivos dos cargos e funções e, quando o cargo ou função seja fora da estrutura orgânica e da tutela da defesa nacional, do compromisso da assunção da correspondente remuneração.

3 — O militar fora da estrutura orgânica das Forças Armadas tem direito a optar pela remuneração que lhe seja mais favorável.

Artigo 147.º

Cargos e funções no Ministério da Defesa Nacional

1 — Os militares das Forças Armadas podem ser nomeados por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, ouvido o CEM do respetivo ramo, para o exercício de cargos dirigentes dos órgãos, serviços e organismos da administração direta e indireta do Ministério da Defesa Nacional, ao abrigo do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.

2 — As nomeações para o exercício de cargos não dirigentes nos órgãos, serviços e organismos referidos no número anterior são autorizadas pelo membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta dos respetivos dirigentes, obtida a anuência do CEM do respetivo ramo.

3 — As propostas referidas no número anterior são acompanhados do correspondente descritivo dos cargos e funções a exercer, bem como da declaração do serviço onde o militar vai exercer funções a assumir a respetiva remuneração.

4 — O desempenho de cargos ou o exercício de funções pelos militares a que se refere o presente artigo pode ser dado por findo, a todo o tempo, por iniciativa do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional ou a pedido do militar.

5 — O disposto no presente artigo não prejudica o desempenho de cargos ou o exercício de funções nos órgãos e serviços de administração direta e indireta do Ministério da Defesa Nacional, nos termos previstos no Estatuto da Aposentação, por militares na situação de reserva fora da efetividade de serviço ou de reforma.

Artigo 148.º

Legislação especial ou própria

O disposto nos artigos 144.º a 147.º não prejudica o estabelecido em legislação especial ou própria.

Artigo 149.º

Inatividade temporária

1 — O militar na situação de ativo considera-se em inatividade temporária nos seguintes casos:

a) Por motivo de acidente ou doença, quando o impedimento exceda 12 meses e a junta médica do respetivo ramo, por razões justificadas e fundamentadas, não se encontre ainda em condições de se pronunciar quanto à sua capacidade ou incapacidade definitivas;

b) Tendo sido considerado incapaz para o serviço, pela junta médica do respetivo ramo, aguarde pela confirmação da incapacidade por parte do regime de proteção social aplicável;

c) Por motivos criminais ou disciplinares, quando no cumprimento de medidas de coação privativas da liberdade, penas de prisão criminal e medidas de segurança privativas da liberdade, prisão disciplinar ou suspensão de serviço.

2 — Para efeitos de contagem do prazo previsto na alínea a) do número anterior, são considerados todos os impedimentos por doença e as licenças de junta médica, desde que o intervalo entre dois períodos consecutivos seja inferior a 30 dias.

Artigo 150.º

Efeitos da inatividade temporária

1 — Quando decorram 48 meses de inatividade temporária por doença ou acidente e a junta médica, por razões justificadas e fundamentadas, não esteja ainda em condições de se pronunciar quanto à capacidade definitiva do militar, deve observar-se o seguinte:

a) Se a inatividade for resultante de acidente ou doença não considerados em serviço nem por motivo do mesmo, o militar tem de requerer a passagem à situação de reforma ou de licença ilimitada;

b) Se a inatividade for resultante de acidente ocorrido em serviço ou de doença adquirida ou agravada em serviço, ou por motivo do mesmo, o militar pode manter-se nesta situação até ao máximo de seis anos, caso a junta médica do respetivo ramo não se haja, entretanto, pronunciado, após o que tem de requerer a passagem à situação de reforma em consequência de acidente em serviço ou doença profissional ou de licença ilimitada.

2 — O militar no cumprimento de medidas de coação privativas da liberdade mantém-se na efetividade de serviço, sem prejuízo do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 45.º.

Artigo 151.º

Situações quanto à efetividade de serviço

1 — Considera-se na efetividade de serviço o militar na situação de ativo que se encontre:

- a) Em comissão normal;
- b) Na inatividade temporária por acidente ou doença.

2 — Considera-se fora da efetividade de serviço o militar na situação de ativo que se encontre em alguma das situações previstas no n.º 3 do artigo 45.º.

Artigo 152.º

Regresso à situação de ativo

1 — Regressa ao ativo o militar nas situações de reserva ou de reforma que desempenhe o cargo de Presidente da República, voltando à situação anterior logo que cesse o seu mandato.

2 — Regressa ao ativo o militar nas situações de reserva ou de reforma que seja promovido por distinção ou a título excecional, voltando à situação anterior se se mantiverem as condições que determinaram a passagem a essas situações.

3 — Regressa ao ativo o militar que, tendo transitado para as situações de reserva ou de reforma por motivo disciplinar ou criminal, seja reabilitado, sem prejuízo dos limites de idade em vigor.

SUBSECÇÃO III

Reserva

Artigo 153.º

Condições de passagem à reserva

1 — Transita para a situação de reserva o militar que:

- a) Atinja o limite de idade previsto para o respetivo posto;
- b) Complete o tempo máximo de permanência na subcategoria ou no posto;
- c) Declare, por escrito, desejar passar à reserva depois de completar 40 anos de tempo de serviço militar e 55 anos de idade;
- d) Seja abrangido por outras condições legalmente previstas.

2 — O limite de idade previsto na alínea c) do número anterior não é aplicável ao militar do quadro especial de pilotos aviadores.

Artigo 154.º

Limites de idade

Os limites de idade de passagem à reserva são os seguintes:

- a) Oficiais cuja formação de base é um mestrado ou equivalente:
 - i) Almirante ou General — 65;
 - ii) Vice-Almirante ou Tenente-General — 62;

- iii) Contra-Almirante ou Major-General — 60;
 - iv) Comodoro ou Brigadeiro-General — 59;
 - v) Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Coronel — 58;
 - vi) Restantes postos — 57;
 - b) Oficiais cuja formação de base é uma licenciatura ou equivalente:
 - i) Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Coronel — 60;
 - ii) Capitão-de-Fragata ou Tenente-Coronel — 59;
 - iii) Restantes postos — 58;
 - c) Sargentos:
 - i) Sargento-Mor — 60;
 - ii) Restantes postos — 57;
 - d) Praças:
 - i) Cabo-Mor — 60;
 - ii) Restantes postos — 57.

Artigo 155.º

Outras condições de passagem à reserva

1 — Transita para a situação de reserva o militar no ativo que, no respetivo posto, complete o seguinte tempo de permanência na subcategoria ou posto:

- a) 10 anos em oficial general, no caso de Vice-almirante ou Tenente-General;
- b) Sete anos em Comodoro ou Brigadeiro-General e Contra-Almirante ou Major-General, cumulativamente, nos casos em que o respetivo quadro especial inclua ou confira acesso ao posto de Vice-Almirante ou Tenente-General;
- c) Cinco anos em comodoro ou Brigadeiro-General, nos casos em que o respetivo quadro especial inclua ou confira acesso ao posto de Vice-Almirante ou Tenente-General;
- d) Oito anos em Comodoro ou Brigadeiro-General e Contra-Almirante ou Major-General, cumulativamente, e em Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Coronel, ou em Capitão-de-Fragata ou Tenente-Coronel, nos casos em que estes postos sejam os mais elevados dos respetivos quadros especiais, nos termos do artigo 128.º;
- e) Seis anos em Comodoro ou Brigadeiro-General, nos casos em que os postos de Contra-Almirante ou Major-General sejam os mais elevados dos respetivos quadros especiais;
- f) Oito anos em Sargento-Mor;
- g) Oito anos em Cabo-Mor.

2 — Transita ainda para a situação de reserva o militar que seja excluído da promoção ao posto imediato nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 60.º e no artigo 185.º.

Artigo 156.º

Prestação de serviço efetivo por militares na situação de reserva

1 — O militar na situação de reserva pode retomar a efetividade de serviço nos seguintes termos:

- a) Desempenho de cargos ou exercício de funções na estrutura orgânica das Forças Armadas e do Ministério da Defesa Nacional (MDN), inerentes ao seu posto e compatíveis com o seu estado físico e psíquico;
- b) Desempenho de cargos ou exercício de funções em organismos sob tutela do MDN;
- c) Desempenho de cargos ou exercício de funções militares noutros organismos do Estado, inerentes ao seu posto e compatíveis com o seu estado físico e psíquico.

2 — Ao militar abrangido pela alínea a) do número anterior não podem, em regra, ser cometidas funções de comando, direção, chefia ou chefia técnica, consoante a sua categoria.

3 — O militar na situação de reserva fora da efetividade de serviço pode ser convocado, nos termos previstos em legislação especial, para o desempenho de cargos ou o exercício de funções de interesse público no âmbito das missões das Forças Armadas em organismos do Estado, fora da estrutura e da tutela da defesa nacional, na sua área de residência.

4 — Os pedidos de militares, para efeitos da convocação referida no número anterior, são decididos pelo CEM do respetivo ramo, tendo em conta as necessidades do ramo e a compatibilidade com a dignidade do posto, a sua competência técnico-profissional e o seu estado físico e psíquico.

5 — O militar convocado nos termos do n.º 3 mantém-se fora da efetividade de serviço e depende disciplinarmente do CEM do respetivo ramo.

6 — Os militares abrangidos pela alínea b) do n.º 1 mantêm-se na situação de reserva na efetividade de serviço por um período máximo de três anos, não prorrogável.

7 — A prestação de serviço efetivo por militares na situação de reserva processa-se:

- a) Por decisão do CEM do respetivo ramo;
- b) Por convocação do CEM do respetivo ramo, para participação em treinos ou exercícios;
- c) A requerimento do próprio, mediante despacho favorável do CEM do respetivo ramo.

8 — A convocação nos termos do n.º 3 e da alínea b) do número anterior deve ser planeada em tempo e dada a conhecer ao interessado com a antecedência mínima de 60 dias.

9 — O militar que, por sua iniciativa, transitar para a situação de reserva só pode regressar à efetividade de serviço, a seu pedido, decorrido um ano sobre a data da mudança de situação, desde que haja interesse para o serviço.

10 — O militar na situação de reserva pode ser nomeado para frequentar cursos ou estágios de atualização e aperfeiçoamento.

11 — Os efetivos e as condições em que os militares na situação de reserva prestam serviço são fixados anualmente, nos termos do presente Estatuto.

Artigo 157.º

Estado de sítio ou de guerra

Decretada a mobilização geral ou declarados o estado de sítio ou a guerra, o militar na situação de reserva deve apresentar-se ao serviço efetivo, de acordo com os procedimentos fixados por despacho do CEM do respetivo ramo.

Artigo 158.º

Data de transição para a reserva

1 — A transição para a reserva tem lugar na data fixada no documento oficial que promova a mudança de situação, sendo objeto de publicação no *Diário da República* e na ordem do respetivo ramo.

2 — Os militares excluídos da promoção, nos termos do n.º 5 do artigo 60.º e do artigo 185.º, transitam para a situação de reserva em 31 de dezembro do ano em que sejam abrangidos pelo disposto nos referidos artigos.

Artigo 159.º

Suspensão da transição para a reserva

1 — A transição para a situação de reserva é sustada quando o militar atinja o limite de idade no seu posto ou seja abrangido pelas alíneas a) a c) e e) do n.º 1 do artigo 155.º e se verifique a existência de uma vacatura em data anterior e de cujo preenchimento possa resultar a sua promoção ao posto seguinte, transitando para a situação de adido até à data da promoção ou da mudança de situação.

2 — Em caso de não promoção, a data de transição para a reserva é a do preenchimento da vacatura a que se refere o número anterior.

3 — Aos oficiais gerais que, nos termos previstos na LDN e na LOBOFA, sejam nomeados para os cargos de CEMGFA ou CEM dos ramos é suspenso o limite de idade de passagem à reserva, enquanto permanecerem no desempenho dos referidos cargos.

4 — O disposto no número anterior aplica-se aos oficiais gerais nomeados para cargos militares em organizações internacionais de que Portugal faça parte e a que corresponda o posto de Almirante ou General.

Artigo 160.º

Situação especial de transição para a reserva

O Almirante ou General que cesse as funções que determinaram a sua promoção transita para a reserva 120 dias após a data da cessação das respetivas funções, se antes do termo deste prazo não for nomeado para:

- a) Cargo para o qual a lei exija o posto de Almirante ou General;
- b) Funções que, por diploma legal, sejam consideradas compatíveis com o seu posto.

SUBSECÇÃO IV

Reforma

Artigo 161.º

Reforma

1 — O militar passa à situação de reforma, sem redução de pensão, sempre que:

- a) Atinja os 66 anos de idade;
- b) Complete, seguida ou interpoladamente, cinco anos na situação de reserva fora da efetividade de serviço, sem prejuízo do disposto no n.º 2;
- c) Requeira a passagem à situação de reforma depois de completados 60 anos de idade.

2 — O militar, tendo prestado o tempo mínimo de serviço previsto no regime de proteção social aplicável, passa à situação de reforma sempre que:

- a) Seja julgado física ou psiquicamente incapaz para todo o serviço, mediante parecer da junta médica do respetivo ramo, homologado pelo CEM após confirmação pela junta médica do regime de proteção social aplicável;
- b) Opte pela colocação nesta situação quando se verifiquem as circunstâncias previstas na alínea a) do n.º 1 do artigo 150.º;
- c) Seja abrangido por outras condições previstas na lei.

3 — No caso de militar abrangido pelo artigo 155.º, que transite para a situação de reserva com idade inferior ao limite de idade previsto no artigo 154.º, o tempo de permanência fora da efetividade de serviço, a que se refere a alínea b) do n.º 1, é contado a partir da data em que o militar atingir aquele limite de idade.

Artigo 162.º

Acidente em serviço ou doença profissional

1 — Passa à situação de reforma em consequência de acidente em serviço ou doença profissional o militar que:

- a) Independentemente do tempo de serviço militar, seja julgado física ou psiquicamente incapaz para o serviço mediante parecer da junta médica do respetivo ramo, homologado pelo CEM após confirmação pela junta médica do regime de proteção social aplicável, nos casos em que a incapacidade for resultante de acidente ocorrido em serviço ou doença adquirida ou agravada em serviço, ou por motivo do mesmo;
- b) Opte pela colocação nesta situação quando se verifique a circunstância prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 150.º;
- c) Seja abrangido por outras condições previstas na lei.

2 — O militar abrangido pelo disposto no número anterior tem direito à pensão e outras prestações, nos termos do regime jurídico aplicável.

Artigo 163.º
Prestação de serviço na reforma

Sendo declarado o estado de sítio ou a guerra, o militar na situação de reforma pode ser chamado a prestar serviço efetivo compatível com o seu posto, aptidões e estado físico e psíquico.

Artigo 164.º
Data de transição para a situação de reforma

A passagem à situação de reforma tem lugar na data fixada no documento oficial que promova a mudança de situação, sendo objeto de publicação no *Diário da República* e na ordem do ramo a que pertença o militar.

SECÇÃO II
Efetivos

SUBSECÇÃO I
Quadros

Artigo 165.º
Quadro de pessoal permanente

1 — Designa-se por quadro de pessoal permanente do ramo, o número de efetivos permanentes, na situação de ativo, distribuídos por categorias e postos, afetos ao desempenho de cargos e exercício de funções, na estrutura orgânica das Forças Armadas e fora desta estrutura, de acordo com a fixação de efetivos prevista no artigo 44.º.

2 — O quadro de pessoal permanente de cada ramo é composto por quadros especiais, nos termos previstos no presente Estatuto.

Artigo 166.º
Quadros especiais

1 — Designa-se por quadro especial, o conjunto de lugares distribuídos por categorias e postos segundo a mesma formação inicial.

2 — Os quadros especiais dos ramos denominam-se, genericamente, por:

- a) Classes, na Marinha;
- b) Corpo de oficiais gerais, armas e serviços, no Exército;
- c) Especialidades, na Força Aérea.

3 — Os quadros especiais são criados e extintos por decreto-lei, sob proposta do CEM do respetivo ramo.

4 — Os efetivos dos quadros especiais são distribuídos por categorias e postos e aprovados por despacho do CEM do respetivo ramo, ouvido o respetivo conselho superior.

5 — As diferentes classes, armas ou serviços e especialidades podem ser divididas em subclasses, especialidades e subespecialidades, consoante se trate, respetivamente, da Marinha, do Exército ou da Força Aérea, correspondendo a cada uma um efetivo permanente próprio, sem prejuízo do somatório, total e por postos, dos efetivos dessas subdivisões não poder exceder as vagas autorizadas para cada quadro especial.

6 — A criação e extinção das subdivisões a que se refere o número anterior e a afetação às mesmas dos efetivos são determinadas por despacho do CEM do respetivo ramo.

Artigo 167.º
Preenchimento de lugares

1 — Os lugares dos quadros especiais, quando não preenchidos pelos efetivos legalmente aprovados, constituem vacatura nos mesmos quadros.

2 — Os lugares dos quadros especiais são unicamente preenchidos pelos militares na situação de ativo, na efetividade de serviço e em licença registada.

3 — Quando ocorra uma vacatura, deve ser acionado o processo administrativo conducente ao seu preenchimento por militares que reúnam condições de promoção.

Artigo 168.º

Quadros especiais das áreas de saúde

1 — O regime dos quadros especiais das áreas de saúde é fixado em legislação especial.

2 — Salvaguardando as especificidades hierárquicas e funcionais no âmbito do emprego operacional, os oficiais dos quadros especiais de técnicos de saúde exercem funções no âmbito da saúde militar nas suas áreas de competência, sendo as funções de comando, direção e chefia exercidas preferencialmente pelos oficiais superiores.

3 — O funcionamento dos ciclos de estudos e cursos de formação inicial nos EESPM, para ingresso nos quadros especiais das áreas de saúde, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 78.º, carece de autorização prévia do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta fundamentada do CCEM.

Artigo 169.º

Ingresso

1 — O ingresso nos quadros especiais faz-se, após a conclusão com aproveitamento do respetivo curso de formação inicial, no posto fixado para início da carreira na categoria respetiva, independentemente de vacatura.

2 — O ingresso nos diferentes quadros especiais pode também fazer-se por transferência de outro quadro especial.

3 — O militar transferido nas condições do número anterior é graduado no posto que detém, caso seja superior ao de ingresso, mantendo a graduação, até que lhe compita a promoção ao mesmo posto no seu novo quadro especial.

4 — A data de ingresso nos QP é a constante do documento oficial que atribui ao militar o posto fixado para início da carreira na categoria respetiva.

5 — O militar em RC que possua posto superior ao do ingresso nos QP é graduado no posto que detém, até que lhe compita a promoção ao mesmo posto no seu novo quadro especial.

Artigo 170.º

Transferência de quadro especial

1 — Por necessidade de racionalização do emprego de recursos humanos ou outras necessidades de serviço, o militar pode ser transferido de quadro especial, com a sua anuência ou por seu requerimento, desde que, para o efeito, reúna as aptidões e qualificações adequadas.

2 — A transferência de quadro especial efetua-se por:

a) Ingresso, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo anterior;

b) Reclassificação fundamentada no interesse do serviço, tendo em vista a melhor utilização do militar no desempenho de cargos ou exercício de funções.

Artigo 171.º

Abate aos QP

1 — É abatido aos QP, ficando sujeito às obrigações decorrentes da LSM, o militar que:

a) Não reunindo as condições legais para transitar para a situação de reforma, tenha sido julgado incapaz para todo o serviço pelo CEM do respetivo ramo, mediante parecer de junta médica competente;

b) Seja separado do serviço;

c) Não tendo cumprido o tempo mínimo de serviço efetivo na sua categoria após o ingresso nos QP, o requeira e a tanto seja autorizado, mediante indemnização ao Estado, a fixar pelo CEM do respetivo ramo;

d) Tendo cumprido o tempo mínimo de serviço efetivo na sua categoria após o ingresso nos QP, o requeira, sem prejuízo do disposto no n.º 7 do artigo 80.º;

e) Exceda o período de 10 anos, seguidos ou interpolados, na situação de licença ilimitada e não reúna as condições legais para transitar para a situação de reserva;

f) Se encontre em situação de ausência superior a dois anos, sem que dele haja notícia;

g) Por decisão definitiva, lhe tenha sido aplicada pena criminal ou disciplinar de natureza expulsiva.

2 — O tempo mínimo de serviço efetivo a que se referem as alíneas c) e d) do n.º 1 é de:

a) Oito anos, para as categorias de oficiais e sargentos, com exceção do quadro especial de pilotos aviadores que é de 14 anos;

b) Quatro anos, para a categoria de praças.

3 — Na fixação da indemnização a que se refere a alínea c) do n.º 1 devem ser tidos em consideração, designadamente, a duração e os custos dos cursos de formação e subsequentes ações de qualificação e atualização, na perspetiva de utilização efetiva do militar em funções próprias do quadro especial e do posto decorrentes da formação adquirida.

4 — A forma do cálculo das indemnizações referidas na alínea c) do n.º 1 e no n.º 7 do artigo 80.º é fixada, anualmente, por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta do CEM do respetivo ramo.

SUBSECÇÃO II

Situações em relação ao quadro especial

Artigo 172.º

Situações

O militar no ativo encontra-se, em relação ao quadro especial a que pertence, numa das seguintes situações:

a) No quadro;

b) Adido ao quadro;

c) Supranumerário.

Artigo 173.º

Militar no quadro

Considera-se no quadro o militar que é contado nos efetivos do respetivo quadro especial.

Artigo 174.º

Adido ao quadro

1 — Considera-se adido ao quadro o militar na situação de ativo que se encontre em comissão especial, inatividade temporária ou de licença ilimitada.

2 — Considera-se ainda adido ao quadro o militar que, em comissão normal, se encontre numa das seguintes situações:

a) Desempenhe cargos ou exerça funções fora da estrutura orgânica das Forças Armadas por um período superior a um ano;

b) Desempenhe cargos ou exerça funções no âmbito de projetos de cooperação técnico-militar por um período superior a um ano;

c) Sendo Almirante ou General, não exerça a função de CEM do respetivo ramo;

d) Aguarde a execução da decisão que determinou a separação do serviço;

e) Tendo passado à situação de reserva ou de reforma, aguarde a publicação da respetiva decisão;

- f) Esteja sustada a transição para a situação de reserva, nos termos do artigo 159.º;
 - g) Seja deficiente das Forças Armadas e tenha, nos termos da lei, optado pela prestação de serviço no ativo;
 - h) Seja considerado prisioneiro de guerra ou desaparecido;
 - i) Seja considerado desertor;
 - j) Seja colocado nessa situação por expressa disposição legal.
- 3 — O militar adido ao quadro não é contado nos efetivos do respetivo quadro especial.

Artigo 175.º

Supranumerário

- 1 — Considera-se supranumerário o militar no ativo que, não estando na situação de adido, não possa ocupar vaga no quadro especial a que pertence por falta de vacatura no seu posto.
- 2 — A situação de supranumerário pode resultar de qualquer das seguintes circunstâncias:
- a) Ingresso no quadro especial;
 - b) Promoção por distinção;
 - c) Promoção de militar demorado, quando tenha cessado o motivo que temporariamente o excluiu da promoção;
 - d) Regresso da situação de adido;
 - e) Reabilitação em consequência da revisão de processo disciplinar ou criminal;
 - f) Outras circunstâncias previstas na lei.
- 3 — O militar supranumerário preenche obrigatoriamente a primeira vaga que ocorra no respetivo quadro especial e no seu posto, pela ordem cronológica da sua colocação naquela situação, ressalvados os casos especiais previstos na lei.
- 4 — Quando do antecedente não existam supranumerários e se verifique no mesmo dia uma vacatura e uma situação de supranumerário, este ocupa aquela vacatura.

CAPÍTULO VI

Antiguidade e tempo de serviço

Artigo 176.º

Data da antiguidade

- 1 — A data da antiguidade no posto corresponde:
- a) Nas promoções por diuturnidade, à data em que o militar reúne as condições de promoção ou em que cessem os motivos da preterição;
 - b) Nas promoções por escolha ou antiguidade, à data em que ocorre a vacatura que motiva a promoção ou em que, cessados os motivos da preterição, ocorra a vacatura em relação à qual o militar é promovido;
 - c) Nas promoções por distinção, à data em que foi praticado o feito que a motiva, se outra não for indicada no diploma de promoção;
 - d) À data que lhe teria sido atribuída, se não tivesse estado na situação de demorado, logo que cessem os motivos desta situação.
- 2 — Nas modalidades de promoção por escolha ou antiguidade, se na data em que ocorrer vacatura não existirem militares que reúnam as condições de promoção, a antiguidade do militar que vier a ser promovido por motivo dessa vacatura corresponde à data em que satisfizer as referidas condições.
- 3 — A data de abertura de vacatura por incapacidade física ou psíquica de um militar é a da homologação do parecer da junta de saúde pelo CEM do respetivo ramo.
- 4 — A data da antiguidade do militar a quem seja alterada a colocação na lista de antiguidade do seu posto, por efeito do n.º 1 do artigo 56.º, é a do militar do seu quadro especial que, na nova posição, lhe fique imediatamente a seguir na ordem descendente, salvo se outra data for indicada no diploma que determina a alteração.

Artigo 177.º

Listas de antiguidade

1 — As listas de antiguidade de oficiais, sargentos e praças de cada ramo, onde se inscrevem os militares nas situações de ativo, reserva e reforma, são anualmente publicadas até ao último dia do mês de março, reportando-se a 31 de dezembro do ano anterior.

2 — Nas listas relativas à situação de ativo, os militares distribuem-se por quadros especiais, nos quais são inscritos por postos e antiguidade relativa.

3 — Nas listas relativas às situações de reserva e reforma, os militares são inscritos de acordo com as classes, armas e serviços, especialidades, postos e antiguidade relativa.

Artigo 178.º

Inscrição na lista de antiguidade

1 — O militar na situação de ativo ocupa um lugar na lista de antiguidade do quadro especial a que pertence, sendo inscrito no respetivo posto de ingresso por ordem decrescente de classificação no respetivo curso ou concurso de ingresso.

2 — Os militares pertencentes ao mesmo quadro especial promovidos ao mesmo posto na mesma data são ordenados por ordem decrescente, segundo a ordem da sua inscrição na lista de antiguidade desse posto, que deve constar do documento oficial de promoção.

3 — Em caso de igualdade de classificação, a inscrição na lista de antiguidade do posto de ingresso de cada quadro especial obedece às seguintes prioridades:

- a) Maior graduação anterior;
- b) Maior antiguidade no posto anterior;
- c) Mais tempo de serviço efetivo;
- d) Maior idade.

4 — No ordenamento hierárquico ditado pela lista de antiguidade, considera-se qualquer militar à esquerda de todos os que são mais antigos do que ele e à direita dos que são mais modernos.

Artigo 179.º

Alteração na antiguidade

1 — A alteração na data de antiguidade de um militar, resultante de modificação da sua colocação na lista de antiguidade, deve constar expressamente do documento que determina essa modificação.

2 — A alteração do ordenamento na lista de antiguidade, em consequência da promoção de militares do mesmo quadro especial a um dado posto na mesma data, deve expressamente constar do documento oficial de promoção.

Artigo 180.º

Antiguidade por transferência de quadro especial

1 — Ao militar transferido para outro quadro especial é atribuída a antiguidade do:

- a) Posto fixado para início da carreira na respetiva categoria, ficando à esquerda de todos os militares existentes no novo quadro, se a transferência se efetuar por ingresso;
- b) Posto e antiguidade que detém, se a transferência se efetuar por reclassificação.

2 — A inscrição na lista de antiguidade do novo quadro especial obedece ao disposto no artigo seguinte.

Artigo 181.º

Antiguidade relativa

1 — A antiguidade relativa entre militares pertencentes a quadros especiais diferentes, com o mesmo posto ou postos correspondentes, é determinada pelas datas de antiguidade nesse posto e, em caso

de igualdade destas, pelas datas de antiguidade no posto anterior, e assim sucessivamente, aplicando-se para o posto de ingresso o previsto no artigo 178.º.

2 — Dentro de cada posto, para efeitos protocolares, os militares na efetividade de serviço precedem os militares nas situações de reserva fora da efetividade de serviço e reforma.

Artigo 182.º

Antiguidade para efeitos de promoção

Para efeitos de promoção, não conta como antiguidade:

- a) O tempo decorrido na situação de inatividade temporária por motivo de pena de natureza criminal ou disciplinar;
- b) O tempo de ausência ilegítima e de deserção;
- c) O tempo de permanência na situação de licença ilimitada;
- d) O tempo de serviço prestado antes do ingresso nos QP.

CAPÍTULO VII

Promoções e graduações

Artigo 183.º

Promoções

1 — A promoção do militar realiza-se segundo o ordenamento previsto nas listas de promoção do quadro especial a que pertence, salvo nos casos seguintes:

- a) Promoção por distinção;
- b) Promoção a título excecional.

2 — A promoção do militar efetua-se independentemente da sua situação em relação ao seu quadro especial, salvo quando se encontra na situação de licença ilimitada ou inatividade temporária.

Artigo 184.º

Listas de promoção

1 — Designa-se por lista de promoção do quadro especial, a relação anual ordenada por posto, de acordo com a modalidade de promoção prevista para acesso ao posto imediato, dos militares que até 31 de dezembro de cada ano reúnam as condições de promoção.

2 — As listas de promoção, elaboradas pelos conselhos de classes, armas e serviços, ou especialidades, constituem elemento informativo do CEM do respetivo ramo, para efeitos de decisão.

3 — As listas de promoção anuais são homologadas pelo CEM do respetivo ramo até 15 de dezembro e publicadas até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam.

4 — As listas de promoção devem conter um número de militares não superior ao dobro das vagas previstas para o ano seguinte.

5 — Quando as vagas ocorridas num determinado posto excederem o número de militares constante da lista de promoção, é elaborada nova lista para esse posto, válida até ao fim do ano em curso.

6 — As listas de promoção de cada ano são substituídas pelas listas do ano seguinte.

7 — O CEM do respetivo ramo pode, quando o entender conveniente, determinar a redução para seis meses do prazo de validade da lista de promoção, alterando-se, em conformidade, a data de publicação da lista subsequente.

8 — O disposto nos números anteriores não se aplica às promoções a oficial general e de oficial general, as quais se processam nos termos previstos na LDN e na LOBOFA.

Artigo 185.º

Exclusão da promoção

Fica excluído da promoção por escolha o militar que não seja promovido ao posto imediato e tenha sido ultrapassado por um ou mais militares de menor antiguidade, para efeitos de promoção, do mesmo posto e quadro especial, nos seguintes períodos:

- a) Dois anos, seguidos ou interpolados, no caso de Contra-Almirante ou Major-General e Comodoro ou Brigadeiro-General;
- b) Dois anos, seguidos ou interpolados, no caso de Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Coronel;
- c) Três anos, seguidos ou interpolados, no caso de Capitão-de-Fragata ou Tenente-Coronel e Sargento-Chefe;
- d) Quatro anos, seguidos ou interpolados, no caso de Capitão-Tenente ou Major, Primeiro-Tenente ou Capitão, Sargento-Ajudante, Primeiro-Sargento e Cabo.

Artigo 186.º

Promoção de militares nas situações de reserva e reforma

O militar na situação de reserva ou de reforma apenas pode ser promovido por distinção e a título excecional, nos termos previstos no presente Estatuto.

Artigo 187.º

Promoção de adidos

O militar adido ao quadro que seja promovido por antiguidade ou por escolha mantém-se na mesma situação em relação ao quadro, apenas ocupando a vaga que deu origem à sua promoção se o novo posto impossibilitar a sua permanência na situação de adido.

Artigo 188.º

Promoção de supranumerários

O militar na situação de supranumerário que seja promovido por antiguidade ou escolha ocupa vaga no seu novo posto.

Artigo 189.º

Cessação de graduação

1 — Para além dos casos previstos no artigo 74.º, a graduação do militar cessa com a sua transição para a situação de reserva.

2 — O militar, uma vez cessada a graduação, permanece no posto em que se encontrava efetivamente promovido, não conferindo a graduação qualquer direito à alteração da remuneração na situação de reserva ou da pensão na situação de reforma.

CAPÍTULO VIII

Ensino e formação militar

Artigo 190.º

Cursos, tirocínios ou estágios

1 — O processo de admissão, o regime escolar e a organização dos cursos, tirocínios ou estágios que habilitam ao ingresso nas várias categorias dos QP são fixados em legislação especial.

2 — Os efetivos recrutados ao abrigo do artigo 131.º que frequentem cursos, tirocínios ou estágios para ingresso nas várias categorias dos QP, abreviadamente designados por militares alunos, ficam sujeitos ao regime geral de deveres e direitos respeitantes aos militares, da forma de prestação de serviço a que se destinam, com as adaptações decorrentes da sua condição de alunos constantes de legislação especial.

Artigo 191.º

Nomeação para os cursos de promoção

1 — A nomeação do militar para os cursos de promoção é feita por despacho do CEM do respetivo ramo, tendo em conta:

- a) As necessidades do ramo;
- b) As condições de acesso legalmente fixadas;
- c) A posição do militar na lista de antiguidade do posto a que pertence.

2 — O militar dispensado da frequência de curso de promoção, nos termos do artigo 65.º, deve frequentá-lo, logo que possível, sem carácter classificativo.

3 — Não é nomeado para o curso de promoção o militar que vier a atingir o limite de idade de passagem à situação de reserva no período determinado para a ocorrência do curso.

TÍTULO II

Oficiais

CAPÍTULO I

Parte comum

SECÇÃO I

Chefias militares

Artigo 192.º

Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

1 — O CEMGFA tem o posto de almirante ou general e é hierarquicamente superior a todos os oficiais gerais.

2 — O CEMGFA é nomeado e exonerado nos termos previstos na LDN e na LOBOFA.

3 — Ao CEMGFA compete estabelecer o ordenamento hierárquico dos restantes oficiais gerais que prestam serviço na sua dependência, de acordo com a natureza dos cargos que ocupam.

Artigo 193.º

Chefia do estado-maior do ramo

1 — O CEM do respetivo ramo tem o posto de Almirante ou General, segue em precedência os almirantes da Armada e marechais e é hierarquicamente superior a todos os oficiais gerais, com exceção do CEMGFA.

2 — O Vice-Chefe do Estado-Maior do ramo tem o posto de Vice-Almirante ou Tenente-General e é hierarquicamente superior a todos os oficiais do seu posto.

3 — Os oficiais-gerais titulares dos cargos previstos nos números anteriores são nomeados e exonerados nos termos previstos na LDN e na LOBOFA.

4 — Aos CEM dos ramos compete estabelecer o ordenamento hierárquico dos restantes oficiais gerais que prestam serviço na sua dependência, de acordo com a natureza dos cargos que ocupam.

Artigo 194.º

Comandante-Chefe e Comandante Operacional

O oficial dos QP investido no cargo de Comandante-Chefe ou Comandante Operacional é hierarquicamente superior a todos os oficiais do mesmo posto que comandam cada uma das forças subordinadas e é nomeado e exonerado nos termos previstos na LDN e na LOBOFA.

Artigo 195.º

Almirante da Armada e Marechal

1 — Ao Almirante ou General e ao Vice-Almirante ou Tenente-General que, no exercício de funções de comando ou direção suprema, tenha revelado predados excepcionais, prestado serviços distintíssimos e relevantes ou praticado feitos com honra e lustre para a Nação e para as Forças Armadas, pode ser concedido, independentemente da idade ou do vínculo ao serviço, o título de Almirante da Armada ou de Marechal do Exército ou da Força Aérea.

2 — Os títulos previstos no número anterior constituem uma dignidade honorífica no âmbito do Estado e são concedidos por decreto do Presidente da República.

3 — O estatuto do Almirante da Armada e Marechal consta de legislação especial.

SECÇÃO II

Ingresso e promoção na categoria

Artigo 196.º

Ingresso na categoria

1 — O ingresso na categoria de oficiais faz-se por habilitação com curso adequado, nos postos de Guarda-Marinha, Subtenente ou Alferes e de Segundo-Tenente ou Tenente, consoante os ramos e quadros especiais.

2 — A antiguidade dos oficiais ingressados nos termos previstos no número anterior reporta-se, em regra, a 1 de outubro do ano em que concluem o respetivo curso de formação, tirocínio ou estágio, sendo, porém, antecipada de tantos anos quantos os que a organização escolar dos respetivos cursos, somada à duração do respetivo curso de formação, tirocínio, ou estágio exceder:

- a) Cinco anos, para o grau de mestre;
- b) Três anos, para o grau de licenciado.

Artigo 197.º

Promoção a oficial general e de oficiais gerais

1 — As promoções a oficial general e de oficiais gerais realizam-se por escolha, de entre os oficiais que satisfaçam as condições gerais e especiais para acesso aos postos, de acordo com o disposto na LDN e na LOBOFA.

2 — São promovidos ao posto de Almirante ou General os Vice-Almirantes ou Tenentes-Generais que forem nomeados para ocuparem os cargos de CEMGFA ou de CEM dos ramos, sendo o diploma de nomeação, simultaneamente, o da promoção.

3 — Independentemente do quadro especial a que pertencem, são promovidos ao posto de Vice-Almirante ou de Tenente-General os Contra-Almirantes ou Majores-Generais que forem nomeados para o desempenho de cargos a que corresponda o exercício de funções de comando, direção ou chefia em estruturas de coordenação de atividades funcionais comuns aos ramos das Forças Armadas.

4 — Em situações excecionais e devidamente fundamentadas, o CEM do respetivo ramo pode propor a promoção ao posto de Vice-Almirante ou Tenente-General dos Contra-Almirantes ou Majores-Generais cujo posto é o mais elevado do respetivo quadro especial.

5 — A promoção a e de oficial general pode ocorrer independentemente da existência de vacatura no respetivo quadro especial, quando seja necessário a nomeação de militar com esse posto para o desempenho de cargo fora da estrutura orgânica do respetivo ramo.

6 — A promoção prevista no número anterior, quando se destine ao desempenho de cargo fora do ramo, mas na estrutura orgânica das Forças Armadas, só pode ocorrer desde que não seja excedido o quantitativo máximo de efetivo autorizado para o posto a que respeita a promoção.

7 — A antiguidade no novo posto reporta-se à data da deliberação do CCEM, no caso previsto no n.º 1, e do diploma de nomeação que é simultaneamente de promoção, nos casos previstos nos n.ºs 2 e 3.

Artigo 198.º

Modalidades de promoção

As promoções aos postos da categoria de oficiais processam-se nas seguintes modalidades, previstas no artigo 51.º:

- a) Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Coronel, por escolha;
- b) Capitão-de-Fragata ou Tenente-Coronel, por escolha;
- c) Capitão-Tenente ou Major, por escolha;
- d) Primeiro-Tenente ou Capitão, por antiguidade;

- e) Segundo-Tenente ou Tenente, por diuturnidade.

Artigo 199.º **Tempos mínimos**

O tempo mínimo de permanência em cada posto para acesso ao posto imediato é de:

- a) Dois anos no posto de Guarda-Marinha, Subtenente ou Alferes;
- b) Quatro anos no posto de Segundo-Tenente ou Tenente;
- c) Sete anos no posto de Primeiro-Tenente ou Capitão;
- d) Cinco anos no posto de Capitão-Tenente ou Major;
- e) Quatro anos no posto de Capitão-de-Fragata ou Tenente-Coronel;
- f) Quatro anos no posto de Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Coronel.

Artigo 200.º **Cursos de promoção**

1 — Constituem condição especial de promoção, designadamente, os seguintes cursos:

- a) Para acesso a Comodoro ou Brigadeiro-General, o curso de promoção a oficial general (CPOG);
- b) Para acesso a Capitão-Tenente ou Major, o curso de promoção a oficial superior (CPOS).

2 — As nomeações para os cursos referidos no número anterior efetuam-se:

- a) Por escolha, de entre os Capitães-de-Mar-e-Guerra ou Coronéis, para o CPOG;
- b) Por antiguidade, de entre os Primeiros-Tenentes e Capitães, excluindo aqueles a quem seja adiada a sua frequência e os que declarem dele desistir, os quais ficam abrangidos pelo disposto no n.º 5 do artigo 79.º, para o CPOS.

CAPÍTULO II **Da Marinha**

Artigo 201.º **Classes e postos**

1 — Os oficiais da Armada distribuem-se pelas seguintes classes e postos:

- a) Na classe de marinha (M), postos de Almirante, Vice-Almirante, Contra-Almirante, Comodoro, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Capitão-de-Fragata, Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente e Guarda-Marinha;
- b) Na classe de engenheiros navais (EN), postos de Contra-Almirante, Comodoro, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Capitão-de-Fragata, Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente e Guarda-Marinha;
- c) Na classe de administração naval (AN), postos de Contra-Almirante, Comodoro, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Capitão-de-Fragata, Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente e Guarda-Marinha;
- d) Na classe de fuzileiros (FZ), postos de Contra-Almirante, Comodoro, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Capitão-de-Fragata, Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente e Guarda-Marinha;
- e) Na classe de médicos navais (MN), postos de Contra-Almirante, Comodoro, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Capitão-de-Fragata, Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente e Guarda-Marinha ou Subtenente;
- f) Na classe de técnicos superiores navais (TSN), postos de Capitão-de-Mar-e-Guerra, Capitão-de-Fragata, Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente e Subtenente;
- g) Na classe de serviço técnico (ST), postos de Capitão-de-Mar-e-Guerra, Capitão-de-Fragata, Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente e Subtenente;
- h) Na classe de técnicos de saúde (TS), postos de Capitão-de-Mar-e-Guerra, Capitão-de-Fragata, Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente e Subtenente;
- i) Na classe de músicos (MUS), postos de Capitão-de-Fragata, Capitão-Tenente, Primeiro-Tenente, Segundo-Tenente e Subtenente.

2 — A distribuição prevista no número anterior não prejudica o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 197.º.

Artigo 202.º

Ingresso nas classes

1 — O ingresso nas classes de marinha, engenheiros navais, administração naval e fuzileiros faz-se no posto de Guarda-Marinha, de entre os alunos da Escola Naval habilitados com o grau de mestre em ciências militares navais nas respetivas especialidades.

2 — O ingresso na classe de médicos navais faz-se no posto de Subtenente, de entre os civis ou militares habilitados com o grau de mestre em medicina, admitidos por concurso regulado por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, após conclusão com aproveitamento de curso de formação de oficiais, podendo o ingresso nesta classe ser ainda feito no posto de Guarda-Marinha, de entre os alunos que obtenham a mesma habilitação na Escola Naval, quando houver despacho do referido membro do Governo que o autorize, sob proposta do CCEM.

3 — O ingresso na classe de técnicos superiores navais faz-se no posto de Subtenente, de entre os civis ou militares habilitados com o grau de mestre, admitidos por concurso regulado por diploma próprio e após conclusão com aproveitamento do curso de formação de oficiais respetivo.

4 — Os candidatos admitidos ao curso referido no número anterior são aumentados ao efetivo da Marinha e graduados em Subtenente, mantendo, no caso dos militares, a sua patente se superior àquele posto.

5 — O ingresso na classe do serviço técnico faz-se no posto de subtenente, de entre:

a) Os militares que obtenham o grau de licenciado na Escola Naval, ordenados por cursos e, dentro de cada curso, pelas classificações nele obtidas;

b) Os militares e civis que, possuindo o grau de licenciatura ou equivalente em áreas correspondentes a um dos ramos da classe, admitidos por concurso regulado por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, concluam com aproveitamento o curso de formação de oficiais respetivo.

6 — O ingresso nas classes de técnicos de saúde e músicos faz-se no posto de Subtenente, de entre os militares habilitados com o grau de licenciado ou equivalente, admitidos por concurso regulado por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, que concluam com aproveitamento o curso de formação de oficiais respetivo.

Artigo 203.º

Subclasses e ramos

1 — As classes podem ser divididas em subclasses, podendo umas e outras compreender um ou mais ramos.

2 — Quando as classes sejam divididas em subclasses, a cada uma destas corresponde um efetivo permanente próprio, sem prejuízo de o somatório, total e por postos, dos efetivos das subclasses não poder exceder os efetivos globais fixados para a classe.

3 — A criação e extinção das subclasses e ramos e a fixação dos efetivos permanentes correspondentes às subclasses são determinadas por despacho do Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA).

4 — Na designação dos oficiais, a identificação da subclasse ou ramo a que pertence o militar substitui a que se refere à respetiva classe.

Artigo 204.º

Caracterização funcional das classes

Aos oficiais das classes a seguir indicadas incumbe especialmente:

a) Classe de marinha:

i) Administrar superiormente a Marinha;

- ii) Comando e inspeção de forças e unidades da Marinha;
- iii) Direção, inspeção e execução das atividades no âmbito dos setores do pessoal, do material e da administração financeira e do sistema de autoridade marítima;
- iv) Direção, inspeção e execução das atividades relativas ao uso dos sistemas de armas e sensores, de comando e controlo, de comunicações, rádio ajudas e de outros sistemas associados;
- v) Direção, inspeção e execução de atividades relativas às tecnologias da informação, à organização e racionalização do trabalho;
- vi) Análise ocupacional e investigação operacional;
- vii) Direção, inspeção e execução de atividades relativas à navegação, hidrografia, oceanografia, farolagem e balizagem;
- viii) Exercício de funções de justiça;
- ix) Exercício de funções em estados-maiores;
- x) Exercício de funções de natureza diplomática junto de representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro ou junto de organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
- xi) Desempenho de cargos internacionais em organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
- xii) Exercício de funções em que se requeiram os conhecimentos técnico-profissionais da classe;

b) Classe de engenheiros navais:

- i) Direção, inspeção e execução de atividades no âmbito da organização e gestão dos recursos do material;
- ii) Direção, inspeção e execução de atividades de natureza técnica especializada, a bordo e em terra, relativas aos sistemas mecânicos propulsores dos navios e respetivos auxiliares e outros sistemas e equipamentos associados, nomeadamente de comando e controlo;
- iii) Direção, inspeção e execução de atividades relativas ao estudo e projeto de navios e seus equipamentos;
- iv) Direção, inspeção e execução de atividades relativas à construção, reparação e manutenção das instalações e equipamentos elétricos e eletrónicos e sistemas de armas e sensores, de comando e controlo, de comunicações, de rádio ajudas, de guerra eletrónica e demais sistemas e equipamentos no âmbito do setor do material;
- v) Direção, inspeção e execução de atividades relativas às tecnologias da informação, à organização e racionalização do trabalho, análise ocupacional e investigação operacional;
- vi) Direção, inspeção e execução de atividades no âmbito do setor do material em estaleiros navais, estabelecimentos fabris, organismos de assistência oficial e outras com responsabilidades no capítulo de construção, manutenção e reparação naval;
- vii) Exercício de funções de natureza diplomática de Portugal no estrangeiro;
- viii) Exercício de funções em missões militares junto de representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro ou junto de organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
- ix) Desempenho de cargos internacionais em organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
- x) Exercício de funções de justiça;
- xi) Exercício de funções em estados-maiores;
- xii) Exercício de funções no âmbito das atividades relativas à navegação, hidrografia, oceanografia, farolagem e balizagem e do sistema de autoridade marítima, que requeiram a qualificação técnico-profissional da classe;
- xiii) Exercício de outras funções para as quais sejam requeridos os conhecimentos técnico-profissionais da classe;

c) Classe de administração naval:

- i) Direção, inspeção e execução de atividades no âmbito da organização e gestão dos recursos financeiros;
- ii) Direção, inspeção e execução das atividades relativas ao abastecimento da Marinha;
- iii) Direção, inspeção e execução das atividades relativas às tecnologias da informação, à organização e racionalização do trabalho, análise ocupacional e investigação operacional;
- iv) Exercício de funções de justiça;

- v) Exercício de funções em estados-maiores;
- vi) Exercício de funções da natureza diplomática de Portugal no estrangeiro;
- vii) Exercício de funções em missões militares junto de representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro ou junto de organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
- viii) Desempenho de cargos internacionais em organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
- ix) Exercício de outras funções para as quais sejam requeridos os conhecimentos técnico-profissionais da classe;

d) Classe de fuzileiros:

- i) Comando e inspeção de forças e unidades de fuzileiros e de desembarque;
- ii) Desempenho a bordo de funções compatíveis com a sua preparação;
- iii) Exercício de funções de justiça;
- iv) Exercício de funções, nomeadamente de chefia, em estados-maiores de comando e de forças de fuzileiros;
- v) Exercício de funções de natureza diplomática de Portugal no estrangeiro;
- vi) Exercício de funções em missões militares junto de representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro ou junto de organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
- vii) Desempenho de cargos internacionais em organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
- viii) Exercício de funções no âmbito do sistema de autoridade marítima, compatíveis com os conhecimentos técnico-profissionais da classe;
- ix) Exercício de outras funções para as quais sejam requeridos os conhecimentos técnico-profissionais da classe;

e) Classe de médicos navais:

- i) Direção, inspeção e execução de atividades relativas ao serviço de saúde;
- ii) Exercício da medicina nos comandos, forças, unidades, serviços, hospitais e postos médicos;
- iii) Exercício de funções nas juntas médicas da Armada e noutros organismos que, no âmbito da saúde, requeiram conhecimentos técnico-profissionais próprios da classe;
- iv) Desempenho de cargos internacionais em organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;

f) Classe de técnicos superiores navais:

- i) Direção, inspeção e execução, em organismos em terra, de atividades de natureza técnica especializada, relativas à gestão e formação do pessoal, ao material e infraestruturas, à consultoria, auditoria e assessoria jurídica e financeira, à farmácia, química e toxicologia e à cultura e ciência;
- ii) Exercício de funções de justiça;
- iii) Desempenho de cargos internacionais em organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
- iv) Exercício de outras funções que requeiram conhecimentos técnico-profissionais da classe;

g) Classe do serviço técnico:

- i) Direção, inspeção e execução de atividades de natureza técnica próprias do respetivo ramo;
- ii) Exercício de funções no âmbito de atividades relativas à navegação, hidrografia, farolagem e balizagem e do sistema de autoridade marítima, compatíveis com os conhecimentos técnico-profissionais da classe;
- iii) Exercício de outras funções que requeiram os conhecimentos técnico-profissionais que constituam qualificação própria da classe;

h) Classe de técnicos de saúde:

- i) Execução, direção e inspeção de atividades e tarefas relacionadas com a prestação de serviços na área de saúde naval e dos sistemas de diagnóstico nos comandos, forças, unidades, serviços, hospitais e postos médicos;

ii) Exercício de funções nas juntas médicas da Armada e noutros organismos que, no âmbito da saúde, requeiram conhecimentos técnico-profissionais da classe, bem como participar em trabalhos no âmbito de pedagogia aplicada ao pessoal prestando serviço ou que se destine a prestar serviço nesta área;

i) Classe de músicos:

i) Chefia e inspeção da Banda da Armada;

ii) Exercício de funções relativas às atividades específicas da Banda da Armada e outros agrupamentos de natureza musical oficialmente organizados no âmbito da Marinha;

iii) Exercício de outras funções que requeiram conhecimentos técnico-profissionais e artísticos próprios da classe.

Artigo 205.º **Cargos e funções**

1 — Aos oficiais da Armada incumbe, designadamente, o exercício de funções de comando, estado-maior e execução nos comandos, forças, unidades, serviços e outros organismos da Marinha, de acordo com os respetivos postos e classes, bem como o exercício de funções que à Marinha respeita nos quartéis-generais ou estados-maiores de comandos de forças conjuntas ou combinadas e ainda noutros organismos do Estado.

2 — Os cargos e funções específicos de cada posto são os previstos nos regulamentos e na estrutura orgânica dos comandos, forças, unidades, serviços e órgãos da Marinha, bem como na estrutura de outros organismos e departamentos, nacionais e internacionais, exteriores à Marinha.

Artigo 206.º **Comissão normal**

Para além das situações de comissão normal previstas no artigo 144.º, são considerados em comissão normal os oficiais no desempenho dos seguintes cargos ou funções:

a) Capitães de bandeira;

b) No comando e guarnição de navios mercantes, quando, por motivos operacionais, for julgado conveniente o desempenho de tais cargos por oficiais da Armada.

Artigo 207.º **Condições especiais de promoção**

1 — As condições especiais de promoção compreendem:

a) Tempo mínimo de permanência no posto;

b) Tirotínios de embarque;

c) Tirotínios em terra;

d) Frequência, com aproveitamento, de cursos ou estágios;

e) Outras condições de natureza específica das classes.

2 — As condições especiais de promoção para os diversos postos e classes, para além das fixadas no artigo 200.º, constam do anexo II ao presente Estatuto.

Artigo 208.º **Tirotínios de embarque**

1 — Os tirotínios de embarque são constituídos por:

a) Tempo de embarque e ou tempo de serviço de helicópteros;

b) Tempo de navegação e ou tempo de voo;

c) Tempo de exercício de funções específicas.

2 — Conta-se por tempo de embarque o que é prestado em navios armados e o oficial pertença à guarnição da força ou unidade naval ou, estando embarcado em diligência, desempenhe as funções que competem aos oficiais da respetiva lotação.

3 — Conta-se ainda por tempo de embarque o que é prestado a bordo de navios estrangeiros em exercício de funções em estado-maior internacional ou a bordo de navios estrangeiros ao abrigo de acordos ou protocolos com outras marinhas, em exercício de funções que competem aos oficiais da respetiva lotação.

4 — Conta-se por tempo de serviço de helicópteros o período durante o qual o militar com especialização na área dos helicópteros presta serviço na esquadrilha de helicópteros ou em unidades ou serviços na área funcional dos helicópteros.

5 — Conta-se por tempo de navegação o que for realizado no mar e aquele que, efetuado dentro de barras, rios ou portos fechados, corresponda a navegação preliminar ou complementar da navegação no mar.

6 — Conta-se por tempo de voo o período que medeia entre o levantamento do helicóptero do solo ou do navio, até que volte a tocá-los, considerando-se para este efeito uma hora de tempo de voo como equivalente a quatro horas de tempo de navegação.

Artigo 209.º

Contagem de tirocínios

1 — Os tirocínios de embarque e em terra apenas podem ser contados relativamente a oficiais em comissão normal que não se encontrem nas situações de:

- a) Ausência ilegítima do serviço;
- b) Cumprimento de pena que implique suspensão de funções.

2 — Os tirocínios de embarque não são contados aos oficiais que estejam hospitalizados, impedidos de prestar serviço por motivo de doença, que estejam no gozo de qualquer licença, com exceção no que respeita ao tempo de embarque e ao exercício de funções, das licenças de férias e por mérito.

3 — Os tirocínios em terra não são contados aos oficiais que estejam hospitalizados, impedidos de prestar serviço por motivo de doença ou, no gozo de qualquer licença, com exceção das licenças de férias ou por mérito.

Artigo 210.º

Dispensa de tirocínios

1 — O CEMA pode dispensar dos tirocínios de embarque ou em terra, num só posto, qualquer oficial que, por conveniência excecional do serviço, esteja impedido de os realizar.

2 — Aos oficiais subalternos com formação específica nas áreas de mergulhadores, hidrografia e informática, que prestem ou tenham prestado serviço, respetivamente, em unidades de mergulhadores-sapadores, no Instituto Hidrográfico ou em áreas funcionais de informática da Marinha, o tempo de embarque exigido para promoção ao posto imediato pode ser reduzido até metade e substituído por tempo de serviço naquelas unidades e organismos.

3 — Aos oficiais subalternos com formação específica nas áreas de mergulhadores, hidrografia e informática, que tenham prestado, pelo menos, um ano de serviço, respetivamente, em unidades de mergulhadores-sapadores, no Instituto Hidrográfico ou em áreas funcionais de informática da Marinha, o tempo de navegação exigido para promoção ao posto imediato é reduzido para metade.

Artigo 211.º

Ensino e formação militares

1 — A preparação inicial e a preparação complementar dos oficiais ao longo da carreira concretiza-se através de ações formativas de investimento que visam adequar continuamente as competências pessoais, militar-navais e técnicas à evolução do conhecimento científico e das técnicas e tecnologias militares, marítimas e navais e através de atividades de treino operacional e técnico.

2 — As ações formativas de investimento conferem aos oficiais, de forma gradual, um complexo integrado de conhecimentos de ordem humanística, militar, cultural, científica e técnica indispensáveis à sua inserção profissional militar-naval e ao desenvolvimento de carreira e compreendem atividades de:

a) Formação inicial e de carreira: têm por finalidade a formação integral do oficial, proporcionando-lhe a aquisição e o desenvolvimento de comportamentos, atitudes, conhecimentos científicos e técnicos e perícias adequados ao desempenho de tarefas e de cargos nos vários postos, caracterizados através de perfis profissionais e de padrões navais, funcionais e ocupacionais próprios;

b) Formação especializada: tem por finalidade o desenvolvimento ou aprofundamento do ensino e da formação em áreas científicas e técnicas militares, marítimas e navais específicas, tendo em vista o exercício de determinadas funções ou cargos específicos para as quais são requeridos conhecimentos suplementares ou aptidões próprias;

c) Formação evolutiva: tem por finalidade o desenvolvimento ou aprofundamento da formação em técnicas militares, marítimas e navais específicas, tendo em vista alargar, aperfeiçoar ou atualizar os conhecimentos em complemento de formação anteriormente adquirida, permitindo acompanhar a evolução do conhecimento.

Artigo 212.º

Cursos para ingresso na categoria

1 — Os cursos que habilitam ao ingresso nas classes da categoria de oficiais são os seguintes:

a) Cursos que conferem o grau de mestre ou o grau de licenciado, ministrados na Escola Naval;

b) Cursos que conferem o grau de mestre ou o grau de licenciado, ministrados em estabelecimentos de ensino superior, complementados por formação militar adequada ministrada em estabelecimentos militares.

2 — Os cursos referidos no número anterior são regulados por diploma próprio.

Artigo 213.º

Frequência dos cursos

1 — Os cursos em que se traduzem as ações ou atividades referidas nos artigos anteriores são, em regra, ministrados nos estabelecimentos de ensino da Marinha ou em unidades ou serviços para esse fim designados.

2 — Os oficiais podem, mediante despacho do CEMA, ser nomeados para frequentar cursos em estabelecimentos de ensino, civis ou militares, nacionais ou estrangeiros.

3 — Aos cursos frequentados nas condições previstas no número anterior podem ser atribuídas equivalências aos ministrados nos estabelecimentos de ensino da Marinha, de acordo com o disposto na legislação em vigor.

CAPÍTULO III

Do Exército

Artigo 214.º

Corpo de oficiais gerais, armas, serviços e postos

1 — Os oficiais dos QP do Exército distribuem-se pelo corpo de oficiais gerais, armas, serviços e quadros especiais.

2 — O corpo de oficiais gerais contempla os seguintes postos: General, Tenente-General, Major-General e Brigadeiro-General.

3 — As armas são constituídas pelos seguintes quadros especiais:

a) Infantaria (INF);

b) Artilharia (ART);

c) Cavalaria (CAV);

d) Engenharia (ENG);

e) Transmissões (TM).

4 — Os serviços são constituídos pelos seguintes quadros especiais:

a) Medicina (MED), medicina dentária (DENT), farmácia (FARM) e medicina veterinária (VET), no serviço de saúde;

b) Administração militar (ADMIL);

c) Material (MAT).

5 — Os quadros especiais das armas e serviços contemplam os seguintes postos: Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, Tenente e Alferes.

6 — Os quadros especiais de juristas (JUR) e superior de apoio (SAP) contemplam os seguintes postos: Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, Tenente e Alferes.

7 — Os quadros especiais de técnicos de exploração de transmissões (TEXPTM), manutenção de transmissões (TMANTM), manutenção de material (TMANMAT), pessoal e secretariado (TPESSECR), transportes (TTRANS) e saúde (TS) contemplam os seguintes postos: Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, Tenente e Alferes.

8 — O quadro especial de chefes de banda de música (CBMUS) contempla os postos de Tenente-Coronel, Major, Capitão, Tenente e Alferes.

9 — A alimentação do corpo de oficiais gerais, sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 197.º, é feita de acordo com as seguintes condições de acesso:

a) Aos postos de General, Tenente-General, Major-General e Brigadeiro-General, pelos oficiais provenientes dos quadros especiais de infantaria, artilharia, cavalaria, engenharia e transmissões;

b) Aos postos de Major-General e Brigadeiro-General, pelos oficiais provenientes dos quadros especiais de medicina, administração militar e material.

Artigo 215.º

Ingresso nas armas e serviços

1 — O ingresso nas diferentes armas e serviços do Exército faz-se no posto de Alferes, de entre alunos que obtenham o grau de mestre do ensino superior universitário militar na Academia Militar (AM), ordenados por cursos e, dentro de cada curso, pelas classificações nele obtidas.

2 — O ingresso nos quadros especiais do serviço de saúde faz-se no posto de Alferes, de entre os civis ou militares habilitados com o grau de mestre em medicina, medicina dentária, farmácia ou medicina veterinária, admitidos por concurso regulado por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, após conclusão com aproveitamento de curso de formação inicial ou tirocínio, podendo o ingresso nestes quadros especiais ser ainda feito no posto de Alferes, de entre os alunos que obtenham a mesma habilitação na AM, quando houver despacho do referido membro do Governo que o autorize, sob proposta do CCEM.

3 — O ingresso nos quadros especiais de juristas e de técnico superior de apoio faz-se, por concurso, no posto de Alferes, de entre os que possuam o grau de mestre do ensino superior e após conclusão, com aproveitamento, do respetivo curso de formação inicial ou tirocínio, de acordo com o disposto em portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

4 — Os candidatos admitidos ao abrigo do número anterior frequentam os cursos de formação inicial ou tirocínios graduados no posto de Alferes.

5 — O ingresso nos quadros especiais de técnicos, previstos no n.º 7 do artigo 214.º, faz-se no posto de Alferes, de entre militares que possuam curso com o grau de licenciado e completem o respetivo curso de formação inicial ou tirocínio para oficial, ordenados consoante a média ponderada das classificações obtidas na licenciatura e no curso de formação inicial ou tirocínio.

6 — O processo de admissão aos cursos de formação inicial ou tirocínios para ingresso nos quadros especiais referidos nos n.ºs 2, 3 e 5 é regulado por diploma próprio.

Artigo 216.º

Caraterização funcional dos quadros especiais

1 — Aos oficiais dos quadros especiais das armas, incumbe:

a) A administração superior do Exército;

- b) O exercício das funções de comando, direção ou chefia e estado-maior em unidades da respetiva arma;
- c) O planeamento, a preparação e o emprego das forças da respetiva arma em operações, nomeadamente no quadro de estados-maiores de comandos ou quartéis-generais, nacionais ou multinacionais;
- d) O exercício de funções de natureza diplomática junto de representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro ou junto de organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
- e) O desempenho de cargos internacionais em organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
- f) A inspeção de unidades da respetiva arma;
- g) A docência no âmbito técnico e tático da respetiva arma;
- h) O exercício de funções específicas inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas no Exército.

2 — Aos oficiais dos quadros especiais dos serviços incumbe:

- a) Nos quadros especiais do serviço de saúde:
 - i) A administração da saúde nos campos operacional, logístico e assistencial;
 - ii) O exercício das funções de direção ou chefia de estabelecimentos e órgãos do serviço de saúde;
 - iii) A preparação e o emprego de forças sanitárias;
 - iv) A inspeção de estabelecimentos e órgãos do serviço de saúde;
 - v) O exercício de funções específicas inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas no Exército;
- b) No quadro especial de administração militar:
 - i) O apoio no planeamento e gestão dos recursos financeiros do Exército;
 - ii) O exercício das funções de comando, direção ou chefia e estado-maior em unidades, estabelecimentos e órgãos logísticos;
 - iii) O exercício de funções de natureza diplomática junto de representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro ou junto de organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
 - iv) O desempenho de cargos internacionais em organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
 - v) A inspeção de unidades, estabelecimentos e órgãos logísticos;
 - vi) O exercício de funções específicas inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas no Exército;
- c) No quadro especial de material:
 - i) O apoio no planeamento e gestão dos recursos materiais do Exército;
 - ii) O exercício das funções de comando, direção ou chefia e estado-maior em unidades, estabelecimentos e órgãos logísticos;
 - iii) O exercício de funções de natureza diplomática junto de representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro ou junto de organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
 - iv) O desempenho de cargos internacionais em organizações criadas ou a criar no âmbito de acordos internacionais;
 - v) A inspeção de unidades, estabelecimentos e órgãos logísticos;
 - vi) O exercício de funções específicas inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas no Exército.

3 — Aos oficiais do quadro especial de juristas incumbe:

- a) A prestação de apoio jurídico;
- b) O exercício das funções de estado-maior, no âmbito jurídico, em unidades, estabelecimentos e órgãos;
- c) O exercício de funções específicas inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas no Exército.

4 — Aos oficiais do quadro especial superior de apoio incumbe:

- a) O exercício das funções de estado-maior, de âmbito técnico, em unidades, estabelecimentos e órgãos;
- b) O exercício de funções específicas inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas no Exército.

5 — Aos oficiais dos quadros especiais de técnicos incumbe:

- a) O exercício das funções de comando e estado-maior, de âmbito técnico, em unidades, estabelecimentos e órgãos;
- b) O exercício de funções de execução inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas no Exército.

6 — Aos oficiais do quadro especial de chefia de bandas de música incumbe:

- a) A preparação e direção das bandas militares;
- b) O exercício de funções específicas inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas no Exército.

Artigo 217.º **Cargos e funções**

1 — Aos oficiais do Exército incumbe, designadamente, o exercício de funções de comando, estado-maior e execução nos comandos, forças, unidades, serviços e outros organismos do Exército, de acordo com os respetivos postos e quadros especiais, bem como o exercício de funções que ao Exército respeitam nos quartéis-generais ou estados-maiores de comandos de forças conjuntas ou combinadas e ainda noutros organismos do Estado.

2 — Os cargos e funções específicos de cada posto são os previstos na estrutura orgânica legalmente aprovada no âmbito das Forças Armadas, designadamente:

- a) No posto de Coronel, o exercício de funções de comando, direção ou chefia, supervisão e coordenação de natureza territorial, operacional e de formação, bem como dirigir e coordenar atividades de estado-maior relacionadas com o respetivo quadro especial e o seu nível de responsabilidade;
- b) No posto de Tenente-Coronel, o exercício de funções de comando, direção ou chefia, supervisão e coordenação de natureza territorial, operacional e de formação, bem como dirigir, coordenar e executar atividades de estado-maior relacionadas com o respetivo quadro especial e o seu nível de responsabilidade;
- c) No posto de Major, o exercício de funções de chefia, coordenação de natureza territorial, operacional e de formação, bem como executar atividades de estado-maior relacionadas com o respetivo quadro especial e o seu nível de responsabilidade;
- d) No posto de Capitão, o exercício de funções de comando ou chefia de natureza territorial, operacional e de formação, bem como dirigir, coordenar e executar atividades de estado-maior relacionadas com o respetivo quadro especial e o seu nível de responsabilidade;
- e) No posto de Tenente, o exercício de funções de comando ou chefia de natureza territorial, operacional e de formação, bem como, de acordo com o respetivo quadro especial, executar e coordenar as atividades relacionadas com o seu nível de responsabilidade;
- f) No posto de Alferes, o exercício de funções de comando ou chefia de natureza territorial, operacional e de formação, bem como, de acordo com o respetivo quadro especial, executar as atividades relacionadas com o seu nível de responsabilidade.

Artigo 218.º **Cursos e tirocínios**

1 — Os cursos e tirocínios que habilitam ao ingresso nas armas e serviços da categoria de oficiais são os seguintes:

- a) Curso conferente do grau de mestre do ensino superior público universitário militar, na AM;

b) Curso conferente do grau de mestre do ensino superior universitário, complementado por curso de formação ou tirocínio ministrado em estabelecimento de ensino superior público universitário militar;

c) Curso conferente do grau de licenciado do ensino superior, complementado por curso de formação inicial ou tirocínio ministrado em estabelecimento de ensino superior público militar.

2 — Os cursos referidos no número anterior são regulados por diploma próprio.

Artigo 219.º

Designação de coronel tirocinado

O oficial com o posto de coronel, após a frequência do CPOG, com aproveitamento, designa-se por Coronel Tirocinado (COR TIR).

CAPÍTULO IV

Da Força Aérea

Artigo 220.º

Especialidades e postos

1 — Os oficiais dos QP da Força Aérea distribuem-se pelas seguintes especialidades e postos:

a) Pilotos aviadores (PILAV), com os postos de General, Tenente-General, Major-General, Brigadeiro-General, Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, Tenente e Alferes;

b) Engenheiros aeronáuticos (ENGAER), engenheiros de aeródromos (ENGAED), engenheiros eletrotécnicos (ENGEL), médicos (MED), administração aeronáutica (ADMAER), juristas (JUR) e psicólogos (PSI), com os postos de Major-General, Brigadeiro-General, Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, Tenente e Alferes;

c) Navegadores (NAV), técnicos de operações de comunicações e criptografia (TOCC), técnicos de operações de meteorologia (TOMET), técnicos de operações de circulação aérea e radar de tráfego (TOCART), técnicos de operações deteção e conduta de interceção (TODCI), técnicos de manutenção de material aéreo (TMMA), técnicos de manutenção de material terrestre (TMMT), técnicos de manutenção de material eletrotécnico (TMMEL), técnicos de manutenção de armamento e equipamento (TMAEQ), técnicos de manutenção de infraestruturas (TMI), técnicos de abastecimento (TABST), técnicos de informática (TINF), técnicos de pessoal e apoio administrativo (TPAA), técnicos de saúde (TS) e polícia aérea (PA), com os postos de Coronel, Tenente-Coronel, Major, Capitão, Tenente e Alferes;

d) Chefes de banda de música (CHBM), com os postos de Tenente-Coronel, Major, Capitão, Tenente e Alferes.

2 — A distribuição prevista no número anterior não prejudica o disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 197.º

Artigo 221.º

Ingresso nas especialidades

1 — O ingresso na especialidade de pilotos aviadores faz-se no posto de Alferes, de entre os alunos que obtenham o grau de mestre na Academia da Força Aérea (AFA), ordenados por cursos e, dentro de cada curso, pelas classificações nele obtidas.

2 — O ingresso nas especialidades de engenheiros, administração aeronáutica, juristas e psicólogos faz-se no posto de Alferes, de entre os alunos que obtenham o grau de mestre na AFA, ordenados por cursos e, dentro de cada curso, pelas classificações nele obtidas.

3 — O ingresso nas especialidades referidas no número anterior faz-se ainda no posto de Alferes, após a frequência, com aproveitamento, de estágio técnico-militar adequado, de candidatos habilitados com o grau de mestre, admitidos por concurso.

4 — O ingresso na especialidade de médico faz-se no posto de Alferes, de entre os civis ou militares habilitados com o grau de mestre em medicina, admitidos por concurso regulado por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, após conclusão com aproveitamento de curso de formação de oficiais, podendo o ingresso nesta classe ser ainda feito no posto de Alferes, de entre os alunos que obtenham a mesma habilitação na AFA, quando houver despacho do referido membro do Governo que o autorize, sob proposta do CCEM.

5 — O ingresso nas especialidades de navegadores, técnicos, polícia aérea e chefes de banda de música faz-se no posto de Alferes, de entre os alunos que obtenham o grau de licenciado na AFA, ordenados por cursos e, dentro de cada curso, pelas classificações nele obtidas.

6 — O ingresso nas especialidades referidas no número anterior faz-se ainda no posto de Alferes, após frequência, com aproveitamento, de estágio técnico-militar adequado, de entre militares da Força Aérea habilitados com o grau de licenciado, admitidos por concurso.

7 — Os estágios técnico-militares são frequentados com a graduação de Alferes ou do posto que já detenham, caso seja superior.

8 — A ordenação na lista de antiguidade dos oficiais que frequentem os estágios técnico-militares, faz-se em cada especialidade, segundo a classificação final resultante da média ponderada das classificações obtidas no mestrado ou licenciatura, e no estágio técnico-militar e, em caso de igualdade de classificação, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 178.º.

Artigo 222.º

Caracterização funcional das especialidades

1 — Compete aos oficiais da Força Aérea exercer:

- a) Atividades de natureza militar e de formação;
- b) Funções em estado-maior;
- c) Funções ao nível de direção, execução e inspeção, nas diversas unidades, órgãos e serviços.

2 — Aos oficiais da especialidade de pilotos aviadores incumbe, especialmente:

- a) A administração superior da Força Aérea;
- b) O exercício de funções de natureza diplomática ou junto de representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro, de comando funcional ou de componente, de chefia em estados-maiores e de comando e direção ou chefia de unidades, órgãos e serviços da Força Aérea;
- c) O exercício de funções específicas, inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas em regulamentação própria da Força Aérea.

3 — Aos oficiais das especialidades de engenheiros, médicos, administração aeronáutica, juristas e psicólogos incumbe, especialmente:

- a) A administração da Força Aérea;
- b) O exercício de funções de natureza diplomática ou junto de representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro, de chefia em estados-maiores e de comando e direção ou chefia de unidades, órgãos e serviços da Força Aérea;
- c) O exercício de funções específicas, inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas em regulamentação própria da Força Aérea.

4 — Aos oficiais das especialidades de navegadores, técnicos e polícia aérea incumbe, especialmente:

- a) O exercício de funções de comando e direção ou chefia, de unidades, órgãos e serviços da Força Aérea;
- b) O exercício de funções específicas, inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas em regulamentação própria da Força Aérea.

5 — Aos oficiais da especialidade de chefes de banda de música incumbe, especialmente:

- a) A chefia da Banda de Música da Força Aérea;
- b) O exercício de funções relacionadas com as atividades da banda e fanfarras da Força Aérea;
- c) O exercício de funções específicas, inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais.

Artigo 223.º

Cargos e funções

1 — Aos oficiais da Força Aérea incumbe:

- a) O exercício de funções de comando, de estado-maior e de execução nos comandos, forças, unidades, órgãos ou serviços da Força Aérea, de acordo com os respetivos postos e especialidade;
- b) O exercício de funções que à Força Aérea respeita nos quartéis-generais ou nos estados-maiores de comandos de forças conjuntas ou combinadas;
- c) O exercício de funções noutros organismos do Estado.

2 — Os cargos e funções específicos de cada posto são os previstos nos regulamentos e na estrutura orgânica dos comandos, forças, unidades, órgãos e serviços da Força Aérea, bem como na estrutura de outros organismos e departamentos, nacionais e internacionais, exteriores à Força Aérea.

Artigo 224.º

Treino mínimo de voo

Independentemente das condições especiais exigidas para a promoção aos diferentes postos, nenhum oficial piloto aviador ou navegador pode ser promovido ao posto imediato sem ter realizado nos dois semestres anteriores o treino mínimo de voo exigido por lei, salvo se o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) reconhecer que esse treino não foi executado por motivo de serviço.

Artigo 225.º

Cursos, tirocínios e estágios para ingresso

1 — Os cursos, tirocínios e estágios que habilitam ao ingresso na categoria de oficiais são os seguintes:

- a) Mestrado, lecionado na AFA, com o respetivo tirocínio;
- b) Mestrado ou equivalente, ministrado em estabelecimento de ensino superior, complementado por estágio técnico-militar, na AFA;
- c) Licenciatura, lecionada na AFA, com o respetivo tirocínio;
- d) Licenciatura ou equivalente, ministrado em estabelecimento de ensino superior, complementado por estágio técnico-militar, na AFA.

2 — Os cursos, tirocínios e estágios referidos no número anterior são regulados por diploma próprio.

Artigo 226.º

Cursos de promoção

1 — Para além dos cursos referidos no artigo 200.º, constitui ainda condição especial de promoção a capitão, o Curso Básico de Comando (CBC), ministrado na AFA.

2 — As nomeações para o CBC efetuam-se por antiguidade, de entre os tenentes, excluindo aqueles a quem seja adiada a sua frequência e os que declarem deste desistir, os quais ficam abrangidos pelo disposto nos n.ºs 2 a 5 do artigo 79.º.

TÍTULO III

Sargentos

CAPÍTULO I

Parte comum

Artigo 227.º

Ingresso na categoria

1 — O ingresso na categoria de sargentos faz-se no posto de Subsargento ou Furriel ou no posto fixado no presente Estatuto, de entre os militares e militares alunos que obtenham aproveitamento no

curso de formação inicial, adequado à respetiva classe, arma, serviço ou especialidade, ordenados por cursos e, dentro de cada curso, pelas classificações nele obtidas.

2 — O ingresso na categoria de sargentos faz-se ainda no posto de Subsargento ou Furriel, após frequência, com aproveitamento, de tirocínio ou estágio técnico-militar adequado, frequentado com a graduação de Subsargento ou Furriel ou do posto que já detenham, caso seja superior, de indivíduos habilitados, no mínimo, com formação de nível 5 de qualificação, conferido no âmbito do ensino superior.

3 — A data da antiguidade no posto de Subsargento ou Furriel reporta-se, em regra, a 1 de outubro do ano de conclusão do curso de formação inicial ou a data fixada no presente Estatuto para os sargentos oriundos do RC, sendo antecipada de tantos anos quantos os que a organização escolar dos respetivos cursos, somada à duração do respetivo curso de formação inicial, exceder três anos.

4 — Os cursos referidos no n.º 1, bem como as respetivas condições de admissão, são regulados por diploma próprio.

5 — Os militares dos QP ou em RC e os militares alunos dos cursos de formação de sargentos com duração superior a dois anos são graduados no posto de Subsargento ou Furriel após conclusão, com aproveitamento, do segundo ano do curso.

Artigo 228.º

Alimentação da categoria

De acordo com as normas previstas para cada ramo, a categoria de sargentos é alimentada por:

- a) Sargentos e praças em RC e RV;
- b) Praças dos QP;
- c) Candidatos civis.

Artigo 229.º

Modalidades de promoção

A promoção aos postos da categoria de sargentos processa-se nas seguintes modalidades, previstas no artigo 51.º:

- a) Sargento-Mor, por escolha;
- b) Sargento-Chefe, por escolha;
- c) Sargento-Ajudante, por escolha;
- d) Primeiro-Sargento, por antiguidade;
- e) Segundo-Sargento, por diuturnidade.

Artigo 230.º

Tempos mínimos

O tempo mínimo de permanência em cada posto para acesso ao posto imediato é o seguinte:

- a) Dois anos no posto de Subsargento ou Furriel;
- b) Quatro anos no posto de Segundo-Sargento;
- c) Sete anos no posto de Primeiro-Sargento;
- d) Cinco anos no posto de Sargento-Ajudante;
- e) Quatro anos no posto de Sargento-Chefe.

Artigo 231.º

Curso de promoção

1 — O curso de promoção a Sargento-Chefe constitui condição especial para acesso a este posto e é frequentado no posto de Sargento-Ajudante.

2 — A nomeação para o curso referido no número anterior é feita por antiguidade, dentro de cada classe, arma, serviço ou especialidade, de entre os Sargentos-Ajudantes, excluindo aqueles a quem seja adiada a sua frequência e os que declarem dela desistir, ficando abrangidos pelo disposto nos n.ºs 2 a 5 do artigo 79.º.

Artigo 232.º**Admissão a cursos ou tirocínios**

1 — Os sargentos, até ao posto de Sargento-Ajudante, inclusivamente, podem concorrer à frequência de cursos ou tirocínios que habilitem ao ingresso na categoria de oficiais, desde que satisfaçam, designadamente, as seguintes condições:

- a) Ter as habilitações exigidas para a frequência do respetivo curso ou tirocínio;
- b) Ter idade não superior à exigida para a frequência do respetivo curso ou tirocínio, que, em qualquer caso, não pode exceder 38 anos de idade;
- c) Ficar aprovado nas provas do concurso de admissão ao curso ou tirocínio e ser selecionado para o preenchimento das vagas abertas para cada concurso.

2 — Os cursos referidos no número anterior são regulados por diploma próprio.

CAPÍTULO II**Da Marinha****Artigo 233.º****Classes e postos**

Os sargentos da Armada distribuem-se pelas seguintes classes e postos:

a) Classes:

- i) Administrativos (L);
- ii) Comunicações (C);
- iii) Condutores mecânicos de automóveis (V);
- iv) Eletromecânicos (EM);
- v) Eletrotécnicos (ET);
- vi) Fuzileiros (FZ);
- vii) Manobras (M);
- viii) Maquinistas navais (MQ);
- ix) Mergulhadores (U);
- x) Músicos (B);
- xi) Operações (OP);
- xii) Taifa (TF);
- xiii) Técnicos de armamento (TA).

b) Postos: Sargento-Mor, Sargento-Chefe, Sargento-Ajudante, Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento e Subsargento.

Artigo 234.º**Subclasses e ramos**

1 — As classes podem ser divididas em subclasses e ramos, de acordo com os princípios definidos no artigo 203.º.

2 — Na designação dos sargentos, a identificação da subclasse ou ramo a que pertence o militar substitui a que se refere à respetiva classe.

Artigo 235.º**Caracterização funcional das classes**

De acordo com a classe a que pertencem, incumbe, genericamente aos sargentos:

a) Da classe de administrativos, exercer funções no âmbito da direção, coordenação e controlo da execução de tarefas integradas no âmbito logístico, financeiro, contabilístico, patrimonial e do secretariado, à exceção das relacionadas com munições, explosivos, pirotécnicos e material de saúde;

b) Da classe de comunicações, exercer funções no âmbito da direção, coordenação e controlo da utilização e operação dos sistemas e equipamentos de comunicações;

c) Da classe de condutores mecânicos de automóveis, conduzir todos os tipos de veículos automóveis em uso na Marinha, com exceção das viaturas táticas e de transporte de materiais perigosos, e exercer funções no âmbito da direção, coordenação e controlo da utilização daqueles veículos e prestação da assistência oficial no respetivo parque;

d) Da classe de eletromecânicos, exercer funções no âmbito da direção, controlo e execução das operações de utilização, condução e manutenção das instalações propulsoras dos navios e respetivos auxiliares, dos equipamentos respeitantes à produção e distribuição de energia elétrica e de outros sistemas e equipamentos associados;

e) Da classe de eletrotécnicos, exercer funções no âmbito da direção, controlo e execução das operações de conservação e manutenção, na sua vertente eletrónica, de sistemas de armas e de comunicações, sensores e equipamentos que se destinam à guerra no mar e à condução da navegação e governo do navio;

f) Da classe de fuzileiros, prestar serviço em unidades de fuzileiros e de desembarque ou em unidades navais, neste caso, com funções compatíveis com a sua preparação e graduação, e dirigir e controlar as atividades relacionadas com o serviço de segurança nas dependências e instalações da Marinha em terra, conduzir viaturas táticas e outras de natureza específica, nomeadamente de transporte de materiais perigosos;

g) Da classe de manobras, exercer funções no âmbito da direção e controlo das operações de utilização, conservação e manutenção de aparelho do navio, embarcações, meios de salvamento no mar e respetivas palamentas, material de escoramento e material destinado a operações de reabastecimento no mar; condução e manutenção do equipamento destinado à manobra de cabos, ferros e reboques; utilização de equipamentos e sensores que se destinam à condução da navegação e governo do navio; exercer funções compatíveis com a sua formação específica, no âmbito da direção, controlo e execução, designadamente em relação à manufatura, conservação e reparação de mobiliário, peças e estruturas em madeira;

h) Da classe de maquinistas navais, exercer funções no âmbito de direção, coordenação e controlo a condução e manutenção das instalações propulsoras dos navios e respetivos auxiliares e de outros sistemas e equipamentos associados e intervencionar no âmbito das ações especializadas relativas a estes sistemas, de acordo com a sua preparação técnica;

i) Da classe de mergulhadores, exercer funções no âmbito da direção, coordenação, controlo e execução de ações de caráter ofensivo e defensivo, próprias das guerras de minas e de sabotagem submarina e noutras ações que impliquem o recurso a atividades subaquáticas, à exceção das que diretamente dizem respeito ao pessoal embarcado em submarinos;

j) Da classe de músicos, integrar, como executante, a Banda da Armada, a charanga ou outro agrupamento musical oficialmente organizado no âmbito da Marinha, bem como dirigir, coadjuvar na direção e coordenar estes agrupamentos;

k) Da classe de operações, exercer funções no âmbito da direção, coordenação e controlo da utilização de sistemas de armas, sensores e equipamentos que se destinam à guerra no mar, bem como de equipamentos e sensores que se destinam à condução da navegação e governo do navio;

l) Da classe da taifa, exercer funções no âmbito da direção, controlo e execução de todas as tarefas relacionadas com o serviço do rancho, designadamente ao nível da organização das ementas, obtenção de géneros alimentícios e sua conservação, confeção de refeições e sua distribuição, controlo de espaços, mobiliário e palamenta e da escrituração dos movimentos de materiais e financeiros inerentes;

m) Da classe de técnicos de armamento, exercer funções no âmbito da direção, controlo e execução das operações de conservação e manutenção dos sistemas de armas, nas vertentes mecânica, elétrica e hidráulica, direção e controlo das operações de manuseamento e conservação de munições, paióis, pólvoras e explosivos, e de utilização de equipamentos e sensores que se destinam à condução da navegação e governo do navio.

Artigo 236.º **Cargos e funções**

1 — Aos sargentos da Armada incumbe, designadamente, o exercício de funções nos comandos, forças, unidades, serviços e organismos da Marinha, de acordo com as respetivas classes e postos, bem

como o exercício de funções que à Marinha respeitam nos quartéis-generais ou estados-maiores de comandos de forças conjuntas ou combinadas e noutros organismos do Estado.

2 — São funções comuns a todos os postos da categoria de sargentos, de acordo com o grau de autoridade do posto e das perícias adquiridas, a condução, formação e treino de pessoal e a execução de trabalhos técnicos e tarefas de vigilância e polícia e secretariado.

3 — Os cargos e as funções específicas de cada posto são os previstos na estrutura orgânica legalmente aprovada onde os sargentos estejam colocados.

4 — Os conteúdos funcionais dos cargos relativos aos diferentes postos da categoria de sargentos, no âmbito do previsto nos números anteriores, têm a seguinte caracterização genérica:

a) No posto de Sargento-Mor, funções ligadas ao planeamento, organização, direção, inspeção, coordenação, controlo e segurança, nos setores do pessoal e do material;

b) No posto de Sargento-Chefe, funções ligadas ao planeamento, organização, direção, coordenação e controlo, nos setores do pessoal e do material;

c) No posto de Sargento-Ajudante, funções ligadas à organização, coordenação e controlo, nos setores do pessoal e do material;

d) Nos postos de Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento e Subsargento, funções de chefia e comando de secções de unidades navais, de unidades de fuzileiros ou de mergulhadores.

Artigo 237.º

Condições especiais de promoção

1 — As condições especiais de promoção compreendem:

a) Tempo mínimo de permanência no posto;

b) Tirocínios de embarque, constituídos por tempo de embarque e ou tempo de serviço de helicópteros e tempo de navegação;

c) Frequência de cursos, com aproveitamento;

d) Prestação de provas de concurso, para a classe de músicos;

e) Outras condições de natureza específica das classes.

2 — As condições especiais de promoção para os diversos postos e classes, para além da fixada no artigo 231.º, constam do anexo II ao presente Estatuto.

3 — Aos sargentos é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 208.º a 210.º.

Artigo 238.º

Formação militar

1 — A preparação inicial e a preparação complementar dos sargentos ao longo da carreira concretiza-se através de ações formativas de investimento que visam igualmente o referido no n.º 1 do artigo 211.º.

2 — As ações formativas de investimento conferem aos sargentos, de forma gradual, um conjunto de conhecimentos de ordem humanística, militar, cultural e técnica indispensáveis à sua inserção profissional militar-naval e ao desenvolvimento de carreira e compreendem atividades de formação inicial e de carreira, de formação especializada e de formação evolutiva, de pendor técnico.

3 — Os sargentos podem ser nomeados para frequentar cursos em estabelecimentos de ensino, civis ou militares, nacionais ou estrangeiros.

CAPÍTULO III

Do Exército

Artigo 239.º

Armas, serviços e postos

1 — Os sargentos do Exército distribuem-se pelas armas e serviços e por quadros especiais.

2 — As armas são constituídas pelos seguintes quadros especiais:

- a) Infantaria (INF);
- b) Artilharia (ART);
- c) Cavalaria (CAV);
- d) Engenharia (ENG);
- e) Transmissões (TM).

3 — Os serviços são constituídos pelos seguintes quadros especiais:

- a) Administração militar (ADMIL);
- b) Material (MAT);
- c) Transportes (TRANS);
- d) Pessoal e secretariado (PESSEC);
- e) Músicos (MUS);
- f) Corneteiros (CORN) e clarins (CLAR).

4 — Os quadros especiais referidos nos números anteriores contemplam os seguintes postos: Sargento-Mor, Sargento-Chefe, Sargento-Ajudante, Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento e Furriel.

Artigo 240.º

Caraterização funcional dos quadros especiais

1 — Aos sargentos dos quadros especiais das armas, incumbe:

- a) O exercício das funções de comando em subunidades elementares de escalão secção e chefia técnica e estado-maior em unidades da respetiva arma;
- b) O desempenho do cargo de adjunto do comandante, nos vários escalões de comando;
- c) A participação na preparação e emprego das forças da respetiva arma;
- d) A formação no âmbito técnico e tático da respetiva arma;
- e) O exercício de funções especializadas de natureza técnica, de acordo com os sistemas de armas operados.

2 — Aos sargentos dos quadros especiais dos serviços incumbe:

- a) Do quadro especial de administração militar:
 - i) O apoio à administração e gestão dos recursos financeiros do Exército;
 - ii) O exercício das funções de chefia técnica;
 - iii) O desempenho do cargo de adjunto de comandante, nos vários escalões de comando;
 - iv) A formação no âmbito técnico do respetivo serviço;
 - v) O exercício de funções especializadas de natureza administrativa e logística, no âmbito da administração militar do Exército;
- b) Do quadro especial de material:
 - i) O apoio à administração e gestão dos recursos materiais do Exército;
 - ii) O exercício das funções de chefia técnica;
 - iii) O desempenho do cargo de adjunto de comandante, nos vários escalões de comando;
 - iv) A formação no âmbito técnico do respetivo serviço;
 - v) O exercício de funções especializadas de natureza técnica, de acordo com os sistemas de armas operados;
- c) Do quadro especial de transportes:
 - i) O exercício das funções de chefia técnica;
 - ii) A formação no âmbito técnico do respetivo serviço;
 - iii) O exercício de funções específicas inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas no Exército;
- d) Do quadro especial de pessoal e secretariado:
 - i) A formação no âmbito técnico do respetivo serviço;

ii) O exercício de funções específicas inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas no Exército;

e) Do quadro especial de músicos:

i) A formação no âmbito técnico respetivo;

ii) O exercício de funções específicas inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas no Exército;

f) Do quadro especial de corneteiros e clarins:

i) O exercício das funções de chefia técnica de fanfarra;

ii) A formação no âmbito técnico respetivo;

iii) O exercício de funções específicas inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas no Exército.

Artigo 241.º **Cargos e funções**

1 — Aos sargentos do Exército, de acordo com as respetivas armas e serviços, incumbe, genericamente, o exercício de funções nos comandos, forças, unidades, serviços e organismos do Exército e em forças conjuntas ou combinadas e quartéis-generais dos respetivos comandos, bem como na estrutura de outros organismos e departamentos, nacionais e internacionais, exteriores ao Exército.

2 — Os cargos e as funções específicos de cada posto são os previstos na estrutura orgânica legalmente aprovada no âmbito das Forças Armadas, designadamente:

a) No posto de Sargento-Mor, o desempenho do cargo de adjunto do comandante das unidades, estabelecimentos e órgãos, bem como supervisionar e coordenar atividades de natureza administrativo-logística, podendo chefiar, supervisionar, coordenar e exercer funções de formação;

b) No posto de Sargento-Chefe, o exercício de funções de chefia e coordenação de natureza técnica, bem como chefiar, coordenar e exercer funções de formação e de natureza administrativo-logística, relacionadas com o seu nível de responsabilidade;

c) No posto de Sargento-Ajudante, o exercício de funções de chefia, coordenação e as próprias da sua especialização técnica, bem como coordenar e exercer funções de formação e de natureza administrativo-logística, relacionadas com o seu nível de responsabilidade;

d) No posto de Primeiro-Sargento, o exercício de funções de chefia e as próprias da sua especialização técnica e operacional, bem como exercer funções de formação e coordenar e exercer funções de natureza administrativo-logística, relacionadas com o seu nível de responsabilidade;

e) No posto de Segundo-Sargento, o exercício de funções de chefia e próprias da sua especialização técnica e operacional, bem como exercer funções de formação e de natureza administrativo-logística, relacionadas com o seu nível de responsabilidade;

f) No posto de Furriel, o exercício de funções próprias da sua especialização técnica e operacional e de funções de formação, relacionadas com o seu nível de responsabilidade.

CAPÍTULO IV **Da Força Aérea**

Artigo 242.º **Especialidades e postos**

1 — Os sargentos da Força Aérea distribuem-se pelas seguintes especialidades:

a) Operadores de comunicações (OPCOM);

b) Operadores de meteorologia (OPMET);

c) Operadores de circulação aérea e radaristas de tráfego (OPCART);

d) Operadores radaristas de deteção (OPRDET);

- e) Operadores de informática (OPINF);
- f) Operadores de sistemas de assistência e socorros (OPSAS);
- g) Mecânicos de material aéreo (MMA);
- h) Mecânicos de material terrestre (MMT);
- i) Mecânicos de eletricidade (MELECT);
- j) Mecânicos de eletrónica (MELECA);
- k) Mecânicos de eletricidade e instrumentos de avião (MELIAV);
- l) Mecânicos de armamento e equipamento (MARME);
- m) Abastecimento (ABST);
- n) Construção e manutenção de infraestruturas (CMI);
- o) Polícia aérea (PA);
- p) Secretariado e apoio dos serviços (SAS);
- q) Banda e fanfarra — Músicos (MUS).

2 — São os seguintes os postos para cada uma das especialidades referidas no número anterior: Sargento-Mor, Sargento-Chefe, Sargento-Ajudante, Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento e Furriel.

Artigo 243.º

Caracterização funcional

Compete aos sargentos da Força Aérea o exercício de:

- a) Atividades de natureza militar e de formação;
- b) Funções de apoio ao estado-maior;
- c) Funções de chefia técnica, execução e inspeção, nas unidades, órgãos e serviços da Força Aérea;
- d) Funções de apoio às representações diplomáticas de Portugal no estrangeiro;
- e) Funções específicas, inerentes às respetivas qualificações técnico-profissionais, previstas em regulamentação própria da Força Aérea.

Artigo 244.º

Cargos e funções

1 — Aos sargentos da Força Aérea incumbe, em geral, o exercício de funções nos comandos, forças, unidades, órgãos e serviços da Força Aérea, de acordo com as respetivas especialidades e postos, bem como o exercício de funções que respeitam à Força Aérea, no âmbito das Forças Armadas, em quartéis-generais de comando de forças conjuntas ou combinadas e ainda noutros organismos do Estado.

2 — Os cargos e funções de cada posto, previstos nos regulamentos internos e na estrutura orgânica onde os sargentos estiverem colocados, são, genericamente, e sem prejuízo de outros cargos ou funções que lhes forem superiormente determinados, os seguintes:

a) No posto de Sargento-Mor, o desempenho do cargo de assessor do CEMFA para a categoria de sargentos; o exercício de funções de planeamento, organização, inspeção, coordenação de recursos humanos e materiais ao nível dos órgãos de apoio dos comandos funcionais e de componente, das unidades de base, grupo ou equivalentes; o exercício de funções de formação e o exercício de outras funções de natureza equivalente;

b) No posto de Sargento-Chefe, o desempenho de cargos de chefia técnica; o exercício de funções de supervisão, controlo e formação; o exercício de funções de coordenação e de execução técnica avançada e o exercício de outras funções de natureza equivalente;

c) No posto de Sargento-Ajudante, o exercício de funções de coordenação e de execução técnica; o exercício de funções de controlo e formação e o exercício de outras funções de natureza equivalente;

d) No posto de Primeiro-Sargento, Segundo-Sargento e Furriel, o exercício de funções de execução técnica; o exercício de funções de formação e o exercício de outras funções de natureza equivalente.

TÍTULO IV

Praças da Marinha

Artigo 245.º

Classes e postos

As praças da Armada distribuem-se pelas seguintes classes e postos:

- a) Classes:
 - i) Administrativos (L);
 - ii) Comunicações (C);
 - iii) Eletromecânicos (EM);
 - iv) Condutores mecânicos de automóveis (V);
 - v) Fuzileiros (FZ);
 - vi) Mergulhadores (U);
 - vii) Músicos (B);
 - viii) Operações (OP);
 - ix) Manobras (M);
 - x) Taifa (TF);
 - xi) Técnicos de armamento (TA);
- b) Postos:
 - i) Cabo-Mor (CMOR);
 - ii) Cabo (CAB);
 - iii) Primeiro-Marinheiro (1MAR).

Artigo 246.º

Ingresso na categoria

1 — O ingresso na categoria de praças da Armada faz-se no posto de Primeiro-Marinheiro, de entre militares:

- a) Habilitados com o curso de formação de marinheiros (CFM);
- b) Em RC, desde que habilitados com o curso de promoção de marinheiros.

2 — O ingresso na categoria de praças da Armada pode, ainda, fazer-se no posto de primeiro-marinheiro, de entre militares ou civis habilitados com a qualificação profissional de nível 3 e diploma do ensino secundário, após frequência com aproveitamento de curso ou estágio técnico-militar adequados.

3 — A data de antiguidade dos militares em RC e dos militares que ingressem nos QP após habilitação com os CFM adequados às diversas classes é antecipada de tantos dias quantos os necessários para ser coincidente com a data de conclusão do CFM que, iniciado simultaneamente, termine em primeiro lugar.

4 — As condições de admissão ao CFM são reguladas por diploma próprio.

Artigo 247.º

Subclasses e ramos

1 — As classes podem ser divididas em subclasses e ramos, de acordo com o disposto no artigo 203.º.

2 — Na designação das praças, a identificação da subclasse ou ramo a que pertence o militar deve substituir a que se refere à respetiva classe.

Artigo 248.º

Caracterização funcional das classes

De acordo com a classe a que pertencem, incumbe, genericamente às praças:

- a) Da classe de administrativos, exercer funções no âmbito da execução e direção de tarefas integradas de âmbito logístico, financeiro, contabilístico, patrimonial e do secretariado, à exceção das relacionadas com munições, explosivos, pirotécnicos e material de saúde;
- b) Da classe de comunicações, exercer funções no âmbito da execução e direção da utilização e operação dos sistemas e equipamentos de comunicações;
- c) Da classe de eletromecânicos, exercer funções no âmbito da execução e direção das operações de utilização, condução e manutenção das instalações propulsoras dos navios e respetivos auxiliares, dos equipamentos respeitantes à produção e distribuição de energia elétrica e de outros sistemas e equipamentos associados;
- d) Da classe de condutores mecânicos de automóveis, conduzir todos os tipos de veículos automóveis em uso na Marinha, com exceção das viaturas táticas e de transporte de materiais perigosos; exercer funções no âmbito da execução e direção da utilização daqueles veículos e prestação da assistência oficial no respetivo parque;
- e) Da classe de fuzileiros, prestar serviço em unidades de fuzileiros e de desembarque ou em unidades navais, neste caso, com funções compatíveis com a sua preparação e graduação, e desempenhar o serviço de guarda, ronda e ordenança nas dependências e instalações da Marinha em terra, conduzir viaturas táticas e outras de natureza específica, nomeadamente de transporte de materiais perigosos;
- f) Da classe de mergulhadores, exercer funções no âmbito da execução e direção de ações de caráter ofensivo e defensivo, próprias das guerras de minas e de sabotagem submarina e noutras ações que impliquem o recurso a atividades subaquáticas, à exceção das que diretamente dizem respeito ao pessoal embarcado em submarinos;
- g) Da classe de músicos, integrar, como executante, a Banda da Armada, ou outros agrupamentos de natureza musical oficialmente organizados no âmbito da Marinha;
- h) Da classe de operações, exercer funções no âmbito da execução e direção da utilização de sistemas de armas, sensores e equipamentos que se destinam à guerra no mar e de equipamentos e sensores que se destinam à condução da navegação e governo do navio;
- i) Da classe de manobras, exercer funções no âmbito da execução e direção das operações de utilização, conservação e manutenção de aparelho do navio, embarcações, meios de salvamento no mar e respetivas palamentas, material de escoramento e material destinado a operações de reabastecimento no mar; condução e manutenção do equipamento destinado à manobra de cabos, ferros e reboques; utilização de equipamentos e sensores que se destinam à condução da navegação e governo do navio; exercer funções compatíveis com a sua formação específica, no âmbito da execução e direção, designadamente em relação à manufatura, conservação e reparação de mobiliário, peças e estruturas em madeira;
- j) Da classe da taifa, exercer funções no âmbito da execução e direção de todas as tarefas relacionadas com o serviço do rancho, designadamente ao nível da preparação das mesas para refeição, serviço de mesa e de bar, culinária de sala, confeção de refeições tipo corrente, confeção de pão e pastelaria;
- k) Da classe de técnicos de armamento, exercer funções no âmbito da execução e direção das operações de conservação e manutenção dos sistemas de armas, nas vertentes mecânica, elétrica e hidráulica; execução e direção das operações de manuseamento e conservação de munições, paióis, pólvoras e explosivos e de utilização de equipamentos e sensores que se destinam à condução da navegação e governo do navio.

Artigo 249.º **Cargos e funções**

1 — Às praças da Armada incumbe, em geral, o exercício de funções de natureza executiva nos comandos, forças, unidades, serviços e demais organismos da Marinha, de acordo com as respetivas classes e postos, bem como o exercício de funções que à Marinha respeita nos quartéis-generais ou estados-maiores de comandos de forças conjuntas ou combinadas e noutros departamentos de Estado e, em especial:

- a) Conduzir e manter os sistemas de armas, de sensores e de comando e controlo, armamento e equipamento, instalações e outro material por que sejam responsáveis, de acordo com a natureza dos encargos que lhes estejam atribuídos;

- b) Executar as tarefas que lhes sejam determinadas com o aparelho do navio, meios de salvamento no mar e operações de salvamento;
- c) Executar as tarefas que lhes sejam determinadas no serviço de limitação de avarias;
- d) Efetuar o governo e manobra de embarcações miúdas;
- e) Ministras ou cooperar em ações de formação e treino em relação a assuntos para os quais disponham da necessária formação;
- f) Executar as tarefas que lhes sejam determinadas no âmbito das ações de vigilância e polícia;
- g) Cuidar do armazenamento e conservação do material cuja guarda lhes seja confiada, de acordo com as normas e regulamentos em vigor;
- h) Executar trabalhos correntes de secretaria;
- i) Efetuar os registos e escrituração inerentes à natureza da função que desempenham;
- j) Efetuar as tarefas de arrumação, limpeza e pequenas conservações que lhes sejam determinadas.

2 — Aos cabos podem ainda ser cometidas funções relativas à condução de pessoal e ao controlo de execução.

3 — Aos militares com o posto de cabo-mor podem ser atribuídas, para além das funções previstas para as restantes praças, com exceção das previstas nas alíneas a), b) e j) do n.º 1, funções relativas à condução e coordenação de pessoal e organização e controlo da execução.

4 — Os cargos e funções de cada posto são os previstos nos regulamentos internos e na estrutura orgânica onde as praças estiverem colocadas.

Artigo 250.º **Modalidades de promoção**

A promoção aos postos da categoria de praças processa-se nas seguintes modalidades, previstas no artigo 51.º:

- a) Cabo-Mor, por escolha;
- b) Cabo, por antiguidade.

Artigo 251.º **Condições especiais de promoção**

1 — As condições especiais de promoção ao posto de Cabo-Mor são as seguintes:

- a) Cumprimento de 15 anos de serviço efetivo no posto de Cabo;
- b) Ter efetuado, no posto de Cabo, 18 meses de embarque, salvo se pertencer às classes de músicos, mergulhadores e fuzileiros, assim como para as praças com especialização na área dos helicópteros e da condução de veículos automóveis, para as quais não é exigido tempo de embarque.

2 — As condições especiais de promoção ao posto de Cabo são as seguintes:

- a) Cumprimento de cinco anos de serviço efetivo no posto de Primeiro-Marinheiro;
- b) Ter efetuado, no posto de Primeiro-Marinheiro, 18 meses de embarque, salvo se pertencer às classes de músicos, mergulhadores e fuzileiros, assim como para as praças com especialização na área dos helicópteros e da condução de veículos automóveis, para as quais não é exigido tempo de embarque.

3 — As condições especiais de promoção para os diversos postos e classes constam do anexo II ao presente Estatuto.

4 — Às praças é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos artigos 208.º a 210.º.

Artigo 252.º **Formação militar**

1 — A preparação inicial e a preparação complementar das praças ao longo da carreira concretiza-se através de ações formativas de investimento que visam igualmente o referido no n.º 1 do artigo 211.º.

2 — As ações formativas de investimento conferem às praças, de forma gradual, conhecimentos de ordem humanística, militar, cultural e técnica indispensáveis à sua inserção profissional militar-naval e ao desenvolvimento de carreira e compreendem atividades de formação inicial e de carreira, de formação especializada e de formação evolutiva, de pendor técnico, inseridas na formação profissional de nível secundário.

3 — Os cursos que habilitam ao ingresso nas classes da categoria de praças são cursos ou estágios de formação ministrados na Escola de Tecnologias Navais, na Escola de Fuzileiros e na Escola de Mergulhadores.

4 — A formação militar e técnica das praças pode ainda ser completada e melhorada de forma contínua através de ações formativas desenvolvidas nas unidades ou serviços onde se encontram colocadas.

Artigo 253.º

Ingresso em categorias superiores

As praças da Armada podem concorrer à frequência de cursos que habilitem ao ingresso nas categorias de sargento ou de oficial, desde que satisfaçam, designadamente, as seguintes condições:

- a) Ter as habilitações exigidas para a frequência do curso de ingresso na categoria respetiva;
- b) Ter idade não superior à exigida para a frequência do curso a que se refere a alínea anterior, que, em qualquer caso, não pode exceder os 38 anos de idade;
- c) Ficar aprovado nas provas do concurso de admissão ao curso e ser selecionado para o preenchimento das vagas abertas para cada concurso.

LIVRO III

Dos regimes de contrato e de voluntariado

TÍTULO I

Parte comum

Artigo 254.º

Condições de admissão

1 — As habilitações literárias mínimas para a admissão ao RC e ao RV, a que se refere o RLSM são:

- a) Grau de mestre ou de licenciado, para a categoria de oficiais;
- b) Curso do ensino secundário, para a categoria de sargentos;
- c) Curso do ensino básico completo, para a categoria de praças.

2 — Em situações excecionais, podem também ser admitidos nas categorias de oficial, sargento e praça os cidadãos habilitados, no mínimo, respetivamente, com o curso do ensino secundário ou legalmente equivalente, o curso do ensino básico completo e o segundo ciclo do ensino básico, dependendo, para qualquer dos casos, dos resultados das provas de classificação e seleção, das necessidades e natureza funcional da categoria e das classes ou especialidades, em termos a fixar por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional.

3 — As condições especiais de admissão ao RC e ao RV são fixadas por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, sob proposta dos CEM de cada ramo.

4 — Constitui condição de admissão ao RC e ao RV, para além das previstas na LSM e no RLSM, a titularidade de avaliação de mérito favorável, relativamente ao período de serviço militar eventualmente prestado.

Artigo 255.º

Candidatura

1 — A candidatura à prestação de serviço em RC ou RV formaliza-se nos termos da lei aplicável, dirigida ao CEM do respetivo ramo em que o cidadão manifesta vontade de prestar serviço militar.

2 — Os prazos e procedimentos a observar na apresentação da candidatura para admissão ao serviço efetivo em RC e RV são fixados por despacho do CEM do respetivo ramo.

Artigo 256.º

Formação inicial

1 — O militar em RC e RV é sujeito, após a incorporação, ao período de formação inicial, que compreende a instrução básica e a instrução complementar.

2 — A instrução básica termina com o ato de juramento de bandeira, sendo a sua duração fixada por portaria do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, ouvido o CCEM.

3 — A duração da instrução complementar, para cada uma das classes, armas, serviços e especialidades, é fixada por despacho do CEM do respetivo ramo.

Artigo 257.º

Postos dos militares em formação inicial

1 — O militar em instrução básica designa-se, de acordo com o ramo onde presta serviço, por:

- a) Cadete (CAD) ou Soldado Cadete (SOLDCAD), quando destinado à categoria de oficiais;
- b) Segundo-Grumete Instruendo (2GRINS) ou Soldado Instruendo (SOLDINST), quando destinado à categoria de sargentos;
- c) Segundo-Grumete Recruta (2GRREC) ou Soldado Recruta (SOLDREC), quando destinado à categoria de praças.

2 — O militar em instrução complementar é graduado, de acordo com o ramo onde presta serviço, nos seguintes postos:

- a) Aspirante a Oficial (ASPOF), quando destinado à categoria de oficiais;
- b) Segundo-Subsargento (2SSAR) ou Segundo-Furriel (2FUR), quando destinado à categoria de sargentos;
- c) Segundo-Grumete (2GR) ou Soldado (SOLD), quando destinado à categoria de praças.

3 — Por despacho do CEM do respetivo ramo são definidas as classes ou especialidades de cada ramo que permitem que o militar em instrução complementar se designe, de acordo com o ramo onde preste serviço, por Primeiro-Grumete ou Segundo-Cabo Graduado, quando destinado a esses postos da categoria de praças.

Artigo 258.º

Funções

1 — Os militares em RC e RV exercem funções de acordo com o seu posto, classe ou especialidade e qualificações.

2 — As funções específicas para os militares em RC e RV, bem como as respetivas classes, subclasses, armas, serviços e especialidades, são fixadas por despacho do CEM do respetivo ramo.

Artigo 259.º

Ingresso na categoria

1 — Constituem habilitações necessárias ao ingresso nas diferentes categorias dos militares em RC e RV, sem prejuízo das condições de admissão previstas no artigo 254.º:

- a) Para oficiais, os cursos de formação de oficiais;
- b) Para sargentos, os cursos de formação de sargentos;
- c) Para praças, os cursos de formação de praças.

2 — O curso de formação de praças referido no número anterior tem duas modalidades, caracterizadas por distintas exigências de formação técnico-militar e duração, habilitando, consoante os casos, ao ingresso na categoria de praças com o posto de Segundo-Grumete ou Soldado, ou Primeiro-Grumete ou Segundo-Cabo.

3 — A designação e a organização dos cursos referidos na alínea c) do n.º 1 é definida por despacho do CEM do respetivo ramo, de acordo com o disposto no artigo 256.º e no artigo 25.º da LSM, devendo refletir as necessidades de formação próprias de classe ou especialidade.

4 — A inscrição em cada uma das categorias após a formação inicial é efetuada por ordem decrescente de classificação obtida nos cursos indicados no n.º 1.

Artigo 260.º **Antiguidade relativa**

A antiguidade relativa entre militares com o mesmo posto ou com postos correspondentes nas diferentes classes e especialidades é determinada pelas datas de antiguidade nesse posto e, em caso de igualdade destas, pelas datas de antiguidade no posto anterior, e assim sucessivamente, até ao primeiro posto da respetiva categoria.

Artigo 261.º **Regras de nomeação e colocação**

As regras de nomeação e colocação dos militares em RC e RV são fixadas por despacho do CEM do respetivo ramo.

Artigo 262.º **Avaliação do mérito**

Para além do previsto no artigo 83.º, a avaliação do mérito dos militares em RC e RV releva para efeitos de:

- a) Renovação do contrato;
- b) Promoção;
- c) Concurso de ingresso nos QP;
- d) Ingresso em RC;
- e) Constituição de relação jurídica de emprego público.

Artigo 263.º **Condições gerais de promoção**

1 — As condições gerais de promoção dos militares em RC e RV são as constantes do artigo 58.º.

2 — A verificação das condições gerais de promoção dos militares em RC e RV é definida pelo CEM do respetivo ramo.

Artigo 264.º **Cessação**

1 — Constituem causas de cessação do vínculo contratual correspondente à prestação de serviço efetivo em RC e RV:

- a) A caducidade, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 47.º do RLSM;
- b) A falta de aproveitamento na instrução complementar, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 47.º do RLSM;
- c) A rescisão.

2 — O vínculo contratual correspondente à prestação de serviço efetivo em RC e RV caduca, designadamente:

- a) Por falta de aproveitamento na instrução básica;
- b) Não havendo renovação do contrato, pelos motivos previstos no n.º 2 do artigo 28.º da LSM;
- c) Quando atinja a duração máxima do contrato fixada na lei;
- d) Com o ingresso nos QP;

e) Verificando-se a impossibilidade superveniente, absoluta e definitiva da prestação de serviço efetivo.

3 — O vínculo contratual correspondente à prestação de serviço efetivo em RC e RV pode ser rescindido pelo ramo onde o militar presta serviço, designadamente, nas seguintes situações:

- a) Na pendência do período experimental, nos termos e prazos previstos no RLSM;
- b) Quando a falta de aproveitamento na instrução complementar seja imputável ao militar, a título de dolo ou negligência grosseira, ficando o militar sujeito ao pagamento de indemnização ao Estado, nos termos e montantes fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, ouvido o CCEM, tendo em conta os custos envolvidos na formação ministrada e a expectativa da afetação funcional do militar;
- c) Por desistência ou eliminação nos cursos para ingresso nos QP, por razões que lhe sejam imputáveis;
- d) Por falta de aptidão física ou psíquica, comprovada por competente junta médica, desde que não resulte de acidente em serviço ou doença adquirida por motivo do mesmo;
- e) Por falta de aptidão técnico-profissional para o desempenho das suas funções;
- f) Por aplicação das sanções previstas no CJM e no RDM.

4 — O vínculo contratual correspondente à prestação de serviço efetivo em RC e RV pode ser rescindido pelo militar, nas seguintes situações:

- a) Na pendência do período experimental, nos termos e prazos previstos no RLSM;
- b) Findo o período experimental, através de requerimento do interessado dirigido ao CEM do respetivo ramo, nos termos fixados por despacho do membro do Governo responsável pela área da defesa nacional, ouvido o CCEM.

5 — Não há lugar à rescisão do vínculo contratual, por iniciativa do militar, quando este se encontre:

- a) Em situação de campanha;
- b) Integrado em forças fora dos quartéis ou bases, ou embarcado em unidades navais ou aéreas, a navegar ou em voo;
- c) No desempenho de missões temporárias de serviço fora do território nacional.

6 — O apuramento dos factos que levam à aplicação das alíneas b), e) e f) do n.º 3 é feito em processo próprio, do qual deve constar a matéria necessária à apreciação e decisão final.

Artigo 265.º

Casos especiais

1 — O militar em RC ou RV que, à data da passagem à reserva de disponibilidade ou de recrutamento, se encontre em tratamento ou em situação de baixa hospitalar por doença ou acidente em serviço, beneficia de assistência médica, medicamentosa e hospitalar, a prestar pelos serviços de saúde militar, até à data em que estiver definida a sua situação clínica, por homologação da decisão da competente junta médica, sem prejuízo do direito à assistência na doença previsto para os militares dos QP.

2 — O militar abrangido pelo disposto no número anterior, mantém-se no posto e forma de prestação de serviço em que se encontra até à data da homologação da decisão da competente junta médica, período que não pode ultrapassar três anos, contados desde a data em que resultou o impedimento.

3 — O militar em RC e RV, que à data da passagem à reserva de disponibilidade ou de recrutamento, se encontre em situação de baixa hospitalar por doença ou acidente sem relação com o serviço, beneficia da assistência prevista no n.º 1, salvo declaração expressa em contrário do próprio, enquanto não ocorrer a alta hospitalar ou a transferência para unidade hospitalar civil não possa ser concedida sem grave prejuízo do respetivo processo de recuperação clínica.

Artigo 266.º

Admissão nos quadros permanentes

O militar que, durante a frequência do curso de formação inicial para ingresso nos QP, atinja o limite máximo de duração legalmente previsto para o regime de prestação de serviço efetivo em que se encontra, continua a prestar serviço no posto que detém até ao ingresso nos QP ou à exclusão daquele curso.

Artigo 267.º **Vínculo jurídico**

Os militares em RC e RV são titulares de um vínculo de emprego público por tempo determinado, com as especificidades decorrentes do presente Estatuto.

TÍTULO II **Do regime de contrato**

Artigo 268.º **Início da prestação de serviço**

A prestação de serviço efetivo em RC inicia-se:

- a) Na data de incorporação, para os cidadãos provenientes do recrutamento normal;
- b) Na data da apresentação na unidade, estabelecimento ou órgão, a designar pelo respetivo ramo, para os cidadãos provenientes da reserva de disponibilidade;
- c) No primeiro dia imediatamente a seguir à data da caducidade do vínculo, para os militares que transitam do RV;
- d) Na data fixada no despacho de deferimento do ingresso em RC, para os cidadãos que já se encontrem a prestar serviço efetivo decorrente de convocação ou mobilização.

Artigo 269.º **Postos**

1 — Os postos dos militares em RC após a formação inicial, consoante as respetivas categorias, são os seguintes:

- a) Na categoria de oficiais:
 - i) Segundo-Tenente (2TEN) ou Tenente (TEN);
 - ii) Subtenente (STEN) ou Alferes (ALF);
 - iii) Aspirante a Oficial (ASPOF);
- b) Na categoria de sargentos:
 - i) Segundo-Sargento (2SAR);
 - ii) Subsargento (SSAR) ou Furriel (FUR);
 - iii) Segundo-Subsargento (2SSAR) ou Segundo-Furriel (2FUR);
- c) Na categoria de praças:
 - i) Primeiro-Marinheiro (1MAR) ou Cabo-Adjunto (CADJ);
 - ii) Segundo-Marinheiro (2MAR) ou Primeiro-Cabo (1CAB);
 - iii) Primeiro-Grumete (1GR) ou Segundo-Cabo (2CAB);
 - iv) Segundo-Grumete (2GR) ou Soldado (SOLD).

2 — O RC pode incluir outros postos, de acordo com regime especial previsto na lei.

Artigo 270.º **Condições especiais de promoção**

1 — São necessários, para efeitos de promoção aos postos indicados no artigo anterior e no respeito pelos efetivos fixados nos termos do n.º 1 do artigo 44.º, os seguintes tempos mínimos de permanência no posto antecedente:

- a) Na categoria de oficiais:
 - i) Três anos no posto de Subtenente ou Alferes, para promoção a Segundo-Tenente ou Tenente;
 - ii) Um ano no posto de Aspirante a Oficial, para promoção a Subtenente ou Alferes;
- b) Na categoria de sargentos:
 - i) Três anos no posto de Subsargento ou Furriel, para promoção a Segundo-Sargento;

ii) Um ano no posto Segundo-Subsargento ou Segundo-Furriel, para promoção a Subsargento ou Furriel;

c) Na categoria de praças:

i) Três anos no posto de Segundo-Marinheiro ou Primeiro-Cabo, para promoção a Primeiro-Marinheiro ou Cabo-Adjunto;

ii) Um ano no posto de Primeiro-Grumete ou Segundo-Cabo, para promoção a Segundo-Marinheiro ou Primeiro-Cabo.

2 — As promoções nos diferentes postos dos militares em RC processam-se na modalidade de diuturnidade.

3 — São graduados no posto de Aspirante a Oficial e Segundo-Subsargento ou Segundo-Furriel, os militares que iniciem a instrução complementar com destino às categorias de oficiais e sargentos, respetivamente, contando o tempo de graduação para efeitos de promoção.

4 — São graduados no posto de Primeiro-Marinheiro, os Segundos-Marinheiros que iniciem, após nomeação, a frequência do curso de promoção àquele posto, contando o tempo de graduação para efeitos de promoção.

5 — São graduados no posto de Primeiro-Grumete ou Segundo-Cabo, os militares que iniciem, após nomeação, a frequência do curso de promoção a esses postos e ainda aqueles que, nos termos do despacho previsto no n.º 3 do artigo 257.º, iniciem o curso de formação de praças destinadas ao ingresso na categoria com esses postos, contando o tempo de graduação para efeitos de promoção.

6 — É condição especial de promoção ao posto de Primeiro-Marinheiro, para além do preenchimento do tempo mínimo de permanência no posto anterior, a habilitação com o curso de promoção ao respetivo posto.

7 — É condição especial de promoção a Primeiro-Grumete ou Segundo-Cabo, a habilitação com o Curso de Promoção de Grumetes ou o Curso de Promoção a Cabo, consoante se trate, respetivamente, de militares da Marinha ou do Exército e da Força Aérea.

8 — As condições especiais de promoção satisfeitas, no todo ou em parte, durante a prestação de serviço efetivo, são consideradas para efeitos de promoção dos militares em RC.

9 — Os cursos de promoção referidos no presente artigo são abertos tendo em conta as necessidades de pessoal dos ramos, sendo as condições especiais de admissão aos mesmos fixadas por despacho do CEM do respetivo ramo.

Artigo 271.º

Reclassificação e mudança de categoria

1 — O militar em RC, mediante a obtenção de formação adequada, e compatibilizando os interesses individuais com os da instituição militar, pode ser reclassificado em diferente classe ou especialidade, tendo em vista a sua melhor utilização no exercício das funções inerentes à sua futura situação.

2 — Ao militar em RC, reunidos os pressupostos previstos no número anterior, pode ainda ser facultada a mudança de categoria.

TÍTULO III

Do regime de voluntariado

Artigo 272.º

Início da prestação de serviço

A prestação do serviço efetivo em RV inicia-se:

a) Na data da incorporação, para os cidadãos provenientes do recrutamento normal;

b) Na data da apresentação na unidade, estabelecimento ou órgão, a designar pelo respetivo ramo, para os cidadãos provenientes da reserva de disponibilidade;

c) Na data fixada no despacho de deferimento do ingresso em RV, para os cidadãos que já se encontrem a prestar serviço efetivo, decorrente de convocação e mobilização.

Artigo 273.º**Postos**

1 — Os postos dos militares em RV após a formação inicial, consoante as respetivas categorias, são os seguintes:

- a) Aspirante a Oficial (ASPOF), para os militares destinados à categoria de oficiais;
- b) Segundo-Subsargento (2SSAR) ou Segundo-Furriel (2FUR), para os militares destinados à categoria de sargentos;
- c) Segundo-Grumete (2GR) ou Soldado (SOLD) e Primeiro-Grumete (1GR) ou Segundo-Cabo (2CAB), para os militares destinados à categoria de praças.

2 — São graduados nos postos de Aspirante a Oficial ou Segundo-Subsargento e Segundo-Furriel, os militares que iniciem a instrução complementar, com destino às respetivas categorias.

3 — O militar é graduado em Primeiro-Grumete ou Segundo-Cabo quando se encontre a frequentar curso de promoção para estes postos.

Artigo 274.º**Condições especiais de promoção**

As condições especiais de promoção dos militares em RV aplicam-se exclusivamente na categoria de praças, consistindo na habilitação com o Curso de Promoção de Grumetes ou o Curso de Promoção a Cabo, consoante se trate, respetivamente, de militares da Marinha ou do Exército e da Força Aérea.

ANEXO I

(a que se refere o artigo 28.º do Estatuto)

Categorias	Marinha		Exército		Força Aérea	
	Subcategorias	Postos	Subcategorias	Postos	Subcategorias	Postos
Oficiais	Oficiais Gerais	Almirante Vice-Almirante Contra-Almirante Comodoro	Oficiais Gerais	General Tenente-General Major-General Brigadeiro-General	Oficiais Gerais	General Tenente-General Major-General Brigadeiro-General
	Oficiais Superiores	Capitão-de-Mar-e-Guerra Capitão-de-Fragata Capitão-Tenente	Oficiais Superiores	Coronel Tenente-Coronel Major	Oficiais Superiores	Coronel Tenente-Coronel Major
	Oficiais Subalternos	Primeiro-Tenente	Capitães	Capitão	Capitães	Capitão
		Segundo-Tenente Subtenente ou Guarda-Marinha Aspirante a Oficial	Oficiais Subalternos	Tenente Alferes Aspirante a Oficial	Oficiais Subalternos	Tenente Alferes Aspirante a Oficial
Sargentos		Sargento-Mor Sargento-Chefe Sargento-Ajudante Primeiro-Sargento Segundo-Sargento Subsargento Segundo-Subsargento		Sargento-Mor Sargento-Chefe Sargento-Ajudante Primeiro-Sargento Segundo-Sargento Furriel Segundo-Furriel		Sargento-Mor Sargento-Chefe Sargento-Ajudante Primeiro-Sargento Segundo-Sargento Furriel Segundo-Furriel
Praças		Cabo-Mor Cabo Primeiro-Marinheiro Segundo-Marinheiro Primeiro-Grumete Segundo-Grumete		Cabo-de-Secção Cabo-Adjunto Primeiro-Cabo Segundo-Cabo Soldado		Cabo-de-Secção Cabo-Adjunto Primeiro-Cabo Segundo-Cabo Soldado

ANEXO II
(a que se referem os artigos 63.º, 207.º, 237.º e 251.º do Estatuto)

Oficiais da Marinha

Classe	Para promoção a	Tempo de embarque (anos)	Tempo de navegação (horas)	Cursos e provas	Outras condições	Tempo mínimo de permanência no posto anterior (anos)	Modalidade de promoção
Marinha	Almirante	1 (c)	500 (c) (l)	CPOG (b)	Um ano (c) (g)	4	Escolha
	Vice-Almirante						Escolha
	Contra-Almirante						Escolha
	Comodoro	2 (j) 1 (a) (j)	1000 (a) (k) (l) 500 (a) (k) (l)	CPOS		4	Escolha
	Capitão-de-Mar-e-Guerra					5	Escolha
	Capitão-de-Fragata					7	Escolha
Engenheiros Navais	Capitão-Tenente					4	Antiguidade
	Primeiro-Tenente					2	Diuturnidade
	Segundo-Tenente	2 (i) (d) (j) 1 (a) (i) (j)	1000 (l) 500 (i) (l)	CPOS	Dois anos (e) (f) Um ano (d) (e)	4	Escolha
	Contra-Almirante					4	Escolha
	Comodoro					5	Escolha
	Capitão-de-Mar-e-Guerra					7	Escolha
	Capitão-de-Fragata					4	Antiguidade
	Capitão-Tenente					2	Diuturnidade
Administração Naval	Primeiro-Tenente	2 (d)	1000 (l)	CPOS	Dois anos (e) (f) Dois anos (e) (f) Um ano (d) (e)	4	Escolha
	Segundo-Tenente					4	Escolha
	Contra-Almirante					5	Escolha
	Comodoro					7	Escolha
	Capitão-de-Mar-e-Guerra					4	Antiguidade
	Capitão-de-Fragata					2	Diuturnidade
Fuzileiros	Capitão-Tenente	1	500 (d) (l)	CPOS	Dois anos (d) (h)	4	Escolha
	Primeiro-Tenente					4	Escolha
	Segundo-Tenente					5	Escolha
	Contra-Almirante					7	Escolha
	Comodoro					4	Antiguidade
	Capitão-de-Mar-e-Guerra					2	Diuturnidade
Médicos Navais	Capitão-de-Fragata	1	500 (d) (l)	CPOS		4	Escolha
	Capitão-Tenente					4	Escolha
	Primeiro-Tenente					5	Escolha
	Segundo-Tenente					7	Escolha
	Contra-Almirante					4	Antiguidade
	Comodoro					2	Diuturnidade
Técnicos Superiores Navais	Capitão-de-Mar-e-Guerra			CPOS	Dois anos (e) (f) Um ano (d) (e)	4	Escolha
	Capitão-de-Fragata					5	Escolha
	Capitão-Tenente					7	Escolha
	Primeiro-Tenente					4	Antiguidade
	Segundo-Tenente					2	Diuturnidade
	Contra-Almirante						
Serviço Técnico	Capitão-de-Mar-e-Guerra			CPOS	Dois anos (e) (f) Dois anos (e) (f) Um ano (d) (e)	4	Escolha
	Capitão-de-Fragata					5	Escolha
	Capitão-Tenente					7	Escolha
	Primeiro-Tenente					4	Antiguidade
	Segundo-Tenente					2	Diuturnidade
	Contra-Almirante						
Técnico de Saúde	Capitão-de-Mar-e-Guerra	1	500 (d) (l) (m)	CPOS	Dois anos (e) (f) Um ano (d) (e)	4	Escolha
	Capitão-de-Fragata					5	Escolha
	Capitão-Tenente					7	Escolha
	Primeiro-Tenente					4	Antiguidade
	Segundo-Tenente					2	Diuturnidade
	Contra-Almirante						

CPOG — Curso de Promoção a Oficial General

CPOS — Curso de Promoção a Oficial Superior

- (a) Realizados nos postos de Segundo-Tenente ou Guarda-Marinha.
 (b) Frequentados nos postos de Capitão-de-Mar-e-Guerra ou Capitão-de-Fragata.
 (c) Frequentados/realizados nos postos de oficial superior.
 (d) Realizados nos postos de oficial subalterno.
 (e) Desempenho de funções de conteúdo técnico próprio da respetiva classe.
 (f) Realizados nos postos de Capitão-de-Fragata e Capitão-Tenente.
 (g) Exercício do cargo de comandante de comando operacional, de comando administrativo, de unidade naval, de força naval ou de outro cargo de comando, direção ou chefia considerado por despacho do Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) de categoria equivalente ou superior.
 (h) Desempenho de funções de comandante de unidades de escalão companhia ou companhias de fuzileiros.
 (i) Apenas para oficiais não habilitados com cursos de pós-graduação.
 (j) O tempo de embarque pode ser substituído por tempo de serviço de helicópteros.
 (k) O tempo de navegação pode ser substituído por tempo de voo.
 (l) O tempo de navegação pode ser reduzido até metade nas classes em que verifique a impossibilidade de assegurar aos seus efetivos disponibilidade de cargos em unidades navais operacionais, a definir por despacho do CEMA.
 (m) Apenas para os enfermeiros.

Sargentos da Marinha

Classe	Para promoção a	Tempo de embarque (anos)	Tempo de navegação (horas)	Cursos e provas	Outras condições	Tempo mínimo de permanência no posto anterior (anos)	Modalidade de promoção
Administrativos, comunicações, eletromecânicos, eletrotécnicos, operações, manobras taifa, maquinistas navais e técnicos de armamento	Sargento-Mor					4	Escolha
	Sargento-Chefe					5	Escolha
	Sargento-Ajudante	24 (a) (c) (e)	1000 (a) (f) (d) (e)	CPSC		7	Escolha
	Primeiro-Sargento					4	Antiguidade
	Segundo-Sargento					2	Diuturnidade
Fuzileiros, condutores mecânicos de automóveis e mergulhadores	Sargento-Mor					4	Escolha
	Sargento-Chefe					5	Escolha
	Sargento-Ajudante			CPSC	72 horas de imersão (b)	7	Escolha
	Primeiro-Sargento					4	Antiguidade
	Segundo-Sargento					2	Diuturnidade

CPSC — Curso de Promoção a Sargento-chefe

- (a) A fazer em Subsargento, Segundo-Sargento, ou em Primeiro-Sargento ou nos três postos, podendo ser reduzido até 15 meses nas classes em que o número de cargos atribuídos em unidades navais seja insuficiente para garantir a normal rotatividade navio-terra, a definir por despacho do CEMA.
 (b) Apenas para a classe de mergulhadores;
 (c) O tempo de embarque pode ser substituído por tempo de serviço de helicópteros;
 (d) Não é exigível aos sargentos especializados na área dos helicópteros, desde que tenham prestado, pelo menos, quatro anos de serviço, seguidos ou alternados, na esquadilha de helicópteros e na categoria de sargentos;
 (e) Para a classe de manobras, apenas para os sargentos não especializados;
 (f) O tempo de navegação pode ser reduzido até metade nas classes em que se verifique a impossibilidade de assegurar aos seus efetivos disponibilidade de cargos em unidades navais operacionais, a definir por despacho do CEMA.

Praças da Marinha

Classe	Para promoção a	Tempo de embarque (meses)	Tempo de navegação (horas)	Cursos e provas	Outras condições	Tempo mínimo de permanência no posto anterior (anos)	Modalidade de promoção
Administrativos, comunicações, eletromecânicos, condutores mecânicos de automóveis, fuzileiros, mergulhadores, músicos, operações, manobras, taifa e técnicos de armamento	Cabo-Mor	18 (b) (c)				15	Escolha
	Cabo	18 (a) (b)				5	Antiguidade

- (a) Realizadas no posto de Primeiro-Marinheiro.
 (b) Para as praças das classes de condutores mecânicos de automóveis, músicos, mergulhadores e fuzileiros, assim como às praças com especialização na área dos helicópteros e de condução de veículos automóveis, não é exigido tempo de embarque.
 (c) Realizadas no posto de cabo.

ANEXO III
(a que se refere o artigo 63.º do Estatuto)
Oficiais do Exército

Corpo de Oficiais Gerais / Armas Serviços / Quadros Especiais	Para promoção a	Funções Específicas da Arma / Serviço	Cursos e prova	Outras condições	Tempos mínimos	Modalidade de promoção
Corpo de Oficiais Gerais	General Tenente-General Major-General					Escolha
	Brigadeiro-General		CPOG	1 ano (i) (j)	4 anos em COR	Escolha
Armas	Coronel	2 anos (a)	CPOS CPC	1 ano (k)	4 anos em TCOR	Escolha
	Tenente-coronel				5 anos em MAJ	Escolha
	Major	2 anos (b)		1 ano (l)	7 anos em CAP	Escolha
	Capitão	2 anos (c)			4 anos em TEN	Antiguidade
Serviços	Tenente		CPOS CPC		2 anos em ALF	Diuturnidade
	Coronel	2 anos (d)		(m) 1 ano (n)	4 anos em TCOR	Escolha
	Tenente-coronel				5 anos em MAJ	Escolha
	Major	2 anos (e)(f)		(o) 1 ano (p)	7 anos em CAP	Escolha
Juristas, superior de apoio, Técnicos de exploração de transmissões, técnicos de manutenção de transmissões, técnicos de manutenção de material, técnicos de pessoal e secretariado, técnicos de transportes, técnicos de saúde	Capitão	2 anos (g)(h)	CPOS CPC		4 anos em TEN	Antiguidade
	Tenente				2 anos em ALF	Diuturnidade
	Coronel	2 anos (d)		1 ano (n)	4 anos em TCOR	Escolha
	Tenente-coronel				5 anos em MAJ	Escolha
Chefes de banda de música	Major	2 anos (f)	CPOS CPC		7 anos em CAP	Escolha
	Capitão	2 anos (g)			4 anos em TEN	Antiguidade
	Tenente			1 ano (q)	2 anos em ALF	Diuturnidade

CPOG — Curso de Promoção a Oficial General

CPOS — Curso de Promoção a Oficial Superior

CPC — Curso de Promoção a Capitão

a) Prestado, como oficial superior, nas unidades, centros de formação ou escola das armas;

b) Prestado, como capitão, funções nas unidades, centros de formação ou escola das armas;

c) Prestado, como Tenente, nas unidades, centros de formação ou escola das armas;

d) Prestado, como oficial superior, funções específicas do respetivo serviço ou quadro especial;

e) Ter exercido, no posto de Capitão médico e veterinário, funções no hospital das forças armadas, centros de saúde militares ou nas unidades, centros de formação e escolas;

f) Prestado, como capitão, funções específicas do respetivo serviço ou quadro especial;

g) Prestado, como Tenente, funções específicas do respetivo serviço ou quadro especial;

h) Prestado, como Tenente médico e veterinário, funções no hospital das forças armadas, centros de saúde militares ou nas unidades, centros de formação e escolas;

i) Ter exercido, no posto de Coronel ou Tenente-Coronel, o comando de unidade independente, ou outro comando considerado, por despacho do Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), de categoria equivalente ou superior;

j) Ter exercido, no posto de Coronel ou Tenente-Coronel, o comando de unidade independente ou escola dos serviços, chefia de serviço, direção de estabelecimento ou outra função de comando, chefia ou direção considerada, por despacho do CEME, de categoria equivalente ou superior;

k) Ter exercido, como oficial superior, com informação favorável, o cargo de comandante ou segundo comandante de batalhão ou outro comando considerado, por despacho do CEME, de categoria equivalente ou superior;

l) Ter exercido, no posto de Capitão, com informação favorável, o comando de companhia ou outro comando considerado, por despacho do CEME, de categoria equivalente ou superior;

m) Para Tenente-Coronel médico, obtenção do grau de consultor;

n) Ter exercido, como oficial superior, com informação favorável, o cargo de comandante ou segundo comandante de batalhão ou outro comando, chefia ou direção considerados, por despacho do CEME, de categoria equivalente ou superior;

o) Para Capitão médico, obtenção do grau de generalista ou especialista;

p) Ter exercido, no posto de Capitão, com informação favorável, o comando de companhia ou outro comando, chefia ou direção, considerados, por despacho do CEME, de categoria equivalente ou superior.

Sargentos do Exército

Armas e serviços	Para promoção a	Funções Específicas da Arma/Serviço e posto	Cursos e prova	Outras condições	Tempos mínimos	Modalidade de promoção
Armas e serviços	Sargento-mor Sargento-chefe Sargento-ajudante Primeiro-sargento Segundo-sargento	1 anos (a) 2 anos (b)	CPSCH CPSA		4 anos em SCH 5 anos em SAJ 7 anos em 1SAR 4 anos em 2SAR 2 anos em FURR	Escolha Escolha Escolha Antiguidade Diuturnidade

CPSCH — Curso de Promoção a Sargento-Chefe

CPSA — Curso de Promoção a Sargento-Ajudante

(a) Prestado, como Sargento-Chefe, funções de adjunto do comandante de batalhão ou órgão de escalão equivalente ou de chefia em atividades técnicas.

(b) Prestado, em unidades, escolas, centros de formação, estabelecimentos ou órgãos próprios da respetiva arma ou serviço.

ANEXO IV**(a que se refere o artigo 63.º do Estatuto)****Oficiais da Força Aérea**

Especialidades	Para promoção a	Funções Específicas da especialidade	Horas de voo	Cursos	Outras condições	Tempos mínimos	Modalidade de promoção
Pilotos Aviadores	General Tenente-General Major-General						Escolha
	Brigadeiro-General Coronel Tenente-Coronel Major Capitão Tenente	1 ano (a) 4 anos (b) 2 anos (e) 3 anos (g) 2 anos (j) 1 ano (l)	300 horas (c) 250 horas (f) 400 horas (h) 500 horas (k)	CPOG CPOS CBC	1 ano (d) 1 ano (i)	4 anos em COR 4 anos em TCOR 5 anos em MAJ 7 anos em CAP 4 anos em TEN 2 anos em ALF	Escolha Escolha Escolha Escolha Antiguidade Diuturnidade
Engenheiros, médicos, administração aeronáutica, juristas e psicólogos	Major-General Brigadeiro-General Coronel Tenente-Coronel Major Capitão Tenente	1 ano (m) 4 anos (n) 2 anos (p) 3 anos (q) 2 anos (s) 1 ano (t)		CPOG CPOS CBC	(o) (r)	4 anos em COR 4 anos em TCOR 5 anos em MAJ 7 anos em CAP 4 anos em TEN 2 anos em ALF	Escolha Escolha Escolha Escolha Antiguidade Diuturnidade
Navegadores, técnicos e polícia aérea	Coronel Tenente-Coronel Major Capitão Tenente	4 anos (n) 2 anos (p) 3 anos (q) 2 anos (s) 1 ano (t)	300 horas (u) 250 horas (v) 400 horas (x) 500 horas (z)	CPOS CBC		4 anos em TCOR 5 anos em MAJ 7 anos em CAP 4 anos em TEN 2 anos em ALF	Escolha Escolha Escolha Antiguidade Diuturnidade
Chefes de banda de música	Tenente-Coronel Major Capitão Tenente	2 anos (p) 3 anos (q) 2 anos (s) 1 ano (t)		CPOS CBC		5 anos em MAJ 7 anos em CAP 4 anos em TEN 2 anos em ALF	Escolha Escolha Antiguidade Diuturnidade

CPOS — Curso de Promoção a Oficial Superior

CBC — Curso de Básico de Comando

(a) Desempenhado o cargo de comando de unidade de base ou de unidade de categoria equivalente, nos postos de Coronel ou Tenente-Coronel, não sendo contabilizado o tempo em que o oficial esteja no gozo de qualquer licença ou impedido de prestar serviço por motivo de doenças;

(b) Prestado, como oficial superior, serviço efetivo em unidades aéreas, unidades de base ou outros órgãos de categoria equivalente, no exercício de funções de comando ou chefia, bem como outras funções, nomeadamente as relativas à formação, que requeiram conhecimentos próprios da especialidade;

(c) Realizados como oficial superior;

(d) Desempenhados os cargos de comandante de grupo ou de esquadra de voo, não sendo contabilizado o tempo em que o oficial esteja no gozo de qualquer licença ou impedido de prestar serviço por motivo de doenças;

(e) Prestado, como Major, serviço efetivo em unidades ou órgãos, em funções próprias da especialidade;

(f) Realizados no posto de Major;

(g) Prestado, como Capitão, serviço efetivo em unidades aéreas, no exercício de funções de pilotagem;

(h) Realizados no posto de Capitão;

- (i) Prestado, como Capitão ou subalterno, seguidos ou interpolados, funções próprias da especialidade numa das áreas funcionais das unidades aéreas, de base ou ainda em órgãos de categoria equivalente ou superior, não sendo contabilizado o tempo em que o oficial esteja no gozo de qualquer licença ou impedido de prestar serviço por motivo de doenças;
- (j) Prestado, como Tenente, serviço efetivo em unidades aéreas, no exercício de funções de pilotagem;
- (k) Realizados nos postos de Alferes e Tenente;
- (l) Prestado, como Alferes, serviço efetivo em unidades aéreas, no exercício de funções de pilotagem, inclusive na qualidade de instrutor;
- (m) Prestado, nos postos de Coronel ou Tenente-Coronel, funções de comando, direção ou chefia, não sendo contabilizado o tempo em que o oficial esteja no gozo de qualquer licença ou impedido de prestar serviço por motivo de doenças;
- (n) Prestado, como oficial superior, serviço efetivo em unidades de base, órgãos de comando, direção ou outros de categoria equivalente, no exercício de funções de comando ou chefia, bem como funções, nomeadamente as relativas à formação, que requeiram conhecimentos próprios da especialidade;
- (o) Para os oficiais médicos ter obtido o grau profissional de consultor;
- (p) Prestado, como Major, serviço efetivo em unidades de base ou outros órgãos de categoria equivalente ou superior, no exercício de funções próprias da especialidade e posto;
- (q) Prestado, como Capitão, serviço efetivo em unidades ou órgãos da Força Aérea, no exercício de funções próprias da especialidade e posto;
- (r) Para os oficiais médicos ter obtido o grau profissional de especialista;
- (s) Prestado, como Tenente, serviço efetivo em unidades ou órgãos da Força Aérea, no exercício de funções próprias da especialidade e posto;
- (t) Prestado, como Alferes, serviço efetivo em unidades ou órgãos da Força Aérea, no exercício de funções próprias da especialidade e posto;
- (u) Prestado, como oficial superior, para a especialidade de navegador;
- (v) Prestado, como Major, para a especialidade de navegador;
- (x) Prestado, como Capitão, para a especialidade de navegador;
- (z) Prestado, como Alferes ou Tenente, para a especialidade de navegador.

Sargentos da Força Aérea

Especialidades	Para promoção a	Funções Específicas da especialidade	Cursos	Outras condições	Tempos mínimos	Modalidade de promoção
Operadores, mecânicos e apoio e serviços.	Sargento-Mor Sargento-Chefe Sargento-Ajudante Primeiro-Sargento Segundo-Sargento	2 anos (a) 2 anos (b) 3 anos (c) 2 anos (d) 1 ano (e)	CPSCH		4 anos em SCH 5 anos em SAJ 7 anos em 1SAR 4 anos em 2SAR 2 anos em FUR	Escolha Escolha Escolha Antiguidade Dieturnidade

CPSCH — Curso de Promoção a Sargento-Chefe

- (a) Prestado, como Sargento-Chefe, serviço efetivo em unidades, órgãos ou serviços da Força Aérea;
- (b) Prestado, como Sargento-Ajudante, serviço efetivo em unidades, órgãos ou serviços da Força Aérea;
- (c) Prestado, como Primeiro-Sargento, serviço efetivo em unidades, órgãos ou serviços da Força Aérea;
- (d) Prestado, como Segundo-Sargento, serviço efetivo em unidades, órgãos ou serviços da Força Aérea;
- (e) Prestado, como Furriel, serviço efetivo em unidades, órgãos ou serviços da Força Aérea.

(DR, 1.ª Série, n.º 104, 29mai15)

III — PORTARIAS

Ministério da Defesa Nacional

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 261/2015

O Estabelecimento Prisional Militar, criado pelo Decreto-Lei n.º 61/2006, de 21 de março, na estrutura orgânica do Exército, tem a natureza de unidade militar de caráter permanente, tendo, por isso, nos termos da alínea b) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 46/92, de 4 de abril, direito a usar Estandarte Nacional.

A atribuição do Estandarte Nacional ao Estabelecimento Prisional Militar foi proposta ao Ministro da Defesa Nacional pelo Conselho de Chefes de Estado-Maior.

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 46/92, de 4 de abril, manda o Governo, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

Artigo Único **Atribuição de Estandarte Nacional**

É atribuído o Estandarte Nacional ao Estabelecimento Prisional Militar.

20 de abril de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 88, 07mai15)

IV — DESPACHOS

Ministérios das Finanças e da Defesa Nacional

Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional

Despacho n.º 4 905-A/2015

Considerando que a política de modernização das Forças Armadas prossegue objetivos de reorganização das suas instalações militares, de modo a garantir elevados padrões de eficácia e eficiência, alcançados com o reaproveitamento do património excedentário ou inadequado, afeto à Defesa Nacional;

Considerando que a rentabilização dos imóveis, disponibilizados pelo reajustamento do dispositivo militar, visa gerar meios que possibilitem a melhoria das condições de operacionalidade requeridas pelas missões das Forças Armadas;

Considerando que o Exército não antevê qualquer utilização futura para o imóvel designado por PM 45/Porto — Instalações do Carvalhido, constituído pelo prédio urbano sito na Rua de Francos n.º 304, no Porto, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Ramalde sob o artigo 94 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto sob o n.º 3 861 da freguesia de Ramalde, disponibilizando-o para rentabilização, com os inerentes benefícios financeiros e contributo para a gestão racional do património do Estado afeto à Defesa Nacional;

Considerando que, não obstante o imóvel se encontrar disponibilizado, integra o domínio público militar e que a desafetação desse domínio é condição necessária à sua rentabilização;

Considerando, finalmente, que conforme o disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 32/99, de 5 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 131/99, de 28 de agosto, a desafetação do domínio público militar é feita por Resolução do Conselho de Ministros, mediante proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da defesa nacional, propõe-se que:

Seja tomada Resolução pelo Conselho de Ministros no sentido de desafetar do domínio público militar e integrar no domínio privado do Estado, afeto ao Ministério da Defesa Nacional, o PM 45/Porto — «Instalações do Carvalhido», constituído pelo prédio urbano, sito na Rua de Francos n.º 304, no Porto, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 94 e descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto sob o n.º 3 861 da freguesia de Ramalde, com vista à sua rentabilização.

7 de maio de 2015. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 90, 1.º Supl, 11mai15)

Despacho n.º 4 913/2015

O n.º 2 do Despacho n.º 11 939/2014, de 18 de setembro, da Ministra de Estado e das Finanças e do Ministro da Defesa Nacional, aprovou a tabela que fixa as comparticipações a suportar pelos PALOP e Timor-Leste na formação a decorrer na capacidade sobrança dos estabelecimentos de ensino militares e Institutos, prevendo que a mesma possa ser revista, caso necessário, no início de cada ano letivo.

Nestes termos, tendo-se verificado a necessidade dessa revisão, face à atualização dos montantes das comparticipações anuais, concertada entre o Ministério da Defesa Nacional e os Ramos das Forças

Armadas, bem como das isenções fiscais que lhes estão associadas, é aprovada a nova tabela revista, que se publica em anexo ao presente Despacho.

O presente despacho produz efeitos desde 1 de janeiro de 2015.

24 de abril de 2015. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

Curso	Comparticipação Anual	Obs.
Instituto de Defesa Nacional		
Curso de Auditor de Defesa Nacional	7 568,00 €	1)
Instituto de Ensino Superior Militar		
Promoção a Oficial General	14 295,00 €	1)
Curso de Estado-Maior Conjunto	10 605,00 €	
Curso de Estado-Maior Exército	6 465,00 €	
Curso de Promoção a Oficial Superior de Marinha	8 844,00 €	
Curso de Promoção a Oficial Superior das Armas e Serviços do Exército	8 844,00 €	
Curso de Promoção a Oficial Superior da Força Aérea ..	8 844,00 €	

Curso	Comparticipação Anual								
		1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano	5.º ano	6.º ano	7.º ano	Obs
Escola Naval									
Curso de Marinha		10 119,00 €	9 333,00 €	9 565,00 €	8 874,00 €	9 397,00 €			2)
Curso de Administração Naval		10 119,00 €	9 333,00 €	9 565,00 €	8 874,00 €	9 397,00 €			
Curso de Engenharia Naval — Eletrônica		10 119,00 €	9 333,00 €	9 565,00 €	8 874,00 €	9 397,00 €			
Curso de Engenharia Naval — Mecânica		10 119,00 €	9 333,00 €	9 565,00 €	8 874,00 €	9 397,00 €			
Curso de Fuzileiros		10 371,00 €	9 585,00 €	9 817,00 €	9 035,00 €	9 649,00 €			
Academia Militar									
Vestibular	11 694,00 €								2)
Curso de Infantaria		16 782,00 €	9 085,00 €	9 085,00 €	9 085,00 €	9 085,00 €			
Curso de Cavalaria		17 043,00 €	9 020,00 €	9 020,00 €	9 020,00 €	9 020,00 €			
Curso de Artilharia		18 161,00 €	10 657,00 €	10 657,00 €	10 657,00 €	10 657,00 €			
Curso de Administração Militar		16 568,00 €	8 882,00 €	8 832,00 €	8 832,00 €	8 832,00 €			
Curso de Engenharias		18 056,00 €	10 748,00 €	10 748,00 €	10 748,00 €	10 748,00 €	10 748,00 €	10 748,00 €	
Academia da Força Aérea									
Curso de Piloto Aviador		41 149,00 €	33 411,00 €	33 411,00 €	33 411,00 €	33 411,00 €	33 411,00 €		2)
Curso de Engenharia Eletrônica		16 848,00 €	13 971,00 €	13 971,00 €	13 971,00 €	13 971,00 €	13 971,00 €		
Curso de Engenharia Aeronáutica		15 827,00 €	13 154,00 €	13 154,00 €	13 154,00 €	13 154,00 €	13 154,00 €		
Curso de Administração Aeronáutica		14 514,00 €	12 104,00 €	12 104,00 €	12 104,00 €	12 104,00 €	21 104,00 €		

1) Isenção de IVA conforme o disposto número 10 do artigo 9.º do CIVA.

2) Isenção de IVA conforme o disposto número 9 do artigo 9.º do CIVA.

(DR, 2.ª Série, n.º 91, 12mai15)

Gabinetes do Ministro da Defesa Nacional e do Secretário de Estado da Administração Pública

Despacho n.º 5 505-B/2015

Considerando que o n.º 8, do artigo 38.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2015, estabelece um regime que permite a ocorrência de promoções de militares das Forças Armadas e de pessoal militarizado, desde que reunido um conjunto rigoroso de requisitos cumulativos.

Considerando que a concretização das promoções depende, nos termos do n.º 8, do artigo 38.º, da aludida Lei, da especial fundamentação da sua necessidade pelos três ramos das Forças Armadas, por referência à verificação cumulativa dos requisitos previstos nesta disposição legal.

Atento que nos termos da alínea b), do n.º 8, do artigo 38.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, da concretização das promoções não pode resultar aumento da despesa com pessoal nas Forças Armadas.

Considerando que as referidas promoções devem respeitar escrupulosamente os quantitativos fixados para cada posto no Decreto-Lei n.º 31/2015, de 4 de março.

Considerando ainda que os três ramos das Forças Armadas apresentaram um conjunto de quadros anexos ao Memorando n.º 1/CCEM/2015, de 20 de fevereiro, do Conselho de Chefes de Estado-Maior, que justificam a necessidade de promoções sem aumento da despesa global com pessoal.

Considerando que os referidos quadros contêm os termos e os limites em que podem ocorrer as promoções dos militares das Forças Armadas em 2015.

Considerando ainda que os efeitos remuneratórios das promoções constantes dos quadros referenciados produzem efeitos no dia seguinte à publicação do respetivo despacho de promoção.

Nos termos do previsto no n.º 9 do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, determina-se o seguinte:

1 — São autorizadas as promoções, no ano de 2015, do pessoal militar das Forças Armadas constantes dos mapas anexos ao Memorando n.º 1/CCEM/2015, de 20 de fevereiro, do Conselho de Chefes de Estado-Maior.

2 — As promoções referidas devem ocorrer no estrito cumprimento dos termos e limites constantes dos quadros supramencionados.

3 — As promoções ao posto de Comodoro/Brigadeiro-General e de Cabo-Mor, bem como o ingresso na categoria de sargentos no posto de Subsargento/Furriel, só produzem efeitos após a entrada em vigor do diploma que procede à revisão do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho.

4 — As despesas decorrentes das promoções serão integralmente suportadas pelos montantes disponibilizados aos ramos das Forças Armadas pelo Orçamento do Estado de 2015, sendo a sustentabilidade futura da despesa assegurada pela compensação integral através da redução estrutural e permanente dos encargos com pessoal.

5 — O acompanhamento e supervisão da execução orçamental relativa às promoções, a ocorrer nos termos referidos nos números anteriores, são assegurados pela Secretária-Geral do Ministério da Defesa Nacional e pela Inspeção-Geral de Finanças.

6 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia da sua publicação.

22 de maio de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*. — O Secretário de Estado da Administração Pública, *José Maria Teixeira Leite Martins*.

(DR, 2.ª Série, n.º 100, 1.º Supl, 25 mai 15)

Ministério da Defesa Nacional

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4 561/2015

1 — Nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, delego no Chefe do Estado-Maior do Exército, Gen (15408276) **Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo**, a competência para:

a) Autorizar a realização de exercícios de instrução e preparação das forças constantes dos planos gerais do Exército devidamente orçamentados, nos termos do disposto na alínea s) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto;

b) Licenciar obras em áreas na sua direta dependência, sujeitas a servidão militar, nos termos do disposto na alínea t) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 5/2014, de 29 de agosto;

c) Autorizar, no âmbito do respetivo ramo, após prévia concordância do Ministro da Defesa Nacional, os processamentos relativos a deslocações em missão oficial ao estrangeiro.

2 — Delego ainda no Chefe do Estado-Maior do Exército, Gen (15408276) Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, a competência para autorizar despesas:

a) Com locação e aquisição de bens e serviços até € 1 246 994,70, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

b) Com empreitadas de obras públicas até € 1 246 994,70, de acordo com o previsto nos artigos 343.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprova o Código dos Contratos Públicos, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

c) Relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados até € 1 246 994,70, de acordo com o previsto na alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

d) Com indemnizações a terceiros, resultantes de decisão judicial ou de acordo com o indemnizado, decorrentes de acidentes em serviço ocorridos no âmbito do Exército;

e) Ao abrigo do disposto na alínea g), do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 122/2011, de 29 de dezembro, autorizar a atribuição de subsídios a entidades particulares que na realização das respetivas atividades procedam à divulgação e promoção da missão do Exército, dos valores da instituição e da sua doutrina, estabelecendo, por cada ano económico, o montante máximo de € 6 000 por entidade e de € 30 000 no conjunto das entidades a serem objeto de atribuição de subsídios por contrapartida de adequada dotação inscrita no orçamento do Exército.

3 — As autorizações de despesas superiores a € 299 278,74, relativas a construções e grandes reparações, ficam sujeitas à prévia concordância do Ministro da Defesa Nacional, sem prejuízo de posteriores determinações quanto à coordenação de outras despesas relativas a equipamento e material militar, no âmbito das diretivas sobre a execução do orçamento da defesa.

4 — Autorizo a subdelegação das competências referidas nos n.ºs 1 e 2 no Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército e nos oficiais gerais que, na direta dependência do Chefe do Estado-Maior do Exército, desempenhem funções de comando, direção ou chefia.

5 — O presente despacho produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura, ficando por este meio ratificados todos os atos praticados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, Gen (15408276) Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, que se incluam no âmbito desta delegação de competências.

6 — É revogado o despacho n.º 3 718/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 11 de março.

8 de abril de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 87, 06mai15)

Despacho n.º 4 564/2015

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 3 718/2014, de 25 de fevereiro, de Sua Ex.ª o Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 11 de março, estão sujeitas a prévia concordância as autorizações de despesas superiores a € 299 278,74, relativas a Construções e Grandes Reparações.

Considerando que no âmbito da Reforma da «Defesa 2020», aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, resultam diretrizes assentes no princípio orientador da concentração, visando a economia de meios, a rentabilização do apoio logístico e limitando o número de infraestruturas, aproveitando ao máximo as que se mostrarem mais adequadas, com vista ao redimensionamento do dispositivo territorial.

Considerando, ainda, o Sistema de Forças 2014 e o Dispositivo de Forças 2014 aprovados e que no âmbito da reestruturação territorial do Exército se torna fundamental continuar as intervenções que vão permitir concentrar no PM 002/Amadora — Quartel n.º 2 da Amadora diversos serviços do Exército que se encontram dispersos pela região de Lisboa;

Assim, atento o anteriormente exposto:

Autorizo o lançamento da empreitada de obras públicas, com a designação PM 002/Amadora (UnAp AMAS) — Quartel n.º 2 da Amadora — «Reabilitação da Casa da Guarda, do Centro de Comunicações e das Casernas 5.1, 5.2, 5.3 e 5.8», com o preço base de € 585 000,00.

20 de abril de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 87, 06mai15)

Despacho n.º 4 645/2015

1. Nos termos do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, delego no Chefe do Estado-Maior do Exército, a aprovação da minuta do contrato e outorga do contrato definitivo referente ao Procedimento n.º 19/UMC-MDN/2014, de fornecimento de combustível rodoviário a granel em território continental.

2. O presente despacho produz os seus efeitos a partir da data da sua assinatura ficando por este meio ratificados todos os atos praticados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, que se incluam no âmbito desta delegação de competências, mantendo-se os efeitos entretanto produzidos no Despacho n.º 955/2015, que fica assim revogado.

8 de abril de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 88, 07mai15)

Despacho n.º 5 369/2015

Nos termos do disposto na alínea g) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 122/2011, de 29 de dezembro, compete ao Ministério da Defesa Nacional apoiar projetos e atividades de interesse para a área da defesa nacional, através da atribuição de subsídios;

Considerando as regras e condições para a atribuição desses subsídios, estabelecidas pelo Despacho n.º 1 751/2011, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 16, de 24 de janeiro de 2011;

Atendendo a que o Ministério da Defesa Nacional reconhece a elevada importância da atribuição dos subsídios na promoção e divulgação de doutrina e iniciativas nos domínios da segurança e defesa nacional;

Atentas as candidaturas apresentadas ao abrigo das várias alíneas do n.º 1 e ao abrigo do n.º 2 do Despacho n.º 1 751/2011, considera-se essencial acautelar a continuidade de publicações com uma vasta tradição e relevância na esfera militar e apoiar entidades ligadas à instituição militar e ou que exerçam atividades afins na área da segurança e defesa nacional;

Restringindo-se a atribuição de subsídios às referidas publicações e entidades, não se procederá à designação de duas personalidades de reconhecido mérito científico nos domínios da segurança e da defesa para a Comissão de Avaliação das Candidaturas, conforme prescreve o n.º 8 do Despacho n.º 1 751/2011. Essa designação apenas se justificaria caso a Comissão em apreço tivesse que avaliar projetos de estudo e investigação nesses domínios;

Assim, determino que:

a) Em 2015 se mantenha a atribuição de subsídios exclusivamente a publicações relacionadas diretamente com as matérias de segurança e defesa nacional e a entidades ligadas à instituição militar e ou que exerçam atividades afins na área da segurança e defesa nacional (n.º 1, alínea c) e n.º 2 do Despacho n.º 1 751/2011, respetivamente);

b) O representante do meu Gabinete seja o MGen (03395682) **Rui Manuel Carlos Clero**, chefe do meu gabinete (n.º 8 do Despacho n.º 1 751/2011);

c) O montante de subsídios a conceder a publicações e entidades não deverá exceder os € 40 000,00.

6 de maio de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 99, 22mai15)

Despacho n.º 5 370/2015

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 3 do Despacho n.º 3 718/2014, de 25 de fevereiro, de Sua Ex.^a o Ministro da Defesa Nacional, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 49, de 11 de março de 2014, estão sujeitas a prévia concordância as autorizações de despesas superiores a € 299 27874, relativas a Construções e Grandes Reparações.

Considerando que no âmbito da Reforma da «Defesa 2020», aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril, resultaram diretrizes assentes no princípio orientador da concentração, visando a economia de meios, a rentabilização do apoio logístico e limitando o número de infraestruturas, permitindo o aproveitamento ao máximo das que se mostraram mais adequadas e permitindo um apropriado redimensionamento do dispositivo territorial.

Considerando que no âmbito da reabilitação e conservação do património imobiliário do Estado, se torna fundamental a prossecução de intervenções que visem garantir a sua preservação de acordo com os princípios da boa gestão dos bens imóveis dos domínios públicos do Estado.

Considerando que no âmbito da reestruturação do Exército, e após a extinção das Oficinas Gerais de Fardamento e Equipamento (OGFE), se torna fundamental continuar as intervenções no PM 046/LISBOA, designado por OFICINAS GERAIS DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO, onde se encontra já instalada a Direção de Finanças, e visando concentrar ainda neste Prédio Militar a Direção de Saúde, o Jornal do Exército e a Loja de Venda de Fardamento.

Assim, atento o anteriormente exposto:

Autorizo o lançamento da empreitada de obras públicas com a designação «PM 046/LISBOA — OFICINAS GERAIS DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO (DFin) — REABILITAÇÃO DE COBERTURAS E FACHADAS», com o preço base de € 330 000,00.

6 de maio de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 99, 22mai15)

Despacho n.º 5 373/2015

A sociedade INTROSYS – INTEGRATION FOR ROBOTIC SYSTEMS – Integração de Sistemas Robóticos, S. A., com sede em Parkim – Parque Industrial da Moita, Rua dos Girassóis, n.º 1 e 1-A, Lote 6, Armazém A3, 2860-274, Moita, requereu, ao abrigo do n.º 1 do artigo 5.º da Lei 49/2009, de 5 de agosto, o acesso ao exercício da atividade de comércio de bens e tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa e a autorização para registar o novo objeto social.

O projeto de objeto social proposto pela empresa está em conformidade com o previsto na Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, na medida em que inclui o comércio de bens e tecnologias militares na sua atividade.

A sociedade já se encontra autorizada para o exercício da atividade de indústria de produtos relacionados com a defesa e cumpre os requisitos cumulativos para o pedido de licença para autorização do exercício da atividade de comércio pretendida, previstos no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto.

Assim, tendo em consideração o conteúdo da Informação n.º 401 da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional, de 23 de abril de 2015, e despachos nela exarados, que afirmam encontrarem-se reunidas todas as condições para a concessão da autorização pretendida, autorizo, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º da Lei n.º 49/2009, de 5 de agosto, a referida empresa, a incluir no seu objeto social, que a seguir se transcreve, a atividade de comércio de bens e tecnologias militares/produtos relacionados com a defesa:

“Serviços de engenharia, conceção, construção e realização na área dos sistemas de controlo, robótica e planeamento de projetos elétricos para a indústria, nomeadamente projetos nas áreas da inovação para a robótica móvel e manufatura industrial, criação, construção, produção e distribuição de instrumentos de inteligência artificial e robótica destinados à produção industrial, de investigação científica e desenvolvimento, assim como a atividade de indústria e de comércio de bens e tecnologias militares.”

6 de maio de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 99, 22mai15)

Estado-Maior-General das Forças Armadas**Instituto de Estudos Superiores Militares****Despacho n.º 5 516/2015****Subdelegação de Competências no Chefe dos Serviços de Apoio
do Instituto de Estudos Superiores Militares**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 7 do Despacho n.º 6 192/2014, de 13 de maio de 2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 13 de maio de 2014, subdelego no Chefe dos Serviços de Apoio do Instituto de Estudos Superiores Militares, Cor Cav (03240582) **José Túlio Marques da Silva**, no âmbito da missão e dos objetivos definidos para o Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), a competência para:

- a. Concessão de facilidades para estudos e para a prática de atividades desportivas a pessoal civil, sargentos e praças;
- b. Autorizar a inscrição e participação de pessoal civil em ações de formação, desde que integrados em atividades do IESM e inseridos em planos aprovados, bem como devidamente orçamentados;
- c. Autorizar a condução de viaturas afetas ao IESM, nos termos do Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de agosto, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 de abril e 55-A/2010, de 31 de dezembro;
- d. Autorizar em matérias de transporte, nos termos do Regulamento aprovado pelo Decreto-Lei n.º 430/86, de 30 de dezembro;
- e. Autorizar as despesas com locação, aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas até € 75 000,00.

2 — Ficam por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Chefe dos Serviços de Apoio a partir de 04 de maio de 2015, que se incluam no âmbito desta subdelegação de competências.

11 de maio de 2015. — O Diretor, *Rui Manuel Xavier Fernandes Matias*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 101, 26mai15)

Comando do Exército**Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército****Despacho n.º 4 917/2015****Delegação de competências no Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército**

1 — O n.º 5 do meu Despacho n.º 12 973/2014, de 14 de outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 206, de 24 de outubro de 2014, passa a ter a seguinte redação:

«As competências referidas na alínea i) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Diretor Coordenador do Estado-Maior do Exército, que pode subdelegá-las no Comandante da Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército, no Diretor de História e Cultura Militar, que pode subdelegá-las no Subdiretor de História e Cultura Militar, e no Diretor de Comunicações e Sistemas de Informação, que pode subdelegá-las no Subdiretor de Comunicações e Sistemas de Informação.»

2 — A alteração prevista no número anterior produz efeitos desde 1 de janeiro de 2015.

28 de abril de 2015. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

(DR, 2.ª Série, n.º 91, 12mai15)

Gabinete do Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército**Despacho n.º 5 138/2015****Subdelegação de competências no Diretor-Coordenador do Estado-Maior do Exército**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo Despacho n.º 12 973/2014, de 17 de outubro, do Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 206, de 24 de outubro de 2014, subdelego no Diretor-Coordenador do Estado-Maior do Exército, MGen (18944077) **António Manuel Felícia Rebelo Teixeira**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 2 do referido despacho, para realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 50 000,00, bem como a competência para autorizar a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedências ou alienação de bens.

2 — As competências referidas no número anterior podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Comandante da Unidade de Apoio do Estado-Maior do Exército.

3 — São ratificados todos os atos praticados pelo Diretor-Coordenador do Estado-Maior do Exército que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 17 de outubro de 2014 e até à respetiva publicação.

7 de maio de 2015. — O Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Noé Pereira Agostinho*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 95, 18mai15)

Despacho n.º 5 266/2015**Subdelegação de competências no Diretor da Direção de História e Cultura Militar**

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo Despacho n.º 12 973/2014, de 17 de outubro, do Chefe do Estado-Maior do Exército, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 206, de 24 de outubro de 2014, subdelego no Diretor da Direção de História e Cultura Militar, MGen (19519074) **João Manuel Santos de Carvalho**, a competência prevista na alínea *a*) do n.º 2 do referido despacho, para realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 25 000,00, bem como a competência para autorizar a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedências ou alienação de bens.

2 — As competências referidas no número anterior podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no Subdiretor de História e Cultura Militar.

3 — São ratificados todos os atos praticados pelo Diretor da Direção de História e Cultura Militar que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 17 de outubro de 2014 e até à respetiva publicação.

18 de março de 2015. — O Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército, *António Noé Pereira Agostinho*, Tenente-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 98, 21mai15)

Comando das Forças Terrestres**Zona Militar dos Açores****Comando e Gabinete****Despacho n.º 4 978/2015****Subdelegação de competências no Comandante do Regimento de Guarnição n.º 2**

1 — No uso da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do Despacho n.º 11 617/2014, de 19 de agosto de 2014, do Excelentíssimo o Tenente-General Comandante das Forças Terrestres, publicado no

Diário da República, 2.ª série, n.º 179, de 17 de setembro de 2014, subdelego no Comandante do Regimento de Guarnição n.º 2, Cor Art (16800382) **Luís Filipe Costa Figueiredo**, as seguintes competências:

a. Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de € 15 000,00;

b. Autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou a cedência ou alienação de bens.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 23 de julho de 2014, ficando por este meio ratificados todos os atos entretanto praticados pelo Comandante do Regimento de Guarnição n.º 2 e que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências.

23 de setembro de 2014. — O Comandante da Zona Militar dos Açores, *José Manuel Cardoso Lourenço*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 92, 13mai15)

Comando da Brigada de Intervenção

Comando e Gabinete

Despacho n.º 5 725/2015

Subdelegação de competências no Comandante da RECCE COY/AM 2015

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do Despacho n.º 11 615/2014, de 19 de agosto, do Comandante das Forças Terrestres, nos termos e para os efeitos do disposto nos números 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, subdelego no Comandante da RECCE COY/AM 2015 Maj Cav (09235394) **Pedro Miguel Tavares Cabral**, competências para:

a) Autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de € 50 000.

b) Autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante da RECCE COY/AM 2015, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências a partir de 28 de março de 2015.

01 de abril de 2015. — O Comandante da Brigada de Intervenção, *Carlos Henrique de Aguiar Santos*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 104, 29mai15)

Despacho n.º 5 726/2015

Subdelegação de competências no Comandante do GAM/KFOR

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do Despacho n.º 11 615/2014, de 19 de agosto, do Comandante das Forças Terrestres, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, subdelego no Comandante do GAM/KFOR TCor Cav (18067590) **Jorge Filipe da Silva Ferreira**, competências para:

a) Autorizar e realizar despesas com locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas até ao limite de 50.000 euros.

b) Autorizar a arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens.

2 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante do GAM/KFOR, que se incluam no âmbito da presente subdelegação de competências a partir de 30 de março de 2015.

01 de abril de 2015. — O Comandante da Brigada de Intervenção, *Carlos Henrique de Aguiar Santos*, Major-General.

(DR, 2.ª Série, n.º 104, 29mai15)

V — DECLARAÇÕES

Assembleia da República

Declaração de Retificação n.º 22/2015

Para os devidos efeitos, observado o disposto no n.º 2 do artigo 115.º do Regimento da Assembleia da República, declara-se que a Lei n.º 30/2015, de 22 de abril, «Trigésima quinta alteração ao Código Penal, sexta alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, primeira alteração à Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, primeira alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, e primeira alteração à Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, no sentido de dar cumprimento às recomendações dirigidas a Portugal em matéria de corrupção pelo Grupo de Estados do Conselho da Europa contra a Corrupção, pelas Nações Unidas e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico», publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 78, de 22 de abril de 2015, saiu com a seguinte incorreção, que assim se retifica:

No título, onde se lê:

«Trigésima quinta alteração ao Código Penal, sexta alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, primeira alteração à Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, primeira alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, e primeira alteração à Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, no sentido de dar cumprimento às recomendações dirigidas a Portugal em matéria de corrupção pelo Grupo de Estados do Conselho da Europa contra a Corrupção, pelas Nações Unidas e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico»

deve ler-se:

«Trigésima sexta alteração ao Código Penal, sexta alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho, primeira alteração à Lei n.º 20/2008, de 21 de abril, primeira alteração à Lei n.º 50/2007, de 31 de agosto, e primeira alteração à Lei n.º 19/2008, de 21 de abril, no sentido de dar cumprimento às recomendações dirigidas a Portugal em matéria de corrupção pelo Grupo de Estados do Conselho da Europa contra a Corrupção, pelas Nações Unidas e pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico»

Assembleia da República, 20 de maio de 2015. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

(DR, 1.ª Série, n.º 100, 25mai15)

Ministério da Defesa Nacional

Gabinete do Ministro

Declaração de retificação n.º 377/2015

Por ter sido publicado com inexatidão o Despacho n.º 4 561/2015, de 8 de abril de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 87, de 6 de maio de 2015, retifica-se que:

No n.º 2 alínea e), onde se lê «Ao abrigo do disposto na alínea g) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 122/2011, de 29 de dezembro, ...» deve ler-se «Ao abrigo do disposto na alínea j) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 183/2014, de 29 de dezembro, ...»

6 de maio de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 99, 22mai15)

Declaração de retificação n.º 397-A/2015

Por ter sido publicado com inexatidão o Despacho n.º 5505-B/2015, de 22 de maio de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 25 de maio de 2015, retifica-se que:

No número 1, onde se lê «São autorizadas as promoções, no ano de 2015, do pessoal militar das Forças Armadas constantes ...» deve ler-se «São autorizadas as promoções, no ano de 2015, de militares das Forças Armadas e de pessoal militarizado constantes ...».

26 de maio de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(DR, 2.ª Série, n.º 101, 1.º Supl, 26mai15)

VI — PROTOCOLOS***Protocolo de colaboração entre o Exército Português e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.******- Plano Faunos-***

Entre:

Primeiro Outorgante

O Exército Português, através do seu Comando das Forças Terrestres (CFT), com sede na Estrada da Medrosa, 2780-057 Oeiras, pessoa coletiva com o número 600021610, representado neste ato pelo Comandante das Forças Terrestres, Tenente-General António Xavier Lobato de Faria Menezes;

Segundo Outorgante

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), com sede na Avenida da República, n.º 16, 1050-191 Lisboa, pessoa coletiva com o número 510342647, representado neste ato pela Presidente do Conselho Diretivo, Mestre Paula Alexandra Faria Fernandes Sarmento e Silva, a qual tem poderes para o ato.

E considerando:

1) O despacho conjunto dos Ministérios da Defesa Nacional e da Agricultura e do Mar n.º 1 583/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 31 de janeiro, nomeadamente o prescrito no seu n.º 1;

2) O Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 34.º do diploma que o estrutura – Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, com as alterações introduzidas pelos Decreto-Lei n.ºs 17/2009, de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, e 83/2014, de 23 de maio –, prevê que as Forças Armadas, sem prejuízo do cumprimento da sua missão primária, participem nas ações de patrulhamento, vigilância, prevenção, deteção, rescaldo e vigilância pós-incêndio florestal, tendo para esse efeito competências de fiscalização previstas no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 327/80 de 26 de agosto, com a redação que lhe é dada pela Lei 10/80, de 10 de julho;

3) A cooperação que tem existido entre o Exército Português e o ICNF, I.P. e que se consubstanciou no apoio à prevenção, vigilância, deteção e combate em primeira intervenção aos incêndios em espaço rural, bem como na beneficiação de infraestruturas, nomeadamente reparação de caminhos florestais e limpeza de aceiros, através do empenhamento de meios de engenharia militar.

E considerando ainda que:

4) O ICNF, I.P. tem por missão promover uma gestão florestal qualificada nas áreas públicas e comunitárias e assegurar a gestão da Rede Nacional de Áreas Protegidas, garantindo a sua proteção contra

incêndios, nomeadamente através de ações preventivas de infraestruturação do território e de vigilância ativa durante o período crítico;

5) O Exército Português, sem prejuízo da sua missão primária, colabora em missões de proteção civil e, de acordo com as suas qualificações e capacidades de intervenção, desenvolve vários trabalhos de colaboração com entidades civis;

6) O Exército Português integra o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente pela colaboração em ações nos domínios da prevenção, vigilância, deteção, rescaldo e vigilância pós-incêndio florestal, na abertura de aceiros, nas ações de gestão de combustível das matas nacionais ou administradas pelo Estado e no patrulhamento das florestas.

É celebrado o presente protocolo de colaboração, livremente e de boa-fé, que se rege pelos considerandos precedentes e pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente protocolo visa a colaboração das partes signatárias em ações no domínio da prevenção dos incêndios florestais, constituindo-se para tal um grupo de trabalho com vista à instituição de uma planificação que preveja e identifique geograficamente as atividades a desenvolver no âmbito do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, no ano de 2015, conforme previsto nas disposições conjugadas dos n.ºs 1, 4, 5 e 6 do despacho conjunto melhor identificado no considerando preambular 1).

2. A colaboração referida no número anterior tem por objetivo a execução das seguintes ações:

- a) Abertura de faixas de gestão de combustível, nomeadamente da rede primária;
- b) Reparação de rede viária florestal;
- c) Vigilância armada de espaços florestais e sensibilização das populações.

Cláusula 2.ª

Planificação dos trabalhos

1. A planificação dos trabalhos para o ano de 2015 compreende as seguintes componentes:

a) Estabelecimento das frentes de trabalho necessárias, pelas unidades de Engenharia Militar do primeiro outorgante, para abertura de faixas de gestão de combustível e reparação de caminhos da rede viária florestal, numa extensão máxima de 325 quilómetros,

b) Estabelecimento de, no máximo, 15 equipas e de 1500 horas para vigilância e sensibilização das populações em matas nacionais e perímetros florestais, durante o período crítico de incêndios florestais.

2. A planificação dos trabalhos e as quantificações das suas componentes podem ser reajustadas por acordo entre os outorgantes, não podendo ser ultrapassado o montante máximo da comparticipação financeira estabelecido na cláusula 5.ª.

3. A execução dos trabalhos definidos na presente cláusula abrange todo o período definido nos anexos I e II ao presente protocolo.

Cláusula 3.ª

Responsabilidades do primeiro outorgante

São obrigações do primeiro outorgante:

- a) Participar nas atividades de formação necessárias à execução das ações previstas na cláusula 1.ª;

- b) Assegurar a gestão dos seus equipamentos, viaturas e restante material militar, nomeadamente no que respeita à sua manutenção e à garantia da sua segurança nos períodos de atividade reduzida;
- c) Realizar as ações definidas na planificação dos trabalhos nos anexos I e II ao presente protocolo;
- d) Assegurar a administração do pessoal militar empenhado nos trabalhos, designadamente no que respeita ao respetivo ao pagamento dos vencimentos.

Cláusula 4.ª

Responsabilidades do segundo outorgante

1. Compete ao segundo outorgante assegurar a comparticipação financeira das ações a desenvolver pelo primeiro outorgante descritas nas cláusulas 2.ª e 3.ª do presente protocolo.
2. São ainda responsabilidades do segundo outorgante:
 - a) Proporcionar a formação técnica necessária ao adequado desempenho das ações referidas na cláusula 1.ª;
 - b) Obter as autorizações administrativas necessárias à execução das ações referidas na cláusula 1.ª;
 - c) Disponibilizar os meios de comando e controlo para as ações de vigilância;
 - d) Coordenar com o primeiro outorgante a sequência dos trabalhos, em função das prioridades acordadas;
 - e) Indicar como elemento de contacto com o primeiro outorgante o técnico responsável pela coordenação dos trabalhos ao nível nacional;
 - f) Indicar como elementos de contacto com as equipas operacionais do primeiro outorgante os técnicos responsáveis pela coordenação local das diferentes áreas de intervenção.

Cláusula 5.ª

Comparticipação financeira

1. A responsabilidade constante do n.º 1 da cláusula anterior é assegurada, nos termos da lei, por verbas com origem em receitas próprias do segundo outorgante, até ao limite de € 1 000 000,00 (um milhão de euros), conforme previsto nas disposições conjugadas dos n.ºs 1, 4 e 5 do despacho conjunto melhor identificado no considerando preambular 1).
2. São passíveis de comparticipação pelo segundo outorgante os seguintes encargos, suportados e demonstrados pelo primeiro outorgante no cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo do presente protocolo:
 - a) Encargos inerentes à operação das viaturas e demais equipamentos afetos à execução das ações nele previstas, suportados dentro do período definido na planificação dos trabalhos constante dos anexos I e II;
 - b) Encargos inerentes à atuação operacional dos elementos do primeiro outorgante, afetos à execução das ações nele previstas, suportados dentro do período definido na planificação dos trabalhos constante dos anexos I e II.
3. Estão excluídos da possibilidade de comparticipação todos os encargos correspondentes aos vencimentos dos elementos do primeiro outorgante afetos à execução das ações, bem como os custos fixos das viaturas e equipamento empregues.
4. A comparticipação a conceder pelo segundo outorgante ao abrigo do presente protocolo processa-se em três prestações, mediante solicitação do primeiro outorgante, de acordo com o planeamento previsional seguinte:

- a) Até 29 de maio: € 400 000,00;
- b) Até 31 de julho: € 300 000,00;
- c) Até 30 de outubro: € 300 000,00.

5. As prestações da comparticipação referidas serão efetuadas mediante transferência bancária, para a conta do primeiro outorgante domiciliada na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., com o NIB 0781 0112 0112001133588.

6. Após a primeira prestação da comparticipação a conceder, as restantes processar-se-ão após a apresentação pelo primeiro outorgante de documento comprovativo da execução material das suas obrigações, nas quantidades que justifiquem no mínimo 80% do valor já concedido.

7. Até 30 de novembro de 2015, será apresentado pelo primeiro outorgante um relatório final das ações realizadas.

8. Caso não sejam executadas todas as ações objeto da planificação dos trabalhos, definida na cláusula 2.ª, o primeiro outorgante deve proceder à devolução ao segundo da comparticipação correspondente às ações não realizadas, até 15 de dezembro de 2015.

Cláusula 6.ª **Causas de extinção**

1. O presente protocolo pode ser revogado por acordo das partes, fundamentadamente, a todo o tempo, não havendo lugar a qualquer indemnização.

2. Qualquer dos outorgantes poderá denunciar o presente protocolo, devendo para o efeito comunicá-lo ao outro outorgante, com a antecedência mínima de três dias, por carta registada.

3. Os outorgantes reservam-se o direito de suspender ou denunciar a execução do presente protocolo, mediante simples declaração e com efeitos imediatos, se o interesse público assim o exigir.

4. O disposto nos números anteriores não prejudica que seja analisada a efetiva execução do presente protocolo e que sejam devolvidas as verbas antecipadas e não executadas, ou pagos os encargos previstos na cláusula 5.ª efetivamente demonstrados.

5. A falta de cumprimento do presente protocolo ou o desvio dos seus objetivos constitui justa causa de resolução do mesmo.

Cláusula 7.ª **Comunicações**

Todas as comunicações relativas a este protocolo deverão ser dirigidas para as moradas referidas na identificação das partes, comprometendo-se estas, desde já, a comunicar qualquer alteração das mesmas.

Cláusula 8.ª **Prazo de vigência**

O presente protocolo produz efeitos a partir da data da sua homologação pelo Senhor Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Pedro Aguiar-Branco e pela Senhora Ministra da Agricultura e do Mar, Doutora Assunção Cristas, e vigora até 31 de dezembro de 2015.

Assim o outorgaram em Vagos, no dia 22 de maio de 2015.

Pelo Exército Português
(António Faria Menezes, Tenente-General)
Comandante das Forças Terrestres

Pelo ICNF, I.P.
(Paula Alexandra Sarmiento, Mestre)
Presidente do Conselho Diretivo

Anexo I
(a que se refere a alínea c) da Cláusula 3.ª do Protocolo)
Plano de Atividades do Exército / ICNF

UNIDADE	TRABALHOS DE ENGENHARIA								VIGILÂNCIA			TRABALHOS DE ENGENHARIA									
	ABR	MAI				JUN			JUL	AGO	SET	OUT				NOV					
	S18	S19	S20	S21	S22	S23	S24	S25	S26	S27 a S31	S32 a S35	S36 a S39	S40	S41	S42	S43	S44	S45	S46	S47	S48
RE1	Serra da Estrela											Serra da Malcata									
	59,56 Km											40,72 Km									
	135.700,00 €											111.250,00 €									
RE3	Aveiro											Vila Real									
	13,85 Km											94,9 Km									
	27.000,00 €											291.500,00 €									
			Viseu									Viseu									
			20,37 Km									5,39 Km									
			52.000,00 €									13.000,00 €									
Viana do Castelo						Viana do Castelo															
		26,3 Km						19,3 Km													
		67.373,45 €						49.441,36 €													
Ceng/BrigMec	Penela		Castanheira de Pêra			Aveleira	Rabadão		Góis				Quiaios								
	5,95 Km		15,05 Km			1,97 Km	5,73 Km		3,42 Km				14,41 Km								
	19.221,19 €		48.618,31 €			6.363,99 €	18.510,49 €		11.048,15 €				46.550,82 €								
RI10									CENTRO NORTE												
									PF das Dunas de Cantanhede	118 hrs; 10 240Km; 10 025,24 €											
									PF das Dunas de Mira	118 hrs; 11 200Km; 10 856,60 €											
									PF das Dunas de Vagos	118 hrs; 9 700Km; 9 557,60 €											
									MN Dunas de Vagos	118 hrs; 9 700Km; 9 557,60 €											
									MN Dunas da Gafanha	118 hrs; 6 700Km; 6 959,60 €											
RA4									CENTRO												
									MN Urso	118 hrs; 5 560Km; 5 972,36 €											
									MN Pedrogão	118 hrs; 4 720Km; 5 244,92 €											
									MN Leiria	118 hrs; 6 100Km; 6 440,00 €											
									MN Casal da Lebre	118 hrs; 5 140Km; 5 608,64 €											
									MN Dunas de Quiaios	118 hrs; 6 610Km; 6 881,66 €											
RAAA1 RA5									ALENTEJO												
									PN Arrábida	102 hrs; 5 455Km; 5 688,53 €											
									AF Sines	118 hrs; 8 290Km; 8 336,54 €											
RI1									ALGARVE												
									MN Herdade da Parra	100 hrs; 6 064Km; 6 177,34 €											
Transferência	400.000,00 €		até 29 de maio						300.000,00 €		até 31 de julho		300.000,00 €		até 30 de outubro						

DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS:

Designação da área de trabalho	Concelho	Distrito
PF Serra da Estrela	Guarda; Seia; Gouveia; Covilhã	Guarda; Castelo Branco
MN Malcata	Sabugal; Penamacor	Guarda; Castelo Branco
MN das Dunas de Vagos	Vagos	Aveiro
PF Mundão	Viséu	Viséu
PF Entre Lima e Neiva	Viana do Castelo; Ponte de Lima	Viana do Castelo
PF Barroso	Chaves, Boticas, Montalegre e Ribeira de Pena	Vila Real
PF Ribeira de Pena	Ribeira de Pena	Vila Real
PF (Serra do) Alvão	Vila Pouca de Aguiar	Vila Real
PF Serra da Padrela	Vila Pouca de Aguiar	Vila Real
PF São Tomé do Castelo	Vila Real; Sabrosa	Vila Real
PF Montemuro	Arouca; Cinfães e Castro de Aire	Viséu
PF São Miguel e São Lourenço	Sátão, Vila Nova de Paiva, Castro Daire e Viséu	Viséu
PF São Pedro do Sul	São Pedro do Sul, Oliveira de Frades, e Castro Daire	Viséu
PF São salvador	Castro de Aire; Viséu	Viséu
PF Alge e Penela	Penela, Miranda do Corvo e Figueiró dos Vinhos	Coimbra; Leiria
PF Castanheira de Pera	Castanheira de Pera; Figueiró dos Vinhos	Leiria
PF Aveleira	Arganil	Coimbra
PF Rabadão	Góis	Coimbra
PF Góis	Góis	Coimbra
MN Quiaios	Figueira da Foz	Coimbra

O Comandante das Forças Terrestres
António Xavier Lobato de Faria Menezes, Tenente-General

O Vice-Presidente do Conselho Diretivo
João Alexandre da Silva Rocha Pinho, Mestre

Anexo II

(a que se refere a alínea c) da Cláusula 3.ª do Protocolo)

Proposta para vigilância de Matas Nacionais e Perímetros Florestais em 2015

Áreas Públicas	Área Total (ha)	Concelho	Nº Equipas proposto	Períodos de Vigilância				
				17H - 21H (4 horas)	17H - 23H (6 horas)	17H - 24H (2 horas a definir)	Total	
				N.º Dias	N.º Dias	N.º Dias	Dias	Horas
Área Florestal de Sines	15 856	Santiago Cacém/Sines	1	15	7	8	30	118
MN da Herdade da Parra + PF do Barão S. João e PF de Vila do Bispo	843,2	Silves	1	12	7	5	24	100
MN - Parque Natural da Arrábida	205,0	Setúbal/Sesimbra/Palmela	1	12	7	6	25	102
MN do Urso	6.174,0	Leiria/Pombal	1	15	7	8	30	118
MN do Pedrogão	1.805,0	Leiria	1	15	7	8	30	118
MN de Leiria	11.102,0	Alcobaça/Leiria/Marinha Grande	1	15	7	8	30	118
MN do Casal da Lebre	385,0	Marinha Grande	1	15	7	8	30	118
MN Dunas de Quiaios	6.012,0	Figueira da Foz	1	15	7	8	30	118
PF das Dunas de Cantanhede	3.444,0	Cantanhede	1	15	7	8	30	118
PF das Dunas de Mira	5.314,0	Mira	1	15	7	8	30	118
PF das Dunas de Vagos	860,0	Vagos	1	15	7	8	30	118
MN Dunas de Vagos	2.284,0	Vagos	1	15	7	8	30	118
MN Dunas da Gafanha	690,0	Ilhavo	1	15	7	8	30	118

13

1500

O Comandante das Forças Terrestres
António Xavier Lobato de Faria Menezes, Tenente-General

O Vice-Presidente do Conselho Diretivo
João Alexandre da Silva Rocha Pinho, Mestre

O Chefe do Estado-Maior do Exército*Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, General.*

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército*José Carlos Filipe Antunes Calçada, Tenente-General.*



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

2.^a SÉRIE

N.º 05/31 DE MAIO DE 2015

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 13.º, 16.º e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, os seguintes militares:

TCor Inf (01348989) Pedro Miguel Andrade de Brito Teixeira.

(Despacho n.º 4 194/15, DR, 2.ª série, n.º 81, 27abr15)

Maj Inf (03912989) Paulo Jorge Gonçalves Martins.

(Despacho n.º 4 274/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Serviços Distintos, Grau Prata, nos termos do disposto nos artigos 16.º, 34.º e 38.º, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 13.º, do mesmo diploma legal, os seguintes militares:

Cor Tir AdMil (00670483) Rui Manuel Rodrigues Lopes;
TCor AdMil (10473185) Armando José Rei Soares Ferreira.

(Despacho 14mai15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 2.ª Classe, ao abrigo do disposto nos artigos 22.º, alínea *b*), 23.º, n.º 2, 34.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 20.º, n.º 1, do mesmo diploma legal, o Maj AdMil (13225191) **José Manuel Pinto Cano**.

(Despacho 15abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 2.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, terem sido considerados ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Maj Cav (10847991) Hugo Duarte Rodrigues Porém Machado;

Maj Inf (14776793) Vítor Sérgio Antunes Gomes;
Maj Inf (07025594) Fernando Alberto de Paiva Ribeiro de Moura.

(Despacho 25mar15)

Maj Tm (07618387) Rui Manuel Farinha Freire Rodrigues.

(Despacho 17abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 3.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, terem sido considerados ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap Inf (05446797) Bruno Miguel dos Santos Ribeiro;
Cap Inf (13987997) João Carlos Fonseca Tomás;
Cap Cav (05613296) Eduardo Jorge Pereira Gomes.

(Despacho 25mar15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha de Mérito Militar, 4.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, terem sido considerados ao abrigo dos artigos 20.º e 23.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

SCh Art (02380885) Paulo Renato Evangelista Matos;
SAj Mat (07705188) Paulo Jorge Valentim Rebola;
SAj Mat (02033991) José Carlos da Silva Lopes;
SAj Inf (00411793) Ricardo Sérgio Pinto Fernandes;
1Sarg Mat (03859391) Mário Ricardo Rodrigues Jorge.

(Despacho 25mar15)

SCh Mat (06883285) Armindo José Teixeira Martins;
SCh Cav (00269686) Carlos Jorge Plácido Baptista;
SCh Mus (06726487) José Manuel Barbosa Maciel;
SAj Tm (15023787) António Armando Senane Custódio;
SAj SGE (03873490) Vítor Agostinho de Magalhães Ribeiro;
1Sarg Mat (33292391) Manuel João Faia Gomes.

(Despacho 17abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º, e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha Cruz de São Jorge, 2.ª Classe, o Maj Cav (28642591) **Alexandre Jorge dos Santos Moura**.

(Despacho n.º 4 267/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º, e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha Cruz de São Jorge, 3.ª Classe, os seguintes militares:

Cap Tm (17491694) Pedro Miguel Ramires Gil dos Santos.

(Despacho n.º 4 275/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

Cap Inf (10467799) Carlos Miguel Clemente Narciso.

(Despacho n.º 4 190/15, DR, 2.ª série, n.º 81, 27abr15)

Ten Inf (08821703) Bruno Aguiar Couto.

(Despacho n.º 4 273/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

Ten Inf (09141303) José Manuel Gonçalves Martins.

(Despacho n.º 4 192/15, DR, 2.ª série, n.º 81, 27abr15)

Ten Med (10129404) Nelson José da Graça Gilberto.

(Despacho n.º 4 269/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º, e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha Cruz de São Jorge, 4.ª Classe, os seguintes militares:

SAj Inf (16603887) Henrique Luís Esteves Narciso.

(Despacho n.º 4 270/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

1Sarg Inf (09010895) Renato Jorge Soares Anastácio.

(Despacho n.º 4 271/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

1Sarg Tm (00100701) Zaida Cristina da Silva Pereira.

(Despacho n.º 4 272/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª Classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º, 34.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por terem sido considerados ao abrigo do artigo 25.º, do mesmo diploma legal, os seguintes militares:

MGen	Exército Espanhol	Arturo Garcia-Vaquero Pradal;
BGen	Exército Espanhol	José António Bautís Otero;
Cor	Cav (13076781)	Ricardo Bettencourt Sardinha Portela Ribeiro.

(Despacho 07abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 1.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, os seguintes militares:

Cor	Inf (07128782)	Fernando Manuel Oliveira da Cruz;
Cor	Cav (14614686)	Jaime Joaquim Picado Nogueiro.

(Despacho 17abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª Classe, ao abrigo do disposto nos artigos 26.º, 34.º e 38.º, n.º 2, do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º, do mesmo diploma legal, o TCor do Exército Espanhol, **Andrés Roldan Iribarren**.

(Despacho 07abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 2.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, os seguintes militares:

TCor	Inf	(07448385)	Joaquim José Rodrigues Bucho;
TCor	Art	(19447088)	Luís Fernando Lopes Anselmo Baião Custódio;
TCor	Inf	(14536387)	Jorge Augusto do Carmo Matos;
Maj	Art	(14396291)	Nuno Miguel Barata Folgado;
Maj	AdMil	(22306891)	Ana Maria da Silva de Jesus.

(Despacho 17abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, os seguintes militares:

Cap	TTrans	(13226187)	Victor Filinto da Silveira Correia;
Cap	Art	(07763098)	Emanuel Alves de Sousa;
SMor	Art	(14605284)	António Manuel Ramos Nascimento.

(Despacho 17abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 4.ª Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, os seguintes militares:

SCch	Art	(07942783)	José Henrique Paiva Costa;
SCch	Mus	(14372690)	Joaquim Jorge Neto Campos;
SAj	Eng	(16751187)	Casimiro Carlos da Silva Cacho;
1Sarg	Mus	(10688499)	Bruno Filipe Dias Moedas Praia.

(Despacho 17abr15)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Ouro, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cor	Vet	(05221882)	Carlos Augusto Gomes Barbosa de Penha Gonçalves;
TCor	Inf	(05972286)	Manuel Paulo da Costa Santos;
TCor	Art	(04626886)	João Alberto Cabecinha Quaresma Furtado de Almeida;
TCor	Farm	(09882782)	Maria de Fátima Faria Daniel Ferreira Jorge;
TCor	SAR	(06846275)	Carlos Cardoso Catarino;
Cap	TPesSecr	(07390385)	José Domingos Dias Vaz;
SCch	Mat	(03688684)	José Manuel Rodrigues Gomes da Costa;
SCch	Art	(00054585)	Francisco José Correia Carpinteiro;
SCch	Mat	(11792087)	Pedro Miguel Borrego Vilão;
SCch	Tm	(14227584)	José Carlos Alves;
SCch	Trans	(08931386)	Luís Manuel Sotto Mayor Matos Esteves;
SCch	Mat	(06883285)	Armando José Teixeira Martins;
SCch	Tm	(10803285)	Teixeira José Barreira Reigada;
SAj	Mat	(13855686)	Jacinto Martins Fernandes;
SAj	Inf	(15924085)	José Augusto Alves Dinis;

SAj	SGE	(06740185)	Nuno Vieira de Sousa;
1Sarg	Aman	(08118185)	Domingos Gomes Pais.

(Despacho 08abr15)

TCor	Inf	(16733185)	Joaquim Jorge da Silva Pereira;
TCor	Art	(04757284)	Mário João Ley Garcia;
Maj	Trans	(16530384)	Carlos Manuel Delgado Paulos;
SCh	Inf	(11126385)	Ramiro da Silva Ferreira Vicente;
SCh	Mat	(03741385)	Jorge Manuel Rebocho Costa;
SCh	Mat	(03892785)	Fernando da Costa Branco;
SCh	Mat	(02712385)	Cipriano António Ferrão Gonçalves;
SAj	Inf	(16810684)	João António Gouveia Gomes;
SAj	Art	(17227484)	João Carlos Ventura Barbas.

(Despacho 28abr15)

Cor	Inf	GNR (1866280)	Paulo Alexandre da Cunha Nogueira Pelicano;
Cor	Inf	GNR (1870186)	João Jorge dos Santos Pereira;
Cor	Inf	GNR (1870190)	Fernando António Amorim Vasconcelos Carvalho;
TCor	Inf	GNR (1886007)	António Manuel Carilho dos Prazeres;
TCor	Inf	GNR (1900453)	João Paulo Ribeiro Oliveira;
TCor	Cav	GNR (1890737)	Ilídio Augusto Victorino Canas;
Maj	TPS	GNR (1860068)	António Miguel Pereira Martinho;
Maj	TPS	GNR (1860387)	António Manuel Santos Galan;
SMor	Inf	GNR (1866124)	Tomé Guerreiro Panazeite;
SMor	Inf	GNR (1850312)	Manuel Neves Fernandes;
SMor	AdMil	GNR (1850298)	Fernando Manuel Carvalho Martins;
SMor	Arm	GNR (1850530)	João Francisco Almeida;
SCh	Inf	GNR (1850280)	Carlos Manuel da Fonseca Carreira;
SCh	Inf	GNR (1850304)	José da Conceição Lopes Forte;
SCh	Inf	GNR (1850336)	Moisés Gonçalves;
SCh	Inf	GNR (1850358)	Fernando José Soares Fernandes;
SCh	Inf	GNR (1850535)	José Carlos Maio Vicente;
SCh	Inf	GNR (1860135)	Afonso Germano Ferreira Domingues;
SCh	Inf	GNR (1860147)	José Wilson Sampaio e Silva;
SCh	Inf	GNR (1860390)	Alberto Manuel Loureiro Rodrigues;
SCh	Inf	GNR (1870209)	Carlos Manuel da Silva Ribeiro Pereira;
SCh	Inf	GNR (1870265)	Emílio Fernando Rodrigues de Carvalho;
SCh	Inf	GNR (1896138)	João José Roque da Silva;
SCh	Cav	GNR (1860152)	Luís Marto David;
SCh	Cav	GNR (1860372)	Fernando José Trigo Caetano;
SCh	AdMil	GNR (1850469)	Mário Manuel Paulo Duarte;
SCh	AdMil	GNR (1866078)	Jorge Manuel Carreiro Esteves;
SCh	Med	GNR (1850532)	João Fernando Barata Camisão;
SCh	Med	GNR (1850556)	Fernando Paulo Sousa Martins;
SCh	Artif	GNR (1860149)	João Carlos Fernandes Oliveira;
SAj	Med	GNR (1856562)	Celestino Gonçalves;
SAj	Admil	GNR (1850321)	José Augusto Nogueira Magalhães;
SAj	Admil	GNR (1866111)	Manuel João Valente;
1Sarg	Inf	GNR (1850288)	António Moura Lourenço;
1Sarg	Inf	GNR (1850446)	Gilberto Albuquerque Andrade;
1Sarg	Man	GNR (1850276)	José Miguel Martins Almeida;
CbMor	Inf	GNR (1810935)	José Francisco Machado;
CbMor	Inf	GNR (1850313)	João Artur Mileu;

CbMor	Inf	GNR	(1860131)	António José Moreira Pereira;
CbMor	Inf	GNR	(1860154)	João Manuel Botelho Vaz;
CbMor	Inf	GNR	(1860155)	José Manuel Catita Rocha;
CbMor	Inf	GNR	(1860367)	António Carlos Guedes Teixeira;
CbMor	Med	GNR	(1850355)	Jaime da Cunha Oliveira;
CbCh	Inf	GNR	(1816258)	Manuel Joaquim Martins de Brito;
CbCh	Inf	GNR	(1860133)	Justiniano Augusto Esteves;
CbCh	Inf	GNR	(1860145)	Alfredo José Cordeiro Hervet;
CbCh	Inf	GNR	(1860384)	José António Rego Pereira;
CbCh	Inf	GNR	(1860388)	Manuel Martins Carrilho Ligeiro;
CbCh	Inf	GNR	(1880030)	Manuel da Cruz Gama;
CbCh	Inf	GNR	(1880032)	Pedro António Silva Mendes;
CbCh	Cav	GNR	(1850472)	Faustino Gil Matos;
CbCh	Auto	GNR	(1850575)	José Manuel Monteiro Filipe;
CbCh	Med	GNR	(1850433)	Valentim Páscoa Caetano;
CbCh	Expl	GNR	(1856226)	Vítor Manuel Pereira Santos;
Cb	Inf	GNR	(1850357)	Manuel Maria Ventura Trindade;
Cb	Inf	GNR	(1850366)	Carlos Armando Faustino Trigo;
Cb	Inf	GNR	(1850415)	José António de Oliveira Gonçalves;
Cb	Inf	GNR	(1850428)	Augusto dos Reis Batista;
Cb	Inf	GNR	(1850471)	Manuel de Pinho Bandeira Gomes;
Cb	Inf	GNR	(1850533)	António Manuel Cardoso Marques;
Cb	Inf	GNR	(1850583)	António Manuel Dias Ferraz;
Cb	Inf	GNR	(1856379)	Leonel Nunes Leal;
Cb	Inf	GNR	(1856489)	Raúl Augusto dos Santos;
Cb	Inf	GNR	(1856538)	João Carlos Sousa da Costa;
Cb	Inf	GNR	(1856545)	José Romeu Vila Diegues;
Cb	Inf	GNR	(1856554)	Ventura António Paraíso Batista;
Cb	Inf	GNR	(1856575)	José Manuel Silva;
Cb	Inf	GNR	(1856578)	João Maria Aguiar Araújo;
Cb	Inf	GNR	(1856581)	Norberto Manuel Bettencourt Espinola;
Cb	Inf	GNR	(1856597)	Admar Antero da Silva Teles;
Cb	Inf	GNR	(1860123)	Júlio Costa Fernandes da Cruz;
Cb	Inf	GNR	(1860125)	António Cesário da Costa Soares;
Cb	Inf	GNR	(1860127)	João José dos Santos Lemos;
Cb	Inf	GNR	(1860129)	António Jorge Rodrigues Lopes;
Cb	Inf	GNR	(1860130)	Francisco da Silva Mendes;
Cb	Inf	GNR	(1860161)	António Gabriel Coelho Polido;
Cb	Inf	GNR	(1860162)	João Carlos Oliveira da Fonseca;
Cb	Inf	GNR	(1860225)	Manuel Diogo Borges;
Cb	Inf	GNR	(1860380)	José Joaquim Cabeça Luís;
Cb	Inf	GNR	(1860391)	Abel Ricardo Pereira de Campos;
Cb	Inf	GNR	(1860392)	Hélder Manuel Peixeiro Albino;
Cb	Inf	GNR	(1860393)	Francisco João Martins Airoso da Cruz;
Cb	Inf	GNR	(1860592)	João Joaquim da Silva Neves;
Cb	Inf	GNR	(1860593)	Paulo Jorge Medinas Borrego;
Cb	Inf	GNR	(1866129)	António Maria Seco Marques;
Cb	Inf	GNR	(1866195)	Manuel Catalão Ferreira;
Cb	Inf	GNR	(1866258)	António dos Santos Saraiva Ramos;
Cb	Inf	GNR	(1870068)	António José Alves Dias;
Cb	Inf	GNR	(1870194)	João Dias Antunes;
Cb	Inf	GNR	(1870426)	João António Campanha Nogueira;
Cb	Inf	GNR	(1870728)	Paulo Jorge Vitorino Cardoso;
Cb	Inf	GNR	(1876188)	Eliseu Manuel Pires Candeias;

Cb	Inf	GNR (1890340)	Fernando António Morgado Vicente;
Cb	Inf	GNR (1880031)	António Silveira Salvado;
Cb	Auto	GNR (1860394)	Paulo Jorge Oliveira da Fonseca;
Cb	Auto	GNR (1850465)	António Alfredo Rebelo Fernandes;
Cb	Auto	GNR (1850307)	José António Fernandes Medina Cheganças;
Cb	Med	GNR (1850338)	Bernardino Eugénio Leite Matias;
Cb	Med	GNR (1850551)	Carlos Manuel Carvalho Robalo;
Cb	Cav	GNR (1860588)	Custódio Manuel Galvão Aldeias.

(Despacho 24abr15)

Condecorado com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Prata, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap	Cav	(16691199)	Rui Jorge Neves Moura;
Cap	Cav	(10064996)	Tiago Filipe Parreira Pires;
Cap	Tm	(08228697)	João Daniel Gaiosso Fernandes;
Cap	AdMil	(08570197)	Raquel Sofia Moreira Tomé;
Cap	Med	(14164399)	Carlos Manuel Proença Antunes;
Cap	Vet	(02171099)	Pedro Miguel Tomás Silva;
Cap	Vet	(05349297)	André Filipe Ferreira Dias Pereira da Fonseca;
Cap	Farm	(00382799)	Miguel Ângelo de Jesus Cabrita;
SAj	AdMil	(04939188)	Celestino Campos Gameiro;
1Sarg	Cav	(11042095)	César Miguel de Oliveira Silva;
1Sarg	Eng	(11765895)	Rui Carlos Oliveira Soares;
1Sarg	Eng	(05488195)	Carlos Manuel Sabina Costa;
1Sarg	Eng	(14981597)	Jorge Manuel da Silva Frazão;
1Sarg	Eng	(11068197)	Hugo Miguel da Silva Henriques;
1Sarg	Eng	(03019497)	Ricardo Manuel dos Remédios Coelho;
1Sarg	Tm	(16345996)	António dos Reis Domingues Gomes;
1Sarg	Tm	(09517299)	Valter José Pires da Silva;
Cb	Exp	GNR (1990881)	Jorge Esteves Pinto;
Guar Pr	Inf	GNR (1990699)	Daniel Cardoso Pereira.

(Despacho 08abr15)

1Sarg	Inf	(00681896)	Paulo Jorge Ribeiro Matos Lima;
1Sarg	Inf	(02954499)	Ricardo Jorge Ferreira Carreira;
1Sarg	Art	(14508197)	Luís Filipe de Oliveira Matos;
1Sarg	Art	(18524398)	Pedro Manuel Coelho Duarte;
1Sarg	Mat	(02496796)	Rui Jorge Valdez Gomes;
1Sarg	Mat	(08089897)	Vasco Manuel da Silva Bragança Moura;
1Sarg	Mat	(11892197)	Ricardo Miguel Gaspar dos Reis;
Cap	Inf	GNR (2010977)	José Manuel Ferreira Lopes;
Cap	Inf	GNR (1991066)	João Paulo Morais Oliveira;
Cap	Med	GNR (1991078)	Leonel Bernardo Ricardo;
Cap	Med	GNR (1991079)	Ricardo Jorge António Cardoso Gomes;
Cap	Med	GNR (1991080)	Francisco Manuel Moscoso e Costa;
Cap	Med	GNR (1991081)	Gonçalo José Rosa Inácio Rodrigues;
Cap	Vet	GNR (1991082)	Patrícia Isabel Figueiredo Jorge;
Cap	Vet	GNR (1991083)	Hugo Manuel Bernardo Rocha;
1Sarg	Exp	GNR (1950013)	Paulo Sérgio Fernandes da Silva;
1Sarg	Inf	GNR (1991001)	Manarimba Bupatcha Simões Ramos de Pina;
1Sarg	AdMil	GNR (1990099)	Carlos Manuel dos Ramos Orvalho;

2Sarg	AdMil	GNR	(2000609)	Sérgio Manuel da Silva Prates;
2Sarg	Inf	GNR	(2030396)	Orlando Francisco da Conceição Gonçalves;
Cb	Inf	GNR	(1970097)	José Edgar da Silva Almeida;
Cb	Inf	GNR	(1980632)	José Carlos Ferreira Oliveira;
Cb	Inf	GNR	(1980773)	Pedro Alexandre Ribeiro de Magalhães;
Cb	Inf	GNR	(1980866)	Delfim Manuel Lopes Pombo;
Cb	Inf	GNR	(2030601)	Pedro Miguel Paiva Seixas;
Cb	Cav	GNR	(1990096)	Nelson Cardoso de Sousa;
Cb	Cav	GNR	(2000871)	Domingos Alexandre de Sousa Névoa;
Cb	Cav	GNR	(2020519)	Vítor Manuel Passadinhas Semedo;
Cb	Exp	GNR	(2020734)	Nuno Miguel Rodrigues Gonçalves;
Cb	Med	GNR	(1990043)	Pedro Manuel Dores Espírito Santo;
Cb	AdMil	GNR	(2050186)	José Carlos dos Santos Gaspar;
Guar Pr	Inf	GNR	(1980446)	César Miguel Bastos Costa;
Guar Pr	Inf	GNR	(1980631)	Jorge Manuel Botelho Esteves;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990027)	Rui Alexandre Rodrigues de Almeida;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990051)	Rui Alfredo dos Santos Cardoso;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990108)	Fernando José Rodrigues Pais;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990175)	Luís António Prata Figueiredo da Silva;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990176)	Paulo Jorge Soares Ricardo;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990200)	João Paulo Marques Lopes;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990233)	César Luís de Oliveira Figueiredo;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990281)	Pedro Carrilho Martins Santos;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990284)	Carlos Manuel Lopes Ferreira;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990288)	Daniel Augusto Gomes Monteiro;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990304)	António Pedro Neves dos Santos;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990314)	Fernando Paulo Correia de Almeida;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990317)	Ricardo Nuno da Silva Loureiro;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990321)	Mário do Rosário Botelho;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990329)	Vítor Edmundo Pais de Oliveira;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990338)	António Fernando Oliveira da Silva;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990470)	Ricardo Filipe Barbosa Lopes;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990549)	Pedro Miguel de Jesus Lourenço;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990583)	Carlos Alberto de Oliveira Rodrigues;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990618)	José António de Jesus Amaral;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990707)	Jorge António Gouveia Soares;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990810)	Sérgio Silva Gomes Ribeiro;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990895)	António José Lopes de Carvalho;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990911)	Jorge Manuel Lopes de Carvalho;
Guar Pr	Inf	GNR	(1990947)	José António Gomes Monteiro;
Guar Pr	Inf	GNR	(1991012)	Carla Elisabete Ângelo Delgado;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000576)	Arminda Gonçalves Ferreira;
Guar Pr	Inf	GNR	(2000759)	Marco Paulo Ferraz do Amaral;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010350)	Paulo Sérgio Neves Guerra;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010434)	José Carlos Rodrigues da Costa;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010582)	José Carlos Correia Duarte;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010608)	António Jorge Duarte Francisco;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010694)	Jorge Manuel Nunes Pires;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010736)	Ricardo Jorge Pereira Gonçalves;
Guar Pr	Inf	GNR	(2010961)	Paulo Jorge Albuquerque da Silva;
Guar Pr	Inf	GNR	(2020626)	Sérgio Henrique Coelho da Costa;
Guar Pr	Inf	GNR	(2030485)	Hélio Fernando Rodrigues;
Guar Pr	Inf	GNR	(2030681)	David José de Carvalho Machado;
Guar Pr	Inf	GNR	(2040943)	António Lúcio da Costa Lopes;
Guar Pr	Cav	GNR	(1990045)	Marino Manuel Rodrigues dos Santos;
Guar Pr	Cav	GNR	(2020115)	Fausto de Oliveira Soeiro;
Guar Pr	Med	GNR	(1990360)	Moisés da Silva Agostinho;

Guar Pr	Med	GNR	(1990626)	Pedro Miguel Janeiro Vedor;
Guar Pr	Exp	GNR	(1990289)	José António Moreira Lopes;
Guar	Inf	GNR	(2050063)	Artur Tiago Marques Ferreira Coração Boavida.

(Despacho 28abr15)

Condecorado com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Cobre, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cap	SAR	(15645485)	José Marcelino Pereira;
Ten	AdMil	(14564510)	Duarte Miguel Bugalho Nogueiro;
Alf	Art	(17810410)	Ana Cláudia de Fernandes e Rouquinhó;
2Sarg	Art	(12134006)	Luís Miguel Beleza Pires Pinto;
2Sarg	Cav	(07522206)	Tiago Filipe Faitão Teixeira;
2Sarg	Eng	(01942802)	Danny Simões Mateus;
2Sarg	Tm	(11822605)	Christopher Manuel Alves Monteiro;
2Sarg	Tm	(04503909)	Suzana Dalila Alomaya Marques Tavares;
2Sarg	Tm	(03427305)	Valdemar Tiago Ramos da Silva;
2Sarg	Tm	(09807404)	João Pedro Lúcio Antunes;
2Sarg	Mat	(04870609)	Alexandre Manuel António dos Santos;
2Sarg	Mat	(10370609)	João Manuel Martins Salgueiro.

(Despacho 08abr15)

Ten	Eng	(00844505)	Bruno Miguel de Lima Correia;
Ten	Eng	(19880209)	Wilson Ricardo Maurício Nogueira;
Alf	Inf	(04181109)	Miguel Rodrigues Ribeiro;
Alf	AdMil	(09578704)	João Pedro Sobral de Andrade;
1Sarg	Med	(01593302)	Marisa Isabel Rodrigues Vilas Boas;
2Sarg	Cav	(12536705)	Bruno Jorge Barros Rodrigues;
2Sarg	Cav	(13158009)	José Henrique da Silva Neves;
2Sarg	Mat	(12547006)	Diogo Nóbrega Belim;
2Sarg	Mat	(02387606)	Bruno Miguel Páscoa Pereira;
2Sarg	Mat	(02027404)	Filipe Ricardo da Costa Correia.

(Despacho 28abr15)

Condecorados com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cb	GNR	Ref	(1746017)	José Parente dos Santos	“Moçambique 1970-72”.
----	-----	-----	-----------	-------------------------	-----------------------

(Despacho 15abr15)

Guar	GNR	Ref	(1736064)	Manuel da Cunha Picanço	“Angola 1970-72”.
------	-----	-----	-----------	-------------------------	-------------------

(Despacho 09mai15)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Maj	AdMil	(14093195)	Nuno Miguel Cardoso Dias	“Kosovo 2014”;
-----	-------	------------	--------------------------	----------------

Maj	TExpTm	(04478283)	José António Ferreira Rosa	“Angola 1997-98”;
Cap	Mat	(06508902)	Jorge Machado da Silva Balula	“Kosovo 2014”;
Cap	Inf	(01109796)	Rui Pedro Pereira Tavares	“Afeganistão 2008”;
Ten	Inf	(11633503)	Nuno Manuel Vivas Pereira	“Timor 2013”;
Furr	Inf	GNR (2071198)	Eduardo Tavares Pais da Cunha Lopes	“Afeganistão 2006”.

(Despacho 15abr15)

Condecorados com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais, por despacho do Major-General Director de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002 de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Cor	Inf	(17766982)	Fernando Manuel Rodrigues Pereira de Albuquerque	“Angola 2011-14”;
TCor	Inf	(03216189)	João Manuel de Jesus Carvalho	“Bósnia 2006-07”;
Maj	Art	(33196092)	Sérgio Marques Higinio de Avelar	“Kosovo 2009”;
Maj	Art	(33196092)	Sérgio Marques Higinio de Avelar	“Afeganistão 2012-13”;
Maj	Art	(38670891)	Luís Miguel Claro Sardinha	“Somália 2014”;
Cap	Inf	(16756498)	Nuno Gonçalo Jacinto Marçal	“Timor 2014-15”;
Cap	Inf	(01109796)	Rui Pedro Pereira Tavares	“Afeganistão 2009-10”;
Cap	Art	(11806700)	Luís Manuel Coelho Fernandes	“Afeganistão 2012-13”;
1Sarg	Med	(12072596)	Luís Filipe Sousa Pinto	“Afeganistão 2013”.

(Despacho 15abr15)

Louvores

Louvo o Cor Cav (13076781) **Ricardo Bettencourt Sardinha Portela Ribeiro** pelo extraordinário desempenho, inextinguível dedicação a valioso contributo colocado na revisão do Regulamento Equestre Militar, documento que fruto das sucessivas alterações orgânicas da Instituição Militar, se encontrava desatualizado.

Considerando a necessidade de revisão do referido regulamento, o Coronel Portela Ribeiro não se poupou a esforços e definiu o objetivo de o reformular e submeter a aprovação superior, o que veio a fazer após um criterioso e exaustivo trabalho de revisão e consequente correção, adaptando-o e enquadrando-o com a nova estrutura do Exército.

Em todo este processo o militar apresentou elevados índices de abnegação, perfeccionismo e elevada competência no âmbito técnico-profissional, numa procura constante da excelência, demonstrando claramente saber e saber fazer, contribuindo desta forma para o reforço da sua imagem de credibilidade e prestígio, chegando mesmo a prescindir das merecidas horas de repouso com a finalidade de aprontar o documento em tempo útil, revelando, por conseguinte, grande dedicação pelo serviço e espírito de missão. Devido à sua incansável energia e lutando sempre por ultrapassar as dificuldades que lhe vão surgindo, bem como outros problemas, por vezes mesmo do foro pessoal, o novo Regulamento de Equitação Militar foi aprovado em fevereiro de 2015.

O regulamento atualmente em vigor destina-se a estabelecer os conceitos, normas e procedimentos a que devem obedecer a organização e funcionamento da equitação militar no seio do Exército, aplicando-se a todas as Unidades, Estabelecimentos e Órgãos militares, envolvidos na prática e no apoio à equitação e nele é possível observar o vasto conhecimento, feito de experiência própria, do militar que dedicou grande parte da sua carreira à área da formação neste domínio.

Pelo apurado sentido de responsabilidade e relevantes qualidades pessoais e militares que demonstrou, conjugada com a ação preponderante que desenvolveu para a consolidação de um novo Regulamento de Equitação Militar, é o Coronel Portela Ribeiro merecedor que os serviços por si prestados sejam reconhecidos através deste público louvor, pois contribuíram inequívoca e significativamente para a eficiência, o prestígio e o cumprimento da missão do Exército Português.

07 de abril de 2015. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Cor Tir AdMil (00670483) **Rui Manuel Rodrigues Lopes** pela forma extremamente dedicada e extraordinário desempenho pessoal e profissional evidenciado ao longo de dois anos no comando da Escola Prática dos Serviços (EPS) ao serviço do Comando da Instrução e Doutrina e do Exército.

Oficial dotado de uma excecional competência profissional, inexcedível capacidade de trabalho e de organização, excelente capacidade de decisão e perseverança e grande espírito de iniciativa, desenvolveu a sua ação de comando com elevado grau de eficácia, gerindo de forma criteriosa os recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição.

Como Coronel Tirocinado, escolhido para Comandante da EPS no ano de 2013, merece destaque na sua ação de comando, a determinação e tenacidade, aliado a um inexcedível espírito e sentimento de missão, levaram a abarcar e concretizar projetos no âmbito da formação, dos quais se salientam a concentração dos cursos de condução e a transferência para a EPS de outros cursos na área dos recursos humanos e da logística.

Paralelamente iniciou e concretizou a certificação de cursos de qualificação, aspiração que o Exército perseguia há alguns anos. Incutiu processos de planeamento, execução e controlo do processo formativo, assentes em critérios e métodos de rigor e objetividade, traduzidos numa melhoria reconhecida da qualidade e credibilidade da formação ministrada. Importa sobretudo destacar o relacionamento colaborativo tido com as diferentes entidades envolvidas e a forma motivadora e vigorosa com que, com os mesmos recursos humanos, incentivou mais e melhores resultados.

No âmbito das atividades cometidas à EPS decorrentes da participação do Exército na Evocação do Centenário da Grande Guerra, a Escola estabeleceu parcerias com os vários municípios da sua área de apoio, com o intuito de estimular o lançamento de projetos nesta área, de forma a partilhar sinergias e saberes. Desta forma elaborou um conjunto de atividades intrínsecas à Evocação do Centenário da Grande Guerra que projetaram a Unidade e o Exército a nível local e nacional, entre elas, destacam-se a exposição temática sobre o apoio de serviços na Grande Guerra onde foram expostos documentos, fotografias e materiais relacionados com a atividade de apoio de serviços de combate daquele período e a página da *internet* dedicada a promover a investigação das componentes do Apoio Logístico na Grande Guerra. Com o objetivo de dar a conhecer aos jovens dos estabelecimentos de ensino locais, o que foi a participação de Portugal neste conflito no âmbito do apoio logístico, concebeu uma palestra destinada aos alunos do 3.º ciclo e ensino secundário.

Neste contexto, realça-se ainda a implementação de um concurso intermunicipal, em parceria com os vários municípios da sua área de apoio, como forma de envolver a comunidade escolar dos concelhos abrangidos que, de uma forma pedagógica, serviu de incentivo para estimular o interesse das populações locais na iniciativa da evocação, levando não só a um acréscimo do relacionamento institucional com as autarquias e estabelecimentos de ensino locais, refletido no incremento de solicitações para participação em projetos e iniciativas locais, mas também a um inequívoco sinal de reconhecimento do Exército como uma Escola cívica e aberta à sociedade que se encontra ao serviço de Portugal e dos portugueses.

É ainda de elevar o desenvolvimento e manutenção de excelentes relações com a comunidade e as autoridades locais e o excelente trabalho desenvolvido na manutenção e conservação das infraestruturas e instalações da Unidade. Interpretando corretamente as diretivas emanadas dos Comandos Superiores sempre soube ultrapassar as dificuldades conjunturais com que se deparou, manifestando em todos os momentos ser possuidor de extraordinário bom senso, inexcedível capacidade de trabalho e notável espírito de missão.

Pelas suas excecionais qualidades e virtudes militares, das quais se destacam os elevados dotes de carácter, extraordinário sentido da disciplina, lealdade e pela frontalidade e sentido da responsabilidade demonstrados nas mais variadas situações, é o Coronel Tirocinado Rodrigues Lopes merecedor de ser destacado e apontado como exemplo a seguir e os serviços por si prestados serem publicamente reconhecidos e considerados relevantes, extraordinários e distintos, dos quais resultou honra, prestígio e lustre para o Comando da Instrução e Doutrina, para o Exército e para as Forças Armadas.

14 de maio de 2015. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o TCor Inf (01348989) **Pedro Miguel Andrade de Brito Teixeira**, pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de Comandante do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizada, quando integrou a Força Nacional Destacada (FND) — *KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM) — no Teatro de Operações do Kosovo, entre 6 de março de 2014 e 4 de setembro de 2014.

Devido à sua ampla experiência militar foi fundamental no aumento da capacidade da KTM para coordenar, planear e executar as mais variadas missões que lhe foram atribuídas. Demonstrou claramente uma elevada capacidade de comando durante a implantação operacional das unidades KTM, nomeadamente: durante os tumultos e manifestações no Norte; durante as eleições para a Assembleia do Kosovo; e nas celebrações *Vidovdan* dos sérvios do Kosovo. Desta forma permitia a criação de um *Safe And Secure Environment* (SASE) bem como garantir um *freedom of movement* (FOM) no Teatro de Operações, garantindo que nenhuma violência interétnica poderia ocorrer.

O Tenente-Coronel Brito Teixeira é detentor de uma extensa cultura geral e muitos bons conhecimentos no domínio técnico-militar, é dinâmico, empreendedor e incansável. Evidencia um adequado discernimento, uma boa capacidade de planeamento e organização, assim como uma elevada aptidão para Comando e Chefia. O seu excecional desempenho foi patente em inúmeras ações, com destaque para a operação *SKYFALL*, na qual sob o seu Comando e Controlo estiveram envolvidos meios de três países e a operação *SCORPION RIDER*, onde sob sua direta coordenação foram empregues forças de sete países.

Oficial dotado de excelentes qualidades morais e humanas, conduziu sempre a sua ação de comando pela constante preocupação com os seus militares, o que aliado a uma notória capacidade de liderança e elevado sentido de organização fez com que a sua Unidade alcançasse elevados padrões operacionais. O seu desempenho e capacidade de Comando e Liderança foram alvo de rasgados elogios, pelo seu inequívoco potencial para o desempenho de cargos de maior exigência e responsabilidade.

Face ao exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que acreditam o Tenente-Coronel Brito Teixeira como sendo um Oficial de elevada craveira, que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação e a coragem física e moral, devendo, por isso, os serviços por si prestados, serem considerados, extraordinários, relevantes e distintos, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

13 de janeiro de 2015. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 160/15, DR, 2.ª série, n.º 81, 27abr15)

Louvo o TCor AdMil (10473185) **Armando José Rei Soares Ferreira** pela forma excecionalmente competente, prestigiante, dedicada e muito eficiente como ao longo de dois anos exerceu as funções de 2.º Comandante da Escola Prática dos Serviços.

No desempenho deste importante, complexo e muito exigente cargo, confirmou o extraordinário conjunto de qualidades pessoais e profissionais que lhe são reconhecidas, coordenando e supervisionando de forma exemplar a atividade do estado-maior e de todos os sistemas de apoio à missão primária da Unidade, designadamente na manutenção, conservação e melhoria das infraestruturas e equipamentos, pautando a sua conduta, em todas as circunstâncias, por um inexcédível sentido do dever, sólida cultura militar, extraordinária inteligência e grande competência profissional, qualidades bem comprovadas quando, durante um período de seis meses, de março a setembro de 2013, na ausência de titular nomeado, exerceu o cargo de Comandante da Unidade, em exercício de funções.

Militar disciplinado e disciplinador, revelando constância na ação, materializada na determinação que coloca na consecução de objetivos, muito sensato e ponderado, tem tido uma ação preponderante e decisiva na execução de um conjunto de tarefas cometidas superiormente à Escola.

Neste âmbito, refere-se o valioso contributo que tem dado para a concretização de alguns objetivos de caráter estruturante do Sistema de Formação do Exército (SEF), dos quais adquire especial destaque o reconhecimento por parte do Sistema Nacional de Qualificações da formação ministrada na Escola em 2014, traduzível na creditação de Unidades de Formação de Curta Duração dos referenciais do Catálogo Nacional de Qualificações e no registo na Caderneta Individual de Competências, das qualificações obtidas pelos formandos nos cursos de cozinheiro, de mecânico auto e de operador de panificação.

Paralelamente, a sua inexcédível dedicação ao serviço e disponibilidade permanente para servir, mesmo com sacrifícios pessoais, foram claramente evidenciadas aquando da concentração na Escola de toda a formação de condução auto e de diversos cursos na área de pessoal, como são o caso, dos cursos de Arquivos Correntes, Operador de Programa *DocBase* e de Atendimento ao Público, período durante o qual a sua capacidade de trabalho foi decisiva para a consolidação da Escola como Unidade Formadora do Exército, de elevada qualidade.

É de sublinhar igualmente o empenho que tem colocado no apoio aos estudos para a consolidação e normalização de uma adequada estrutura orgânica e do quadro orgânico de pessoal da futura Escola dos Serviços, bem como na implementação e desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental, através da adoção de boas práticas ambientais, que procura que sejam assimiladas por todo o efetivo da Unidade.

Como colaborador mais próximo do Comandante, o Tenente-Coronel Soares Ferreira, discretamente, mas com firmeza e lealdade irrepreensível, exerceu uma ação muito positiva no reforço e supervisão das orientações superiores, demonstrando muita abnegação, elevado espírito de obediência e de sacrifício, qualidades que o creditam como um Oficial merecedor de ocupar cargos de maior responsabilidade e complexidade.

Reconhecem-se assim no Tenente-Coronel Soares Ferreira, elevados dote de carácter, coragem moral e excepcionais qualidades e virtudes militares, tendo a sua ação com 2.º Comandante, contribuído significativamente para o prestígio, honra e lustre da Escola Prática dos Serviços, do Comando da Instrução e Doutrina e do Exército Português, devendo os serviços por si prestados serem considerados como extraordinários, relevantes e distintos.

14 de maio de 2015. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Maj Inf (03912989) **Paulo Jorge Gonçalves Martins**, pela forma altamente honrosa e brilhante como desempenhou as funções de Chefe de Estado-Maior do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizada (1BIMec), quando integrou a Força Nacional Destacada (FND) — *KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM) — no Teatro de Operações do Kosovo, entre abril e outubro de 2014.

No desempenho das suas tarefas o Major Gonçalves Martins evidenciou uma forte personalidade e excecional espírito de iniciativa, aspetos que se revelaram determinantes para a sincronização de processos da KTM, em coordenação com o Estado-Maior da KFOR, no âmbito do desenvolvimento de planos de contingência, como o Plano de Operações *PARADIGM SHIFT*, essencial para o emprego da KTM em todo o Teatro de Operações (TO) do Kosovo.

No período em questão salienta-se a sua participação nas Operações *GOLDEN EYE* no contexto de preparação e realização das eleições parlamentares do Kosovo e na *SCORPION RIDER*, onde participaram mais de 400 militares, de sete nacionalidades diferentes. Designado ainda para participar nas reuniões mensais dos Chefes de Estado-Maior da KFOR onde transmitiu uma imagem que muito dignificou o nome dos militares portugueses.

Em todas as suas ações evidenciou uma permanente pró-atividade e resiliência, assim como elevados padrões de eficiência, rigor e método, contribuindo de forma decisiva para o processo de tomada de decisão do seu Comandante e para o alcançar dos objetivos superiormente determinados, num TO difícil e de natureza multinacional.

Face ao exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excepcionais qualidades e virtudes militares e pessoais que acreditam o Major Gonçalves Martins como sendo um elevado Oficial, que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante do seus dotes de carácter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação e a coragem física e moral, devendo, por isso, os serviços por si prestados, serem considerados, extraordinários, relevantes e distintos, de que resultou honra e lustre para as Forças Armadas e para Portugal.

01 de dezembro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 172/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

Louvo o Maj Cav (28642591) **Alexandre Jorge dos Santos Moura**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no desempenho das funções de *Chief Logistic Operations* (KV SPT 105), no *Headquarters Kosovo Force* (HQ KFOR), no período de 12 de março a 13 de setembro de 2014.

No exercício das suas tarefas, desenvolveu uma constante atividade pedagógica e de cooperação com todos os responsáveis logísticos das Forças constituintes da KFOR estabelecendo contactos, desenvolvendo relações e elaborando *Clarifications Letters* para todos os *Senior National Representatives*

(SNR)/*National Contingent Commanders* (NCC) e para todos os J4/S4 das Unidades/Forças/*National Support Elements* (NSE) com o objetivo de dar uma nova dinâmica ao fluxo dos relatórios logísticos procedendo à revisão de algumas Normas de Execução Permanente (NEP) que permitiram atualizar e sistematizar novos procedimentos logísticos, permitindo assim a sua otimização.

No âmbito do exercício “*Silver Saber*” foi o Oficial de Ligação, em termos logísticos, entre o HQ KFOR e as suas diferentes Unidades/Forças, a Kosovo Police (KP) e a *European Rule of Law in Kosovo* (EULEX), contribuindo de uma forma muito eficaz para o sucesso deste.

Desempenhou um papel de relevo na atualização do *Plano Balkan Wolf* entre a KFOR e a EUFOR, tendo assumido a responsabilidade de representação do *Support Branch* do HQ KFOR no reconhecimento e reuniões multilaterais que tiveram lugar na Bósnia e Herzegovina entre os diferentes *Branches* do HQ KFOR e da EUFOR, onde procurou contribuir para a priorização de objetivos e para a clarificação das diferentes situações operacionais em termos logísticos.

O Militar foi responsável pela preparação, coordenação e organização de duas KFOR *Logistic Conferences* (KLC) onde apresentou o conceito e a estrutura logística da KFOR e o JFCNP, sendo igualmente responsável pela preparação, coordenação e organização de uma *Senior National Representative Conference* (SNR Conference) e de todas as reuniões mensais entre o KFOR *Support Branch* e o JFCNP.

Em estreita colaboração com o JFCNP, a NATO *Communications and Informations Systems School* (NCISS) e a KFOR, planeou e organizou a formação e o treino das aplicações informáticas LOGFAS, assim como as duas reuniões efetuadas entre as *Host Nation Support Coordination Cell* (HNSCC) da República da Macedónia (FYROM — *Former Yugoslav Republic of Macedonia*), da Albânia, da Grécia, os KFOR *Liason Officers* e os NATO *Liason Officers* em Skopje, onde apresentou a estrutura logística e os principais conceitos e incentivou o relançamento do circuito de informação logístico entre estas Nações, a KFOR e a NATO.

Oficial muito competente, organizado e com elevado espírito de bem servir, o que lhe permitiu exercer com altos níveis de eficiência as funções que lhe foram cometidas durante a sua missão e num ambiente multinacional, soube estabelecer relações de camaradagem e grande cordialidade com os militares e civis das diferentes nacionalidades que constituem a KFOR. Pelo exposto o Major Santos Moura contribuiu significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão das Forças Armadas, fazendo jus ao público louvor com que agora é distinguido, em reconhecimento dos seus serviços que devem ser considerados relevantes e de elevado mérito.

13 de outubro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 161/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

Louvo o Maj AdMil (13225191) **José Manuel Pinto Cano** pela forma muito profissional, extremamente dedicada, rigorosa e inextinguível zelo, como de 2010 a 2014, desempenhou as funções de Chefe da Repartição de Gestão Orçamental (RGO) da Direção de Finanças do Comando da Logística do Exército.

Profundo conhecedor da realidade do Exército e ciente dos desafios que iria encontrar quando assumiu a chefia da RGO, rapidamente se evidenciou de forma distinta, inteligente e muito competente como levou a cabo um trabalho altamente meritório e de importância vital, na preparação e execução das tarefas relacionadas com o planeamento e coordenação da atividade da RGO, mobilizando recursos humanos e materiais, constituindo um grupo de trabalho, coeso e com o seu cunho pessoal, capaz de antecipar e garantir respostas oportunas as diversas solicitações das U/E/O do Exército, da SG/MDN, DGO/MFin, TC e demais entidades civis.

As qualidades de liderança que lhe são características, a sua força de vencer, de atingir objetivos e a forma fácil de comunicar e motivar pessoas em prol dos objetivos do grupo, contribuíram de forma decisiva para a obtenção de resultados. Estas suas qualidades mereceram a estima e o respeito de todos aqueles que ao seu lado tiveram o privilégio de servir.

Oficial exemplar, com elevado espírito de sacrifício e de obediência, capacidade de planeamento e organização, aliada aos notáveis conhecimentos técnicos, permitiram a excelência dos seus serviços e o alto nível de realização das tarefas que foram cometidas à RGO, durante o seu comando. Neste campo, em muito contribuiu também a sua disponibilidade, a sua entrega e dedicação total, sacrificando sistematicamente os seus períodos de descanso e de apoio à família, para conseguir dar resposta, de forma criteriosa e eficaz, às múltiplas tarefas a que foi chamado a desempenhar.

Pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, lealdade e abnegação, aliados aos seus elevados conhecimentos, ponderação e frontalidade, foi capaz de apresentar propostas de resolução para as mais complexas situações, em estrita conformidade legal, revelando-se um elemento vital no apoio à tomada de decisão.

Fruto do brilhantismo, da sua vasta e rica experiência profissional e da excelência do seu desempenho, contribuiu decisivamente para o prestígio e credibilidade da Direção de Finanças, no seu esforço de adequação da estrutura financeira do Exército à difícil e complexa conjuntura que o País viveu nesse período. Neste âmbito, fez parte de inúmeros grupos de trabalho, onde rapidamente desenvolveu excelentes relações pessoais e profissionais, sendo extremamente pragmático e objetivo, conseguindo uma cooperação inexcedível na execução das múltiplas missões que lhe foram incumbidas.

No âmbito técnico-profissional revelou sempre elevada competência profissional e extraordinário desempenho, sendo-lhe reconhecidas capacidades e competências para funções da mais elevada complexidade e exigência, no domínio da administração dos recursos financeiros.

Militar frontal, de esmerada educação, ponderado e honesto, tem-se distinguido como um exemplo de profissionalismo e aptidão para bem servir, revelando em todas as funções que lhe foram cometidas, um extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais, sendo por isso merecedor de ser apontado como um oficial que prestigia o Serviço de Administração Militar, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Exército.

Oficial de reconhecidas qualidades pessoais e profissionais, dotado de excepcionais qualidades e virtudes militares, é hoje um exemplo a seguir.

Por tudo o que precede, pela pessoa inigualável que é, muito me apraz distinguir os serviços do Major José Cano no exercício das suas funções, que classifico de extraordinários e relevantes, de onde resultou honra e lustre para a Direção de Finanças e consequentemente para o Exército.

15 de abril de 2015. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, General.

Louvo o Cap Tm (17491694) **Pedro Miguel Ramires Gil dos Santos**, pela elevada competência técnico profissional, extraordinário desempenho no cumprimento das funções de Oficial de Transmissões do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado (1BIMec), quando integrou a Força Nacional Destacada (FND) — *KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion (KTM)* no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre abril e outubro de 2014.

Revelou profundos conhecimentos na sua área, pôs todas as suas faculdades e experiência na chefia do Módulo de Transmissões, pautando a sua conduta pelo excepcional rigor e método, contribuindo para uma correta gestão dos recursos humanos. Militar muito frontal e educado, promoveu uma profícua relação de trabalho, quer dentro da KTM, quer na relação com os seus congéneres de outras nacionalidades, constituindo-se como um reconhecido elemento do Estado-Maior Técnico, fazendo propostas oportunas, objetivas, devidamente fundamentadas e salvaguardando sempre a posição nacional.

Oficial disponível, nunca se furtou à absorção de novas responsabilidades nem à emissão de pareceres ou conselhos, procurando inteirar-se e envolver-se em todos os processos mais relevantes e sensíveis, transmitindo inteira confiança quando a sua atuação foi requerida. Realço, nesta perspetiva, o desempenho prestado para a receção de imagem em tempo real do *LIGHT RAY* e *STALKER*, utilização concomitante o SICCE e PRC 525 para o envio de dados ao posto de Comando, garantindo um inestimável contributo para a imagem pública e prestígio das nossas Forças Armadas entre os países da Aliança.

Colaborou de forma entusiástica e muito empenhada no processo de decisão interno da KTM para a otimização dos contratos para o serviço de *Internet*, de Impressão, cópia e de comunicações móveis, contribuindo para uma maior eficiência nos serviços disponíveis. Orientou o esforço para o controlo de cargas, organização e distribuição de equipamentos informáticos, permitindo melhorar o parque informático que possibilitou a introdução de novos serviços no Batalhão, como o serviço disponibilizado pelo SICCE, imagens CCTV NATO.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excepcionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Capitão Gil dos Santos como sendo um Oficial de elevada craveira, que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, abnegação, obediência e competência profissional, tendo contribuído significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

01 de dezembro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

Louvo o Ten Inf (08821703) **Bruno Aguiar Couto**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Comandante do Módulo de Apoio, do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado (1BIMec), quando integrou a Força Nacional Destacada (FND) — *KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM) no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre abril e outubro de 2014.

Oficial cumpridor e rigoroso revelou possuir uma boa capacidade de organização e excelentes conhecimentos, destacando-se pelo excecional interesse e dedicação ao serviço, como ficou demonstrado na sua atividade diária de recolha de informação relativa às áreas atribuídas, e à área de interesse da KTM no Norte de Mitrovica. Realizou um trabalho de grande valor e utilidade para as operações correntes e futuras, contribuindo simultaneamente para, a proteção da Força e para o esforço de pesquisa da KFOR.

Releva-se o seu desempenho nas várias operações, demonstrações e exercícios, assim como nas ações de reconhecimento especial realizadas, com pré-avisos de tempo muito curtos, onde uma vez mais comprovou a sua competência para o comando e liderança deste Módulo de Operações Especiais.

Evidenciou proatividade, resiliência, rigor no planeamento e no controlo das atividades operacionais de ISR — com ênfase para a Operação *SKYFALL* — e de treino operacional do seu Módulo — FOX 1, FOX 2, e SILVER SABER. A atualização dos vários planos de contingência, nos quais a KTM tem responsabilidades e tarefas a cumprir, foi realizada através da condução de reconhecimentos precisos e oportunos, viabilizando informação oportuna para o escalão superior, prestigiando a Força e a sua afirmação no seio da KFOR.

Neste âmbito sobressai o excecional desempenho em apoio às Operações seguintes: “*GOLDEN EYE*” no contexto de preparação e realização das eleições parlamentares do Kosovo; “*SCORPION RIDER*” e *SKYFALL*, onde o contributo do trabalho das equipas sob o seu comando, realizaram ações de reconhecimento e vigilância que muito contribuíram para que o Comandante da KTM mantivesse flexibilidade na manobra, e proteção da Força, através da tomada de decisão, oportuna ou por antecipação.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente o Tenente Aguiar Couto como sendo um Oficial que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação e a coragem física e moral, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

01 de dezembro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 165/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

Louvo o Ten Med (10129404) **Nélson José da Graça Gilberto**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Oficial Médico do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado (1BIMec), quando integrou a Força Nacional Destacada (FND) — *KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM) no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre abril e outubro de 2014.

Oficial empenhado e organizado, com grande capacidade de trabalho, desenvolveu inúmeras iniciativas em prol da manutenção de um bom estado de saúde e condição física de todos os militares, das quais se destacam a realização periódica de controlos sanitários, a difusão de orientações e cuidados a observar pelos militares da KTM/TACRES/ KFOR. Acresce a realização de ações de formação e sensibilização sobre a importância de uma alimentação, higiene e treino físico adequados à exigência da missão.

Desenvolveu estudos, escreveu artigos e divulgou todo o seu conhecimento nestas matérias para o escalão superior, que permitiram a adoção de práticas recomendadas noutras forças das mais diferentes nacionalidades. Foi mencionado em reuniões do Comando da KFOR, pelo seu desempenho profissional e pela forma de organizar e comandar o módulo multinacional da Força Nacional Destacada. Releva-se a sua participação e contributo na operação civil-militar de JANJEVO, e no âmbito do exercício da iniciativa disciplinada, os laços e sinergias estabelecidos com a missão europeia da Força da Lei no Kosovo, designada de EULEX.

Salienta-se a forma exigente, rigorosa e dinâmica como conduziu o treino no Teatro de Operações, e como garantiu a prontidão do Módulo Sanitário em apoio à missão da KTM/TACRES/KFOR. Neste

âmbito, releva-se o excecional desempenho no apoio às Operações “*GOLDEN EYE*” no contexto de preparação e realização das eleições parlamentares do Kosovo, na “*SCORPION RIDER*” onde participaram mais de 400 militares, de sete nacionalidades diferentes. Durante os exercícios FOX 1 e 2, e no âmbito do exercício *SILVER SABER* da KFOR, o desempenho do módulo sanitário português foi destacado e elogiado.

No âmbito das ações de cooperação civil-militar (CIMIC) desenvolvidas pelo 1BIMec, merece especial referência o trabalho desenvolvido pelo Tenente Graça Gilberto no apoio sanitário à população do Concelho de Constância, durante o exercício PRISTINA 141 e no Teatro de Operações, pelo apoio ao planeamento e execução das atividades que possibilitaram a recolha de um donativo financeiro, para aquisição de medicamentos e material médico em apoio da população de uma aldeia carenciada em Janjevo.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Tenente Graça Gilberto como sendo um Oficial de elevada craveira, que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação e a coragem física e moral, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

01 de dezembro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 163/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

Louvo o SAj Inf (16603887) **Henrique Luís Esteves Narciso**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho no cumprimento das funções de Sargento de Logística, do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado (1BIMec), quando integrou a Força Nacional Destacada (FND) — KFOR *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM) no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre abril e outubro de 2014.

Desde o início da missão, demonstrou uma inexcelável disponibilidade e dedicação nas suas tarefas contribuindo para o bom funcionamento da Secção de Logística. Militar altamente metódico e incentivador da sã camaradagem, não só confirmou as qualidades que já se lhe reconheciam como mostrou ser possuidor de um elevado espírito de sacrifício e obediência, sendo exemplo disso a forma como auxiliou no planeamento logístico das diversas atividades, das quais se destacam as Operações *SKYFALL*, *MAVERICK*, *SCORPION RIDER* e os exercícios *SILVER SABER*, *FOX 1* e *FOX 2*.

Ao longo da missão revelou ser dotado de uma firme formação moral e uma elevada aptidão no cumprimento das indicações do seu Chefe, com quem sempre colaborou, aconselhou de forma distinta e irrepreensível.

Neste âmbito, evidencia-se o seu decisivo contributo no planeamento e execução de tarefas relacionadas com os voos de sustentação e rendição da Força, assim como com a preparação e projeção de oito viaturas Blindadas Chaimite para Território Nacional, particularmente na elaboração de listas de mercadorias militares e dos respetivos formulários associados.

Evidenciou-se ainda pela forma meticulosa e exemplar como soube gerir todo o material à carga da FND, bem como os diversos relatórios logísticos que exigiam do Militar um empenhamento diário.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Sargento-Ajudante Esteves Narciso como sendo um Militar de elevada craveira, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

01 de dezembro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 164/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

Louvo o 1Sarg Inf (09010895) **Renato Jorge Soares Anastácio**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no

cumprimento das funções de Comandante da Secção de Reabastecimento e Serviços da Companhia de Comando e Serviços (ACoy), do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado (1BIMec), quando integrou a Força Nacional Destacada (FND) — *KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM) — no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre abril e outubro de 2014.

Militar muito sensato e com iniciativa, revelou excecionais conhecimentos, conduzindo de forma muito profissional o processo de reabastecimento dos artigos das várias classes. Liderou o processo de administração e gestão das inúmeras requisições de materiais, procedendo à sua receção, armazenamento e distribuição, por forma a satisfazer todas as necessidades em tempo oportuno, demonstrando possuir excelentes métodos de trabalho e de disciplina.

Merece igualmente destaque o profissionalismo e sentido de responsabilidade demonstrados durante o período em que esteve em acumulação de funções, como fiel dos depósitos de material da Logística e fiel do paiol de munições, gerindo de forma rigorosa e altamente dedicada, todos os artigos e equipamentos à carga da Logística, constituindo-se num precioso colaborador da Secção de Logística do Batalhão, nomeadamente na excelente gestão, correta palatização das cargas e adequada execução das listas de material militar, nos voos de rendição e sustentação do Contingente.

No âmbito operacional, demonstrou proatividade, espírito de missão, abnegação e sentido prático nas suas ações, destacando-se a sua participação nas operações “*SKYFALL*”, tendo, num âmbito multinacional, revelado aptidão para bem servir com grande zelo e proficiência nas mais diversas circunstâncias em que foi solicitado. Destacou-se na colaboração que prestou de forma desinteressada às atividades de moral e bem-estar, envolvendo-se de uma forma muito dinâmica, voluntária e empenhada.

Praticando em elevado grau a virtude da lealdade, grande espírito de sacrifício e de obediência, a par da firmeza e coerência das suas opiniões, constituiu-se um precioso auxiliar no cumprimento da missão, destacando-se também a sua participação em todo o processo de execução e preparação da retração das viaturas “*CHAIMITE*” de Pristina para Portugal, evidenciando qualidades que o tornam digno de ocupar postos de maior responsabilidade.

Pelas excecionais qualidades e virtudes militares que possui, o Primeiro-Sargento Soares Anastácio é digno de que os serviços por si prestados sejam considerados relevantes e de elevado mérito, tendo contribuído significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

01 de dezembro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 168/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

Louvo a 1Sarg Tm (00100701) **Zaida Cristina da Silva Pereira**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de chefe da equipa TPF da Companhia de Comando e Serviços (ACoy), do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado (1BIMec), quando integrou a Força Nacional Destacada (FND) — *KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM) — no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre abril e outubro de 2014.

Militar possuidora de excelentes conhecimentos na instalação, gestão e administração de redes locais, que aliados a uma profunda experiência na manutenção e gestão de *software* e *hardware* informático, permitiu que o exercício das suas tarefas fosse executado de forma bastante discreta e eficaz relevando elevada competência.

Desde logo, a Primeiro-Sargento Zaida Pereira evidenciou-se pelas suas excecionais qualidades e virtudes militares através do sentido de dever, excecional zelo e disciplina na reorganização, gestão e controlo de cargas dos recursos informáticos bem como da rede telefónica assente na rede de dados, garantindo a melhoria atempada na qualidade e disponibilidade de serviço dos equipamentos disponibilizados aos utilizadores. Mostrou um permanente empenho, obediência e espírito de sacrifício na resolução de incidentes muitas vezes relacionados com limitações existentes nas redes locais implementadas para garantir o normal funcionamento destas entre os utilizadores.

Salienta-se o seu papel decisivo na melhoria e otimização dos vários serviços das Tecnologias de Informação (TI), com o seu contributo através do trabalho efetuado com técnicos do EMGFA e do Exército no incremento da rapidez e qualidade dos serviços assentes na ligação via satélite para Portugal,

nomeadamente no *Military Message Handling System* (MMHS) e o serviço de Videoteleconferência (VTC). Acrescenta-se o seu papel determinante na procura e transição de serviços contratados localmente em produção, tais como, os de acesso à internet e impressão permitindo à FND aceder a estes com melhor qualidade e com uma significativa redução de custos para a Força.

De destacar o seu empenho determinante na configuração e implementação do Sistema de Comando e Controlo do Exército (SICCE) no Centro de Operações Tático (COT) desta FND permitindo pela primeira vez utilizar integrar o sistema de georreferenciação disponibilizado pelo E/R PRC-525 conjuntamente com o SICCE fora do território nacional.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente o esforço desenvolvido pela Primeiro-Sargento Zaida Pereira, que através de uma atitude proativa e incansável, evidenciou permanentemente o espírito de camaradagem e de equipa, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

01 de dezembro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 166/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

II — MUDANÇAS DE SITUAÇÃO

Adidos, Quadro e Supranumerários

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que, os Oficiais abaixo designados, transitem de situação de ativo nos termos do artigo 171.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, para as situações e nas datas que para cada um se indicam:

Posto	A/S	NIM	Nome	Situação		Desde
				Anterior	Atual	
Cor	Art	(15313680)	José Duarte Velosa Trindade	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	27-04-15
Cor	Cav	(05116581)	Carlos José Vicente Sernadas	Quadro art.º 172.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	17-04-15
Cor	Inf	(06979783)	Carlos Manuel Alves Batalha da Silva	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	Quadro art.º 172.º	10-04-15
Cor	Inf	(06979783)	Carlos Manuel Alves Batalha da Silva	Quadro art.º 172.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	22-04-15
Cor	AdMil	(11881779)	José Manuel Lopes Afonso	Quadro art.º 172.º	Adido alínea d) do n.º 2 do art.º 173.º	10-04-15
TCor	Inf	(06402081)	António Manuel Gomes da Silva	Quadro art.º 172.º	Adido alínea d) do n.º 2 do art.º 173.º	19-04-15
TCor	Inf	(08516084)	Jorge Manuel Pinheiro Dias Freixo	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	Quadro art.º 172.º	23-03-15
TCor	Cav	(13134087)	Pedro Manuel dos Santos Ferreira	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	Adido alínea f) do n.º 2 do art.º 173.º	13-04-15

Maj	Farm	(13958789)	Carlos José Saraiva Simões	Quadro art.º 172.º	Adido alínea f) do n.º 2 do art.º 173.º	07-04-15
Maj	AdMil	(06920993)	Maria Armanda Lopes Regadas	Quadro art.º 172.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	20-04-15
Maj	Inf	(09266294)	Bruno Miguel Clara Fernandes Gaspar Mendes	Adido alínea d) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	24-04-15
Maj	Eng	(14507695)	João Pedro Santos Mascarenhas Andrade Pereira	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	Quadro art.º 172.º	20-04-15
Maj	AdMil	(11406897)	Margarida Maria Rodrigues dos Santos	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	Quadro art.º 172.º	07-04-15
Cap	TPesSecr	(03033486)	Luís António Borges Correia	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	24-04-15
Cap	AdMil	(00456398)	António José Luís Antunes	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	26-03-15
Cap	AdMil	(00456398)	António José Luís Antunes	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	Quadro art.º 172.º	01-04-15
Cap	Mat	(17598397)	Liliana Maria Pereira Ribeiro	Quadro art.º 172.º	Adido do n.º 1 do art.º 173.º	01-04-15
Cap	Med	(01717800)	Ricardo Miguel Teixeira Dias	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	17-04-15
Cap	Inf	(13849501)	Miguel Maurício Leonor Fidalgo Pistola	Adido alínea d) do n.º 2 do art.º 173.º	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	04-04-15
Cap	Dent	(03410902)	Nicholas Andrew Fernandes	Supranumerário alínea e) do n.º 2 do art.º 174.º	Quadro art.º 172.º	24-04-15
Cap	AdMil	(12497103)	André Miguel Maroco Carvalho	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173.º	29-04-15

(Portaria 30abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que, os Sargentos abaixo designados, transitem de situação de ativo nos termos do artigo 171.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, para as situações e nas datas que para cada um se indicam:

Posto	A/S	NIM	Nome	Situação		Desde
				Anterior	Atual	
SMor	AdMil	(07052282)	José Manuel Henriques Moreira	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
SCh	AdMil	(09245683)	Manuel Claudino Pinto Machado	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15

SCh	Inf	(17561184) José Álvaro Duarte	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
SCh	AdMil	(12209285) Rui Manuel Costa Henriques	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
SAj	AdMil	(10096086) Armindo José Raminhos Queimado	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
SAj	Eng	(02815687) Fernando Bernardes Ribeiro Morgado	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
SAj	Inf	(06842188) José Augusto Rodrigues Correia	Adido alínea d) do n.º 2 do art.º 173.º	Quadro artº 172.º	29-01-15
SAj	AdMil	(05662787) António Janeiro Fialho	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
SAj	AdMil	(15584891) Elsa Maria de Barros Lopes	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
SAj	AdMil	(01971392) Rui Metelo Marques	Quadro art.º 172.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173	09-02-15
SAj	AdMil	(20550792) Dulce Margarida Benjamim Arruda	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
SAj	Med	(02349789) Maria Celeste da Cunha Vilarinho	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
1Sarg	Inf	(09324685) Higíno Fernando Neves Esteves	Quadro art.º 172.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173	19-01-15
1Sarg	Aman	(08975586) José Joaquim Gomes da Silva	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
1Sarg	AdMil	(33261393) Carlos Alberto Muacho Direitinho	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
1Sarg	AdMil	(37738293) Paulo Jorge Martins de Lima	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
1Sarg	AdMil	(22036993) Ricardo José Cordeiro Sobral	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
1Sarg	Eng	(27718492) Sérgio Paulo Fernandes do Carmo	Adido n.º 1 do art.º 173.º	Quadro artº 172.º	06-02-15
1Sarg	AdMil	(34392893) Luís António Gomes de Almeida	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15
1Sarg	Mat	(13784894) Luís Guilherme Dionísio Palma	Quadro art.º 172.º	Adido alínea a) do n.º 2 do art.º 173	02-02-15
1Sarg	Med	(16003001) Paulo Alexandre Casais Oliveira	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	07-01-15
1Sarg	AdMil	(09987400) Simão José Marques Campos	Quadro art.º 172.º	Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º	30-01-15

1Sarg Art (05002904) Ruben Miguel Pereira de Freitas Gonçalves Quadro art.º 172.º Adido alínea g) do n.º 2 do art.º 173.º 06-01-15

(Portaria 15abr15)

Passagem à situação de Reserva

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o MGen (09026475) **José de Jesus da Silva**, transite para a situação de reserva nos termos da alínea *a)* do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com a alínea *b)* do n.º 2 do artigo 84.º da Lei n.º 66-B/2012, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de outubro de 2013.

(Portaria n.º 739/14, 08nov13, DR, 2.ª série, n.º 178, 16set14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o MGen (10639478) **Aníbal Alves Flambô**, transite para a situação de reserva nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 154.º do EMFAR, conjugado com a alínea *b)* do n.º 2 do artigo 83.º da Lei n.º 83-C/2013, devendo ser considerado nesta situação desde 21 de julho de 2014.

(Portaria n.º 741/14, 26ago14, DR, 2.ª série, n.º 178, 16set14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o Cor Inf (07622981) **Jorge Manuel da Costa Ramos** transite para a situação de reserva nos termos da alínea *c)* do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com a alínea *b)* do n.º 2 do artigo 83.º da Lei n.º 83-C/2013, devendo ser considerado nesta situação desde 1 de julho de 2014.

(Portaria n.º 742/14, 26ago14, DR, 2.ª série, n.º 178, 16set14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o TCor Cav (01650784) **José Elísio Oliveira Gonçalves**, transite para a situação de reserva nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05, de 23 de setembro, conjugado com a alínea *e)* do n.º 2 do artigo 84.º da Lei n.º 66-B/2012, devendo ser considerado nesta situação desde 30 de outubro de 2013.

(Portaria n.º 738/14, 08nov13, DR, 2.ª série, n.º 178, 16set14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que o TCor Inf (00056185) **Paulo Jorge dos Santos Veloso**, transite para a situação de reserva nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23set, conjugado com a alínea *e)* do n.º 2 do artigo 83.º da Lei n.º 83-C/2013, devendo ser considerado nesta situação desde 18 de julho de 2014.

(Portaria n.º 740/14, 26ago14, DR, 2.ª série, n.º 178, 16set14)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que os Oficiais abaixo mencionados, transitem para a situação de reserva nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/2005, de 23 de setembro, conjugado com a alínea *d)* do n.º 2 do artigo 86.º da Lei n.º 82-B/2014, devendo ser considerados nesta situação na data que a cada um se indica:

Posto	A/S	NIM	Nome	Data reserva
Cor	Art	(00873182)	Mário Alberto Teixeira de Sousa	28-02-15
Cor	Vet	(04420490)	Carlos Augusto Gomes Barbosa da Penha Gonçalves	02-03-15
(Portaria n.º 227/15, 24mar15, DR, 2.ª série, n.º 74, 16abr15)				
TCor	Inf	(05017587)	Carlos Alberto da Costa Silva	31-01-15
TCor	Inf	(04420490)	Nuno Miguel Tavares Carreiro Martins Rodrigues	28-02-15
TCor	Inf	(16583686)	Paulo José de Sousa Teles Serra Pedro	02-03-15

(Portaria n.º 214/15, 24mar15, DR, 2.ª série, n.º 72, 14abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que os Sargentos abaixo mencionados, transitem para a situação de reserva nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 152.º do EMFAR, conjugado com o n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 166/05 de 23set, conjugado com a alínea *e)* do n.º 2 do artigo 83.º da Lei n.º 83-C/2013, devendo ser considerados nesta situação na data que a cada um se indica:

Posto	A/S	NIM	Nome	Data reserva
SCh	Inf	(09105681)	António Monteiro Magro	01-07-14
SAj	Vet	(19115490)	Vítor Manuel Rodrigues Pereira	01-07-14
SAj	Cav	(05451285)	José Manuel de Matos Gaspar Morais	18-07-14
SAj	Inf	(00029293)	João Pedro Conde Inácio	30-07-14

(Despacho n.º 11 563/14, 26ago14, DR, 2.ª série, n.º 178, 16set14)

Posto	A/S	NIM	Nome	Data reserva
SCh	Inf	(17582684)	Carlos dos Santos Morais	31-12-14
SCh	Tm	(16947785)	Eduardo José Alves Rodrigues de Moura	31-12-14
SCh	AdMil	(16886985)	Jorge Manuel Fernandes Ventura	31-12-14
SCh	AdMil	(13933184)	José Carlos Afonso Lopes	31-12-14
SCh	Mat	(12674085)	Hélder Manuel Coelho Marinho	31-12-14

(Despacho n.º 3 787/15, 21jan15, DR, 2.ª série, n.º 74, 16abr15)

Passagem à situação de Reforma

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército que os militares abaixo mencionados, transitem para a situação de reforma, nos termos da alínea *b)* do n.º 1 do artigo 159.º do EMFAR, conjugado com o Decreto-Lei n.º 166/05 de 23 de setembro, devendo ser considerados nesta situação desde as datas aí consignadas:

Posto	A/S	NIM	Nome	Data reforma
Cor	Inf	(16546683)	Francisco Henrique Silveira da Costa Abreu Melin	02-10-14
Cor	Inf	(09777973)	César Augusto Brás Martins	09-10-14
Cor	AdMil	(01116779)	Francisco Guerreiro Palma	15-10-14
Cor	Inf	(07566872)	Joaquim Manuel Carreto Cuba	24-10-14
Cor	Art	(08591279)	António Francisco Fialho Gorrão	30-10-14
TCor	Inf	(05125486)	Rogério Gonçalves da Costa Pereira	01-10-14
TCor	Cav	(04009488)	Paulo Jorge da Encarnação Mendes Barros	01-10-14
TCor	TManTm	(07530379)	António José das Neves	01-10-14
Maj	SGE	(00329478)	Antero Castelo Afonso	01-10-14
Maj	SGE	(09977180)	Francisco António Andrade Canuto	11-10-14

(Portaria n.º 255/15, 10fev15, DR, 2.ª série, n.º 85, 04mai15)

Posto	A/S	NIM	Nome	Data reforma
MGen		(19535072)	João António Esteves da Silva	21-02-15
Cor	Vet	(09221082)	José Luís Miguez Barroso	10-02-15
Cor	Inf	(01956583)	Fernando Jorge da Silva Correia	28-02-15
TCor	Inf	(17842480)	António Sérgio da Costa Santos	26-02-15
TCor	SGE	(04810878)	Joaquim Pereira Marques	28-02-15
Cap	SGE	(18285979)	Fernando José de Carvalho Fidalgo	28-02-15

(Portaria n.º 237/15, 20mar15, DR, 2.ª série, n.º 76, 20abr15)

III — COLOCAÇÕES, NOMEAÇÕES E EXONERAÇÕES**Colocações**

Manda S. Exa. o Chefe do Estado-Maior do Exército que, nos termos das NNCMQP, os militares das U/E/O abaixo designadas sejam colocados (as) nas U/E/O e nas datas que para cada um se indicam:

Posto	A/S	NIM	Nome	U/E/O		Data
				Anterior	Atual	Colocação
SMor	Inf	(08019082)	Manuel Flórido Nico da Silva Paixão	DD	CR LISBOA	20-01-15
SMor	Art	(14605284)	António Manuel Ramos Nascimento	RAAA1	ESE	21-01-15
SMor	Art	(04012283)	Mário José Ribas Rocha	ESE	ESSM	16-02-15
SCh	Mus	(14929885)	João Higinio Araújo Oliveira	UnAp/ZMM	UnAp/ZMA	12-01-15
SCh	Inf	(16824483)	Gaspar Manuel Leite Ribeiro de Moura	DARH	Cmd/BrigInt	06-01-15
SCh	Eng	(16017183)	Carlos Reis Pio	PMRE1	RE1	01-01-15
SCh	Mat	(03892785)	Fernando da Costa Branco	OGME	UAGME	26-01-15
SCh	Mat	(04530584)	João Manuel da Silva Pinto	RG3	Cmd/ZMM	21-01-15
SCh	Art	(05391384)	José Manuel Lopes Carvalho Gomes	CR Porto	DARH	05-01-15
SCh	Tm	(04252784)	Mário António Rodrigues Correia Pereira	PMRE1	RE1	01-01-15
SCh	Mat	(07077784)	António Manuel Lopes Alegre	EME	UnApAMAS	18-02-15
SCh	Eng	(00652885)	Jaime António Pereira de Aguiar	PMRE1	RE1	01-01-15
SCh	Corn/ /Clar	(02771785)	António Marques de Oliveira	UnApBrigInt	FanfEx	02-02-15
SCh	Inf	(11304285)	João Francisco Miranda da Costa	ESSM	UnApAMAS	14-01-15
SCh	Inf	(13330686)	Rui Sousa Correia da Silva	IO	EME	09-02-15
SCh	Mus	(09812785)	António Claudino Silva Dias	BE	OLE	22-01-15
SCh	Cav	(05139986)	Fernando Manuel Ferreira de Matos	DA	Nuc Prep RAME	02-02-15
SCh	Eng	(01803786)	José Augusto Dias Lourenço	PMRE1	RE1	01-01-15
SCh	AdMil	(00306486)	António Aurélio Gouveia Coelho	MM Suc Entroncamento	DMT	07-01-15
SCh	Farm	(10283386)	José Manuel Nunes Pires	LMPQF	LMSEV	09-02-15
SCh	Eng	(09997087)	José Manuel Rosa Ventura	PMRE1	RE1	01-01-15
SCh	Inf	(14944988)	Paulo Jorge Lourenço Nisa	UnAp/ZMM	RG3	19-01-15
SCh	Cav	(04700886)	António Luís Martins Bernardino	BAPSvc/ /BrigMec	Cmd/BrigMec	15-01-15
SAj	SGE	(07047186)	José Luís da Silva Domingos	DSP	RG2	09-02-15
SAj	AdMil	(12893787)	José Manuel Alves dos Santos	UALE	Cmd/BrigRR	01-01-15
SAj	Eng	(01307487)	Luís Manuel da Silva Carvalho dos Santos	DIE	RE1	05-01-15
SAj	Tm	(02295787)	Emílio Gouveia Miranda	CTm/BrigMec	Cmd/BrigMec	15-01-15
SAj	Eng	(15112486)	Mário Oliveira Gomes Ribeiro	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Eng	(07292088)	Miguel Lopes Ascensão	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Eng	(12061988)	José Carlos Amador Condesso	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Eng	(04386288)	João António Lucas Vilela	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Eng	(07477887)	João Paulo do Rosário Dias Branco	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Eng	(02888989)	António Manuel Queimado Ramos	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Mat	(15083889)	Manuel Fernandes Moraes	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Eng	(16995190)	António Alexandre da Silva Magno	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Mat	(03817690)	Luís Miguel da Conceição Esteves	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	AdMil	(02393590)	António Jorge Leal Gonçalves Ruivo	CTOE	CM	26-01-15

SAj	Inf	(07679990)	Alexandre Miguel dos Santos Ripado	RI1	CR Faro	09-02-15
SAj	Eng	(12784090)	Francisco José Brás de Oliveira	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Art	(09237691)	Manuel do Carmo Parreira Agostinho	GAC/BrigMec	Cmd/BrigMec	15-01-15
SAj	Inf	(01838092)	Hugo Miguel Ferreira de Oliveira Leitão	UALE	Cmd/BrigRR	02-02-15
SAj	Tm	(00938888)	Anette Marques	UnApBrigMec	BAPSvc/BrigMec	15-01-15
SAj	Art	(16496990)	Fernando Manuel da Graça Neves	Cmd/BrigRR	CR Ponta Delgada	23-02-15
SAj	Eng	(00756890)	Carlos Artur da Luz Diogo	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Tm	(18776492)	Cristiano Reis da Silva	CTm/BrigRR	Cmd/BrigRR	02-02-15
SAj	Eng	(10291092)	Pedro Filipe Araújo Gonçalves	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Eng	(00308091)	Álvaro Alexandre Oliveira Soares	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Eng	(04859492)	Fernando António Moreira Vieira Moutinho	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	AdMil	(12109791)	António Manuel Pires Dias	BAPSvc/ /BrigMec	UnApBrigMec	05-01-15
SAj	Eng	(16472591)	Vítor Manuel Nascimento da Costa	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Eng	(03734190)	Rui Manuel Silva Romão	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Eng	(03699192)	Fernando Manuel da Conceição Roberto	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Tm	(08547891)	Conceição Maria Figueiras Monteiro	Cmd/BrigMec	UnApBrigMec	15-01-15
SAj	Eng	(11736592)	Luís Filipe Lopes Inácio	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Mat	(00935993)	Ana Lúcia Vieira de Sousa	RE1	AgrSan	26-01-15
SAj	Eng	(04308691)	Rui Manuel Marçal Mendes	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Eng	(03848791)	Ângelo Pereira	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Eng	(13514091)	Luís Filipe do Nascimento Morgado	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Mat	(13906390)	Ricardo Manuel da Costa Silvério	PMRE1	RE1	01-01-15
SAj	Art	(04368391)	Miguel Bregeiro Salgueiro Atanásio	GAC/BrigMec	BAPSvc/BrigMec	15-01-15
1Sarg	Eng	(21831892)	Carlos Manuel Pereira Rodrigues	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	AdMil	(31526091)	Manuel António Moreira	1BIMec	UnApBrigMec	15-01-15
1Sarg	Eng	(06411592)	Luís Miguel Tavares de Jesus	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(35465692)	Paulo Jorge Serras Soares	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(21545892)	Rui Miguel Lopes Pissarreira	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(36754092)	Sérgio de Jesus Belo	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	AdMil	(23912493)	João Pedro Dias Vieira	EPM	DFin	18-02-15
1Sarg	AdMil	(06230494)	Vasco Filipe Lima Serra	RI15	EPM	25-02-15
1Sarg	Eng	(16547393)	Luís Fernando dos Santos Grilo de Sousa	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(21278793)	Nuno Miguel da Silva Lourenço	CEng/BrigMec	BAPSvc/BrigMec	15-01-15
1Sarg	Eng	(19166794)	Ricardo Gabriel Rodrigues Courinha	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Trans	(31921392)	José Adriano Costa Martins	AM	EME	23-01-15
1Sarg	Eng	(20691493)	César António Dias da Conceição	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Mat	(14634294)	António do Nascimento Bastos	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(20524791)	Joaquim Manuel Patrício	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(30743593)	Rui Miguel da Piedade Nunes	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(09632194)	Rui Manuel Marques Farinha	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(35780893)	Jorge Manuel Mogas Carvalho	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(37884991)	Nuno Rafael Geraldo de Moura	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(26500192)	Filipe Miguel Canada dos Santos	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Mat	(22182692)	João Manuel Reis Madureira	UnApAMAS	CM	12-01-15
1Sarg	Mat	(12689496)	Paulo Alexandre de Sousa Coutinho	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(27050593)	Jorge Manuel de Jesus Rocha	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Trans	(02220095)	Nuno Alexandre Andrade Stoffel Viseu	RTransp	EPS	02-02-15
1Sarg	Eng	(12500396)	Humberto de Jesus Camacho	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	AdMil	(15130597)	Jorge Alexandre Dias Rodrigues	OGFEP	UnAp/CmdPess	07-01-15
1Sarg	Mat	(08419096)	Diogo Falcão da Cruz	RG2	UnAp/ZMA	08-01-15
1Sarg	Eng	(10873298)	Nuno Miguel Pestana Oliveira	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Inf	(03657792)	José Filipe Dias de Castro	EME	GeoE	05-01-15
1Sarg	Inf	(02954499)	Ricardo Jorge Ferreira Carreira	1BIMec	BAPSvc/BrigMec	15-01-15

1Sarg	Eng	(05343199)	Sérgio Alexandre Ventura Lopes	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(13373796)	Pedro Simões Nunes	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(31523693)	Francisco Manuel Borges Caleiras	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Tm	(19939502)	Mário Bruno Monteiro Pinto	CTm/BrigRR	RI10	08-01-15
1Sarg	Art	(08763800)	Henrique António Pinto Pereira	BtrAAA/ /BrigMec	Cmd/BrigMec	15-01-15
1Sarg	Eng	(14341098)	Francisco André Correia Bicho	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Inf	(16993799)	Bruno Miguel Moreira da Silva	RI10	1BIMec	05-01-15
1Sarg	Eng	(02675301)	Edgar Noé Murteira Santos	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	AdMil	(02748400)	Sandra Cristina Azevedo Goncalves	DFin	DSP	26-02-15
1Sarg	Eng	(07443600)	Paulo Alexandre da Silva Goncalves	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Med	(04862498)	Carina da Costa Valente	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(06270903)	Filipe Manuel Miranda Laranjeira	CTC	RE3	05-01-15
1Sarg	Eng	(00474895)	Óscar Edgar de Abreu Caniço	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(15513202)	Filipe Miguel Melo Furtado	CEng/BrigMec	UnApBrigMec	15-01-15
1Sarg	Eng	(01318601)	José Maria Mendes Azeitona Serafim	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(14132801)	Hélder Alexandre Pereira Goncalves	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Trans	(02663202)	Edgardo José Moniz Lopes	EPS	RTransp	02-02-15
1Sarg	Eng	(03956400)	Roberto Carlos Carvalho de Vasconcelos	PMRE1	RE1	01-01-15
1Sarg	Eng	(10272405)	Marco José Flor Ramos	CEng/BrigMec	UnApBrigMec	15-01-15
2Sarg	Med	(14597504)	Paulo Alexandre de Almeida Marques	CS Evora	CSMil Coimbra	02-02-15
2Sarg	Eng	(08931405)	Tiago Alexandre Cabral Luz Arsénio	RE1	CTC	06-01-15
2Sarg	Eng	(17880304)	Miguel Alexandre Cortes Costa	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(01727206)	Luís Gabriel Alves Morte	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(13251904)	André Ferreira Ginó	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(04256609)	Jeremy Moreira Lima	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(00229102)	Pedro Miguel Morais Rodrigues	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(05304010)	Andreia Leopoldina Ferreira da Silva	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(01226502)	António Daniel Ferreira Soares	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(03918799)	Maria Teresa Almeida e Silva	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(08874704)	João Pedro Benvindo Lourenço	RE1	CEng/BrigMec	19-01-15
2Sarg	Eng	(00623902)	Adriana Isabel Pinto de Almeida	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(15351110)	Francisco Alexandre Coelho Inácio	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(07410404)	Marcelo Eduardo Torres Nunes	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(06815109)	Luís Manuel Lopes de Almeida	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(03137505)	Filipe Guilherme Duarte Silvano	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(13363109)	João Ricardo da Silva Sousa	PMRE1	RE1	01-01-15
2Sarg	Eng	(11117610)	Pedro Alexandre da Cunha Ribeiro	PMRE1	RE1	01-01-15

(Portaria 16abr15)

Manda S. Exa. o Chefe do Estado-Maior do Exército que, nos termos das NNCMQP, os militares das U/E/O abaixo designadas sejam colocados na UnAp/EME, a prestar serviço nas U/E/O e nas datas que para cada um se indicam:

Posto	A/S	NIM	Nome	U/E/O		Data Colocação
				Anterior	Atual	
SMor	AdMil	(07052282)	José Manuel Henriques Moreira	MM	MM, EPE	30-01-15
SCh	AdMil	(09245683)	Manuel Claudino Pinto Machado	MM	MM, EPE	30-01-15
SCh	Inf	(17561184)	José Álvaro Duarte	MM Lagos	MM, EPE	30-01-15
SCh	AdMil	(12209285)	Rui Manuel Costa Henriques	MM	MM, EPE	30-01-15
SAj	AdMil	(10096086)	Armindo José Raminhos Queimado	MM Suc Évora	MM, EPE	30-01-15
SAj	Eng	(02815687)	Fernando Bernardes Ribeiro Morgado	MM	MM, EPE	30-01-15
SAj	AdMil	(05662787)	António Janeiro Fialho	MM Funchal	MM, EPE	30-01-15

SAj	AdMil	(15584891)	Elsa Maria de Barros Lopes	MM Suc	MM, EPE	30-01-15
				Entroncamento		
SAj	AdMil	(01971392)	Rui Metelo Marques	DFin	EMGFA	09-02-15
SAj	AdMil	(20550792)	Dulce Margarida Benjamim Arruda	MM Ponta	MM, EPE	30-01-15
				Delgada		
SAj	Med	(02349789)	Maria Celeste da Cunha Vilarinho	MM	MM, EPE	30-01-15
1Sarg	Inf	(09324685)	Higino Fernando Neves Esteves	CTOE	EMGFA	19-01-15
1Sarg	Aman	(08975586)	José Joaquim Gomes da Silva	MM	MM, EPE	30-01-15
1Sarg	AdMil	(33261393)	Carlos Alberto Muacho Direitinho	MM Lagos	MM, EPE	30-01-15
1Sarg	AdMil	(37738293)	Paulo Jorge Martins de Lima	MM Suc Porto	MM, EPE	30-01-15
1Sarg	AdMil	(22036993)	Ricardo José Cordeiro Sobral	MM Suc Porto	MM, EPE	30-01-15
1Sarg	AdMil	(34392893)	Luís António Gomes de Almeida	Messe Oficiais	MM, EPE	30-01-15
				Porto		
1Sarg	Mat	(13784894)	Luís Guilherme Dionísio Palma	CME	EMGFA	02-02-15
1Sarg	Med	(16003001)	Paulo Alexandre Casais Oliveira	RG2	CASPD	07-01-15
1Sarg	AdMil	(09987400)	Simão José Marques Campos	MM Suc Porto	MM, EPE	30-01-15
1Sarg	Art	(05002904)	Ruben Miguel Pereira de Freitas	RAAA1	DGPRM	06-01-15
			Gonçalves			

(Portaria 15abr15)

Nomeações

1. Nos termos do disposto no artigo 4.º do estatuto dos militares nomeados para participarem em ações de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de dezembro e verificados os requisitos nele previsto, nomeio o TCor Inf (04030986) **João Alberto Nunes Silva**, por um período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com início a 24 de maio de 2015, no desempenho das funções de Diretor Técnico, residente, do Projeto 2 — Academia Militar «Marechal Samora Machel», inscrito no Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República de Moçambique.

2. De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de dezembro de 1998, publicada no *Diário da República* — 2.ª série de 28 de janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

06 de maio de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Despacho n.º 5 367/15, DR, 2.ª série, n.º 99, 22mai15)

1. Nos termos do disposto no artigo 4.º do estatuto dos militares nomeados para participarem em ações de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de dezembro e verificados os requisitos nele previsto, nomeio o TCor AdMil (16220986) **Fernando Jorge Eduardo Fialho Barnabé**, por um período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, com início a 26 de junho de 2015, no desempenho das funções de Chefe do NAL — Maputo, como residente, inscrito no Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República de Moçambique.

2. De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99 (2.ª série), de 30 de dezembro de 1998, publicada no *Diário da República* — 2.ª série de 28 de janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

06 de maio de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Despacho n.º 5 368/15, DR, 2.ª série, n.º 99, 22mai15)

1. Nos termos do disposto no artigo 4.º do estatuto dos militares nomeados para participarem em ações de cooperação técnico-militar concretizadas em território estrangeiro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 238/96, de 13 de dezembro e verificados os requisitos nele previsto, nomeio o Maj Eng (08479589)

Miguel Pires Rodrigues, com início a 30 de maio de 2015, no desempenho das funções de Diretor Técnico não residente do Projeto 3 — Pelotão de Engenharia Militar de Construções da República Democrática de São Tomé e Príncipe, inscrito no Programa-Quadro de Cooperação Técnico-Militar com a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

2. De acordo com o n.º 5 da Portaria n.º 87/99 (2ª série), de 30 de dezembro de 1998, publicada no *Diário da República* — 2.ª série de 28 de janeiro de 1999, o militar nomeado irá desempenhar funções em país da classe C.

06 de maio de 2015. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*.

(Despacho n.º 5 371/15, DR, 2.ª série, n.º 99, 22mai15)

IV — DECLARAÇÕES

Colocações e desempenho de funções na Situação da Reserva

Fim de funções

Maj SGE (18271779) **Manuel Pereira Moreno**, deixou de prestar serviço efetivo, na situação de reserva, no ArqGEx, em 30 de abril de 2015.

V — OBITUÁRIO

Faleceram os militares abaixo mencionados da SecApoio/RRRD:

2014

novembro 10 SAj Med (44018955) José Augusto Saraiva Caldeira.

2015

março	28	Cap	SGE	(52166211)	Dinis de Jesus Ferreira;
abril	01	Cap	SGE	(50904211)	Américo Vieira;
abril	02	SAj	SGE	(50123011)	José Tiago Marinho;
abril	03	SAj	Med	(51530111)	Eduardo Jorge da Cunha Luís;
abril	05	1Sarg	Inf	(50471111)	Leonel Dias Gonçalves;
abril	07	Cap	SGE	(50884111)	Joaquim Amaro da Silva;
abril	07	Cap	TManMat	(52578511)	Apolinário Joaquim Grilo;
abril	09	SMor	AdMil	(51190311)	Eduardo João Bandeiras;
abril	11	Cor	Inf	(50181511)	Álvaro Bastos Miranda;
abril	13	Cor	AdMil	(50078611)	Arnaldo Afonso de Almeida Antunes;
abril	18	Cor	Mat	(51476811)	Bruno Frische Centener Pereira de Castro;
abril	18	1Sarg	SGE	(51186911)	Fernando Pereira Domingos;
abril	19	TCor	SGE	(05862078)	Herculano Manuel Brito Pacheco;
abril	20	SMor	Mat	(50135311)	Raul Ribeiro Saldanha;
abril	22	Cap	TManMat	(50362911)	José Semedo Esteves;
abril	23	SAj	Mus	(51354211)	António Pinto Correia;
abril	23	CbAdj	SGE	(32124647)	Rodrigo Gregório;

abril	24	SAj	SGE	(52544511)	Joaquim Pereira dos Santos;
abril	28	SAj	Cav	(50693711)	António José Geraldes.

Faleceu o militar abaixo mencionado do CSMIE:

2015

maio	16	SAj	Inf	(05154098)	Vítor Carlos Gaspar Urze Duarte.
------	----	-----	-----	------------	----------------------------------

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

José Carlos Filipe Antunes Calçada, Tenente-General.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

SECÇÃO DE OE/DARH
ESTÁ CONFORME
O ORIGINAL

ORDEM DO EXÉRCITO

3.^a SÉRIE

N.º 05/31 DE MAIO DE 2015

Publica-se ao Exército o seguinte:

I — JUSTIÇA E DISCIPLINA

Condecorações

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º, e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha Cruz de São Jorge, 3.^a Classe, o Ten (13510301) **João da Silva Pedro**.

(Despacho n.º 4 122/15, DR, 2.^a série, n.º 80, 24abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, nos termos dos artigos 25.º, 26.º, 27.º, e 34.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, condecorar com a Medalha Cruz de São Jorge, 4.^a Classe, os seguintes militares em regime de contrato:

CbAdj (00790210) Ricardo José de Sousa Flores.

(Despacho n.º 4 193/15, DR, 2.^a série, n.º 81, 27abr15)

1Cb (03235509) André Micael Cabete da Silva.

(Despacho n.º 4 276/15, DR, 2.^a série, n.º 82, 28abr15)

Sold (17617511) Diogo Miguel Ramos Pires.

(Despacho n.º 4 191/15, DR, 2.^a série, n.º 81, 27abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército de 3.^a Classe, nos termos do artigo 27.º e n.º 3 do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro de 2002, por ter sido considerado ao abrigo do artigo 25.º do mesmo Decreto, os seguintes militares em regime de contrato:

Ten (09130104) Isabel Cristina Pereira Ribeiro;
Alf (13796402) Hélder Liboi.

(Despacho 17abr15)

Manda o Chefe do Estado-Maior do Exército, condecorar com a Medalha D. Afonso Henriques - Mérito do Exército, 3.ª Classe, por segundo parecer do Conselho Superior de Disciplina do Exército, ter sido considerado ao abrigo dos artigos 25.º, 26.º e alínea c) do n.º 1 do 27.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/02, de 27 de dezembro, os seguintes militares em regime de contrato:

Alf	(15512603)	Nuno José Santos Martins Gonçalves;
Alf	(18491204)	Fernando José Dias Pereira.

(Despacho 25mar15)

Condecorados com a Medalha de Comportamento Exemplar, Grau Cobre, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares em regime de contrato:

Ten	(19786201)	Arlindo Marques Lagoa;
Ten	(00264699)	Hugo de Carvalho Osório Ribeiro de Figueiredo;
Ten	(11406404)	Hélder Ribeiro Pires;
Ten	(09988404)	Timóteo Zacarias Duarte Ferreira;
Ten	(00722101)	Daniel Sousa Baptista;
Ten	(07131701)	Maik Isidoro Lopes;
Ten	(07141000)	Joana Rita de Sousa Marques da Silva;
Ten	(08422000)	Ricardo Jorge Barroso Pereira;
Ten	(03846400)	Joel Alexandre Martins Luís;
Ten	(07210103)	Ana da Conceição Sousa Pinheiro;
Ten	(05474799)	Joana Mónica da Silva Moutela;
Ten	(15623600)	Filipe de Almeida Neves;
Ten	(00933200)	Ana Carla Pereira da Silva Tinoco;
Ten	(00553399)	David José Inácio Nogueira;
Ten	(12287200)	Hélder Rafael dos Santos Moreira;
Ten	(09130104)	Isabel Cristina Pereira Ribeiro;
Ten	(01964401)	Patrícia Adriana Martins Ferreira;
Ten	(12088401)	Vítor Miguel Silva Gonçalves;
2Sarg	(18848705)	Bruno Alves Fernandes;
2Sarg	(01919003)	Bruna Vanessa Ferreira Sérgio;
2Sarg	(16023703)	André do Rosário Aleixo;
2Sarg	(01929902)	Filipa Alexandra Moiteiro Costa;
2Sarg	(18282806)	Bruno André Gonçalves Correia;
2Sarg	(04940803)	Francisco Miguel Rodrigues Pereira;
Furr	(09146905)	Bruno Miguel Demétrio Mota;
Furr	(10193210)	André Martinho Pereira Ferreira;
Furr	(12265105)	Daniela Andreia Gonçalves Leite;
Furr	(02705310)	Telma Sofia Silva Prata;
Furr	(16368009)	Mauro Ricardo de Jesus Mesquita;
Furr	(02546004)	Filipe Daniel Pereira Pinto;
Furr	(16494309)	Tiago Miguel Velasques Marujo;
Furr	(01048410)	Ricardo Jorge Barros Fernandes;
1Cb	(05760006)	Paulo Joel Sampaio Peixoto;
1Cb	(17723105)	Nélson Couto da Silva;
1Cb	(08719609)	Tiago André da Silva Baptista;
1Cb	(10307406)	Hugo Tiago Rodrigues Guerra Magalhães Monteiro;
1Cb	(02062809)	Cláudio Amaral Vida;
1Cb	(04303110)	António Artur Semá de Jesus Simões;
1Cb	(18524606)	Bruno Tiago Nunes Carvalho;
1Cb	(05228706)	Duarte Miguel Rodrigues Dias;

1Cb	(19740010)	José Renato Nascimento Agrela;
1Cb	(05048009)	Walrus Carneiro;
1Cb	(16819904)	Tiago Manuel Venerando dos Santos;
1Cb	(00776406)	Bruno Filipe dos Santos Rodrigues;
2Cb	(00994904)	Micael Cristiano Gomes Silvano;
Sold	(13334205)	David Filipe Morais Campilho;
Sold	(15504204)	Fábio André da Silva Aguiar;
Sold	(10050703)	Carlos André da Conceição Monteiro;
Sold	(04490006)	Daniel Filipe Antunes Marques;
Sold	(12463610)	Micaela de Jesus Sousa Nunes;
Sold	(17805702)	Filipe Manuel da Silva Figueiredo;
Sold	(13432309)	Marcelo Cardoso Santos Parada;
Sold	(02001610)	Mário Sérgio Neves Trindade;
Sold	(05341706)	Salete Moutinho Claro;
Sold	(09032804)	José Luís Ribeiro Gonçalves;
Sold	(09274910)	Cristiano Cordeiro Botelho;
Sold	(15500905)	Andreia Rafaela da Silva Rodrigues;
Sold	(04038309)	Bruno Miguel Alves Mendes Moura;
Sold	(07027809)	Pedro Miguel de Aquino Morais;
Sold	(14335209)	Ivone Catarina Leite Martins;
Sold	(10178206)	Luciano Fernando Alves Pereira;
Sold	(18764406)	Tiago Daniel Faria Carvalho;
Sold	(00347309)	Paulo José da Silva Rocha;
Sold	(16922609)	Patrício Manuel Gonçalves Valente Santos;
Sold	(01250510)	Joaquim Armando Sousa Carneiro;
Sold	(12574906)	Débora Patrícia Ferreira;
Sold	(01375709)	Patrícia Isabel de Oliveira Fernandes;
Sold	(15003010)	Marta Cristina Santos Ribeiro;
Sold	(14888710)	Maria das Dores Faria Moreira;
Sold	(03839310)	Leandro Emanuel Oliveira Sousa;
Sold	(02437609)	Paulo Sérgio Lopes Ribeiro;
Sold	(10099105)	Vítor Micael Lima de Sousa;
Sold	(13050705)	Aniceto Joaquim Lopes Pinto;
Sold	(12122806)	Carlos Manuel Pereira Lopes;
Sold	(08031005)	Tiago Manuel Gomes Pimenta;
Sold	(01400910)	Tiago Alexandre Costa;
Sold	(01741809)	Hélder Filipe Pereira dos Santos;
Sold	(02511909)	Luís Miguel Henriques Cardoso;
Sold	(09073906)	Pedro Miguel Victorino Ratinho;
Sold	(19309806)	César Herculano de Abreu Vasconcelos;
Sold	(03566302)	Margarida Pita Gomes;
Sold	(09131904)	Pedro André Freitas Brito;
Sold	(19708505)	Bruno Lopes e Silva;
Sold	(02361605)	André Filipe Teixeira Alves;
Sold	(16774006)	Carlos Leonel Abreu Tavares;
Sold	(15766010)	Marlene Soutulho Coelho Alves;
Sold	(18171803)	Márcio Samuel Cunha Maia;
Sold	(06243909)	Solange Moreira Gomes Furtado;
Sold	(07999510)	Eduardo Miguel Ventura Ferreira.

(Despacho 08abr15)

Ten	(18081800)	Valter Manuel Ferreira Gonçalves;
Ten	(07442000)	Carmina Ermelinda Gomes;
Ten	(03938598)	Cláudia Suzana Martins Mendes;
Ten	(11498800)	Bruno Manuel Gonçalves Calado Simões;
Ten	(13510301)	João da Silva Pedro;

Ten	(04315102)	Rui Daniel de Carvalho Martins;
Ten	(16356402)	Alexandre Nunes Ferreira;
Ten	(03087499)	Andreia Clara de Sousa Oliveira;
Ten	(01470300)	Catarina Isabel Duarte Amaro;
Ten	(01490502)	José Carlos Festas Rodrigues de Azevedo;
Ten	(06260199)	Rui Emerson Curado Glória;
Ten	(00404504)	Carlos Miguel Marinho Pinto Ferreira;
2Sarg	(09687709)	Gonçalo Fernandes Barata;
2Sarg	(10833104)	Jorge Alberto Cadavez Pacheco Capucho Ferreira;
2Sarg	(06058503)	Liliana Filipa Batista Parracho Fernandes;
2Sarg	(13012302)	Hugo Manuel Rodrigues Maia;
2Sarg	(06453606)	Tiago Gomes Ribeiro Corvo;
Furr	(08476603)	António Luís Abel Beco Pereira Campos;
Furr	(11494505)	Andrea Filipa da Silva Afonso;
Furr	(06082105)	Lina Margarida Fidal Eugénio;
CbAdj	(15960006)	José Roberto Figueira Fernandes Araújo;
CbAdj	(07513909)	Ricardo Jorge da Silva Marques;
CbAdj	(15913606)	Luís Filipe Serdeira Felício;
CbAdj	(14902809)	Pedro Miguel Moreira de Carvalho;
CbAdj	(05289802)	Leandro Edgar Vilhena Fonseca;
CbAdj	(02154306)	Sérgio Daniel Cruz Pinto;
1Cb	(03281902)	Hugo Miguel Valentim Barata;
1Cb	(01033009)	João Paulo Matos Horta;
1Cb	(14636810)	João Filipe Gonçalves Pocinho;
1Cb	(03975109)	Marcelino Mateo Jardim de Jesus;
1Cb	(08854309)	Helena Isabel Gonçalves Mota;
1Cb	(05552710)	Vítor Manuel Dias da Silveira;
1Cb	(10009509)	Fábio Alexandre Bombico Pitadas;
1Cb	(19306605)	José Manuel Ferreira Barbosa;
1Cb	(01328510)	Marisa Manuela Pedrosa Moita Neves;
1Cb	(03860005)	João Miguel Botete Rocha;
1Cb	(14832310)	Diogo Micael Gonçalves Caixeiro;
1Cb	(11107111)	João Pedro Rego Vital;
1Cb	(13494003)	Fábio Alexandre Silva;
1Cb	(03140210)	Guilherme José Belo de Almeida;
1Cb	(14509105)	Filipe José Martins Simão;
1Cb	(14934509)	Samuel Filipe Mendonça Almeida;
1Cb	(13670309)	David Alberto Ferreira Fonseca;
1Cb	(09646706)	Cristiano André Oliveira Sá;
1Cb	(04370806)	Fábio Filipe Gonçalves Correia;
1Cb	(11426206)	Diana Marina da Silva Monteiro;
1Cb	(05923106)	Hugo Emanuel Marques Cerveira;
1Cb	(12465410)	Ana Filipa Azevedo Santos;
1Cb	(14353801)	Dário da Silva Oliveira Amaro;
1Cb	(18427303)	Tânia Maria de Melo Pereira de Sousa;
1Cb	(01512506)	Fernando Jorge dos Santos Silva Dias;
1Cb	(05150706)	José Gregório Abreu Faria;
1Cb	(09027905)	Manuel André Gomes Nóbrega;
1Cb	(11447910)	Cândida Vieira Caires;
1Cb	(17928209)	José Duarte Nóbrega Correia;
1Cb	(13429906)	José André Jardim Alves;
1Cb	(06569509)	José Armando Abreu Salgado;
1Cb	(05824910)	José Lopes Dias;
1Cb	(06476310)	André Filipe Lourenço Dias;
1Cb	(16176210)	Vítor Emanuel dos Santos Campos;

1Cb	(05008610)	Filipe Alexandre Veiga Urbano;
1Cb	(14871509)	Ricardo Francisco Cardoso Lopes;
1Cb	(09959405)	Domingos Alexandre Oliveira da Silva Pinto;
2Cb	(14590711)	Tiago Filipe da Costa Furtado;
2Cb	(15633111)	José Norberto Freitas Sá;
2Cb	(12453404)	João Edgar Lemos Oliveira;
2Cb	(08783006)	Sílvia Antunes Gonçalves;
Sold	(05495409)	Ludovic Jeremie Garcia Videira;
Sold	(16574006)	Vanda Cristina Lima de Oliveira;
Sold	(06441606)	João Paulo do Nascimento Roneberg;
Sold	(16208409)	Ana Filipa Nogueira Leite;
Sold	(09066510)	Cláudio Floriano de Jesus Quintal;
Sold	(01987710)	Élvio Bruno Leça Silva;
Sold	(08040110)	João Paulo Jardim Pereira;
Sold	(08184106)	Rúben Adriano Camacho Rodrigues;
Sold	(13234109)	Paulo Jorge Moniz Rebelo;
Sold	(04887006)	Renato Emanuel Clementino Amaral;
Sold	(09337010)	Alexis Amilcar Fernandes Gonçalves;
Sold	(13571610)	Alberto Filipe Vieira Carmo;
Sold	(05844211)	João Francisco Ramalho Mendes;
Sold	(01706806)	Nélio Manuel Ribeiro Lopes;
Sold	(07063309)	Nelson Diogo Silva Azevedo;
Sold	(04337906)	Ana Catarina Paulino dos Santos Pina;
Sold	(19077705)	Carlos Filipe Ferreira Lopes;
Sold	(13611904)	Telmo André Abílio Costa;
Sold	(08499506)	Ana Duarte Alves Marques Simões;
Sold	(00909102)	Carla de Jesus Neves;
Sold	(17034706)	César Daniel Formiga Ferreira Tomaz Luís;
Sold	(09775609)	Wilson Miguel Egídio;
Sold	(12082005)	Elson Filipe Cordeiro Botelho;
Sold	(07968009)	Ana Filipa Rodrigues da Cruz;
Sold	(03087309)	Fábio Emanuel Veiga Fernandes;
Sold	(06956309)	Carlos Alberto Freitas Pires dos Santos;
Sold	(17961909)	Susana de Fátima Medeiros Botelho;
Sold	(19703806)	Ana Carolina Oliveira Moniz Vieira;
Sold	(15173510)	Pedro Ricardo Rabaça Vasconcelos;
Sold	(09699506)	Carlos André da Silva Simão;
Sold	(10160809)	Tiago Daniel Oliveira Silva;
Sold	(16176005)	Daniel Milton Martins;
Sold	(15087611)	Diogo José Nunes Paiva;
Sold	(05552010)	Rui Alexandre Marques Rebelo da Silva;
Sold	(11227610)	Mickael Adriano Tiago Trigo;
Sold	(17880710)	José Filipe Pereira Lopes;
Sold	(01291509)	Valter Gabriel Pires Brás;
Sold	(08552310)	Fábio Daniel Nunes Ribeiro;
Sold	(13922305)	Marisa Alexandra Martins Estudante;
Sold	(06496106)	João Pedro Ribeiro Torres;
Sold	(08135110)	Águeda Sofia Salgado Rodrigues;
Sold	(09607605)	Rúben Manuel Teixeira de Bastos;
Sold	(02647105)	António Manuel de Sousa Correia;
Sold	(14403609)	Liliana Regina Pestana da Silva;
Sold	(16562104)	Rómulo Miguel Freitas Faria;
Sold	(19768609)	Jorge Cristiano Melim Moniz;
Sold	(13233306)	Sara Daniela Ferreira Lemos.

Condecorado com a Medalha dos Feridos em Campanha, por despacho de S. Exa. o Ministro da Defesa Nacional, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o seguinte militar:

Ex Sold (01864771) Benjamim Magalhães Andrade.

(Despacho 20mar15)

Condecorados com a Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares:

Ex Alf	(16421371)	Sebastião Manuel da Quinta Coelho	“Angola 1974-75”;
Ex 2Sarg	(07629764)	José António Lebreiro	“Moçambique 1966-68”;
Ex Furr	(01898669)	João José Trindade Zeferino	“Guiné 1970-71”;
Ex Furr	(04162064)	Jorge da Conceição Feliciano	“Guiné 1966-68”;
Ex Furr	(17378872)	Odílio da Graça Vargues Valente	“Moçambique 1972-74”;
Ex Furr	(00018467)	Florêncio Pereira Vargues	“Moçambique 1969-71”;
Ex Furr	(18372274)	António Furtado Rodrigues	“Angola 1974”;
Ex 1Cb	(60260063)	Manuel António Sampaio	“Angola 1963-67”;
Ex 1Cb	(08849873)	Bernardo Bastos da Cruz	“Moçambique 1974-75”;
Ex 1Cb	(07398464)	Fernando do Rosário António	“Guiné 1966-68”;
Ex 1Cb	(09608367)	Joaquim Luís Antunes	“Guiné 1968-70”;
Ex 1Cb	(15979572)	Joaquim de Oliveira Moutinho	“Guiné 1973-74”;
Ex 1Cb	(02329767)	António Joaquim Antunes	“Angola 1967-70”;
Ex 1Cb	(01370063)	Óscar Nogueira	“Moçambique 1963-66”;
Ex 1Cb	(08736564)	Carlos Alberto Amélia Tação	“Angola 1964-67”;
Ex Sold	(00803267)	Armando Brandão de Carvalho	“Guiné 1967-69”;
Ex Sold	(38703660)	Francisco Ramos de Sá	“Guiné 1961-63”;
Ex Sold	(09795367)	Manuel Delgado da Silva	“Angola 1968-70”;
Ex Sold	(46289862)	António Joaquim	“Angola 1963”;
Ex Sold	(38773160)	Felisberto de Faria Carvalhal	“Índia 1961-62”;
Ex Sold	(14129273)	Arménio Agostinho Pereira Mestre	“Guiné 1974”;
Ex Sold	(36555162)	António da Costa Amorim	“Moçambique 1963-65”;
Ex Sold	(03973265)	Manuel Cavaco Matias	“Moçambique 1965-67”;
Ex Sold	(34000958)	Ernesto da Conceição Arez	“Índia 1959-61”;
Ex Sold	(61254573)	Mário José Figueiredo Saraiva	“Angola 1973-75”;
Ex Sold	(03430873)	Manuel da Graça Lopes Soares	“Guiné 1973-74”;
Ex Sold	(02473865)	João Manuel de Jesus Pesquinha	“Moçambique 1966-68”;
Ex Sold	(04299067)	José Joaquim da Silva Almeida	“Guiné 1968-69”;
Ex Sold	(09756066)	Manuel David de Jesus Miraldo	“Angola 1967-69”;
Ex Sold	(04542764)	Gonçalo Francisco da Costa Simões	“Moçambique 1965-67”;
Ex Sold	(06047463)	Francisco Póvoa da Silva	“Moçambique 1963-66”;
Ex Sold	(07219864)	Luís Filipe	“Angola 1965-67”.

(Despacho 15abr15)

Ex 2Sarg	(08110866)	João Pereira Coutinho de Almeida Lopes	“Angola 1968-70”;
Ex 2Sarg	(08298463)	Joaquim Moreira Alves	“Angola 1964-66”;
Ex Furr	(12939472)	Fernando Manuel Maia de Freitas Rosa	“Moçambique 1974-75”;
Ex 1Cb	(31617362)	Manuel Ferreira Gomes	“Angola 1962-64”;
Ex 1Cb	(46374361)	José Freixo Rijo	“Angola 1963-65”;
Ex 1Cb	(19698068)	Olímpio da Palma Domingos	“Angola 1969-71”;

Ex 1Cb	(03118571)	António Alberto Pacheco de Almeida	“Angola 1971-73”;
Ex 1Cb	(08306864)	Arnaldo Amora Chora	“Angola 1965-67”;
Ex Sold	(60996867)	António Lopes	“Angola 1967-71”;
Ex Sold	(70205068)	Armando Cardoso Martins	“Moçambique 1968-71”;
Ex Sold	(08112367)	António Araújo Cunha	“Moçambique 1968-70”;
Ex Sold	(08227868)	Aurélio de Costa e Sá	“Angola 1969-71”;
Ex Sold	(05329767)	Horácio Sá Cruz	“Moçambique 1968-70”;
Ex Sold	(02349167)	Manuel da Costa Azevedo	“Angola 1967-69”;
Ex Sold	(07880564)	Joaquim do Couto Marques	“Angola 1965-67”;
Ex Sold	(08580164)	Albino dos Santos Valentim	“Angola 1965-67”;
Ex Sold	(02873765)	António Manuel Virgínio Raposo	“Guiné 1965-67”;
Ex Sold	(02967567)	Ivo Manuel Canceira	“Angola 1967-70”;
Ex Sold	(45087259)	José Cabrito Vaz	“Moçambique 1961-63”;
Ex Sold	(14449273)	António Revez Madeira	“Angola 1974-75”;
Ex Sold	(14573169)	José Brito Fonseca	“Angola 1970-72”;
Ex Sold	(13452572)	António Simões Loureiro	“Angola 1973-75”;
Ex Sold	(16641872)	Armando Ribeiro Magalhães	“Moçambique 1973-74”;
Ex Sold	(02686272)	António Ferreira	“Guiné 1973-74”.

(Despacho 09mai15)

Condecorado com a Nova Passadeira da Medalha Comemorativa das Campanhas, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, o seguinte militar em regime de contrato:

Ex 1Cb (46374361) José Freixo Rijo “Guiné 1966-67”.

(Despacho 09mai15)

Condecorados com a Medalha Comemorativa de Comissões de Serviço Especiais, por despacho do Major-General Diretor de Justiça e Disciplina, no âmbito da delegação de competências, da data que se indica e em conformidade com as disposições do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, promulgado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de dezembro, os seguintes militares em regime de contrato:

Ex 2Sarg	(01059374)	José de Meireles Teixeira Alves	“Angola 1975”;
Ex Furr	(18372274)	António Furtado Rodrigues	“Moçambique 1974-75”;
2Cb	(07643010)	Paulo Jorge Rodrigues Pais	“Afeganistão 2012-13”;
Ex Sold	(04843274)	Manuel dos Santos Mendonça	“Angola 1974-75”.

(Despacho 15abr15)

Louvores

Louvo o Ten (13510301) **João da Silva Pedro**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho, espírito de missão e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Jurista, no Gabinete do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, desde março de 2014.

Oficial de esmerada educação e multifacetado, destacou-se pela elevada qualidade do trabalho apresentado, pela forma expedita como o realizou e pela permanente ajuda prestada à sua chefia direta nas várias solicitações de serviço. Dotado de exemplar sentido de responsabilidade e sólidos conhecimentos técnico-profissionais, o Tenente Silva Pedro revelou-se um elemento de grande valor na assessoria jurídica à atividade do Estado-Maior-General das Forças Armadas em diversas matérias sobre as quais apresentou o seu parecer.

Num ambiente de extrema exigência, decorrente da realocação das instalações do Comando Operacional Conjunto, para o Reduto Gomes Freire, em Oeiras e da integração efetiva do Hospital das Forças Armadas, no Estado-Maior-General das Forças Armadas, que inclui um plano de expansão de infraestruturas, destaca-se a ação do Tenente Silva Pedro de assessoria jurídica em matéria de contratação pública, integrando o júri de vários procedimentos pré-contratuais públicos (aquisição de serviços e empreitadas de obras públicas) e participando na elaboração de peças procedimentais e na resposta a um vasto conjunto de questões e esclarecimentos junto de entidades internas e externas a este Estado-Maior-General no âmbito desses procedimentos, bem como em matérias referentes à fase de execução de contratos públicos.

Sublinha-se, ainda, o empenho do Tenente Silva Pedro que, associado a uma inteligência versátil e a uma invulgar capacidade negocial, permitiu a defesa das posições deste Estado-Maior-General, incluindo em reuniões de trabalho com a participação de entidades externas.

É igualmente de salientar, a relevância do seu parecer em matéria disciplinar, produzindo fundamentadas propostas de decisão, incluindo de recursos hierárquicos dirigidos ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, fruto da sua vasta experiência profissional nesta área.

Oficial íntegro e dedicado, que pauta a sua conduta por elevados padrões de abnegação e vontade de bem servir, o Tenente Silva Pedro demonstrou sempre um excelente espírito de camaradagem e sentido de entreajuda, merecendo a empatia e respeito de todas aquelas com quem lidou, pelo seu trato fácil e irrepreensível.

Pelo exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes profissionais, militares e técnicas de que o Tenente Silva Pedro é detentor, pautando a sua conduta pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, abnegação, competência e elevado espírito de missão, que em muito contribuíram para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

19 de março de 2015. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 155/15, DR, 2.ª série, n.º 79, 23abr15)

Louvo o 1Cb (03235509) **André Micael Cabete da Silva**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Condutor/Quarteleiro da Companhia, do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado (1BIMec), quando integrou a Força Nacional Destacada (FND) — *KFOR Tactical Reserve Manoeuvre Battalion (KTM)* — no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre abril e outubro de 2014.

O Militar cumpriu com elevado zelo, aptidão e entusiasmo as tarefas que lhe foram atribuídas e resolveu os diferentes problemas com que se deparou, tendo confirmado e ampliado as boas referências anteriores.

Como condutor do Comandante de Companhia foi sempre uma referência pelo cuidado, perícia e bom senso que colocou em todos os momentos na sua condução, tranquilizando o seu Comandante para as questões táticas. Destaque para esta conduta na operação “*KTM SKYFALL OPERATION*”, onde o trânsito estava particularmente caótico, e a dicotomia velocidade/segurança foi salvaguarda com a destreza necessária.

Acumulou ainda a função de quarteleiro, constituindo-se num precioso auxiliar no controlo e manutenção do material, evitando avarias e antecipando soluções, para que este se mantivesse operacional, mesmo em condições de utilização contínua. Participou ativamente nas atividades do âmbito do moral e bem-estar, evidenciando sua camaradagem, união, espírito de corpo e boa disposição, valores e práticas essenciais para a coesão e desempenho da Companhia e Batalhão.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excecionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o 1Cb Cabete da Silva como sendo um Militar de elevada craveira, que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de caráter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação, obediência, e competência profissional é digno de que os serviços por si prestados sejam considerados relevantes e de elevado mérito, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

01 de dezembro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 169/15, DR, 2.ª série, n.º 82, 28abr15)

Louvo o Sold (19648105) **André Filipe Barbosa Correia**, pela elevada competência técnico-profissional, extraordinário desempenho e relevantes qualidades pessoais demonstradas no cumprimento das funções de Atirador da 2.ª Companhia de Atiradores Mecanizada, do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado, quando integrou a Força Nacional Destacada (FND) — KFOR *Tactical Reserve Manoeuvre Battalion* (KTM) — no Teatro de Operações (TO) do Kosovo, entre abril e outubro de 2014.

O Militar demonstrou uma grande aptidão, zelo e entusiasmo com que encarou as tarefas que lhe foram atribuídas e resolveu os diferentes problemas com que se deparou, sendo bastante eficiente, tendo confirmado e ampliado as boas referências anteriores.

Como condutor da Viatura Blindada de Rodas CHAIMATE foi uma referência pelo cuidado, perícia e bom senso empregue na operação de retração das viaturas do TO para Portugal “KTM CHAIMATE REDEPLOYMENT”. Com esta conduta conseguiu dirimir o risco da manobra de colocação das viaturas em contentores, associado aos poucos momentos de condução, tranquilizando desta forma os seus Comandantes para questões de segurança.

Como Atirador destacou-se pelo rigor e aprumo manifestamente evidente na execução de patrulhas e na forma afável como contactava com a população local, angariando assim a consideração e estima pelas forças portuguesas. A desmedida vontade em adquirir conhecimentos, em especial nas matérias que não são da sua área de formação, permitiu-lhe cumprir tarefas além daquelas que são expectáveis, nomeadamente na ausência do seu comandante de Secção.

Face ao anteriormente exposto, é de toda a justiça reconhecer publicamente as excepcionais qualidades e virtudes militares e pessoais que creditam o Soldado Barbosa Correia como sendo um Militar de elevada craveira, que pautou sempre a sua atuação pela afirmação constante de elevados dotes de carácter, em que se relevam a lealdade, o espírito de sacrifício, a abnegação, obediência, e competência profissional é digno de que os serviços por si prestados sejam considerados relevantes e de elevado mérito, contribuindo significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

01 de dezembro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, *Artur Pina Monteiro*, General.

(Louvor n.º 159/15, DR, 2.ª série, n.º 81, 27abr15)

II — MUDANÇAS DE SITUAÇÕES

Ingressos em regime de contrato

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 17 de abril de 2015, ingressar na categoria de Oficial, em Regime de Contrato, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 296.º e da alínea *a*) do artigo 304.º, ambos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003 de 30 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 40.º da Lei 82-B/2014 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015), com o posto de Aspirante a Oficial, os militares abaixo indicados:

Posto	NIM	Nome	Especialidade	Clas. Final
				Valores
Asp Grad	(15956512)	Pedro Filipe Teixeira Ribeiro	“602 Administração e Finanças”	16,25
Asp Grad	(11243206)	Micael Rodrigues Calva	“602 Administração e Finanças”	16,24
Asp Grad	(12964412)	Juliana Pascoal Jorge	“602 Administração e Finanças”	16,18
Asp Grad	(07796009)	Bruno Miguel Monteiro dos Reis Ramalho	“602 Administração e Finanças”	15,22
Asp Grad	(16986104)	Wassath Kylwange Silva Diouf	“602 Administração e Finanças”	13,88

2 — Os supracitados militares concluíram com aproveitamento o 1.º Curso de Formação de Oficiais 2014, inserido no Plano de Incorporações para 2014, atento o despacho de 21 de agosto de 2014 de S. Exa. a Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional, cumprindo-se assim, o requerido no artigo 67.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro de 2013 — Lei do Orçamento do Estado para 2014.

3 — Contam a antiguidade no posto de Aspirante a Oficial desde 10 de fevereiro de 2015, mantendo a atual situação remuneratória.

4 — Ficam inscritos na escala de antiguidade nos termos do n.º 4 do artigo 296.º do EMFAR.

22 de abril de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 248/15, DR, 2.ª série, n.º 83, 29abr15)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 30 de abril de 2015, ingressar na categoria de Oficial, em Regime de Contrato, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 296.º e da alínea *a*) do artigo 304.º, ambos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003 de 30 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 40.º da Lei 82-B/2014 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015), com o posto de Aspirante a Oficial, os militares abaixo indicados:

Posto	NIM	Nome	Especialidade	Clas. Final	Antiguidade
Valores					
Asp Grad	(19732006)	José Manuel Barbosa Pinto	“031 Atirador”	16,62	09-02-15
Asp Grad	(17776011)	Pedro José Almeida Ferreira	“031 Atirador”	17,49	10-02-15
Asp Grad	(05316605)	Ricardo Jorge de Jesus Pereira	“031 Atirador”	15,99	10-02-15

2 — Os supracitados militares concluíram com aproveitamento o 1.º Curso de Formação de Oficiais 2014, inserido no Plano de Incorporações para 2014, atento o despacho de 21 de agosto de 2014 de S. Exa. a Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional, cumprindo-se assim, o requerido no artigo 67.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro de 2013 — Lei do Orçamento do Estado para 2014.

3 — Ficam inscritos na escala de antiguidade nos termos do n.º 4 do artigo 296.º do EMFAR.

05 de maio de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 269/15, DR, 2.ª série, n.º 90, 11mai15)

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 30 de abril de 2015, ingressar na categoria de Oficial, em Regime de Contrato, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 296.º e da alínea *a*) do artigo 304.º, ambos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003 de 30 de agosto, conjugado com o n.º 2 do artigo 40.º da Lei 82-B/2014 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2015), com o posto de Aspirante a Oficial, os militares abaixo indicados:

Posto	NIM	Nome	Especialidade	Clas. Final
Valores				
Asp Grad	(15203809)	Soraia Patrícia Cardoso Costa	“377 Sapador de Engenharia”	16,72
Asp Grad	(04378304)	Pedro Miguel de Carvalho Sequeira	“377 Sapador de Engenharia”	16,28

2 — Os supracitados militares concluíram com aproveitamento o 1.º Curso de Formação de Oficiais 2014, inserido no Plano de Incorporações para 2014, atento o Despacho de 21 de agosto de 2014 de S. Exa. a Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional, cumprindo-se assim, o requerido no artigo 67.º da Lei 83-C/2013, de 31 de dezembro de 2013 — Lei do Orçamento do Estado para 2014.

3 — Contam a antiguidade no posto de Aspirante a Oficial desde 10 de fevereiro de 2015, mantendo a atual situação remuneratória.

4 — Ficam inscritos na escala de antiguidade nos termos do n.º 4 do artigo 296.º do EMFAR.

05 de maio de 2015. — O Chefe da Repartição, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 270/15, DR, 2.ª série, n.º 90, 11mai15)

1 — Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-General DARH, após subdelegação do Exmo. Tenente-General Ajudante-General do Exército, neste delegados por S. Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército e no estrito cumprimento do despacho de S. Exa. a Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional, de 27 de novembro de 2013, que autoriza o Plano de Incorporações para 2014, conjugado com o despacho n.º 166/14/MEF, de 8 de agosto de 2014, de S. Exa. a Ministra de Estado e das Finanças, verificando-se assim, o requerido na alínea c) do n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, ingressam na categoria de Sargentos, em Regime de Contrato, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 296.º e da alínea b) do artigo 304.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, no posto de Segundo-Furriel, em 9 de fevereiro de 2015, os militares a seguir indicados:

Posto	Esp	NIM	Nome
2Furr	Grad At	(16426713)	António Miguel Ribeiro Moreira;
2Furr	Grad At	(11346009)	Paulo Alexandre Castro Fernandes.

2 — Os militares supracitados contam a antiguidade no novo posto desde 9 de fevereiro de 2015, data a partir da qual têm direito ao vencimento, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

23 de abril de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 4 420/15, DR, 2.ª série, n.º 85, 04mai15)

1 — Ao abrigo dos poderes que me foram subdelegados pelo Exmo. Major-General DARH, após subdelegação do Exmo. Tenente-General Ajudante-General do Exército, neste delegados por S. Exa. o General Chefe do Estado-Maior do Exército e no estrito cumprimento do despacho de S. Exa. a Secretária de Estado Adjunta da Defesa Nacional, de 27 de novembro de 2013, que autoriza o Plano de Incorporações para 2014, conjugado com o despacho n.º 166/14/MEF, de 8 de agosto de 2014, de S. Exa. a Ministra de Estado e das Finanças, verificando-se assim, o requerido na alínea c) do n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, ingressam na categoria de Sargentos, em Regime de Contrato, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 296.º e da alínea b) do artigo 304.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de agosto, no posto de Segundo-Furriel, em 10 de fevereiro de 2015, os militares a seguir indicados:

Posto	Esp	NIM	Nome
2Furr	Grad	E SAP Eng (16979510)	Paulo Ricardo Tavares Nunes;
2Furr	Grad	E SAP Eng (13834612)	Filipe Salvador Silva;
2Furr	Grad	E SAP Eng (01443604)	Maria Alice dos Santos Silva;
2Furr	Grad	E SAP Eng (04802711)	Joana Maria Marinho de Sousa;
2Furr	Grad	E SAP Eng (18034910)	Simão Pedro Rios Vieira Herdeiro;
2Furr	Grad	PE (14816314)	João Luís Filipe Mendes;
2Furr	Grad	PE (17865115)	Sara Marlene Rocha Almeida;
2Furr	Grad	PE (12565511)	José Ricardo Mendes Faria;
2Furr	Grad	PE (09663814)	Wilson Adelino Cabral da Veiga;
2Furr	Grad	PE (07636811)	Tiago Henrique Rodrigues Coelho;
2Furr	Grad	PE (11526009)	Frederico Salvado Pessoa e Costa;
2Furr	Grad	At (11249911)	Octávio Carlos Portugal Mota Ribeiro;

2Furr	Grad	At	(13917414)	Márcio Filipe Moreira Gonçalves;
2Furr	Grad	At	(08198609)	João Pedro Ferreira e Silva;
2Furr	Grad	At	(03571513)	Pedro Daniel Cunha Barbosa;
2Furr	Grad	At	(12435212)	Gonçalo Nuno Areias Bessa Martins;
2Furr	Grad	Para	(17412906)	Ruben Tiago Santos Ferreira;
2Furr	Grad	Para	(00160913)	Eusébio Filipe Miranda Oliveira;
2Furr	Grad	Para	(01575711)	Nuno Rafael Dias Rodrigues Garcia Ferreira;
2Furr	Grad	Para	(12129710)	Elvander Quaresma Loureiro.

2 — Os militares supra citados contam a antiguidade no novo posto desde 10 de fevereiro de 2015, data a partir da qual têm direito ao vencimento, ficando integrados na primeira posição da estrutura remuneratória, conforme previsto no n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 296/2009, de 14 de outubro.

23 de abril de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Despacho n.º 4 419/15, DR, 2.ª série, n.º 85, 04mai15)

III — PROMOÇÕES E GRADUAÇÕES

Promoções

1 — Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 30 de abril de 2015, promover ao posto de Tenente, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 251/2009, de 23 de setembro, conjugado com os artigos n.º 56.º, 60.º e 305.º, n.º 1, alínea *a*), todos do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 197-A/2003, de 30 de agosto, por satisfazer as condições gerais e especiais de promoção, o Alf Grad (19383095) **António José Marques Santiago**.

2 — Conta a antiguidade no posto de Tenente desde 18 de setembro de 2014, mantém a atual situação remuneratória.

05 de maio de 2015. — O Chefe da Repartição, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 272/15, DR, 2.ª série, n.º 90, 11mai15)

Cessação de Graduação

Manda o General Chefe do Estado-Maior do Exército, por portaria de 30 de abril de 2015, cessar a graduação no posto de Aspirante a Oficial, em Regime de Contrato, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 70.º do Estatuto Militar das Forças Armadas (EMFAR), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99 de 25 de junho com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003 de 30 de agosto, com data reportada a 23 de abril de 2015, ao Asp Grad (00003606) **Anthony Santos da Silva**.

05 de maio de 2015. — O Chefe da RPM, *Pedro Miguel Alves Gonçalves Soares*, Cor Inf.

(Portaria n.º 268/15, DR, 2.ª série, n.º 90, 11mai15)

IV — RECTIFICAÇÕES

Fica sem efeito a Portaria n.º 912/2014, publicada no DR n.º 212, 2.ª série, de 3 de novembro de 2014, e republicado na OE n.º 11, 3.ª série, de 2014, pág. n.º 148, referente à graduação a Tenente do Alf RC (19383095) **António José Marques Santiago**.”

(Portaria n.º 271/15, DR, 2.ª série, n.º 90, 11mai15)

V — OBITUÁRIO

Faleceu o militar abaixo mencionado da SecApoio/RRRD:

2015

abril 02 Sold DFA (16974770) Manuel Duarte dos Reis Botelho.

O Chefe do Estado-Maior do Exército

Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo, General.

Está conforme:

O Ajudante-General do Exército

José Carlos Filipe Antunes Calçada, Tenente-General.